

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**  
**Período de Análise: 01 a 31 de Março de 2008**  
**Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Lucros ambientais</b> – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/03/2008.10	
<b>Lição de empresário: é possível lucrar sem destruir a floresta</b> - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	11
<b>Em pauta, o futuro que o Brasil planta para si mesmo</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	12
<b>O revide dos cétricos do aquecimento</b> - Gabriela Carelli – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	15
<b>Mudança climática virou divisor de águas na política</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	16
<b>Polêmicas</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	17
<b>'Temos dez anos para evitar as catástrofes'</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	18
<b>'Faria bem a todos um pouco de humildade'</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008.....	18
<b>Desmatamento, crédito e incentivos</b> - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008.....	19
<b>Crise florestal pára economia de cidade do PA</b> – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2008 .....	21
<b>Somos o "bode expiatório", dizem madeireiros</b> – Matheus Pichonelli e Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2008 .....	22
<b>Madeireiras e carvoarias são multadas em R\$ 1,5 milhão</b> – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2008 .....	23
<b>Municípios já perderam 50% da floresta</b> – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2008 .....	24
<b>Modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia é questionado</b> – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2008.....	25
<b>Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará</b> – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008 .....	26
<b>Territórios da Cidadania consolida ações já existentes, afirma ministro Patrus Ananias</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 04/03/2008 .....	26

<b>Regra garante embargo em áreas desmatadas e co-responsabiliza cadeia produtiva -</b> Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 04/03/2008 .....	28
<b>Ibama multa três políticos de Mato Grosso –</b> Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2008 .....	29
<b>Territórios da Cidadania busca mais parceiros para ampliar ações –</b> Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2008.....	30
<b>Governo endurece regras contra o desmatamento -</b> Maurício Thuswohl - Carta Maior – 07/03/2008.....	31
<b>As voltas que o clima dá -</b> Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/03/2008.....	34
<b>Plano para controle do desmatamento emperra -</b> Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008.....	35
<b>Emergentes vão emitir mais CO 2 que ricos -</b> Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008 .....	37
<b>Cientistas vêem ligação entre seca e aquecimento -</b> Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008.....	38
<b>Governo só fez 30% de ações antidesmate –</b> Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2008 .....	39
<b>Greenpeace: governo falha na Amazônia -</b> Soraya Aggege – O Globo – O País – 07/03/2008.....	40
<b>Sobrevôos sobre região começarão ainda este mês –</b> O Globo – O País – 07/03/2008...	42
<b>Preservação estreita na Amazônia –</b> O Globo – Ciência – 07/03/2008.....	42
<b>Um retrato da floresta –</b> O Globo – Ciência – 07/03/2008.....	43
<b>Alta da soja põe em xeque pacto na Amazônia -</b> César Felício e Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 07/03/2008.....	44
<b>ONG vê erros e acertos na ação oficial –</b> Betina Barros – Valor Econômico – Brasil - 07/03/2008.....	46
<b>Em meio à polêmica ambiental, Conab ratifica a safra recorde de grãos no país -</b> Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 07/03/2008 .....	47

<b>Compensação gera disputas com empresas</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 09/03/2008 .....	51
<b>Ministério Público do Pará investiga venda ilegal de madeira</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 10/03/2008.....	52
<b>UE debate clima e pressão migratória</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 10/03/2008.....	53
<b>Fiscal do Ibama cuida de área igual a 3 cidades de SP</b> – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2008 .....	54
<b>Taxas de licenciamento ambiental em assentamentos do Amazonas ficam 90% mais baratas</b> – Sítio Eletrônico do INCRA – 10/03/2008 .....	55
<b>Incra lança crédito ambiental para assentamentos da reforma agrária</b> – Sítio Eletrônico do INCRA – 10/03/2008.....	56
<b>Incra realiza Encontro Nacional de Meio Ambiente</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008.....	58
Taxas de licenciamento ambiental reduzidas em 90% no AM – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008.....	58
<b>Conferência do meio ambiente entra na reta final</b> - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2008.....	59
<b>Operação Arco de Fogo chega ao Mato Grosso</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 11/03/2008 .....	60
<b>Maggi quer cidades do MT fora de ranking</b> – Folha de São Paulo- Brasil – 11/03/2008	61
<b>SP prevê que queimada da cana acabe em 2012</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/03/2008.....	61
<b>Ministra apresenta ações prioritárias do MMA para 2008 em plenária do Conama</b> - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/2008.....	63
<b>Lista de desmatadores já tem 50 nomes</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 11/03/2008.....	63
<b>US\$ 3,4 bi em dez anos eliminariam CO2 por desmate</b> - Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008.....	64
<b>Amazônia perde área igual a 40% de SP só em janeiro</b> – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2008 .....	65

<b>Meio ambiente: o novo desafio do consumo</b> - Luciana Casemiro – O Globo – Defesa do Consumidor – 12/03/2008 .....	67
<b>China terá pasta de meio ambiente</b> - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – O Mundo – 12/03/2008.....	68
<b>China polui mais</b> – O Globo – Ciência – 12/03/2008.....	69
<b>Para Marina, não é hora de discutir dados do Inpe</b> – Valor Econômico – Brasil - 12/03/2008.....	70
<b>Crescimento com igualdade</b> - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião - 12/03/2008.....	71
<b>Do Bolsa Família à inclusão social</b> – Ignacy Sachs – O Globo – Opinião – 13/03/2008 ..	74
<b>BNDES irá auxiliar no fortalecimento de órgãos ambientais na Amazônia</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2008 .....	75
<b>Quem cuidará do primo pobre?</b> - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/03/2008.....	75
<b>Operação do Ibama apreende madeira ilegal em GO, RS e SP</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 14/03/2008 .....	77
<b>G-20 vai discutir criação de fundos para emergentes</b> - Leandro Modé – Estado de São Paulo – Vida & - 15/03/2008.....	78
<b>Justiça suspende licitação para aluguel de floresta pública</b> – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/03/2008.....	79
<b>Europa lançará plano contra crise do clima no fim do ano</b> - Folha de São Paulo – Ciência – 15/03/2008.....	80
<b>Nas pegadas dos crimes ambientais</b> – O Globo – Por dentro do Globo – 15/03/2008 .....	80
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>Pará combaterá o desmatamento</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 16/03/2008 .....	81
<b>Proposta de lei da biodiversidade opõe cientistas e ministérios</b> - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/03/2008.....	81
<b>Mecanismo de arrecadação também é polêmico</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 16/03/2008.....	85

<b>ATRÁS DAS GRADES, SÓ OS ANIMAIS</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 16/03/2008 .....	86
<b>CRIMES JÁ FORAM INAFIANÇÁVEIS</b> O Globo – Rio – 16/03/2008 .....	90
<b>'Post-mortem' da Conferência de Bali</b> - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/03/2008 .....	91
<b>Nordeste terá o maior parque eólico do País</b> - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008 .....	95
<b>RIO TEM 39 MIL CRIADORES</b> – O Globo – Rio – 17/03/2008.....	98
<b>Nos EUA, novo governo deve rever política ambiental</b> - Alan Murray, The Wall Street Journal – Valor Econômico – Internacional - 17/03/2008 .....	99
<b>Amazônia se divide entre a BR e a ferrovia</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 17/03/2008 17/03/2008 .....	101
<b>Em defesa dos territórios da cidadania</b> - Ladislau Dowbor – Agência Carta Maior – 18/03/2008.....	104
<b>Exportação ilegal de madeira continua, afirma Greenpeace</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 18/03/2008.....	107
<b>A PREFEITURA NO BANCO DOS RÉUS</b> – O Globo – Rio – 18/03/2008 .....	110
<b>Fase de arrancada do Territórios da Cidadania é marcada por intensa participação popular</b> – Sítio Eletrônico do INCRA – 18/03/2008.....	111
<b>Justiça suspende licitação para exploração de Jamari</b> - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 19/03/2008 .....	113
<b>Construções 'verdes' criam novo mercado para fornecedores</b> - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/03/2008 .....	114
<b>Queimadas destruíram 29km<sup>2</sup> no estado</b> – O Globo – Capa – 19/03/2008.....	115
<b>Cipoal burocrático</b> – O Globo – Opinião – 19/03/2008.....	115
<b>QUEIMADAS SE ALASTRAM LONGE DA JUSTIÇA</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 19/03/2008 .....	116
<b>Rio ganha uma central de regeneração de gases CFCs</b> - Carlos Albuquerque – O( Globo – Ciência – 19/03/2008.....	119

<b>Operação Arco de Fogo aplica R\$ 9 milhões em multas</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008 .....	120
<b>Água virtual das commodities, o trunfo estratégico brasileiro</b> - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 20/03/2008 .....	120
<b>Uma ferrovia para proteger a Amazônia</b> – O Globo – Capa – 20/03/2008.....	121
<b>Ambientalistas pedem ferrovia e não rodovia na Amazônia</b> - Héliida Tavares .....	122
- O Globo – 20/03/2008.....	122
<b>Ação do Ibama desmonta serrarias no Pará</b> - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/03/2008.....	123
<b>Acorda, Brasil!</b> – Arthur Virgílio – O Globo – Opinião – 20/03/2008.....	123
<b>O CRIME DOS 6 SALÁRIOS-MÍNIMOS</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 20/03/2008 .....	125
<b>Sebrae aportará R\$ 60 milhões nos Territórios</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 20/03/2008 .....	126
<b>Vale omite seus crimes contra o meio ambiente</b> – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2008 .....	127
Vale omite seus crimes contra o meio ambiente – Luiz Marklouf Carvalho – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2008 .....	129
<b>Territórios da Cidadania no território da discórdia</b> - Arilson Favareto – Valor Econômico – Opinião - 20/03/2008 .....	132
<b>Até o fim do ano, clima a passo lento</b> - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2008 .....	134
<b>O mundo inveja nossas florestas</b> - Luiz Cornacchioni – Folha de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2008.....	136
<b>PF acha madeira escondida em milharal no Pará</b> - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 21/03/2008 .....	137
<b>Siderúrgicas do PA usaram madeira ilegal</b> – Fábio Guibu e Mtheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008 .....	138
<b>Sindicato diz que siderúrgica não desmatou</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008 .....	140

<b>Assentamento do Incra é origem de parte da madeira</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008 .....	140
<b>Sem-tora desmatam áreas no Pará a serviço de madeireira, diz secretaria</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008 .....	141
<b>Tailândia perde milhares de postos de trabalho</b> - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 22/03/2008 .....	142
<b>A propina que move areais</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 22/03/2008 .....	142
<b>A fantasia das multas ambientais</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – O RIO – 23/03/2008 .....	144
<b>Dano ambiental</b> - Antonio P. Mendonça – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/03/2008.....	145
<b>O Lado B de Búzios</b> - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 24/03/2008.....	147
<b>Do desmatamento ao uso sustentável</b> - Antônio Márcio Buainaim e Bastiaan P. Reydon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008 .....	148
<b>Empresas superestimam captura de CO<sup>2</sup>, diz estudo</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2008.....	150
<b>Acordo do clima japonês quer 2005 como ano de referência no pós-kyoto</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2008.....	151
<b>CANCELADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/03/2008.....	152
<b>Crimes da Monsanto são revelados em livro</b> – Carta Capital – Veiculado pelo Sítio Eletrônico do MST – 25/03/2008 .....	152
<b>Ações de sustentabilidade têm resultados modestos</b> - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/03/2008.....	155
<b>MP altera legislação fundiária na Amazônia</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008 .....	156
<b>Madeireiras foram multadas em R\$ 23 milhões, diz Ibama</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008 .....	156
<b>Justiça suspende concessão de floresta</b> – Sítio Eletrônico do MST – 26/03/2008.....	157



<b>BNDES se compromete a criar “cláusula socioambiental”</b> – Agencia Carta Maior – 27/03/2008.....	157
<b>Floresta será mantida em troca de serviços ambientais</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 28/03/2008.....	160
<b>Presidente Lula ressalta desenvolvimento regional</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 28/03/2008.....	160
<b>BNDES garante a criação de cláusulas sócio-ambientais</b> – Sítio Eletrônico do MST – 28/03/2008.....	162
<b>Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro?</b> - Philippe Bonnal – Agencia Carta Maior – 31/03/2008 .....	163
<b>Tailândia convive com desemprego e abandono após ação contra desmate</b> - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008.....	166
<b>Prefeito usa crise para emplacar sucessora</b> - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008.....	168
<b>Valor de madeira apreendida pela PF passa de R\$ 10 milhões</b> - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008.....	170
<b>Com nova MP, Incra mira área irregular</b> - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008.....	171
<b>Com brasileiro à frente, mundo começa a negociar novo acordo contra emissões</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/03/2008 .....	172
<b>Amazônia azul</b> – Gustavo Paulo – O Globo – Economia – 31/03/2008.....	173

**Plantar florestas, mesmo como atividade secundária na fazenda, pode dar dinheiro, deve dar dinheiro**

HÁ CERCA de 20 anos, fiz uma viagem à Suécia, para conhecer seu cooperativismo e sua agricultura, atividade difícil em razão do clima que impõe apenas seis ou sete meses por ano para as operações, do plantio à colheita.

Quase todas as fazendas possuíam uma pequena área florestada. Quando começava a nevar, já em novembro, o agricultor ia até sua mata, cortava um número x de árvores, removia-as para a sede e passava o inverno trabalhando a madeira, serrando, aparando, fazendo tábuas, vigotas, peças para móveis etc. Quando a primavera dava seus primeiros sinais, ele vendia a madeira preparada e plantava, na mata, o mesmo número x de árvores que havia cortado.

Interessado nesse trabalho, perguntei a um fazendeiro quem fiscalizava isso. E ele, estranhando a pergunta: "Fiscalizar o quê?".

Respondi imediatamente: "Quem fiscalizava o fato de ele repor as árvores que tinha cortado". No mesmo instante me dei conta da estupidez da pergunta e da distância oceânica que nos separava, culturalmente.

Claro, a floresta era uma atividade econômica para ele, uma atividade produtiva rural, como os grãos que semearia na primavera. E, ainda por cima, fazia uma contribuição positiva -e voluntária- em defesa do ambiente, mormente considerando que a mudinha plantada demoraria uns 40 anos para ser colhida! Só na outra geração! Mas calou fundo a idéia de eco-eco, ecologia com economia.

Anos mais tarde, em visita a uma fazendinha na Holanda, mês de março, primavera começando, reparei que, no pequeno gramado em frente à casa, aparado na véspera, havia três estacas fincadas, em torno das quais, em um diâmetro de 50 cm/60 cm, a grama não havia sido cortada.

Questionado sobre o porquê daquilo, o agricultor me contou que naquela área havia um bulbo que na primavera brotava, produzindo flores que estavam em extinção na região, e ele recebia uma subvenção para preservá-las. Por isso não cortava o gramado ali, com medo de cortar pequenas folhas que por acaso já estivessem nascendo.

De novo me encantou o modelo: lá, dão um prêmio para quem preserva; aqui, uma multa para quem não preserva. Lá, o positivismo; aqui, o negativismo.

Ambas essas histórias poderiam servir de motivação nas nossas intermináveis discussões sobre o tamanho da reserva legal, sobre a APP (área de preservação permanente) fazer parte da reserva legal, sobre a compensação de áreas fora do perímetro da fazenda,

sobre exploração sustentada da reserva legal e, eventualmente, até da APP, e assim por diante.

Deveríamos construir um modelo de florestamento com essa visão positiva que incorpore o tema da economia no processo florestal produtivo, mesmo que essa não seja a principal atividade na propriedade rural.

O agricultor precisa ser estimulado a cuidar do ambiente, para além da questão cultural e/ou educacional.

Ecologia pode e deve dar lucro. Já existem instituições que cuidam da prestação de serviços ambientais e resolvem isso, inclusive com remuneração por meio de CDM. Da mesma forma, já existem modelos de certificação da madeira produzida com esse tipo de exploração sustentada. E não é só: as produções de plantas medicinais, aromáticas, ornamentais são outras atividades em florestas plantadas, especialmente quando as árvores são nativas da região.

Plantar florestas, mesmo como atividade secundária na fazenda, pode dar dinheiro, deve dar dinheiro. E a contribuição ambiental virá muito mais expressiva.

*\*ROBERTO RODRIGUES, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.*

**Lição de empresário: é possível lucrar sem destruir a floresta** - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008

Os exemplos de dois empreendedores de Tailândia, Pará, que abandonaram o corte de madeira e prosperam

A fiscalização das autoridades federais e do Pará nas madeireiras de Tailândia (235 quilômetros ao sul de Belém) desde o início do mês e a ocupação da cidade no início da semana passada por uma força de 300 homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança causaram a maior crise econômica e social da história da cidade, que em maio completa 30 anos.

Três mil pessoas foram demitidas e outro tanto deverá ser dispensado também. Mas há saídas. Todas dentro da legalidade. Quem aponta as alternativas são as pessoas que já estiveram ou ainda estão envolvidas com a atividade madeireira. Começa a se forjar uma nova mentalidade empresarial entre pessoas que chegaram à cidade quando ela ainda tinha umas poucas casas, lá se fixaram e fizeram fortuna, principalmente com a atividade madeireira.

Uma dessas novas mentalidades é a de Massao Ozaki, de 52 anos, formado em Administração de Empresas por uma faculdade do Paraná, que chegou a Tailândia com a roupa do corpo em 1988. Massao “tocou madeira” até 1992. “Ganhei muito dinheiro”, conta. “Também perdi muito, porque me meti na política e acabei me quebrando.” Desde então, Massao saiu atrás de alternativas.

Na cidade, iniciou a construção de um hotel. Na setor rural, deu a partida a um projeto de plantio de pimenta-do-reino. Mais recentemente, começou a plantar a palmeira do dendê.

A lavoura já está com dois anos e meio e começa a frutificar. A primeira safra será colhida neste ano. Mais importante, ele fechou contrato com as distribuidoras da região e vendeu as safras dos próximos 25 anos. “O dendê é o futuro”, diz.

Massao plantou dendê em 100 hectares. A produtividade média da palmeira é de 25 toneladas por hectare e o preço, no momento, é de R\$ 170 por tonelada, o que vai dar R\$ 425 mil por ano. Levando-se em conta que o custo de produção é de 50%, ele terá lucro líquido de R\$ 212,5 mil. “Aqui em Tailândia não há nada mais lucrativo do que uma madeira. A não ser uma mina de ouro ou de diamantes”, diz sem nenhum receio de errar o empresário Edson Schmidt, sócio do pai, Nestor, na Madeira Cimatal, uma das pioneiras da cidade. “Mas é preciso buscar a diversificação, porque a madeira começa a escassear.” Foi por isso que, há dois anos, Nestor, um gaúcho de 67 anos, chamou os filhos e disse que não serraria mais. “Estava muito difícil encontrar a madeira certificada.” Ele já começou a procurar alternativas.

Pai e filho têm três fazendas que totalizam 6 mil hectares. Até agora estavam sendo preservadas para a extração de madeira. Mas, neste ano, eles vão pedir autorização para desmatar 20%, a área de corte regulamentada pelo Código Florestal. Vão criar gado, plantar mandioca - que tem mercado garantido - e trabalhar com o setor de sucos. Leia abaixo um pouco da história de Massao e Nestor, ambos filhos de migrantes, um de japoneses, outro de alemães. Ambos são exemplos de que é possível viver da floresta sem destruí-la.

**Em pauta, o futuro que o Brasil planta para si mesmo** – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008

Há espaço e necessidade de se formular um novo conceito de desenvolvimento para a Região Norte

Um estratégia de desenvolvimento para uma região gigantesca e pouco cuidada pelo poder público por décadas seguidas. Caminhos a serem experimentados e seguidos. Comando, controle e uma economia independente do desmatamento. Uma miríade de problemas e soluções à altura da Amazônia foi debatida na quinta-feira, em São Paulo, em um fórum organizado pelo Estado no Museu Brasileiro da Escultura.

O evento abriu a exposição Amazônia Sem Retoques, com fotografias produzidas para a revista Grandes Reportagens - Amazônia, publicada no dia 25 de novembro e ainda à venda nas principais bancas da Grande São Paulo. A mostra é patrocinada pelo banco Bradesco.

O fórum contou com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do secretário do Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, do ex-ministro do Desenvolvimento Luiz Fernando Furlan, do diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, e dos jornalistas Paulo Sotero e Washington Novaes, colunista do Estado. Confira algumas idéias apresentadas.

#### **MARINA SILVA, MINISTRA DO MEIO AMBIENTE**

“Viabilidade econômica tem de comportar a variável ambiental e a variável ambiental deve comportar a questão do desenvolvimento econômico. Se a equação não fecha, alguma coisa está errada.”

“Critérios de sustentabilidade devem se fazer presentes não apenas no ministério que tem essa função institucional mas também no Ministério da Agricultura, dos Transportes, de Minas e Energia, Educação, Saúde. Se nós formos capazes de plasmar as nossas ações a partir desses conceitos, nós estaremos diminuindo, e muito, os conflitos que são gerados mediante a disputa pelo uso dos ativos ambientais.”

#### **VIRGÍLIO VIANA, SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAZONAS**

“Nós temos uma enorme competência de empreendedorismo que precisa ser direcionada e sensibilizada para a Amazônia. Nós temos capital e capacidade. Só que, como o empresariado brasileiro não conhece a Amazônia, ele não usa as oportunidades de negócio.”

“Tenho uma preocupação muito grande, como cientista e militante, em relação às mudanças climáticas. Estou convencido de que meus filhos não terão um planeta tão bom quanto eu tive. E tenho uma preocupação muito grande sobre o futuro da Amazônia associado às mudanças climáticas.”

#### **LUIZ FERNANDO FURLAN, EX-MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO**

“Os brasileiros podem sim gerenciar o processo, preservando, conservando, fazendo com que seja assegurada para as gerações futuras um mundo mais positivo do que se imagina hoje.”

#### **WASHINGTON NOVAES, JORNALISTA**

“O Brasil ainda não tem uma estratégia para a Amazônia - aliás, não tem estratégia para o que deveria ser o centro de sua política.”



**O revide dos céticos do aquecimento** - Gabriela Carelli – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008

Acusados de ligação com a indústria do petróleo, eles se reúnem em Nova York para contar sua versão da história

Com uma plástica impecável e a história bem contada sobre os 30 anos de ativismo ambiental do ex-vice-presidente americano Al Gore, o filme *Uma Verdade Inconveniente*, vencedor do Oscar no ano passado, promoveu um feito: popularizou a questão do aquecimento global nos quatro cantos da Terra. Mas será o homem o responsável por uma emergência planetária iminente, resultado da emissão de CO<sub>2</sub>, como propagou Gore, a ponto de causar inundações bíblicas e a varrição de cidades inteiras por furacões furiosos? Um grupo de cientistas dissidentes, os céticos, acha que não - e eles resolveram sair a público para contar outra versão da história.

Até então restritos a aparições pontuais e polêmicas, os céticos não são mais tão poucos - formaram um grupo coeso e estão dispostos a comprar briga com ambientalistas radicais. Prova disso é o evento que começa hoje, em Nova York. Mais de seis dezenas de dissidentes, muitos dos quais notáveis, de instituições de renome, irão reunir-se em uma conferência internacional cuja tema principal é *Aquecimento Global: Crise ou Fraude?* Desde que o aumento das temperaturas tomou as manchetes, nunca tantos cientistas com idéias contrárias ao IPCC, o painel climático da ONU que ganhou junto com Al Gore o Prêmio Nobel da Paz no ano passado, reuniram-se para debater o tema.

A idéia, de acordo com os organizadores, é expor estudos que desmentem a “tese apocalíptica”, mostrar a seriedade da corrente cética e achar soluções plausíveis para o problema do aquecimento. “Discutir a responsabilidade total ou parcial do homem, e os caminhos a seguir caso nossa presença na Terra estiver interferindo no clima, é muito relevante, pois implica em uma mudança radical de vida para todos os habitantes do globo. O unilateralismo só prejudica”, diz James Taylor, coordenador do evento.

Vistos como os meninos maus do ambientalismo, os céticos são acusados de ligações com a indústria do petróleo, de quem ganhariam gordas mesadas para passar ao mundo a mensagem de que o aquecimento é uma falácia. Eles juram que não beneficiam ninguém. “Mesmo se diminuíssemos drasticamente a emissão de CO<sub>2</sub>, não atingiríamos as metas de Kyoto. É um fato”, diz Patrick Michaels, da Universidade da Virgínia. “É importante diminuir a emissão de CO<sub>2</sub> para melhorar os problemas ambientais imediatos das metrópoles, não para tentar salvar o mundo de um suposto colapso”, diz o dinamarquês Bjorn Lomborg, no livro *O Ambientalista Cético*.

O futuro do planeta, como aceitamos hoje, vem sendo traçado pelo IPCC desde 1998. O painel reúne uma elite de 2.500 dos principais pesquisadores de mudanças climáticas da atualidade e tem a missão de atualizar as informações sobre o clima. De acordo com o painel, o aumento da temperatura em até 6,8°C até o fim deste século acarretará uma série de catástrofes naturais, como aumento do nível dos mares e disseminação de doenças tropicais.

Os céticos não negam a existência de um aquecimento em curso no planeta - quase todos os cientistas atualmente concordam que as temperaturas na Terra aumentaram 1°C no século passado - nem contestam o efeito estufa. Eles partem do princípio de que o clima está mais quente não por causa do homem, mas devido a um ciclo natural de aquecimento e resfriamento do globo. Esse ciclo obedeceria a forças mais poderosas do que a presença de mais CO<sub>2</sub> na atmosfera, como a influência do Sol na Terra. Em um estudo recente, o geólogo Don Easterbrook, da Universidade de Western Washington, mostrou que nos últimos 15 mil anos houve dez períodos de aquecimento mais intensos do que o atual - e esses períodos se alinham com o aumento da intensidade da radiação solar.

A radiação solar, o magnetismo do núcleo da Terra e a órbita do planeta, argumentam os céticos, determinaram o clima por milhões de anos. “O aquecimento é resultado de muitos fatores. A emissão de gases é um deles, mas está longe de ser o mais relevante”, diz Richard Lindzen, do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). “O homem pode alterar o clima, mas é muita ignorância e presunção supor que sua ação tem mais impacto do que as atividades no núcleo terrestre, por exemplo. Isso moveu placas tectônicas, empurrou os Andes e o Tibete.”

Para o grupo, as catástrofes anunciadas pelo IPCC não passam de alarmismo. “Caminhamos para uma era glacial, mas, pelo amor de Deus, não precisamos prender a respiração por isso”, diz Michaels, da Virgínia. Para os céticos, as medições de computador que projetam tais hecatombes são falhas e excluem muitas variáveis climáticas. O filme de Al Gore, alardeiam os céticos, estimou o aumento dos mares em 2.000%.

Mas, afinal, em quem acreditar? O mundo vai acabar em dez anos se não evitarmos as emissões de CO<sub>2</sub>, como diz Al Gore? Ou é tudo uma jogada de marketing, como dizem os céticos? “O que propicia essa discussão sem fim sobre o aquecimento global e suas conseqüências é a própria natureza do clima”, diz Lindzen, do MIT. “O sistema climático é complicadíssimo - e mecanismos fundamentais ainda são desconhecidos”, escreveu o dinamarquês Lomborg.

### **Mudança climática virou divisor de águas na política – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008**

Tema até pouco tempo reservado aos nichos acadêmicos, a mudança climática atravessou as fronteiras da ciência. O aquecimento global é hoje um estilo de vida, uma fonte de negócios bilionários e um divisor nas águas mornas da política. O assunto polarizou os discursos da direita e da esquerda como há muito não se via. “Nada, desde a Guerra Fria, é tão perigoso para o planeta”, discursou o senador americano democrata John Kerry, no ano passado. Há um mês, o instituto americano PewResearch divulgou uma pesquisa sobre o impacto do clima na política dos EUA. Apenas 54% dos republicanos acham que a Terra está ficando mais quente, ante 92% dos democratas e liberais. No primeiro grupo, só 22% acham que são necessárias ações imediatas, ante 81% do segundo.



Para os candidatos americanos, os dados são preciosos. Outra pesquisa do PewResearch, feita no ano passado, revelou que os eleitores têm muito medo do que está por vir. O instituto ouviu 45 mil pessoas em 35 países para descobrir qual é o maior temor e o principal problema da sociedade atual. O aquecimento foi considerado o problema mais grave e superou o terrorismo e a violência em alguns países.

Na Coreia do Sul, 77% da população está mais apreensiva com o clima do que com qualquer outra coisa. Para 70% dos chineses, as catástrofes ambientais são a maior ameaça dos tempos modernos. Concordam com eles 52% dos franceses, 49% dos brasileiros e quase metade das pessoas do planeta.

**Polêmicas** – Estado de São Paulo – Vida & - 02/03/2008

**O homem é responsável pelo aquecimento global - IPCC - Sim.** Há 90% de certeza de que a emissão de CO2 causou o aumento da temperatura

Céticos - Não. O clima envolve variáveis mais poderosas do que a emissão de poluentes, como a radiação solar e o alinhamento dos planetas. A emissão de CO2 pode ter agravado a situação, mas não é a causa principal

**A temperatura está subindo - IPCC - Sim.** A temperatura subiu 1°C no último século - mais da metade nos últimos 30 anos

Céticos - Não. Outros períodos da história registraram aquecimento semelhante que, depois, foi normalizado. Registros históricos e evidências meteorológicas sugerem épocas mais quentes do que a atual entre os anos 900 e 1000 e entre 1200 e 1300

**O nível dos mares vai aumentar e as cidades vão desaparecer - IPCC - Sim.** Com o derretimento da camada de gelo da Groenlândia, o nível dos mares deve aumentar entre 28 cm e 43 cm até o final deste século, inundando cidades inteiras

Céticos - Não. A elevação dos mares tem se mantido dentro da média nos últimos três séculos. Os cálculos foram superestimados

**Haverá surtos de doenças tropicais em todo o planeta - IPCC - Sim.** As altas temperaturas causarão surtos de malária em várias regiões, inclusive nas quais havia sido erradicado o mosquito causador da doença

Céticos - Não. Malária e dengue não estão relacionadas a altas temperaturas, mas à pobreza e à falta de saneamento. Mosquitos não necessitam de calor tropical

'Temos dez anos para evitar as catástrofes' – Estado de São Paulo – Vida & -  
02/03/2008

Chris Flavin: presidente do Instituto Worldwatch

Presidente do Worldwatch Institute, o americano Chris Flavin é um dos maiores defensores da tese de que a humanidade precisa parar agora as emissões de CO2. A seguir, trecho da entrevista que concedeu ao Estado:

Existe realmente um consenso sobre o aquecimento global ou ainda há incertezas sobre o futuro do planeta, como afirmam os cétricos? Não há incertezas. Os mais respeitados climatologistas do mundo concordam que caminhamos para um futuro catastrófico. Infelizmente, é o que vai acontecer caso nada seja feito para parar o processo.

**Variações climáticas intensas ocorreram antes da chamada “intervenção humana”. O aquecimento da Terra pode ser atribuído à instabilidade natural do clima?** Passamos por um período de aquecimento natural, mas o aumento das temperaturas hoje é muito mais rápido do que o esperado. Nenhum cientista sério pode argumentar que o derretimento de geleiras na velocidade atual e o aquecimento dos oceanos é natural.

**Quem é o principal responsável pelo aquecimento do planeta?** Os Estados Unidos, seguidos dos chineses. O Brasil contribui com o aquecimento global com a destruição de florestas na Amazônia e em outras regiões.

**Ainda há como frear o processo?** Estamos prestes a perder a guerra. É preciso reduzir já a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento. Temos dez anos para agir.

**Os cétricos dizem que é preciso ser mais realista e pensar no agora. O que o senhor diz?** Temos de focar em todas as implicações. No Brasil, a destruição das florestas pode acabar com a agricultura, um dos pilares da economia no País.

'Faria bem a todos um pouco de humildade' – Estado de São Paulo – Vida & -  
02/03/2008

Richard Lindzen: climatologista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts

O climatologista americano Richard Lindzen, do MIT, é chamado de o “cético dos cétricos” e aclamado até mesmo pelos adversários.

**O IPCC tem um time de 2.500 cientistas renomados. Como duvidar do que eles dizem?** Essa afirmação é pura propaganda. Há cerca de 300 cientistas envolvidos realmente no trabalho. O IPCC lista qualquer pessoa que é questionada sobre uma informação como “contribuinte”, o que acrescenta outros 500 nomes. Por fim, há os revisores, que somam mais de mil pessoas. O engraçado é que muitas dessas pessoas são parte do grupo “cético” e não concorda com o que está escrito. Não existe esse tal de consenso.

**Qual o argumento mais poderoso contra o alarmismo ambiental?** Períodos mais intensos de aquecimento do planeta ocorreram em outras épocas, mesmo sem o CO<sub>2</sub>. Os glaciares dos Alpes, por exemplo, avançaram no passado. Desde o século 19, eles recuam.

**Há algum aspecto do alarmismo em torno do aquecimento que preocupa o senhor?** O alarmismo deixa as pessoas transtornadas. Isso leva à adoção de políticas erradas, com impactos negativos na economia, cria espaço para a corrupção e diminui os recursos para a resolução de problemas reais.

**Estamos em um caminho sem volta para uma era glacial?** A ignorância sobre o clima é muita para dizer que é inevitável, mas a história de 800 mil anos sugere nova era glacial em 10 mil anos.

**Há quem diga que vamos perder a guerra contra a natureza.** Não há evidência de que podemos destruir ou salvar a Terra. Isso é balela. Um pouco de humildade nos faria bem.

**Desmatamento, crédito e incentivos** - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008

Meu artigo de domingo passado, em que me manifestei contra a criação de restrições ao crédito para quem não cumpre regras ambientais, mereceu alguns elogios, mas a maioria das mensagens foi de condenação. Estaria defendendo os interesses dos bancos e o crescimento à custa do desmatamento. Houve insultos e um leitor, sem argumentos, recorreu à inflação mensal de 84% do tempo em que saí do governo.

Volto ao assunto para esclarecer melhor minha posição. Assinalei que as restrições transfeririam ao crédito a responsabilidade pela fiscalização das respectivas normas. Seria um retorno a regras dos anos 1960 (já revogadas), pelas quais se exigia a apresentação de certidões negativas de obrigações fiscais para conceder crédito rural.

Para muitos, faz sentido cortar o crédito dos que desmatam além do permitido. Como justificar, dir-se-ia, o fornecimento dos meios para destruir as florestas? Levado o raciocínio ao extremo, caberia proibir a venda de motocicletas para coibir assaltos e mortes provocados por motoqueiros criminosos.

Nem todos os burocratas estão preparados para lidar com questões complexas como a de estabelecer regras de preservação ambiental e dos recursos naturais. Erros semelhantes foram cometidos em países desenvolvidos, como nas normas para evitar a pesca intensiva e predatória, que ameaçava a extinção de espécies. As saídas foram proibir a pesca, restringi-la a certos períodos ou limitar o número de barcos na atividade. Nenhuma funcionou. Pior, na limitação periódica, houve muitas mortes, pois os pescadores iam ao mar com qualquer tempo.

A melhor solução foi conceder direitos de propriedade aos pescadores, buscando preservar os cardumes via mecanismos de mercado. Criaram-se quotas de pesca mediante leilão. Novos entrantes precisavam comprá-las no mercado.

Permitir o acesso ao crédito somente aos que seguem as regras ambientais, como quer o governo brasileiro, é punir todos, bons e maus cidadãos. Todos terão que buscar certidões e incorrer em novos custos de transação. O potencial de corrupção certamente aumentará. Dada a essencialidade do crédito para manter e aumentar a produção, em especial na agricultura, restrições poderão resultar em menos renda, produto e emprego. Será bom apenas para quem se estabelecer como despachante.

Ninguém de bom senso pode ser a favor de uma lei da selva para a exploração dos recursos florestais (sem trocadilho). Mesmo na China, onde havia deliberado objetivo de privilegiar o crescimento em relação a tudo o mais, o recente congresso do Partido Comunista anunciou que doravante o governo buscará o desenvolvimento “limpo”.

Nossos burocratas bem que poderiam estudar a teoria dos incentivos, pois poderiam fazer regras que evitassem danos econômicos e sociais maiores que os benefícios que imaginam gerar para o meio ambiente. O certo seria premiar o comportamento adequado e não punir todos.

O Banco Real costuma cobrar juros mais baixos de clientes que apresentem projetos viáveis de “sustentabilidade”. É uma estratégia inteligente, pela qual o banco ganha duplamente. Primeiro, corre menos risco (daí a taxa menor). A experiência diz que quem age corretamente em relação ao meio ambiente tende a cumprir regras para o bom andamento dos negócios. Segundo, contribui para a preservação ambiental e melhora sua imagem perante o público.

O governo poderia fazer algo semelhante. Em vez de adotar o critério da punição, restringindo o acesso ao crédito, preferiria o da premiação. Concederia subsídio ou vantagem fiscal que implicasse redução de juros para quem cumprisse as regras, considerando que isso gera maiores custos e menor retorno privado. Ao mesmo tempo, o retorno público - a preservação ambiental - é superior ao privado.

Haveria incentivos para o bom comportamento ambiental. A produção continuaria guiada pelos sinais de mercado e não pela burocracia.

Esses benefícios poderiam gerar corrupção e desperdícios, exigindo mecanismos eficazes de fiscalização e controle. Mesmo assim, seria uma saída bem melhor do que a decisão adotada pelo Conselho Monetário de obrigar os bancos a exigir certidões para a concessão de crédito rural. A resolução institui incentivo equivocado.

**\*Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: mnobrega@tendencias.com.br)**

**Crise florestal pára economia de cidade do PA** – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2008

**Demitidos de madeireiras e carvoarias ilegais e comerciantes colocam casas à venda e já pensam em deixar Tailândia - Criado em 1988, município dobrou sua população e já perdeu 60% da cobertura vegetal original com os desmatamentos irregulares**

A constatação do envolvimento do setor madeireiro de Tailândia (a 218 km de Belém, PA) em crimes ambientais paralisou a economia da cidade e ameaça reverter o fluxo migratório que fez dobrar a população do município em 11 anos.

Casas estão sendo vendidas por toda a parte, principalmente nos bairros do Aeroporto e do Macarrão, onde mora a maioria dos trabalhadores demitidos das madeireiras e carvoarias envolvidas na extração e venda ilegal de madeira. Sem emprego e perspectiva de melhora a curto prazo, eles planejam voltar às cidades de origem. Muitos vieram do Maranhão. Aham que o ciclo da madeira de Tailândia acabou e que a hora é de partir em busca de novas oportunidades.

Enquanto tentam conseguir dinheiro para a mudança, vendendo suas casas e fazendo bicos, os desempregados se reúnem todos os dias no canteiro central da rodovia estadual PA-150, que corta a cidade. Alguns exibem placas oferecendo-se para qualquer tipo de serviço.

"A cidade está uma tristeza só", disse o mecânico João Pereira, 60, ao lado de outros nove desempregados no canteiro da rodovia. "Os homens que estão no poder nunca sentem o que passam os fracos", afirmou.

Criado em maio de 1988, o município, com área de 4.440 km<sup>2</sup>, já perdeu 60% da sua cobertura vegetal original com os desmatamentos ilegais. A população cresceu proporcionalmente à prática dos crimes ambientais: saltou de 29.693 habitantes, em 1996, para 64.281 moradores em 2007, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em fevereiro, fiscais do governo do Pará iniciaram uma inspeção nas madeireiras e carvoarias. Foram rechaçados pela população quando, no dia 19, confiscaram 13 mil m<sup>3</sup> de madeira ilegal encontrados em sete madeireiras. Os manifestantes atearam fogo em barreiras e depredaram repartições públicas. A Polícia Militar foi acionada e reprimiu o protesto com bombas de efeito moral.

Dias depois, o governo federal enviou a Tailândia 300 homens da Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para uma nova devassa. Acuadas, as empresas demitiram 2.018 empregados.

Com 70% da sua movimentação financeira atrelada às madeiras e carvoarias, a cidade parou. A crise se alastrou. No comércio, as vendas caíram 50%. Nas oficinas mecânicas, borracharias e postos de combustíveis, o movimento ficou até 70% menor. Comerciante de estacas de madeira há 19 anos no município, Celso Gatinho Feitosa, 40, pela primeira vez faz planos para sair da cidade. Colocou à venda a casa de dois quartos, onde mora com mais 11 pessoas da família, para "procurar um lugar melhor para viver". "Sem emprego, isso aqui vai virar um inferno de assaltos e criminalidade, depois que a polícia for embora", disse. Ao menos mais seis casas estão à venda num raio de 50 m da casa de Feitosa, no bairro Aeroporto.

Uma delas pertence ao pedreiro Valmir Souza Galvão, 47. Há nove anos em Tailândia, ele quer vender o imóvel por R\$ 10 mil para procurar trabalho em outra cidade. Das sete pessoas que vivem na casa de Galvão, apenas o filho mais novo, o ajudante de mecânico Wagner, 18, continua empregado. Mesmo assim, seu patrão reduziu o salário, de R\$ 50 por semana, para R\$ 30.

**Somos o "bode expiatório", dizem madeireiros** – Matheus Pichonelli e Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2008

Um dos principais líderes dos madeireiros do Pará, Luiz Carlos Tremonte, presidente do Sindicato das Indústrias Madeiras do Sudoeste do Pará, diz que os governos federal e estadual transformaram o setor em "bode expiatório" nas ações contra o desmatamento.

"A população de Tailândia passa fome e o governo não libera o manejo florestal. Isso é um problema social, que prejudica toda a atividade econômica. Essas ações vão provocar revoltas. Vai morrer gente, como em Eldorado do Carajás", diz, ao citar o conflito ocorrido em 1996, no qual a PM matou 19 trabalhadores sem terra. Para ele, a tensão observada em Tailândia, há duas semanas, quando a população entrou em confronto com a polícia, é comum no Pará. "A demora em regularizar o manejo empurra o setor para a ilegalidade."

Para Tremonte, o governo é "incompetente" para coibir o desmatamento e elegeu madeireiros como "inimigos" por não ter coragem de combater atividades como pecuária e agricultura, que, segundo ele, fazem lobby forte no Congresso.

Ele critica o acordo feito entre o governo do Pará e o Ibama, que permite ao órgão leiloar a madeira apreendida durante as ações-termo que é contestado por madeiras na Justiça. "Daqui a pouco vão começar a apreender e leiloar cocaína para financiar as ações de fiscais. Isso não é coisa séria."

Para o presidente em exercício do Sindicato das Indústrias Madeiras de Tailândia, João Batista Medeiros, "o governo permitiu o descontrole e, de repente, após o anúncio

sobre desmatamento e o terrorismo sobre isso, resolveu fiscalizar". Ele diz que falta rapidez na liberação dos planos de manejo florestal pela Secretaria do Meio Ambiente do Pará.

O presidente do Ibama, Bazileu Margarido Neto, afirma que o governo atua onde foi constatado o maior desmatamento nos últimos anos. "Nossa atuação ocorre em diversas frentes, e não apenas contra madeiras." Ele lembra que Tailândia é considerada pelo Ministério da Justiça o sétimo município mais violento do país.

Para o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, os madeireiros "querem justificar o injustificável". "Pode ser que tenha havido omissão por parte do governo durante um período, porque não enfrentou o problema com a força necessária. Mas estamos trabalhando pelo ordenamento territorial. Os índices de desmatamento nos últimos anos foram alimentados por uma indústria que viveu e se consolidou dessa ilegalidade."  
**\*(MATHEUS PICHONELLI E FÁBIO GUIBU)**

**Madeiras e carvoarias são multadas em R\$ 1,5 milhão – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2008**

**Operação na Amazônia Legal recolhe ainda 4.000 toras de origem não identificada - Sindicato das Madeiras vai recorrer contra multas; advogado diz que Ibama usa "chutômetro" na medição e que fiscais se equivocam**

Em cinco dias de operações, as forças federais que combatem o desmatamento e o comércio clandestino de madeira na Amazônia Legal apreenderam cerca de 4.000 toras - quantidade suficiente para lotar 287 caminhões- e aplicaram R\$ 1,5 milhão em multas contra três madeiras e cinco carvoarias de Tailândia (218 km de Belém), no Pará. Os fiscais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) destruíram ainda 98 fornos de carvão e apreenderam dois tratores e 12 motosserras usados pelas empresas.

Parte das toras apreendidas foi encontrada escondida sob montes de serragem ou jogada no mato, a cerca de 30 quilômetros da cidade. A quantidade de madeira recolhida foi avaliada em R\$ 1,5 milhão.

A origem das toras ainda não foi identificada. Há suspeita de que elas tenham sido extraídas de regiões de preservação ambiental permanente, de reservas indígenas ou de áreas vizinhas a assentamentos.

Na fiscalização, foram achados indícios do uso de mão-de-obra irregular pelas carvoarias e madeiras. As empresas manteriam funcionários trabalhando sem carteira assinada e em más condições.

Para o coordenador de fiscalização do Ibama em Tailândia, Bruno Versiani dos Anjos, a primeira semana da operação Arco de Fogo, como foi batizada a ação, foi

"positiva", apesar dos problemas enfrentados pelas forças federais nos primeiros dias de trabalho.

No primeiro dia de operação conjunta da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Ibama, o número de fiscais foi pequeno para medir com rapidez as toras estocadas pelas madeiras de Tailândia.

No dia seguinte, houve problemas de estratégia, e um comboio formado por 13 carros percorreu em vão 16 quilômetros de estrada de terra, na tentativa de localizar uma carga de madeira ilegal supostamente transportada por balsa.

"Como acontece em qualquer operação ou qualquer agrupamento humano com grande número de pessoas, é [preciso] ajustar o diálogo", disse Anjos. "As instituições, muitas vezes têm objetivos diferentes e [isso] tem que ser ajustado para se chegar a um denominador comum", afirmou.

O número de fiscais do Ibama aumentou de 12 para 30. A Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) cedeu ainda mais dez servidores para reforçar a operação. "Esta semana vamos intensificar os trabalhos, pois na primeira semana, apesar de ter sido bom, gastamos muito tempo para resolver os problemas iniciais."

O advogado do Sindimata (Sindicato das Indústrias Madeiras de Tailândia), Christian Bomm, disse que a entidade vai recorrer contra as multas, os embargos e as apreensões feitas nas empresas. "Houve um procedimento no mínimo equivocado dos fiscais", afirmou. "A medição da madeira, feita por estimativa e média ponderada, no "chutômetro", é um procedimento nulo e viciado", declarou.

Segundo o advogado, a defesa tentará anular os autos de infração para obrigar o governo a devolver a madeira apreendida. Bomm também não descartou a possibilidade de recorrer à Justiça para buscar "reparação por perdas e danos".

\*A repórter-fotográfica **MARLENE BERGAMO** sobrevoou Tailândia num helicóptero do Ibama

### **Municípios já perderam 50% da floresta** – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2008

Os 36 municípios que mais desmatam na Amazônia já perderam em média 50% de suas florestas. A estimativa foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente, a pedido da Folha.

A cifra é um cálculo aproximado, como adianta o próprio ministério. Mas dá um retrato do passivo ambiental existente nos municípios escolhidos para serem palco de ação emergencial contra o desmatamento.

Indica também o quão duro será para proprietários rurais nessas áreas comprovarem a averbação de reserva legal para obter empréstimo em bancos a partir de 1º de julho. Nessa data passa a valer a resolução do Conselho Monetário Nacional, aprovada anteontem, que condiciona a cessão de crédito ao cumprimento de normas ambientais como a reserva legal.



Dos 36 municípios, somente 3 estão em conformidade com o Código Florestal, que determina a preservação de 80% da floresta em propriedades rurais no bioma Amazônia. São eles: Lábrea, no Amazonas, que mantém 91,35% de sua mata; Colniza, município criado há menos de cinco anos em Mato Grosso (84,14%); e sua vizinha Aripuanã, que passa de raspão pelo número de corte, com 79,22% de floresta.

A situação mais crítica é a de Brasil Novo, no Pará. À margem da Transamazônica, Brasil Novo tem apenas 17,47% de suas florestas em pé.

"A distribuição da infra-estrutura de estradas influencia a reserva legal", diz Paulo Barreto, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

André Lima, diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do ministério, faz ressalvas em relação ao levantamento. Primeiro, alguns municípios da lista têm áreas de cerrado, para as quais a permissão de corte raso é maior: 50%. "Mas quase todos são inteiramente de floresta."

Depois, há desmatamentos anteriores a 1996, quando entrou em vigor a Medida Provisória 2.166, que estabeleceu a reserva legal atual. Antes da MP, o desmatamento autorizado na Amazônia era de 50%.

Como gerir o passivo é motivo de debates. A Advocacia Geral da União diz que quem desmatou antes da MP não cometeu crime, mas poderá ser obrigado a recuperar sua floresta. É o entendimento do ministério.

Ruralistas no Congresso e produtores na Amazônia, no entanto, brigam pela redução da reserva para 50%, para se desobrigarem da recuperação.

### **Modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia é questionado – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2008**

Seguem as discussões dentro do governo brasileiro sobre um modelo de desenvolvimento alternativo que alie progresso econômico e preservação ambiental na Amazônia. A ABC (Academia Brasileira de Ciências) pretende apresentar até o final do ano, um estudo que mostre alternativas para os trabalhadores que hoje vivem do corte de madeira na região.

O avanço do agronegócio na Amazônia, representado principalmente pela pecuária e cana-de-açúcar, mais a exploração ilegal da madeira, são os principais responsáveis pelos altos índices de desmatamento registrados no ano passado.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a área desmatada na Amazônia em 2007 é do tamanho de 320 mil campos de futebol.

A irregularidade fundiária é outro agravante da situação. De acordo com um estudo publicado recentemente pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon), aproximadamente um terço das propriedades existentes na região são irregulares. Os donos dessas áreas são considerados posseiros, pois não possuem título de propriedade das terras.

A ABC quer que o estudo apresente idéias para o desenvolvimento de outras atividades na região, principalmente nas áreas de biotecnologia, biocosméticos, medicamentos e criação de peixes. No entanto, o órgão não discute soluções para os problemas da posse ilegal da terra.

**Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará** – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008

**Acampamentos tomaram floresta em Tailândia; invasões começaram há 19 anos - Estimativa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local; sem fiscalização, as áreas foram desmatadas e sua madeira foi vendida**

A omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia (a 218 km de Belém) permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hectares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa, segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados. Algumas áreas foram tomadas por invasores há 19 anos e até hoje não há decisão sobre os pedidos de desapropriação. Sem fiscalização, as glebas foram desmatadas, e a madeira, vendida. Em vários acampamentos, os sem-terra, que não têm acesso a créditos oficiais, ergueram pequenas carvoarias para aumentar a renda. "O governo não faz reforma agrária e o pessoal não consegue financiamento", disse o presidente do sindicato, José Valdir Hoss.

No mais antigo acampamento do município, o Pindorama, 48 famílias dividem uma área de 3.453 hectares, a 24 quilômetros da cidade. Em 19 anos, a floresta que existia no local se transformou em terra arrasada.

No local, há casas, bares, associação e escola. Parte da vila tem energia elétrica. A maioria dos trabalhadores que hoje moram lá comprou glebas de colonos que viraram grileiros.

Poucos são os remanescentes da invasão de 89. Um deles é José Campelo da Silva, 61. Ele cercou cem hectares e, em dez anos, quase tudo virou pasto. "Na época, não sabia de Ibama nem de lei sobre floresta."

Desde fevereiro, Tailândia é alvo de fiscalização na Operação Arco de Fogo. Ontem, mais 107 fornos de carvão em sete fazendas foram destruídos.

O Incra informou não ter "responsabilidade direta" sobre os acampamentos. A competência para tratar do caso seria, diz o órgão, dos movimentos sociais. No caso dos assentamentos, a eventual descoberta de crimes ambientais poderia levar o infrator à perda de seu lote. Quanto aos acampamentos, existiria a possibilidade de exclusão dos infratores da lista de beneficiários, desde que houvesse provas suficientes.

**Territórios da Cidadania consolida ações já existentes, afirma ministro Patrus Ananias** – Sítio Eletrônico do MDS – 04/03/2008

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, defendeu nesta segunda-feira (03/03), em Hanói, no Vietnã, o programa Territórios da Cidadania, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 25 de fevereiro. Em entrevista, por telefone, à Rádio Itatiaia (MG), o ministro lembrou que os principais recursos do programa são do Ministério, que investirá R\$ 4,8 bilhões – já previstos no orçamento – beneficiando 958 municípios em ações como os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). “É um grande avanço do ponto de vista da integração de políticas, com ação mais eficaz para beneficiar comunidades pobres”, afirmou.

Até a próxima quinta-feira (06) o ministro Patrus Ananias permanece em Hanói, onde está participando da 35ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição (SCN) da Organização das Nações Unidas. O evento reúne 430 participantes de 54 países para discutir desnutrição materno-infantil até a próxima quinta-feira (06).

*Roberta Caldo*

**Regra garante embargo em áreas desmatadas e co-responsabiliza cadeia produtiva -**  
Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 04/03/2008

Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, a ser publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (5), irá garantir o embargo de áreas onde ocorreram desmatamentos ilegais, em especial nos 36 municípios que mais degradam a floresta amazônica. O texto regulamenta os procedimentos que serão tomados pelo Ibama e Instituto Chico Mendes (no caso de Unidades de Conservação) e também a fiscalização em empreendimentos agropecuários, para que estes não comprem produtos das áreas embargadas.

"A grande novidade é a co-responsabilização da cadeia produtiva e a inviabilização econômica das áreas desmatadas", destacou o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, em entrevista coletiva concedida nesta terça-feira (4) no MMA. Segundo ele, até então os embargos eram muitas vezes desrespeitados. A idéia é romper esse ciclo e inviabilizar totalmente o uso econômico das áreas onde houve desmatamento ilegal. "O objetivo é mostrar que o crime ambiental na Amazônia não compensa mais", acrescentou.

A instrução normativa faz parte de uma série de ações, como cadastramento dos produtores e inclusão de critérios ambientais na concessão de crédito, que estão sendo implementadas para reduzir tendência de aumento do desmatamento na Amazônia, detectada no segundo semestre de 2007.

De acordo com a instrução, nas áreas em que forem constatados problemas ambientais, a atividade econômica e o uso do local serão embargados pelo Ibama. Isto é, a área não poderá ser utilizada até sua recuperação. As áreas desmatadas ou degradadas serão georreferenciadas e as imagens disponibilizadas na internet para conhecimento público a partir da segunda quinzena de março. "Isso colocará a fiscalização em um novo patamar, com redução da impunidade na Amazônia e bloqueio da chegada de produtos oriundos de áreas desmatadas ao mercado", destacou Capobianco.

Serão feitas listas e mapas por municípios, inclusive com a malha viária e hidrográfica, que conterão informações como coordenadas, termo de autuação, nome do proprietário, data da vistoria e situação da propriedade, entre outras.

As imagens e as listas deverão ser consultadas pelos empreendimentos agropecuários e florestais. O objetivo é que eles saibam com antecedência quais os produtores que não respeitam a legislação ambiental e, assim, selecionem seus fornecedores.

O Ibama verificará as áreas embargadas por meio de imagens de satélite ou radar, sobrevôos com as aeronaves do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e ainda por vistorias em campo. Um primeiro sobrevôo será realizado em março e as imagens servirão de base comparativa daqui para frente nos 36 municípios selecionados, o equivalente a 800 mil quilômetros quadrados.

O descumprimento do embargo, pelos produtores, poderá acarretar em cancelamento do cadastro, registro ou licença de funcionamento da atividade junto aos órgãos ambientais, fiscais e sanitários; em representação no Ministério Público por crime ambiental e em aplicação de multa.

O Ibama também fiscalizará as empresas do setor e, para tanto, poderá exigir dos empreendimentos informações como qualificação de todos os fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, com o código dos produtores no sistema de controle agropecuário estadual. Também poderá solicitar dados sobre os imóveis dos fornecedores; sobre o total de produtos agrícolas ou da flora fornecidos ou, no caso de pecuária, de animais adquiridos. Os empresários terão 60 dias para oferecer as informações solicitadas. Se houver confirmação de compra de matéria-prima de área embargada, as empresas sofrerão penalidades, como restrição de crédito em bancos oficiais e multas.

O Ibama também poderá realizar vistoria ambiental nos empreendimentos, e poderá pedir apoio à Receita Federal e ao órgão de defesa agropecuária competente para prestar apoio no cruzamento de dados fiscais e de controle agropecuário disponíveis.

A sonegação da informação, ou o fornecimento de informação falsa ou enganosa que possa dificultar ou impedir a atividade de fiscalização ambiental, resultará em representação ao Ministério Público para apuração de responsabilidade penal.

O embargo pode ser retirado mediante as seguintes situações: verificação de nulidade do embargo; aprovação de plano de recuperação de área degradada pelo órgão ambiental competente, averbação da reserva legal e apresentação de certidão de regularização ambiental emitida pelo órgão ambiental competente.

#### **Ibama multa três políticos de Mato Grosso – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2008**

O senador Jayme Campos (DEM), o deputado estadual Ademir Brunetto (PT) e o prefeito de Itiquira, Ondanir Bortolini (PR), todos políticos no Mato Grosso, foram autuados pelo Ibama por infrações ambientais em 2007. A soma das multas aplicadas aos três políticos, por desmatamento, queima ilegal e falta de licenciamento ambiental para a criação de gado, chega a R\$ 7,4 milhões.

Das seis autuações, três decorreram de irregularidades na fazenda Santa Amália, do senador Jayme Campos. Segundo o Ibama, a propriedade tinha mais de 1.500 hectares de desmatamentos em áreas de preservação permanente. Ele recebeu R\$ 6.045.120 em multas.

O deputado Ademir Brunetto foi multado em R\$ 200 mil por falta de licenciamento ambiental para a atividade agropecuária na fazenda Santo Ângelo, em Alta Floresta. Ondanir Bortolini foi multado em R\$ 1.184.760 pelo desmate ilegal e queima sem

autorização de 402 hectares de mata nativa na fazenda Três Irmãos, em Novo Progresso (PA).

**Outro lado** - Campos diz que há 13 anos não faz novos desmates na fazenda. Ele atribui as três multas a uma "ação política" em represália a pronunciamentos que fez contra a "truculência" de fiscais do Ibama.

Brunetto admite que a fazenda não tinha o Licenciamento Ambiental Único, mas diz que regularizou a situação.

Bortolini, não forneceu detalhes por telefone, por se tratar de período pré-eleitoral: "Não sei se você é mesmo da **Folha** ou não".

#### **Territórios da Cidadania busca mais parceiros para ampliar ações** – Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2008

O coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e membro da coordenação do Programa Territórios da Cidadania, Carlos Mário Guedes de Guedes, apresentou o novo programa do Governo Federal para a equipe da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPOG), em reunião realizada na manhã desta quinta-feira (6). O encontro aconteceu na sede da SPU, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF).

Segundo Guedes, o objetivo da reunião foi integrar ações de gestão de lotes e imóveis públicos em áreas onde há comunidades tradicionais, feitas pela SPU, ao novo programa do governo. "A intenção é fazer com que essa gestão entre como uma nova ação do Programa, além das 135 já definidas. A harmonia entre o MDA e a e a SPU vai nos ajudar a direcionar mais ainda o trabalho", explica o coordenador.

A secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke, que solicitou a apresentação, se comprometeu em achar a melhor forma de contribuir. "O Territórios da Cidadania vem ao encontro do que é a nossa política. A base dela é fazer com que o patrimônio da União encontre uma função social e apóie os programas do governo, de inclusão social, de distribuição de renda e desenvolvimento local", afirmou.

Alexandra demonstrou interesse em ampliar as ações de apoio a regularização fundiária, principalmente das comunidades tradicionais no Território do Marajó (PA), um dos 60 contemplados pelo Territórios da Cidadania. A secretária solicitou aos técnicos de sua equipe que façam um levantamento em todas as gerências regionais do que já está

sendo feito e do que pode ser integrado as ações do Programa por lá e em todas as outras regiões do País.

**Regularização fundiária** - A SPU é responsável pela gestão de todos os lotes e imóveis localizados nas Terras de Marinha (beiras dos rios), onde um contingente de pescadores e comunidades tradicionais vivem como posseiros. A Secretaria já tem trabalhado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na regularização fundiária dessas famílias para que elas possam ter acesso a direitos sociais e políticas públicas como o acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo.

**Governo endurece regras contra o desmatamento** - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 07/03/2008

Conselho Monetário Nacional anuncia que medidas para restringir o acesso dos desmatadores ao financiamento público serão estendidas aos proprietários rurais de 520 municípios espalhados pelos nove estados da Amazônia Legal. MMA aperta o cerco aos comerciantes que negociam com quem desmata.

RIO DE JANEIRO – Alguns dias após determinar o recadastramento obrigatório de todos os grandes proprietários rurais nos 36 municípios considerados campeões do desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o governo federal dá seqüência, nesse início de março, ao anúncio de medidas que visam a diminuir o ritmo de devastação da Amazônia.

Em resolução publicada no Diário Oficial de segunda-feira (3), o Conselho Monetário Nacional (CMN) informa que as medidas adotadas pelo governo para restringir o acesso dos desmatadores ao financiamento público serão estendidas aos proprietários rurais de 520 municípios espalhados pelos nove estados da Amazônia Legal. No dia seguinte, foi a vez do MMA anunciar a adoção de medidas punitivas aos comerciantes e afins que comprarem ou venderem produtos oriundos de áreas de desmate ilegal.

As novas regras de financiamento anunciadas pelo CMN entrarão em vigor no primeiro dia de julho. A partir daquela data, para ter acesso a qualquer linha de crédito rural, o proprietário deverá apresentar aos órgãos públicos o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) em dia, além de uma declaração certificando que sua propriedade não sofre embargo por atividade de desflorestamento ilegal.

Além de ter que apresentar esses documentos, o proprietário rural somente poderá pedir financiamento para atividades na Amazônia se tiver também em mãos uma autorização concedida pela Secretaria de Meio Ambiente de seu estado. Mesmo não sendo obrigados a fazer seu recadastramento junto ao Incra, ao contrário dos proprietários rurais dos 36 municípios que mais desmatam, os demais proprietários nos 520 municípios amazônicos terão de cumprir as novas exigências do CMN assim que solicitarem financiamento.

Assim como o recadastramento obrigatório, as exigências do CMN se aplicarão somente aos considerados grandes produtores, que são donos de terras com tamanho superior a quatro módulos fiscais, medida que, dependendo da região, varia entre 200 e 360 hectares. As novas regras de acesso ao crédito valerão em parte dos municípios de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins e em todos os municípios do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá e Roraima.

A anunciada ofensiva contra os comerciantes, por sua vez, foi publicada no Diário Oficial de terça-feira (4). De acordo com uma instrução normativa do MMA, aqueles que quiserem fechar negócio com produtores da Amazônia terão primeiro que consultar na internet a lista, que será atualizada regularmente pelo governo a partir de 17 de março, com os nomes dos proprietários impedidos de explorar suas terras. A partir de agora, o comerciante que fizer negócio com uma propriedade embargada pelo governo também será punido como desmatador e co-responsabilizado por crime ambiental.

Segundo o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, o objetivo do governo é fechar o cerco aos supermercados, frigoríficos, construtoras, lojas de móveis, restaurantes e demais estabelecimentos que compram madeira e outros produtos florestais das fazendas que destroem a Amazônia. De acordo com as novas regras, as mercadorias compradas também serão imediatamente recolhidas: “Hoje, o proprietário multado recorre para não pagar a multa, mas pode vender o seu produto. Agora, isso vai acabar”, afirma Capobianco.

**É preciso mais** - O sucesso do cerco a “outra ponta” do desmatamento será fundamental para que o governo atinja o difícil objetivo de desestimular economicamente a destruição da floresta. Sem ele, operações contra madeireiras, serrarias e afins se resumirão a um exercício de enxugar gelo. Um exemplo dessa realidade é Tailândia (PA), cidade que foi palco da maior apreensão de madeira ilegal feita até aqui pela Operação Arco de Fogo.

Não é segredo para ninguém que 80% da madeira queimada nas carvoarias de Tailândia serve para alimentar as usinas de ferro-gusa que funcionam na região de Marabá. Por isso, a ação contra aqueles que fazem negócios com os desmatadores parece urgente no estado do Pará. Sem medidas punitivas a esses compradores, a ação do governo não será completa.

Nesse sentido, seria bastante produtivo se o governo também apertasse o cerco aos maiores mercados consumidores internos da madeira amazônica. Iniciativa interessante foi tomada pela Superintendência do Ibama no Rio de Janeiro, que desde o fim de fevereiro intensificou a fiscalização sobre as maiores transportadoras de madeira do estado. O mesmo poderia ser feito em São Paulo. É sabido que, além do grande consumo de madeira amazônica dos dois estados, os portos do Rio e de Santos servem para escoar madeira ilegal para o exterior.

Outra necessidade fundamental para frear o desmatamento é, sem dúvida, aumentar a eficiência interna do próprio governo no que concerne à aplicação das medidas para conter as atividades ilegais na Amazônia. Divulgados quase ao mesmo tempo esta semana, um estudo do Greenpeace e uma consultoria independente solicitada pelo MMA chegaram



à mesma conclusão: somente um terço das ações contra o desmatamento previstas pelo governo desde 2004, quando foi lançado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, foi efetivamente implementado. É preciso mais.

**As voltas que o clima dá** - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/03/2008

No momento em que estas linhas são escritas, realiza-se mais uma reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), para que representantes dos governos federal e estaduais, ONGs e instituições científicas definam “as contribuições ao projeto de lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a ser encaminhado ao Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima”. Estranho - 15 anos depois de haver assinado a convenção do clima - o governo federal ter criado apenas no ano passado um comitê para definir essa política, quase ao mesmo tempo que, só então, instituiu também uma Secretaria de Mudanças Climáticas no Ministério do Meio Ambiente. Mas já há um projeto de política nacional, que, entretanto, mereceu muitos reparos na reunião do FBMC, no dia 21 de fevereiro.

Nessa discussão, a secretária de Mudanças Climáticas, Thelma Krug, explicou as dificuldades em avançar na redução do desmatamento em florestas e respectivas emissões. A proposta brasileira de um fundo para que os países industrializados compensem financeiramente as reduções, apresentada na reunião de Bali, em dezembro, foi questionada nos debates. Segundo a ata da reunião, “a avaliação feita aponta que os países ricos não aportarão recursos para um fundo que, de fato, venha a fazer diferença”. Quanto ao texto para uma política nacional do clima, que deverá ser transformado em projeto de lei, se considerou que a base científica “é muito incipiente” e sua ampliação precisará ser exatamente um dos objetivos do plano. Entendeu-se também que o anteprojeto, excessivamente sintético, “não é eficaz”, precisa ser ampliado para incluir a educação ambiental, ser mais claro quanto aos impactos sobre a saúde pública, entre outros pontos.

Na verdade, é um projeto ainda ambíguo em certos pontos, principalmente no crucial: definir se o País aceita ou não metas obrigatórias de redução das emissões. Ele menciona apenas a necessidade de “adotar ações de mitigação da mudança do clima no contexto do desenvolvimento sustentável que sejam, sempre que possível, mensuráveis, passíveis de serem informadas e verificáveis”. E inclui um parágrafo que traduz a antiga visão de setores da segurança nacional e da diplomacia, contrários à aceitação de pagamento pela conservação da floresta, por entenderem que fere “o direito soberano do Brasil de utilizar seus recursos naturais segundo políticas ambientais e de desenvolvimento”.

A proposta de política inclui entre suas diretrizes “mitigar a mudança do clima por meio da redução de emissões antrópicas por fontes e do fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa”. Parece uma referência à tecnologia de capturar as emissões de carbono na fonte emissora e sepultá-las no fundo da terra ou no fundo do mar. É uma tecnologia em que os EUA, por exemplo, pareciam, até há pouco, depositar muita esperança e que foi considerada “tecnicamente viável” pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, mas ainda sujeita a avaliações mais amplas dos pontos de vista geológico, hidrológico e da biologia marinha. Há poucas semanas, porém, a Secretaria de Energia dos EUA recuou da decisão de apoiar com US\$ 1,3 bilhão o primeiro projeto experimental em larga escala, previsto para o Estado de Illinois. Também

uma grande empresa petrolífera colocou em banho-maria projeto dessa natureza que levaria para o fundo do Mar do Norte emissões de uma usina de energia na Escócia. A União Européia tem planos para 12 unidades desse tipo até 2015, mas ainda não destinou recursos. Austrália e China seguem com seus projetos. No Brasil, a Petrobrás inicia experiências na área.

Na reunião do FBMC, definiu-se que “divergências científicas” a respeito do clima “devem ser respondidas pelo meio acadêmico”. E exatamente nesta semana se está realizando a reunião em que 60 cientistas “céticos” apresentam seus argumentos de que, embora a temperatura da Terra realmente esteja aumentando, as mudanças no clima se devem a um ciclo natural de aquecimento e resfriamento. A seu ver, é preciso “afastar o alarmismo”, desmentir a “tese apocalíptica”, negar as acusações de que eles sejam, na maioria, cientistas financiados pela indústria do petróleo, como disse o ex-vice-presidente Al Gore. Um dos líderes do encontro é o “ambientalista cético” Bjorn Lamborg, que, quando publicou seu livro negando as teses sobre mudanças do clima e atacando vários de seus defensores, recebeu respostas contundentes e ácidas de vários atingidos, entre eles Thomas Lovejoy e Edward Wilson, que apontaram suas deficiências até na estatística, sua área de formação acadêmica.

Seja como for, a questão do clima continua em ebulição. A Agência de Proteção Ambiental dos EUA bloqueou há pouco uma iniciativa do Estado da Califórnia de impor limites para a emissão de poluentes por veículos - e está recebendo uma chuva de protestos. A área das finanças por muitos caminhos manifesta sua preocupação. O Bank of América Corp. afirma que o Congresso norte-americano precisa criar um sistema de comércio de emissões e diz que passará a “definir o custo do carbono” e os riscos climáticos nos empreendimentos que vier a financiar. Fundos de pensão comprometeram-se com a ONU a destinar US\$ 10 bilhões para tecnologias capazes de reduzir emissões e vão pressionar as empresas com que negociam para que tornem público seu “passivo climático”. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, pediu a criação do “primeiro banco de carbono independente na Europa”, que seja “mais rigoroso com os esquemas de comercialização de emissões”.

Só que nessa mesma hora novos acordos permitirão mais 200 vôos diários partindo da Inglaterra para os EUA, quando o setor do transporte aéreo é aquele em que mais crescem proporcionalmente as emissões de poluentes...

**Washington Novaes é jornalista E-mail: [wlrnovaes@uol.com.br](mailto:wlrnovaes@uol.com.br)**

**Plano para controle do desmatamento emperra** - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008

Levantamento do Greenpeace mostra que mais de dois terços das 32 ações previstas pelo governo, há quatro anos, não saíram do papel

Quem acompanha a recente discussão sobre o desmatamento na Amazônia pode não lembrar, mas o governo federal - na figura de 11 ministérios - desenhou um complexo plano para controlar o problema há quatro anos. Só que ele pouco caminhou desde seu lançamento, indica uma análise feita pela ONG Greenpeace e divulgada ontem.

Menos de um terço (10) das 32 ações estratégicas previstas em 2004, quando o plano foi lançado, foi implementado até julho de 2006 - entre elas, apenas três dentro do cronograma. Onze foram parcialmente executadas e 11 nem saíram do papel.

As ações são desmembradas em 162 atividades em três eixos. O primeiro, ordenamento fundiário e territorial, apresenta a maior taxa de sucesso: metade foi executada. Mas isso não significa sucesso de fato, diz o coordenador do trabalho, Marcelo Marquesini.

Foram criadas unidades de conservação em regiões de avanço do desmatamento, como na Terra do Meio, no Pará, e ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Entre elas ainda existem “parques de papel”, que não foram demarcadas nem têm um plano de manejo.

Já o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), preparado pelo governo federal, não é usado para formular políticas de desenvolvimento na Amazônia, lembra Marquesini. O mesmo acontece com modelos de mudança no uso da terra, de acordo com diferentes políticas públicas. A atividade foi executada; o trabalho, pouco ou nada aplicado na prática.

**METAS** - Nos últimos três anos, quando foi registrada uma queda no ritmo do desmatamento, o eixo de monitoramento e controle foi indicado como causa importante pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. (Com o repique observado nos últimos meses do ano passado, a responsabilidade dessas ações foi minimizada.)

O Greenpeace afirma que, das sete ações estratégicas, apenas duas foram executadas: o aprimoramento dos sistemas de observação por satélite e a revisão de portarias, resoluções e instruções normativas relacionadas com licenciamento ambiental.

Já no eixo de fomento às atividades sustentáveis - a parte que trata de diminuir a ilegalidade e estimular atividades sustentáveis - apenas 24% das ações foram cumpridas, afirma a ONG. Mesmo contando os recentes avanços nesse eixo, como exigências adicionais para a concessão de crédito rural na Amazônia, criadas pelo Conselho Monetário Nacional na semana passada, ainda há um longo caminho a ser trilhado.

“O plano não é de todo ruim, mas precisa ser totalmente implementado e aprimorado”, afirma Marquesini. “É preciso adotar uma meta de redução da taxa do desmatamento. O Bolsa Família tem meta. A reforma agrária também. Para o desmatamento, não há meta real.”

A avaliação que o Greenpeace faz não difere muito de outra análise do plano, feito pela Casa Civil, que coordena os trabalhos. Como o Estado adiantou em janeiro, o trabalho

detectava limitações, como dispersão de recursos e falta de indicativos quantitativos. Procurada pela reportagem, a Casa Civil, por meio de sua assessoria de imprensa, avisa que “não irá se manifestar sobre o relatório do Greenpeace” e que “este tema pode ser analisado pelo Ministério do Meio Ambiente, que tem competência para tal”.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Paulo Capobianco, afirma que a meta do governo federal é “desmatamento ilegal zero” - ainda que no plano a questão apareça como alvo de desestímulo, não de eliminação. “Está tudo perfeito? Claro que não. Mas a responsabilidade do governo é bastante clara, de redução e controle do desmatamento, e estamos trabalhando para estimular uma transição para a legalidade”, diz Capobianco.

Segundo ele, uma série de ações que foram tomadas nos últimos anos só apresentará resultado a partir de 2008. O melhor exemplo é a gestão de florestas públicas, que dependeu da formulação da lei, sancionada em 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que aguarda o resultado da primeira licitação.

Para o secretário-executivo, todos os 11 ministérios envolvidos no plano trabalham em parceria. “Existe uma tendência a creditar ao MMA os maiores resultados. Isso não é verdade”, afirma. “Os resultados dependem da articulação do governo e de um plano político mais amplo. É o que dá tranquilidade, por exemplo, para o presidente tomar a atitude de criar unidades de conservação daquela magnitude.”

“A tarefa é maior do que um governo. É preciso envolver a sociedade”, diz o diretor da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário.

### **Emergentes vão emitir mais CO<sub>2</sub> que ricos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008**

Conclusão é da OCDE, entidade que reúne as economias mais prósperas

Brasil, China, Índia e Rússia vão emitir mais dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>, o mais importante gás do efeito estufa) por ano do que todos os países ricos juntos até 2030. Os dados são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ontem publicou estudo de 500 páginas sobre o tema. “O rápido crescimento econômico das economias emergentes significa que em 2030 os quatro países vão emitir mais que os 30 países da OCDE juntos”, diz o texto. Somente a China seria responsável por 50% do crescimento desse bloco de países.

Os emergentes precisariam mudar o padrão de crescimento para evitar os erros das economias ricas. “As soluções são viáveis, especialmente comparando com os custos dos problemas”, afirmou Angel Gurría, secretário-geral da OCDE. Se nada for feito, as emissões de gases aumentarão em 37% até 2030 e em 52% até 2050.

Segundo o estudo, o consumo de energia nas economias emergentes irá aumentar em 72% nos próximos 25 anos, contra uma alta de 29% nos países ricos. Se os padrões de crescimento econômico forem mantidos, as emissões dos países emergentes aumentarão em 46% até 2030.

A OCDE alerta que, se forem impostos limites às emissões dos emergentes equivalentes aos dos países ricos, o mundo pode chegar em 2050 com as mesmas taxas de CO2 registradas em 2000.

**GEOPOLÍTICA DO CLIMA** - O estudo da OCDE reforça o discurso dos países ricos de que os emergentes não podem continuar no mesmo passo sem que entrem em acordos internacionais, vinculantes, para também limitar suas emissões.

O Brasil rejeita essa imposição de limites de emissão de CO2 lembrando que o planeta encontra-se no atual estado por causa da emissão acumulada desde a Revolução Industrial decorrente do desenvolvimento dos países ricos. Para o Itamaraty, seria injusto, agora, querer cobrar dos emergentes a conta pelas emissões das últimas décadas.

Mas, para a OCDE, o custo de um ajuste na economia mundial para lidar com os problemas ambientais não é alto. Por seus cálculos, em vez de crescer 99% nos próximos 25 anos, o PIB mundial cresceria 97% se políticas ambientais fossem colocadas em prática. O resultado valeria o pequeno sacrifício: uma redução de 33% da poluição do ar e de 12% das emissões de CO2 até 2030.

A questão, reconhece a OCDE, é como essa conta será dividida. Para a entidade, a responsabilidade deve ser de todos, mas uns terão de pagar mais que outros. “Temos de lidar com a questão de quem pagará pelos ajustes”, admitiu Gurria.

**Cientistas vêem ligação entre seca e aquecimento** - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 07/03/2008

Fenômeno que atingiu a Amazônia em 2005 teria sido intensificado

Um estudo realizado por cientistas brasileiros indica que o aquecimento global pode ter piorado a seca que atingiu a Amazônia Ocidental em outubro de 2005, uma das mais severas já registradas na região. Na época, rios caudalosos, como o Solimões, secaram a ponto de a navegação ser interrompida.

A pesquisa foi publicada na revista *Philosophical Transactions of the Royal Society B*. É uma análise da influência do aquecimento anormal das águas superficiais do Atlântico Tropical Norte no fenômeno.

Os oceanos estão cerca de 0,6°C mais quentes devido à elevação da temperatura global. Estudos prévios indicam que o Atlântico Tropical Norte está 0,5°C mais quente do que há 50 anos. E, naquele ano, a média ali era de 1°C a mais.

Isso teria induzido a uma mudança na circulação atmosférica naquele setor do Atlântico e, por consequência, a uma alteração nos ventos sobre a Amazônia. O efeito máximo, afirmam os cientistas, aconteceu no sudoeste e no oeste da Amazônia em agosto, setembro e parte de outubro - mês que normalmente já traz as chuvas do “inverno amazônico”.

A Amazônia sofre ciclos sazonais de seca e chuva. Contudo, uma seca daquela proporção é rara, especialmente na região ocidental.

“Está mostrado que a gênese da seca foram as águas quentes do Atlântico Tropical Norte. O aquecimento global já esquentou os oceanos e parte da razão de o Atlântico ter estado mais quente vem do aquecimento global”, diz o climatologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), um dos autores do estudo (que foi liderado por seu colega José Marengo). “Pode-se concluir que, não a existência da seca, mas sua intensidade, pode ter dependido de quão quente esteve o oceano - e isso, em parte, se deve ao aquecimento global.”

Exatamente pelo fato de ser um fenômeno raro, o climatologista afirma que existem poucos dados sobre ele. Nobre é, portanto, cuidadoso em sua avaliação e afirma que ainda não é possível explicar, por exemplo, todo o mecanismo que provoca a seca na Amazônia Ocidental, tampouco a chuva intensa (“dilúvio”, como chamou) que se seguiu. “A dinâmica do sistema climático é extremamente complexa e precisamos demonstrar exatamente o que aqueles 0,5°C mais quentes, devido ao aquecimento global, influenciaram naquela seca”, afirma. “Isso é mais difícil, mas as nossas pesquisas continuam.”

O mesmo aquecimento anormal do Atlântico Norte parece ser fornecido mais energia ao furacão Katrina, que devastou a cidade de Nova Orleans no mesmo ano.

**Governo só fez 30% de ações antidesmate** – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2008

**Conclusão é do Greenpeace, que culpa Casa Civil por implementação falha de plano contra as derrubadas na Amazônia - Falta de coordenação das ações do governo também é apontada por especialistas independentes, que vêem no PAC risco para a floresta**

O governo federal falhou ao implementar a maior parte das ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, e isso ajuda a explicar a aceleração na derrubada observada a partir de meados do ano passado.

A conclusão é de duas análises do plano feitas independentemente -uma pela ONG ambientalista Greenpeace e outra por um grupo de consultores contratado pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente).

A análise do Greenpeace ([www.greenpeace.org/brazil](http://www.greenpeace.org/brazil)) foi apresentada ontem. Segundo a ONG, em quatro anos, apenas 31% das 32 ações previstas no plano foram "quase ou integralmente cumpridas".

A maioria das ações, especialmente as de fomento a atividades econômicas sustentáveis na região amazônica, ainda não havia sido implementada no período analisado pelo relatório -2005 a 2007. Entre elas está a reforma na política de crédito rural, algo que o governo só começou a fazer nos últimos três meses, e o aproveitamento de áreas já degradadas para a produção agropecuária. Esta última medida, vital para a redução da pressão sobre a floresta, jamais saiu do papel.

Segundo o relatório, a falta de coordenação da Casa Civil (que chefia a execução do plano por 13 ministérios) foi o principal fator de atraso na implementação do plano. "Faltou sinalização clara da Casa Civil sobre a prioridade do plano contra o desmatamento", afirma o relatório. Isso se refletiu no contingenciamento de recursos que deveriam ser destinados às ações de fiscalização e na falta de articulação entre as tarefas que cada ministério deveria desempenhar. "Vários ministérios agiram no sentido contrário, inclusive, com ações que favorecem o desmatamento", afirmou Marcelo Marquesini, do Greenpeace, autor principal do estudo.

A mesma falta de interesse da Casa Civil em assumir o plano foi notada por um grupo de especialistas designados pelo MMA para avaliá-lo. Eles devem entregar suas conclusões em breve à ministra Marina Silva, mas já adiantam que um outro fator precisa urgentemente ser avaliado: o impacto das obras de infra-estrutura do PAC na Amazônia. O componente infra-estrutura nem ao menos faz parte do plano contra o desmate: foi excluído em 2004, por ordem da ministra Dilma Rousseff.

Segundo Marquesini, a ação emergencial que o governo vem adotando de janeiro para cá tem o potencial de ajudar a frear o desmate neste ano, mas isso não é garantido. "O governo não tem gente para segurar o desmate", afirmou ele.

A Casa Civil disse que não iria comentar o relatório.

**Greenpeace: governo falha na Amazônia** - Soraya Aggege – O Globo – O País – 07/03/2008

SÃO PAULO. Mesmo com todas as promessas e demonstrações de empenho, o governo federal cumpriu somente 31% de suas metas para conter o desmatamento na Amazônia Legal, três anos depois de lançar o Plano de Ação para a Prevenção e Controle



do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), em março de 2004. A conclusão é de um estudo detalhado feito pelo Greenpeace na Amazônia.

A análise, divulgada ontem, afirma que as falhas são, principalmente, da Casa Civil do governo Lula. O baixo índice de execução, afirma o relatório, seria reflexo da falta de coordenação política e executiva da Casa Civil, que não possibilitou a integração dos 13 ministérios participantes. Procurada pelo GLOBO, a ministra, Dilma Rousseff, disse ontem que não se manifestará sobre o caso.

Fazendas driblam satélites devastando pequenas áreas O relatório aponta ainda as possíveis causas da retomada do desmatamento, detectada no segundo semestre do ano passado — quando, segundo o próprio governo, o desmate chegou a sete mil quilômetros quadrados. Além do descumprimento do plano, o estudo detecta causas externas para o aumento do desmatamento, como o crescimento das commodities agrícolas e da carne.

— Nos sobrevôos que fizemos sobre os 36 municípios priorizados, detectamos que são muitos pequenos desmatamentos, dentro das fazendas, como um tipo de drible para escapar das multas. Outros fazendeiros rareiam a floresta, de maneira disfarçada, para colocar pasto e gado entre poucas árvores, escapando, em tese, de satélites, já que a Região Amazônica é geralmente coberta de nuvens. Em Mato Grosso e Rondônia, esses disfarces já tiraram a característica da floresta — disse Paulo Adário, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace.

Apenas três metas foram cumpridas no prazo previsto Mais de 60% das atividades do Plano de Ação do governo não aconteceram como o previsto, segundo o estudo. De maneira geral, das 32 ações estratégicas, 10 (31%) foram quase ou integralmente cumpridas até 2007, 11 (34%) foram parcialmente cumpridas e 11 (34%) não foram cumpridas ou foram incipientes. Das 10 atividades cumpridas, apenas três (30%) foram executadas nos prazos previstos, demonstrando que o governo subestima o esforço necessário para sua execução. Outra falha apontada é a falta de um plano de metas de contenção do desmatamento.

— Como o Fome Zero tem metas, assim como o desemprego, é preciso estabelecer metas contra o desmatamento — disse Adário.

A organização lembra que há uma moratória da soja em vigor.

Embora o preço principal da commodity tenha crescido mais de 70% nos últimos 12 meses, as grandes negociadoras de soja — que compram a produção e geralmente financiam o plantio — se comprometeram em 2006 a não comercializar grãos provenientes de desmatamentos recentes.

Assim, nas áreas desmatadas não se encontra soja, mas desmatamentos das próprias fazendas de soja para outros fins.

Para a ONG, é preciso mudar a política de incentivos financeiros de outras commodities. Algumas outras explicações sobre as possíveis causas da retomada do desmatamento são apontadas no relatório, além do descumprimento do plano governamental, como a transferência da responsabilidade por monitorar e autorizar o licenciamento de propriedades rurais.

Nome do relatório é referência a Blairo Maggi O nome do relatório do Greenpeace, “O Leão Acordou”, é uma resposta ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, conhecido como “Rei da soja” e acusado de devastar a floresta pela ONG. Em outubro passado ele disse que “o desmatamento é um leão adormecido”.

Se dormia, acordou com muita fome, diz o Greenpeace. A assessoria de Maggi contestou o relatório. “Ocorre que os levantamentos mensais da ONG Imazon — Instituto

do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, através do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) —, que são publicados no Boletim Transparência Florestal ([www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)) indicam o contrário, uma queda acentuada de 21% no desmatamento no estado do Mato Grosso no mesmo período do DETER.

Entretanto, no estado do Pará, cujo plantio de soja é incipiente, houve uma forte expansão do desmate da ordem de 74%”, diz a nota da assessoria.

O governo de Mato Grosso argumenta ainda que no período de agosto a dezembro do ano passado o desmatamento no estado diminuiu sensivelmente, conforme dados oficiais do INPE — Sistema PRODES.

### **Sobrevôos sobre região começarão ainda este mês – O Globo – O País – 07/03/2008**

Aviões captarão imagens de radar de áreas desmatadas Representantes do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério do Meio Ambiente e do Estado Maior da Aeronáutica definiram ontem os últimos detalhes para a realização de sobrevôos dos aviões R99B para captar imagens de radar nos 36 municípios que mais promovem desmatamento ilegal na Amazônia.

Os sobrevôos devem começar este mês. Estão previstas 300 horas de voo, cobrindo uma área de 789 mil quilômetros quadrados. Serão colhidos dados detalhados das propriedades rurais embargadas por realizar desmatamento ilegal, o que permitirá ações de repressão a novas infrações por agressão ao meio ambiente.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a obtenção das imagens de radar será extremamente importante para que o governo possa acompanhar se está sendo respeitado o embargo declarado a áreas nas quais houve desmatamento, degradação, queimadas ou exploração de vegetação sem autorização oficial. Ainda de acordo com o secretário-executivo, a meta é realizar vigilância aérea periódica sobre as propriedades embargadas. Com isso, será possível verificar se houve reincidência em crime ambiental e agilizar a ação dos agentes de fiscalização.

— Precisamos garantir que as sanções sejam efetivamente aplicadas disse o diretor-geral do Censipam, Marcelo Lopes.

### **Preservação estreita na Amazônia – O Globo – Ciência – 07/03/2008**

Os corredores de proteção ambiental localizados ao lado dos rios e igarapés na Floresta Amazônica são estreitos demais.

É o que garante um estudo feito por pesquisadores da Universidade de East Anglia, na Inglaterra, liderados pelo brasileiro Carlos Peres.

Segundo eles, a extensão atual, prevista pelo Código Florestal Brasileiro, que é de no mínimo 60 metros é insuficiente para proteger a biodiversidade local.

A divulgação do estudo, publicado na revista “Conservation Biology”, acontece num momento em que os índices de desmatamento na região voltam a subir após três anos em queda. Pelo Código, os rios com menos de 10 metros de largura precisam ter uma mata

de galeria mantida como área de preservação permanente com, no mínimo, 30 metros de largura de cada um dos seus lados. Mas após analisar a importância desses corredores na população de pássaros e mamíferos dessas regiões, os pesquisadores concluíram que essa área deve ser aumentada para, pelo menos, 400 metros de extensão.

— Há propostas em discussão no Congresso para diminuir esses requerimentos mínimos, quando, na verdade, eles precisam ser aumentados — explica Peres, natural de Belém e há 13 anos na Inglaterra.

— Trata-se de uma questão crucial na defesa da enorme biodiversidade do local. Esperamos que esse trabalho sirva como referência para que as autoridades tomem uma atitude em sua defesa antes que seja tarde demais.

A estimativa das dimensões ideais foi obtida depois que os pesquisadores da Universidade de East Anglia analisaram a biodiversidade de 37 áreas próximas ao município de Alta Floresta, no Mato Grosso, espalhadas por um terreno de 6.000 km<sup>2</sup>, no Arco do Desmatamento.

O trabalho foi feito durante seis meses, entre maio e outubro de 2005.

Áreas importantes para a renovação da fauna Esses corredores são considerados uma das opções para um problema chamado de fragmentação de habitat — o processo de isolamento de comunidades de animais e plantas em regiões cada vez mais devastadas e afetadas por atividades como a pecuária.

O estudo revelou a presença cada vez maior de rebanhos bovinos no norte do Mato Grosso. Queimadas também foram observadas durante a pesquisa.

Os corredores facilitariam a renovação de populações que, de outra forma, poderiam ser levadas à extinção. Segundo os cientistas, quanto mais amplos e bem preservados os corredores, mais espécies os utilizarão. O estudo sugere também que esses corredores sejam cercados, para ficarem livres de impactos causados pela pastagem de rebanhos ao seu redor.

## **Um retrato da floresta – O Globo – Ciência – 07/03/2008**

'Salve o Planeta' destaca desafios

A Amazônia é o tema do terceiro volume da coleção “Salve o Planeta”, publicada pelo GLOBO. O livro deste domingo destaca que preservar a Floresta Amazônica, reduzindo o desmatamento e garantindo a sua biodiversidade, é um dos maiores desafios do Brasil.

Cada livro é dividido em três partes: reportagens sobre grandes problemas ambientais; textos e fotos sobre espécies ameaçadas; e dicas sobre o que cada pessoa pode fazer, no dia-a-dia, para preservar o meio ambiente. Todos os livros da coleção “Salve o Planeta” têm 48 páginas e foram feitos em papel reciclado.

Os oceanos são o assunto do quarto volume. Ao todo, a coleção “Salve o Planeta” aborda 12 temas ambientais. Os livros seguintes são: Águas do Brasil, Ártico, Florestas, Antártica, Superpopulação, Energia, Mata Atlântica e Campos do Brasil. Cada livro é acompanhado por um bicho de pelúcia, representando espécies ameaçadas.

Para colecionar, basta juntar os selos publicados diariamente na primeira página do jornal. A cada sete selos colados na cartela que vem na Revista O GLOBO, mais R\$9,90, o leitor poderá fazer a troca pelo livro e o bicho de pelúcia. As trocas são feitas nas lojas Casa

& Vídeo. Parte da receita será destinada a projetos de preservação ambiental do WWF no Brasil.

### **Alta da soja põe em xeque pacto na Amazônia** - César Felício e Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 07/03/2008

O aquecimento do mercado internacional de soja pode levar as grandes *tradings* do setor a rediscutir alguns tópicos da moratória que proíbe a compra de grãos de áreas da Amazônia. A guinada na demanda pela *commodity*, que tem provocado recordes sucessivos nos preços, já levanta questionamentos sobre algumas "amarras" do acordo.

A principal delas é a impossibilidade de desmatamento dentro do limite permitido por lei - no caso do bioma amazônico, 20% da área total da propriedade. Nos moldes de hoje, a moratória vai além da legislação ambiental brasileira, proibindo a compra de soja proveniente de qualquer área desmatada da região amazônica.

"É difícil para o setor manter o compromisso de não comprar soja de áreas novas, se estiverem dentro dos limites legais. A União Européia com certeza vai pressionar, mas o crescimento da demanda da China tende a diminuir o peso do prêmio pago pelos europeus", afirmou ao Valor Jacyr Bongiolo, presidente do Grupo André Maggi. O grupo é um dos maiores produtores de soja do mundo.

O grupo Maggi pré-financia a produção de cerca de 700 sojicultores - o equivalente a cerca de 70% de seus fornecedores -, que são obrigados a aceitar o monitoramento completo de seu manejo ambiental. Mesmo com terminais fluviais em Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), o executivo diz que a empresa não compra produção do sul do Amazonas ou da região ribeirinha do Madeira.

A reclamação do setor, no entanto, ocorre desde o início das negociações para a moratória, anunciada em meados de 2006, mas tem subido de tom por uma razão simples: de dois anos para cá, a saca de 60 quilos da soja avançou de US\$ 10 para US\$ 23.

Segundo Bongiolo, o mercado em alta pode estimular *tradings* menores, não-sigmatizadas do acordo, a entrarem no mercado amazônico. "É preciso ajuda financeira do governo para a preservação da floresta, ou empresas que estão fora do acordo podem dar liquidez à produção de soja em áreas novas."

Paulo Adário, do Greenpeace, um dos grandes propulsores da moratória no Brasil, diz ter ouvido declarações semelhantes. "Ouvi alguns produtores em Alta Floresta [norte do Mato Grosso] dizendo que tem chineses batendo na porta deles... como quem diz, se vocês encherem muito, vendo pra eles. Mas claro que estamos falando de uma minoria".

Segundo o ambientalista, uma flexibilização da moratória - que permitisse corte de 20% da área florestal da propriedade rural - poderia ser feita no futuro, mas não sem contrapartidas. "Antes, todas as propriedades teriam de ser cadastradas no Incra, comprovar a reserva legal, o que quase ninguém faz", diz ele. "Começamos com restrição total, porque uma vez que começam a cortar, ninguém segura, perdemos o controle".

Um dos desafios será criar um marco legal para a preservação da reserva legal. Segundo Adário, muitos produtores não regularizam suas propriedades, porque acreditam que a medida provisória que determina o percentual de 80% de preservação da floresta pode mudar. "Há uma margem de insegurança jurídica. Com a transformação da medida provisória em lei definitiva, a regularização deslança", concorda Bongiolo.

Adário cita avanços propiciados pela moratória - o maior deles talvez tenha sido o de colocar à mesa traders e ambientalistas -, mas afirma que os desmatamentos ainda estão ocorrendo. Em diversos vãos rasantes realizados ao longo do ano passado sobre as propriedades de soja da região, os ambientalistas detectaram novas áreas abertas, ainda inutilizadas. "As áreas estão abertas e certamente eles não irão plantar tulipas ali."

Com o mercado de grãos em alta, essas áreas sugerem novo avanço na plantação para a próxima safra. Para a safra atual, de 2007/08, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já projeta elevação para 5,6 milhões de hectares (alta de 9,5%) no Mato Grosso apenas na produção de soja.

"É duro controlar a ponta da oferta quando a demanda é maior", admite o deputado federal Homero Pereira (PR/MT). "Só se planta muita soja, porque alguém está comendo muita soja". Ele pondera, no entanto, que ainda é grande a margem de expansão da cultura em áreas fora do bioma amazônico. Segundo Bongioiolo, dos 22 milhões de hectares de pastagem no Mato Grosso, 70% estão degradados e poderiam ser transformados em produção de grãos.

Ainda falta vontade política e coordenação no governo brasileiro para impedir o desmatamento da floresta amazônica. Um balanço dos quatro anos de ação do governo Lula na região, realizado pelo grupo ambientalista Greenpeace, mostra que somente 30% das ações estratégicas do chamado "Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal" foram cumpridas - o que ajuda a explicar a retomada do desmatamento no segundo semestre de 2007 para estimados 7 mil quilômetros quadrados.

Lançado em março de 2004, o plano envolve 13 ministérios sob coordenação da Casa Civil. Em tese, é uma política considerada boa. O problema, como mostra o documento intitulado "O leão acordou", é que muitas ações ainda não saíram do papel. Das 32 ações estratégicas, apenas 10 foram quase ou integralmente cumpridas. O pior desempenho esteve nas ações de fomento às atividades sustentáveis, "que deveriam consolidar um modelo de desenvolvimento não predatório, adaptado à realidade da região", diz o relatório.

Exemplo recente é o episódio em Tailândia, diz Marcelo Marquesini, engenheiro florestal da campanha Amazônia do Greenpeace e responsável pelo documento. "Eles mandam a polícia para impedir o desmatamento, mas não oferecem uma alternativa econômica à população", diz.

Em linhas gerais, o relatório aponta que falta transversalidade entre os órgãos, com ministérios agindo de forma independente e contraditórias em alguns casos. A falta de pessoal continua sendo o calcanhar-de-aquiles da política federal, seja para fiscalização ou para a implementação das ações públicas. A demarcação fundiária de propriedades rurais e terras indígenas tampouco avançou.

No balanço de erros e acertos, o relatório aponta como positiva a transparência maior de informações oficiais e a implementação das unidades de conservação criadas no "arco do desmatamento" para estancar a fronteira agrícola puxada pela soja. O Greenpeace, contudo, alerta: essas unidades foram criadas, mas ainda não implementadas. O que, portanto, não impede a ação de grileiros.

Combinando mais de 30 horas de vôo na região e imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Greenpeace notou mudanças no modus operandi das operações de desmatamento. Os holofotes sobre a floresta levaram a uma mudança de dinâmica: o corte das árvores foi pulverizado, passando de grandes áreas para pequenos lotes. Em 2007, foram identificados 28 mil polígonos de desmatamento com área de até 25 hectares, contra 233 acima de 300 hectares.

Outra prática: ao invés de arrancar de uma tacada dezenas de árvores (o chamado corte raso), tem aparecido o corte selecionado ou a queima parcial da floresta, de modo que o boi fica "escondido" entre as árvores que sobraram. **(BB)**

**Em meio à polêmica ambiental, Conab ratifica a safra recorde de grãos no país -**  
Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 07/03/2008

Em meio ao recente arrocho ambiental imposto pelo governo federal aos produtores rurais, dirigentes do Ministério da Agricultura aproveitaram a divulgação da estimativa de safra recorde no ciclo 2007/08 para defender o avanço da área plantada no país. "É preciso acabar com as falácias contra a expansão da fronteira agrícola", afirmou o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi. "A expansão não leva a indicadores de questionamento permanente como se tem feito. A cana tem sido uma vítima. Temos que fazer as coisas do real para a análise, e não da análise cerebrina para o real".

A Conab informou nesta quinta-feira que os produtores brasileiros elevaram em 533,4 mil hectares a área cultivada neste ciclo em comparação à temporada 2006/07. E a área cresceu mais justamente em Mato Grosso, principal foco das ações de combate ao desmatamento ilegal da floresta. O Estado plantou um adicional de 642 mil hectares de soja nesta safra (+8,3%), segundo a Conab. Em Tocantins, o crescimento bateu em 12%, ou 32,2 mil hectares. Os Estados do Pará (10,6%), Rondônia (8,4%) e Maranhão (1,1%) também avançaram na área de soja. A área de milho também aumentou na região. Em Mato Grosso, o crescimento chegou a 10,2 e no Pará, a 3,6%.

O ministro Reinhold Stephanes tentou explicar: "Quando há avanços de área, isso ocorre em cima de pastagens", defendeu. "A soja [avança] é na produtividade e o milho, no algodão ou na soja, em Mato Grosso". De fato, a área de milho safrinha no país é a que mais deve aumentar nesta safra: 7,3% ou 333,1 mil hectares. Mas a soja não ficou atrás ao ampliar o cultivo para 329,3 mil hectares em todos os Estados.

No total, estimou a Conab, o país deve colher 139,31 milhões de toneladas, um resultado 5,8% superior aos 131,73 milhões de toneladas da safra anterior. O adicional produzido nesta safra, de 7,58 milhões de toneladas, equivale à toda a produção de trigo e feijão do país.

Entre os principais destaques, está a segunda safra de milho, que já começou a ser plantada em algumas regiões, e deve ocupar 4,9 milhões de hectares, produzindo um recorde histórico de 17,25 milhões de toneladas (+16,8%). A colheita de soja, carro-chefe do agronegócio, deve somar 59,58 milhões de toneladas, resultado 2,1% superior à safra passada. "A safrinha de milho será recorde, mas ainda dependemos do clima. Mas mesmo com exportações no nível do ano passado, o setor de carnes pode ficar tranquilo que está garantido o abastecimento", disse o diretor de Logística da Conab, Silvio Porto.

Na comparação com a pesquisa da Conab feita em fevereiro, os números desta safra são 2,2% maiores, o que equivale a 2,9 milhões toneladas de grãos. Segundo a empresa, a produção foi estimulada pela alta produtividade da soja e pelo forte crescimento da área do milho safrinha. "A colheita, nesta fase inicial, está em pleno andamento, sem registro de perdas significativas", disse Silvio Porto.

Vilão da inflação em 2007, o feijão exibe um desempenho menos vistoso. A safra deve ser reduzida a 1,35 milhão de toneladas, uma queda 3,6%. O volume e a má distribuição das chuvas determinaram a queda da produção, segundo a Conab. Por isso, houve aumentos no preço da saca que está em torno de R\$ 150 no Paraná. "Até abril acho que teremos feijão a R\$ 100", apostou Porto. O clima bom e a boa produtividade em Mato Grosso elevaram em 2,2% a produção de algodão, para 1,55 milhão de toneladas de pluma. O clima também deve ajudar no crescimento de 71,5% no trigo, para 3,83 milhões de toneladas, segundo a Conab.

**Cidades ignoram fundo ambiental** - Adriana Fernandes e Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Vida & - 09/03/2008

Prefeituras deixam de arrecadar pelo menos R\$ 4 bilhões em compensações pelos danos provocados por obras

O desmatamento e os outros tipos de agressão ao ambiente rivalizam com as queixas de falta de dinheiro para ajudar na preservação, mas os recursos só não são maiores porque os municípios não se empenham na criação de fundos de compensação. Cálculo do presidente do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Elias Araújo, com base em levantamentos sobre a existência e o funcionamento de fundos ambientais, mostra que as prefeituras podem arrecadar pelo menos R\$ 4 bilhões para investir em ações ambientais.

A prática, porém, está longe desse ideal. Algumas cidades confundem compensação ambiental com escambo e aceitam doações de serviços e bens - carros e tratores, por exemplo - como contrapartida aos danos provocados por obras públicas e particulares.

Araújo baseia-se em estudo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), segundo o qual só 8% de cerca de mil fundos ambientais existentes no País - federal, estaduais e municipais - funcionam adequadamente.

O estudo foi feito em 2001, revisado em 2006 e novo levantamento está sendo feito pelo Funbio. O ambientalista Fernando Tatagiba, do Funbio, calcula que o percentual de fundos ambientais que operam adequadamente não ultrapassa os 10%.

**SÓ NO PAPEL** - De modo geral, as prefeituras não criam os fundos por falta de informação e capacitação, por indefinições da legislação e, às vezes, por conveniência política. Uma das fontes para os recursos destinados a ações ambientais é a Lei 9.985, de 2000, que fixa regras para a compensação ambiental e obriga empresas a aplicar, em unidades de conservação, pelo menos 0,5% do valor dos empreendimentos que causem grande impacto.

Tatagiba acredita que a tendência a médio prazo é que cada vez mais municípios se interessem em assumir responsabilidades de, por exemplo, licenciar projetos, que permitem às prefeituras obterem receita com as taxas de compensação. Hoje, os Estados são os principais responsáveis. Governos estaduais começam a municipalizar o licenciamento, mas às vezes enfrentam resistência dos prefeitos, como ocorreu no Espírito Santo (leia mais na pág. A24). “Assumir o licenciamento significa abrir uma fonte de recursos e dá crédito à imagem, o que é a chave para a captação de outros recursos”, diz Tatagiba, também coordenador da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais. Segundo o presidente do FNMA, que analisou arrecadações de municípios e Estados grandes, médios e pequenos, os mais de 900 fundos que ficam apenas no papel ou não cumprem a função de financiar ações poderiam gerar R\$ 4 bilhões, “em uma visão conservadora”, mas os recursos poderiam chegar a R\$ 6 bilhões anuais. “Existem várias formas de captar recursos e os fundos ambientais são a porta de entrada. Mas hoje há medo de vinculação de receitas. Os recursos não vão se realizar se não houver mecanismos para gerar a receita”, diz Araújo.



**Prefeitos evitam cobrança de taxa ambiental por motivações políticas** - Adriana Fernandes e Luciana Nunes Leal – Estado de São Paulo – Vida & - 09/03/2008

Para evitar desgaste com empresários, gestores municipais preferem deixar responsabilidade nas mãos do Estado

A perspectiva de grandes obras impulsionadas pela expansão da economia e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal está levando alguns Estados a se movimentar para dar agilidade à cobrança de taxas ambientais e à aplicação dos recursos. Um dos caminhos para isso é transferir aos municípios a responsabilidade pelo licenciamento de projetos que causam impacto no meio ambiente, ao menos os de menor porte.

A tarefa, no entanto, não é simples. Há mais de três anos o governo do Espírito Santo lançou um programa para municipalização do licenciamento, o que permitirá aos municípios receber a taxa de compensação ambiental, de no mínimo 0,5% do valor dos empreendimentos. Dos 78 municípios capixabas, só 6 (7,7% do total) assumiram a tarefa. Até o fim deste ano, somente mais 8 deverão aderir.

Para as prefeituras que alegaram falta de estrutura, equipamento e pessoal, o governo ofereceu computador e curso de capacitação. Mas isso não foi suficiente em muitos casos, e a resistência em assumir o licenciamento revelou uma preocupação mais política do que administrativa. “Muitos acham que é um desgaste político assumir a licença ambiental. E muitas vezes os prefeitos têm razão mesmo, o empreendedor faz pressão, reclama, depois não ajuda na campanha”, explica a secretária estadual de Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre.

Resultado: “O governo do Estado acaba licenciando desde um novo porto até um lava-jato ou uma oficina mecânica. Muitas vezes tenho que mandar um funcionário graduado a uma cidade distante para autorizar um posto de gasolina”, conta.

Um dos municípios que ainda não assumiram o licenciamento ambiental, embora tenha recebido os incentivos estaduais, é São Mateus. O secretário de Meio Ambiente do município, Antenor Malverdi Filho, diz que há estudos para assumir em breve a responsabilidade. “A gente não tinha corpo técnico nem conhecimento. Se apenas seis municípios assumiram até agora, é porque não é fácil”, diz. Antenor reconhece o peso da questão política na decisão de a prefeitura assumir as licenças, a cobrança de taxas e a fiscalização dos empreendimentos. “Infelizmente, tem a questão política. Aqui, estamos muito próximos do empreendedor, tem que ter paciência e jogo de cintura. Ele pressiona o prefeito, que cobra do secretário. Com a municipalização, fica mais fácil o secretário de Meio Ambiente perder o cargo.”

No Rio, o governo estadual fechou convênio com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), no valor de R\$ 1 milhão, para reestruturar o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam) e para criar um fundo específico de compensação ambiental, que receberá os recursos da cobrança. “A simples regulamentação traz uma enorme segurança jurídica, já que a compensação tem impacto no

custo do investimento. Ao se explicitar valor e uso, há uma sinalização favorável ao investidor”, diz o secretário de Fazenda do Rio, Joaquim Levy.

Levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) aponta que, até 2010, o Estado terá R\$ 107 bilhões em investimentos. Como grande parte refere-se a obras de infra-estrutura, indústria de transformação e turismo, no mínimo R\$ 500 milhões em compensação financeira vão reforçar o novo fundo. No Estado, dos 92 municípios, 21 (23%) assumiram o licenciamento.

**FRAGILIDADE** - Segundo o coordenador da unidade de Instrumentos Econômicos do Funbio, Manoel Serrão, os recursos cobrados com base na Lei 9.985 chegam “pingados”. Para piorar, o que entra no caixa não é destinado exclusivamente à demarcação e à preservação de unidades de conservação.

O superintendente de conservação da organização não-governamental WWF, Cláudio Maretti, reforça as críticas. Para ele, a taxa de compensação ambiental deve ser cobrada exclusivamente em dinheiro e os recursos não podem ser usados para outros fins, como pagamento de salários e manutenção dos órgãos ambientais.

“Para o desenvolvimento sustentável do País, a unidade de conservação tem que ser tratada como se fosse uma escola, um hospital”, diz Moretti.

A situação ideal - recursos destinados exclusivamente à preservação - esbarra na realidade financeira de Estados e municípios. Em Goiás, 30% da receita do fundo ambiental é usada na manutenção da Secretaria de Meio Ambiente. Em Belo Horizonte, os recursos servem à implementação de projetos, mas também ao pagamento de salários e outras despesas. “É um defeito que o nosso fundo tem. Seria melhor que tivesse autonomia, mas depende de tramitação na Câmara Municipal e não é simples”, diz a titular da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente, Flávia Moura Parreira do Amaral.

**TROCAS** - O pagamento da taxa de compensação ambiental por meio de bens e serviços, em vez de dinheiro, é prática comum nos municípios. Em Goiânia, o presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma), Clarismino Luiz Pereira Júnior, também presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), conta que a agência já recebeu veículos e equipamentos como pagamento pela licença para empreendimentos de grande impacto ambiental. “Tenho vans de educação ambiental, o ônibus Ecomóvel, tratores para plantio de mudas. São opções para receber a compensação.”

Sem contar os bens e serviços, Goiânia arrecada entre R\$ 250 mil e R\$ 300 mil mensais para o fundo ambiental. “Cada centavo recolhido para o fundo é rigorosamente aplicado em questões ambientais”, diz Clarismino.

## **Compensação gera disputas com empresas – Estado de São Paulo – Vida & - 09/03/2008**

A compensação ambiental, prevista na Lei 9.985, de 2000, é uma das principais quedas-de-braço entre governo e iniciativa privada. A Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) reclama da falta de regulamentação e cobra agilidade e pragmatismo na definição de quatro pontos: fixar um valor máximo (a cobrança mínima é de 0,5% do valor da obra); criar uma metodologia para o cálculo; esclarecer o que é “significativo impacto ambiental” e definir a base de cálculo. A associação, representante de empresas que só em 2007 investiram R\$ 70 bilhões em grandes empreendimentos, quer que o mínimo fixado na lei vire o teto da cobrança.

O presidente da Abdib, Paulo Godoy, também reclama do desvio do uso dos recursos da compensação para despesas que não estão ligadas às unidades de conservação. “A compensação ambiental foi criada para que um empreendimento compense financeiramente os impactos ambientais que não são mitigáveis. Esses valores devem ser destinados para a manutenção das unidades de conservação ambiental existentes no Brasil”, diz Godoy.

A associação argumenta que seria contraproducente fixar um teto alto de cobrança, pois implicaria em arrecadação maior do que a necessária e implicaria em risco de inviabilizar investimentos. Hoje, os percentuais da compensação ambiental são fixados muitas vezes em negociações do poder público com as empresas, levando em conta a amplitude do dano causado ao meio ambiente.

**NEGOCIAÇÃO** - O presidente do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Elias Araújo, concorda que é preciso tornar a lei mais clara e que a “operação é complicada porque depende de negociação caso a caso com a empresa”. No entanto, defende que o limite mínimo seja mantido em 0,5%. “O empresariado não percebeu ainda que ter o diferencial da atenção com o meio ambiente gera competitividade no mercado. É preciso quebrar barreiras e investir nessa área”, diz.

Outra compensação que tem causado brigas entre empresas e o poder público é aquela cobrada das empresas mineradoras. Municípios que têm minas de ferro, manganês, ouro e prata, localizados principalmente no Pará e em Minas, cobram na Justiça mais de R\$ 2,5 bilhões da mineradora Vale. As prefeituras reclamam que, no pagamento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), a companhia não contabilizou a movimentação de carga dentro da mina.

A empresa considerou como frete, sobre o qual não é cobrada a taxa. “É custo de produção, não é frete”, reage o prefeito de Parauapebas (PA), Darci Lermen, vice-presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil. A prefeitura cobra R\$ 650 milhões da Vale. A empresa, por meio da assessoria de imprensa, diz que fez os pagamentos “de acordo com as exigências da legislação em vigor”.

A Vale recorre na Justiça contra a inclusão da empresa na Dívida Ativa da União, já que o pagamento de R\$ 428 milhões à prefeitura de Parauapebas foi determinado pelo

Departamento Nacional de Produção Mineral (DPMN). Segundo a Vale, a disputa judicial é decorrente “de divergências na interpretação da legislação”.

**Ministério Público do Pará investiga venda ilegal de madeira** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 10/03/2008

Quatro promotores de Justiça do Pará abriram investigação criminal para apurar um suposto esquema de extração e venda de madeira e carvão ilegais em municípios do leste do Estado cuja sede seria Tailândia (a 235 km de Belém). O município foi o primeiro alvo da Operação Arco de Fogo, a maior já realizada no País para conter o desmatamento e que tem a participação de homens da Força Nacional, Polícia Federal e Ibama.

Para derrubar a floresta e “esquentar” 120 mil metros cúbicos de madeira ilegal, que teriam gerado cerca de R\$ 90 milhões, seis projetos de licenciamento ambiental e exploração florestal teriam sido fraudados no final de 2006. A irregularidade, segundo o que o Ministério Público está apurando, pode ter ocorrido na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (Sectam), hoje Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). Por isso, servidores e técnicos estão sendo investigados.

Os projetos, que estavam em nome de quatro pessoas e foram aprovados no tempo recorde de 18 dias, eram de áreas devastadas há mais de 15 anos. Não havia mais floresta no local. Os papéis aprovados foram vendidos pelos beneficiários a madeireiros da região.

Depois, de acordo com a apuração, teriam sido financiadas invasões de terra para a retirada da madeira de áreas onde ainda havia floresta em pé. Os invasores, conhecidos em Tailândia e municípios próximos como sem-toras, se encarregaram do serviço com tratores, motosserras e caminhões. A partir daí, a madeira passou a ser comercializada.

Os promotores suspeitam que não tenha havido vistoria dos técnicos antes da aprovação dos projetos. Um detalhe chama a atenção: os documentos desapareceram da Sema após a madeira ter sido extraída e vendida para compradores que a investigação ainda não identificou.

Segundo o Ministério Público, a irregularidade teria sido registrada na gestão do então secretário de Meio Ambiente Raul Porto, preso em março do ano passado na Operação Ananias, da PF. Porto é acusado de envolvimento em atividades ilegais de madeiras. Ele nega ter praticado qualquer tipo de irregularidade no cargo.

**A DENÚNCIA** - O pecuarista de Tailândia Valdinei Palhares, ex-sócio do atual prefeito do município Paulo Liberte Jasper (PSDB), foi quem apresentou ao Ministério Público os indícios de irregularidades nos projetos para a venda de madeira e carvão. Em documento entregue aos promotores, Palhares diz que o prefeito estaria entre os negociantes dos papéis. Procurado pelo Estado na semana passada, Jasper não se manifestou. Em todas as tentativas, a secretária do prefeito, Maria de Jesus, acusou a imprensa de falar mal dele e do município.

Os promotores dizem que têm encontrado dificuldade nos órgãos ambientais e fundiários para apurar as informações, principalmente obter documentos. “Tive que ameaçar com uma ação por crime de prevaricação para que os papéis começassem a chegar às nossas mãos”, diz a promotora Ana Maria Magalhães.

Desde agosto de 2007, ela enviou ofício ao secretário estadual de Meio Ambiente, Walmir Ortega, alertando-o para os indícios de fraude nos projetos e requisitando a remessa dos documentos, mas não houve providência. Em entrevista ao Estado, Ortega diz que, “como os processos sumiram, não sabemos quem os assinou, quem comprou a madeira e qual o montante do que foi vendido ou apurado”.

#### **UE debate clima e pressão migratória - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 10/03/2008**

Na tríplice fronteira européia - entre Alemanha, França e Suíça - o controle de agentes foi reforçado nas últimas semanas na cidade da Basileia para tentar impedir o movimento de imigrantes ilegais. Mas se a Europa está alarmada com o volume de imigrantes que tentam todos os anos entrar em seu território, inclusive o de brasileiros, o problema pode ser multiplicado nos próximos anos.

Um documento que será apresentado aos chefes de Estado da União Européia nesta semana alerta que imigrantes motivados pela seca, mudanças climáticas e fome vão se multiplicar até 2020. O documento diz que, por sua proximidade com o Norte da África e Oriente Médio, a Europa deverá sofrer uma “pressão migratória em suas fronteiras e a instabilidade política e os conflitos poderão aumentar no futuro”.

O tema será debatido pelos líderes europeus na quinta-feira e, por enquanto, a estratégia da UE será a de lutar contra as mudanças climáticas como forma de conter os imigrantes. Essa será a primeira vez que governos tratarão da questão ambiental como um aspecto da segurança de suas fronteiras.

Até agora, o tema ficou quase que exclusivamente restrito a questão de emissões de CO2 ou desmatamento. Segundo o levantamento a ser apresentado, até 15% das terras aráveis no mundo poderão ser perdidas, com 5 milhões de pessoas afetadas. “A migração para a Europa deverá se intensificar”, alerta o documento que será apresentado aos 27 países do bloco pelo comissário de Relações Exteriores, Javier Solana, um espanhol. Hoje, cerca de 500 mil imigrantes ilegais entram na Europa por ano, um número que assusta os governos.

A idéia é que, com os novos alertas sobre os riscos para a segurança nas fronteiras, os chefes de Estado dêem um mandato para que a Comissão Européia (o braço executivo do bloco) formule novas propostas até o final do ano para lidar com o problema da imigração e das mudanças climáticas. A UE quer cortar em 20% suas emissões de CO2 até

2020 e a conferência nesta semana será usada para rever essa meta. Mas Solana deve alertar aos governos de que tal medida não será suficiente.

Nas Nações Unidas, o relator especial para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, insiste que o mundo não terá outra alternativa senão criar o status de “refugiado da fome” para aqueles que estejam tentando escapar de sérias mudanças climáticas em seus países. “Hoje, a fome não é considerada como um fator que legitima um refugiado.”

**Fiscal do Ibama cuida de área igual a 3 cidades de SP** – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2008

**Órgão tem só um agente para cada 4.502 km<sup>2</sup>; região amazônica é a mais crítica - Estudo mostra que há hoje 2.030 pessoas trabalhando no sistema de unidades de conservação, quando o ideal seria ter 9.075 funcionários**

Apesar de o governo Lula ter eleito o combate ao desmatamento como uma de suas prioridades, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão responsável pela fiscalização no país, tem hoje apenas um fiscal para cada 4.502 km<sup>2</sup>.

Isso significa dizer que cada um desses servidores tem a obrigação de cuidar, em média, de uma área equivalente a três cidades de São Paulo.

Quatro Estados que compõem a região amazônica estão entre os cinco mais críticos nessa proporção.

No Amazonas, são 79 fiscais. Na média, são 19.883 km<sup>2</sup> para cada um. No Pará, há 8.050 km<sup>2</sup> para cada um dos 155 fiscais.

Levantamento feito a pedido do próprio Ministério do Meio Ambiente mostra que há 2.030 pessoas hoje trabalhando em todo o sistema de unidades de conservação do país. O próprio ministério admite que o ideal seria ter ao menos 9.075 servidores (ou seja, uma necessidade de incrementar essa mão-de-obra em 347%).

"Não há estrutura para conter o desmatamento na Amazônia. O dinheiro a ser manejado por hectare é uma brincadeira", disse Maria Tereza Pádua, ex-presidente do Ibama e membro da União Mundial para a Conservação da Natureza.

Segundo ela, o enfraquecimento do órgão é claro e tem um objetivo: "Não atrapalhar o crescimento econômico". Raul do Valle, do ISA (Instituto Socioambiental), concorda. "A questão ambiental ainda é vista como obstáculo, entrave."

Em São Paulo, há um funcionário para cada 2.955 km<sup>2</sup>. O Rio de Janeiro é o Estado mais "vigiado": existe um fiscal para cada 590 km<sup>2</sup>.

O ex-superintendente do Ibama no Amazonas e professor da Universidade Federal do Amazonas, Frederico Arruda, diz que é difícil comparar o número de fiscais por área no Brasil com o de outros países. Para ele, a maneira como a legislação ambiental é seguida ou não em cada local é um dos principais fatores que determinam a quantidade necessária de fiscais. "Nos parques nacionais dos EUA, por exemplo, não é preciso muitos fiscais, porque a lei é dura e funciona."

Para Maria Tereza Pádua, há, no país, pouco menos de quatro fiscais por cada mil km<sup>2</sup> em unidades de conservação. A média mundial é de 27 para a mesma área; nos EUA, há 33.

Além da falta de pessoal, servidores ainda reclamam do sucateamento do órgão. Entre a lista de queixas dos funcionários do Ibama, estão desde a falta de estrutura básica (como carro, combustível, armas ou telefone), baixos salários e desorganização administrativa até a falta de proteção a funcionários ameaçados de morte.

No município de Coari (AM), por exemplo, o escritório regional não tem nem sequer uma sede própria ou um telefone. É preciso tomar emprestada uma sala no prédio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística).

Quando os funcionários da superintendência de Macapá (AP) fazem operações, têm de usar armas da década de 1930, afirmaram os funcionários. Em Rio Branco (AC), um servidor que não quis se identificar disse que, entre agosto e setembro do ano passado, a linha telefônica da superintendência foi cortada por falta de pagamento. Segundo ele, várias denúncias deixaram de ser atendidas e os servidores usavam o celular pessoal para se comunicar. Ele chamou a fiscalização do órgão de "fictícia".

\*Colaborou **KÁTIA BRASIL**, da Agência Folha, em Manaus

### **Taxas de licenciamento ambiental em assentamentos do Amazonas ficam 90% mais baratas – Sítio Eletrônico do INCRA – 10/03/2008**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por intermédio da Superintendência Regional do Amazonas, e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) conseguiram diminuir o valor do licenciamento ambiental nos assentamentos da reforma agrária em até 90%.

O reajuste foi estabelecido na Lei Estadual 3.219, aprovada e publicada pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas em dezembro de 2007. A Licença Prévia e a Licença de Operação, que tinham valores de R\$ 10.581,23 e R\$ 31.747,37, passam a ser em torno de R\$ 1 mil e R\$ 3 mil, respectivamente, de acordo com o tamanho do assentamento.

Os valores antigos estavam acima dos preços cobrados em outros estados para a mesma finalidade. "Alguns estados, como o Mato Grosso, isentam destes valores por

entender que a atividade tem alcance social; e em outros estados, os valores estão dentro do padrão da realidade”, contextualiza o engenheiro agrônomo do setor ambiental do Incra/AM, Ronaldo Santos.

Santos explica, ainda, que os valores antigos do Ipaam teriam como referência licenças pedidas para loteamentos, como as exigidas para conjuntos habitacionais. “Não havia qualquer distinção para os licenciamentos para os projetos de assentamento do Incra regidos pelas Resoluções 289/2001 e 387/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)”, pondera Santos.

#### Modelos sustentáveis

As negociações com o Ipaam no sentido de conseguir taxas adequadas para o serviço começaram em 2002. Mas foi com a série de reuniões ocorridas em outubro e novembro de 2007, entre os dois órgãos, que se chegou ao atual consenso. O fato de os novos assentamentos no Amazonas serem criados em modelos sustentáveis, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto Agroextrativista (PAE), foi levado em conta para a redução dos preços.

Com a classificação atual na lei aprovada, que regula as taxas cobradas por órgãos do Governo do Estado, o Incra, que deveria desembolsar mais de R\$ 800 mil apenas para a Licença Prévia, deverá gastar menos de R\$ 80 mil.

O Incra já protocolou junto ao Ipaam pedidos de licenças para 51 assentamentos – a medida que regulariza a situação destas áreas. Os demais projetos que têm pendências já estão em fase de atualização de dados e estudos ambientais para que o mesmo pedido seja feito.

### **Incra lança crédito ambiental para assentamentos da reforma agrária – Sítio Eletrônico do INCRA – 10/03/2008**

O Incra vai lançar ainda neste mês de março o crédito ambiental, uma nova modalidade de crédito para proteger o meio ambiente nos assentamentos da reforma agrária, seja evitando o desmate, seja recuperando áreas degradadas. O anúncio foi feito nesta quinta-feira, 06 de março, pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, representando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em reunião da Comissão Mista Especial do Congresso que trata das mudanças climáticas no Brasil.

O crédito ambiental será de R\$ 2.400,00 por dois anos, o que equivale a R\$ 100,00 por mês. Os assentados da reforma agrária também poderão se unir em cooperativas ou associações para aproveitar melhor o recurso. Hackbart explicou que 90 por cento dos imóveis obtidos pelo Incra já são degradados do ponto de vista ambiental. O crédito ajudará a recuperar o lote, além de estimular a proteção de áreas ainda não desmatadas.

O crédito ambiental é uma das três medidas do Incra para ajudar no combate ao desmatamento na Amazônia, tema específico da reunião da Comissão Mista. As outras duas são o recadastramento de médios e grandes imóveis rurais nos 36 municípios da Amazônia que lideram as estatísticas de desmatamento; e a restrição ao crédito por parte dos bancos ao proprietário que não tiver com a documentação em dia. A resolução 3545 do Banco Central determina que instituições financeiras públicas e privadas devem consultar o banco de dados do Incra antes de decidir conceder o financiamento.



Já o recadastramento é resultado da Lei 10267, de 2001, e faz parte da rotina do Incra. No caso, por decisão do governo federal, o recadastramento deve ser feito até 01 de abril pelos detentores de terras com mais de quatro módulos fiscais nos 36 municípios listados.

“Muitos não vão aparecer porque são grileiros de terra. Mas há produtores que querem entregar produtos limpos. São produtores sintonizados com as mudanças do mercado. Estes vão entregar a documentação ao Incra”, disse Hackbart. O presidente do Incra concluiu afirmando que acredita na educação ambiental e, principalmente, nos jovens “para buscar um mundo melhor em um futuro que já chegou”.

**Incra realiza Encontro Nacional de Meio Ambiente – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008**

A diretoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) abriu nesta segunda-feira (10), em Brasília, o I Encontro Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais da autarquia, cujo tema é: A questão ambiental e a reforma agrária - importância e desafio. O evento, que acontece até sexta-feira (14), no auditório do Hotel Grand Bittar, reúne servidores e asseguradores ambientais do Incra de todo o País.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse durante abertura do evento que o Encontro é uma oportunidade dos servidores darem destaque para o tema do meio ambiente dentro da autarquia. “Precisamos realizar um desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, refletido na ampliação de renda dos assentados, e nos aspectos social e ambiental. Queremos que isso aconteça em todos os biomas brasileiros”. E acrescentou, “embora saibamos que os grandes destruidores do meio ambiente no Brasil são os grileiros de terras públicas, precisamos cuidar para que os nossos assentamentos também respeitem a legislação ambiental”, assegura Hackbart.

A pauta do Encontro prevê relatos e debates a respeito dos processos de licenciamento e gestão ambientais, o manejo e a recuperação de recursos naturais, ações de capacitação e recomposição de áreas degradadas e a educação ambiental nos Projetos de Assentamento (PAs) implantados pelo Incra. Além disso, será realizado o planejamento de ações de preservação ambiental para 2008.

Segundo Nilton Bezerra Guedes, diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, o evento tem uma metodologia participativa, com destaque para oficinas visando um planejamento de atividades do Incra para este ano. “Entendemos que devemos parar de trabalhar descentralizados e sem correlação de objetivos e idéias. Precisamos trabalhar juntos na realização do Plano de Ação Ambiental”, afirma Guedes.

Para a coordenadora-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Diretoria, Eliane Maciel Lima, o momento é de envolvimento para melhorias na gestão ambiental no Incra. “Temos a necessidade dos diversos setores do órgão, dos assentados e parceiros na gestão do meio ambiente. Entendemos ser de grande magnitude para o Incra a realização deste evento”, opina.

**Taxas de licenciamento ambiental reduzidas em 90% no AM – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por intermédio da Superintendência Regional do Amazonas, e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) conseguiram diminuir o valor do licenciamento ambiental nos assentamentos da reforma agrária em até 90%.

O reajuste foi estabelecido na Lei Estadual 3.219, aprovada e publicada pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas em dezembro de 2007. A Licença Prévia e a Licença de Operação, que tinham valores de R\$ 10.581,23 e R\$ 31.747,37, passam a ser em torno de R\$ 1 mil e R\$ 3 mil, respectivamente, de acordo com o tamanho do assentamento.

Os valores antigos estavam acima dos preços cobrados em outros estados para a mesma finalidade. “Alguns estados, como o Mato Grosso, isentam destes valores por entender que a atividade tem alcance social; e em outros estados, os valores estão dentro do padrão da realidade”, contextualiza o engenheiro agrônomo do setor ambiental do Incra/AM, Ronaldo Santos.

Santos explica, ainda, que os valores antigos do Ipaam teriam como referência licenças pedidas para loteamentos, como as exigidas para conjuntos habitacionais. “Não havia qualquer distinção para os licenciamentos para os projetos de assentamento do Incra regidos pelas Resoluções 289/2001 e 387/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)”, pondera Santos.

**Modelos sustentáveis** - As negociações com o Ipaam no sentido de conseguir taxas adequadas para o serviço começaram em 2002. Mas foi com a série de reuniões ocorridas em outubro e novembro de 2007, entre os dois órgãos, que se chegou ao atual consenso. O fato de os novos assentamentos no Amazonas serem criados em modelos sustentáveis, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto Agroextrativista (PAE), foi levado em conta para a redução dos preços.

Com a classificação atual na lei aprovada, que regula as taxas cobradas por órgãos do Governo do Estado, o Incra, que deveria desembolsar mais de R\$ 800 mil apenas para a Licença Prévia, deverá gastar menos de R\$ 80 mil.

O Incra já protocolou junto ao Ipaam pedidos de licenças para 51 assentamentos – a medida que regulariza a situação destas áreas. Os demais projetos que têm pendências já estão em fase de atualização de dados e estudos ambientais para que o mesmo pedido seja feito.

#### **Conferência do meio ambiente entra na reta final** - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2008

O mês de março marca a reta final da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), um dos principais canais de participação e controle social nesta área. Serão realizadas este mês plenárias em 18 estados, com a respectiva eleição dos delegados que irão participar da reunião nacional, de 8 a 11 de maio de 2008, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

Esta semana serão realizados encontros em nove unidades federativas: Pernambuco, Roraima, Paraíba, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Espírito Santo e Rondônia, além do Distrito federal, cuja conferência começa nesta terça-feira, na capital. Até o final de março, também realizam suas plenárias os estados da Bahia, Acre, Tocantins, Paraná e São Paulo. Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul terminaram seus processos na primeira semana do mês.

O objetivo das etapas estaduais é apresentar uma agenda de discussões sobre direitos, anseios e responsabilidades da sociedade e dos governos com relação à questão ambiental. Participam representantes de instituições públicas e privadas, universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e associações. "Todas as secretarias do Ministério do Meio Ambiente estão envolvidas no processo", destaca o diretor de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, do MMA, Pedro Ivo Batista.

Nesta edição, a CNMA tem como tema as Mudanças Climáticas. Um texto-base vem servindo como norteador dos trabalhos, estruturado em duas partes. A primeira traz artigos informativos sobre quatro tópicos: Aspectos científicos da mudança do clima, aquecimento global e os países em desenvolvimento, especificidades brasileiras e mitigação da mudança do clima e adaptação. O objetivo é que estes textos possam disseminar os conceitos fundamentais da mudança do clima e, com isso, proporcionar um debate qualificado sobre o tema.

A segunda parte do documento apresenta detalhes sobre os quatro eixos temáticos que irão nortear os trabalhos da III CNMA: Mitigação, Adaptação, Pesquisa e desenvolvimento tecnológico e ainda Educação, Capacitação e Disseminação. As resoluções irão subsidiar a criação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, em elaboração pelo Governo Federal.

A escolha de delegados segue a seguinte proporcionalidade: sociedade civil (40%), setor empresarial (30%), setor governamental (20%), sendo 5% de representantes de governos municipais; comunidades tradicionais (5%) e povos indígenas (5%).

O modelo de gestão participativa, por meio de conferências nacionais, é adotado pelo governo federal desde 2003. O objetivo é viabilizar o compartilhamento de poder e a co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Na primeira edição da CNMA, em 2003, cerca de 65 mil pessoas participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. Durante a conferência nacional foram debatidas 4.151 propostas e aprovadas 659 deliberações. Em 2005, na II CNMA, a participação foi elevada para 86 mil pessoas, com a aprovação de 881 deliberações.

**Operação Arco de Fogo chega ao Mato Grosso – Sítio Eletrônico da CPT – 11/03/2008**

A operação Arco de Fogo, que trabalha contra a extração e venda ilegal de madeira na Amazônia Legal, chegou ao estado de Mato Grosso. Agentes da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança e do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) irão fiscalizar madeireiras do norte do Estado, principalmente no município de Sinop. A Polícia Federal informou que não atuará somente no combate ao desmatamento e comércio ilegal de madeira. O narcotráfico e o trabalho escravo, por exemplo, também serão combatidos.

#### **Maggi quer cidades do MT fora de ranking – Folha de São Paulo- Brasil – 11/03/2008**

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), vai pedir ao presidente Lula a retirada das cidades do Estado da lista dos 36 municípios que mais desmatam no país. Ontem, a Operação Arco de Fogo da PF chegou a mais duas cidades do Estado para combater o desmatamento.

Maggi contesta dados do governo federal que apontam 19 cidades do Mato Grosso entre as que mais desmatam no país.

O governador quer levar um relatório contestando os dados ao presidente e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

#### **SP prevê que queimada da cana acabe em 2012 – Folha de São Paulo- Denyse Godoy – Dinheiro – 11/03/2008**

Pelo Protocolo Agroambiental assinado com a indústria canavieira do Estado no ano passado, o governo paulista havia determinado que a queima da palha da cana-de-açúcar em áreas planas terminaria em 2014. Mas a administração José Serra já prevê que ela se encerre completamente em 2012. "Enquanto a área colhida cresceu 16,9% em 2007, para 3,79 milhões de hectares, a de queima recuou 5,11%, para 2,023 milhões de hectares. Mantido o ritmo, é possível que até 2012 a prática seja eliminada", disse Xico Graziano, secretário estadual do Meio Ambiente. "É bom para o ambiente, para a saúde e para a dona-de-casa, que se vê livre desse tormento no seu quintal." Graziano se refere ao chamado "carvãozinho", cinzas da palha que são espalhadas pelo vento.

Ontem, foi a vez de os produtores de cana aderirem ao pacto, em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes. A lei estadual 11.241, de 2002, previa que a prática fosse completamente encerrada até 2021 nas áreas mais planas (com declividade de até 12%) e até 2031 nas que possuem maior inclinação (superior a 12%). Mas o protocolo antecipa essas datas, ao fixar o limite de 2017 para o segundo caso. "Os números confirmam que está tendo sucesso nosso trabalho de entendimento", comentou Serra.

"Estamos preocupados com a poluição. Não resta alternativa senão agir", afirmou Ismael Perina Júnior, presidente da Orplana (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil) e signatário do documento.

Graziano anunciou ainda que o governo quer recuperar 600 mil hectares de matas ciliares que ficavam entremeadas nos canaviais. Sobre isso deve encontrar forte resistência dos agricultores. "Substituir área de lavoura por mata virgem é demais. Que pelo menos nos deixem cultivar árvores frutíferas, senão vamos passar fome", reclamou o pequeno empresário Valdir Olavo Vitti, de Jaú.

## **Ministra apresenta ações prioritárias do MMA para 2008 em plenária do Conama - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/2008**

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, abriu, na manhã desta terça-feira (11), a 89ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a primeira realizada em 2008. A ministra aproveitou a oportunidade para apresentar aos integrantes do conselho as prioridades do ministério para este ano na agenda de estímulo ao desenvolvimento sustentável. "O País entendeu que precisa se desenvolver, mas também precisa preservar o meio ambiente. Estamos tentando imprimir uma nova narrativa para nossas práticas econômicas em todos os setores", destacou Marina Silva.

Segundo a ministra, estão entre as prioridades do ministério o reforço ao Plano de Combate ao Desmatamento com a participação mais efetiva da força tarefa que está atuando prioritariamente em 36 municípios brasileiros. "Esta é uma resposta que consideramos estruturante e agora teremos a responsabilidade de implementá-la. A expectativa é que com essas medidas tenhamos uma redução do desmatamento, também, em 2008", afirmou.

Marina Silva destacou como prioridades do MMA, ainda, a atenção ao processo de mudanças climáticas, ao programa de Revitalização do Rio São Francisco, à questão do saneamento ambiental urbano, ao licenciamento ambiental e à consolidação do processo de reestruturação do MMA. "É preciso lembrar que os planos prioritários se desdobram em inúmeros outros. Estamos focando naqueles que se vislumbram novos desafios sem prejuízo daqueles que estão em curso", disse a ministra.

**CNMA** - A ministra apresentou ainda aos conselheiros do Conama um balanço sobre a III Conferência Nacional do Meio Ambiente que está na fase estadual de coleta de contribuições para o encontro nacional que será realizado agora em maio. Segundo Marina, cerca de 60 mil pessoas já participaram das plenárias municipais e estaduais da conferência que já aconteceram em nove estados e vão se realizar em mais 18 estados até o final de março. "O número de participações é altamente relevante e é preciso chamar a atenção para a grande inovação desta terceira conferência que é a participação dos municípios", lembrou Marina Silva

## **Lista de desmatadores já tem 50 nomes - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 11/03/2008**

O Ministério do Meio Ambiente entrará, em abril, com as primeiras ações judiciais contra os 50 maiores desmatadores da Amazônia. A relação, que deve chegar a uma centena de nomes ainda neste ano, está sendo preparada pela consultoria jurídica do ministério como uma medida de repressão aos responsáveis pelo avanço acelerado da derrubada ilegal da floresta.

"Hoje, não há a efetiva responsabilização e fica sempre a sensação de impunidade. Por isso, até meados de abril vamos entrar no Judiciário com ações cíveis, penais e criminais", disse o secretário-executivo do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. "Isso faz parte de um conjunto de ações contra os maiores desmatadores."

A expansão do desmatamento ilegal, identificada no fim de 2007 por levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), levou o governo a anunciar um forte arrocho às ações irregulares. Primeiro, um decreto embargou as atividades florestais em 36 municípios listados como campeões da derrubada da floresta. Depois, o governo obrigou o recadastramento de 15,4 mil propriedades com área superior a 320 hectares em seis Estados. Em seguida, restringiu a concessão de crédito rural bancário a produtores em situação ambiental irregular. Por último, o governo anunciou embargo a áreas irregulares e a "co-responsabilização" da cadeia produtiva - frigoríficos, madeireiras e tradings processadoras de grãos compradores de produtos ilegais da floresta.

Principal interlocutor do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no setor rural, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), terá reunião com o presidente para contestar os dados sobre desmatamento fornecidos pelo Inpe. Com base em levantamento feito pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Maggi questionará os dados federais. Para ele, áreas de exploração antiga foram contabilizadas como novos desmatamentos. "Dos 505 pontos de desmates citados no decreto, apenas 6,5% (33) são recentes e 14% (70) nunca foram desmatados", afirmou Maggi, durante reunião com produtores rurais, sábado passado, em Rondonópolis (MT). "Não é verdade o que foi dito e mostrado sobre o desmatamento no Estado. Alguém está mentindo e não sei a qual propósito serve."

As ações federais do chamado "Arco de Fogo" começaram esta semana em Mato Grosso. Por isso, na reunião com Lula, o governador também pedirá a retirada dos 19 municípios do Estado da lista dos 36 campeões da derrubada da floresta. A relação impõe restrições fundiárias, ambientais e de crédito rural aos donos dos imóveis nessas regiões. "O Estado não abre mão de crescer e de ter uma Amazônia desenvolvida. Por isso, estamos contestando os dados do Inpe", afirmou. "Existe uma consciência aqui. Houve até um pacto dos produtores com ONGs e o governo estadual para regularizar as áreas de lavoura".

Maggi afirma defender "desde sempre" a legalização das fazendas, mas pede critérios ao governo. "Há dois pesos e duas medidas. A agricultura familiar e os assentados, por exemplo, estão isentos ou têm exigências mais brandas que os médios e grandes produtores", pondera.

O Ministério do Meio Ambiente defende as ações como combate ao desmatamento ilegal da Amazônia. "O Inpe fez uma revisão, uma checagem com avaliação detalhada, mostrando em uma reunião, na Câmara dos Deputados, que os dados estão confirmados", afirmou Capobianco. "Ainda assim, pedimos que o Estado mande os dados. Mas parece que o Inpe ainda não recebeu nada".

**US\$ 3,4 bi em dez anos eliminariam CO2 por desmate** - Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008

O custo total nos próximos dez anos para reduzir a quase zero as emissões de gases do efeito estufa na Amazônia brasileira seria de US\$ 3,4 bilhões. O cálculo será



apresentado hoje, durante o café da manhã da Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O estudo foi coordenado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), com a colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do instituto americano The Woods Hole Research Center (WHRC). As idéias centrais do trabalho já haviam sido discutidas na Conferência de Bali sobre Mudança Climática, em dezembro.

O relatório propõe investimentos na preservação da floresta, em benefícios para os povos tradicionais da Amazônia e na compensação aos fazendeiros que optarem por não desmatar. As ações garantiriam redução na emissão de gás carbônico de 5 bilhões de toneladas. O custo seria, portanto, de US\$ 0,70 por tonelada de CO<sub>2</sub>.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, o valor está subestimado: “Segundo os cálculos do ministério, o custo para diminuir gradativamente as emissões e zerá-las em um período de dez anos seria de, aproximadamente, US\$ 2 bilhões por ano.”

O coordenador de pesquisa do Ipam e um dos autores do estudo, Paulo Moutinho, aponta que quase todas as estimativas desconsideram o investimento que já foi feito pelo governo e pela sociedade na criação de unidades de conservação, na demarcação de terras indígenas e na formulação da legislação específica. “O objetivo do estudo é exatamente esse: mostrar que a questão econômica não é o principal impedimento às ações para a redução das emissões. O mais importante é vontade política”, afirma.

O trabalho propõe a criação de três fundos que seriam abastecidos pelo programa de redução de emissões. O primeiro beneficiaria as comunidades tradicionais que vivem da floresta. Pagaria o equivalente a meio salário mínimo todos os meses para até 200 mil famílias que vivem em reservas indígenas, extrativistas e de desenvolvimento sustentável. O segundo serviria para compensar integralmente proprietários de terra em situação legal que optem por renunciar ao direito de desmatar. O terceiro financiaria as ações de fiscalização por parte do governo federal e dos Estados.

O ministério apresenta uma proposta diferente. Pretende lançar em maio deste ano o Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira, que seria gerido por representantes da pasta, governos estaduais, empresários, universidades e ONGs. “Esse fundo único realizaria o papel dos três fundos propostos pelo Ipam”, esclarece Azevedo.

**Amazônia perde área igual a 40% de SP só em janeiro** – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2008

**Segundo Inpe, mesmo após alerta, desmatamento segue e equivale a quase meia capital - Devastação da área em janeiro foi menor do que em novembro e dezembro de 2007, mas supera meses de agosto, setembro e outubro**

Em janeiro, enquanto o governo divulgava medidas para tentar conter o ritmo acelerado de desmatamento na Amazônia, uma área equivalente a 40% da cidade de São Paulo foi devastada na região. Os satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectaram o abate de 639,1 km<sup>2</sup> de florestas no mês, segundo dados consolidados ontem.

O desmatamento em janeiro foi menor do que em novembro e dezembro do ano passado, mas supera os números nos três meses anteriores (agosto, setembro e outubro). O movimento das motosserras na Amazônia nesse período de cinco meses justificou o alerta do governo e deu força a medidas como o corte de crédito e o embargo da produção em áreas desmatadas.

Em janeiro teria começado a valer a moratória anunciada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) à derrubada de árvores por meio da suspensão de novas autorizações para corte de árvores nos 36 municípios com maiores índices de devastação na Amazônia. O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, considerou positivo o resultado apurado ontem pelo Inpe, apesar da grande extensão de área desmatada. Ele alega que as medidas editadas pelo presidente Lula e regulamentadas em janeiro só teriam efeito a partir de fevereiro.

O Inpe registrou grandes áreas de desmatamento (acima de 15 km<sup>2</sup>) nos municípios de Marcelândia (MT) e São Félix do Xingu (PA), que já ocupavam o topo do ranking do desmatamento. Foram registradas grandes extensões de corte de árvores também em Tapurah (MT), município que não entrou na lista dos que mais abatem a floresta. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, contesta as medições do Inpe.

Informações mais precisas sobre a área desmatada na Amazônia só serão divulgadas no segundo semestre do ano. Mas os números indicados pelo Deter (sistema de detecção de desmatamento em tempo real) - tradicionalmente subdimensionados em relação à área total- mostram que a derrubada da floresta manteve ritmo acelerado.

A seca prolongada em janeiro ajuda a explicar os dados relativos ao mês. De acordo com informações do próprio Inpe, choveu menos do que a média histórica do mês em grande parte de Rondônia e em regiões de Mato Grosso e do Pará. Os três Estados - sobretudo os dois últimos- são os que mais desmatam a Amazônia.

Em fevereiro também choveu bem menos do que a média histórica. O período de chuvas costuma reduzir a atividade das motosserras, assim como a detecção do problema pelos satélites do Inpe.

Na avaliação do governo, mantido o ritmo de desmatamento verificado nos últimos cinco meses de 2007, é provável que o país interrompa a tendência contínua do abate de árvores registrado desde o segundo semestre de 2005. As imagens captadas pelo Deter entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 mostram o desaparecimento de uma área sete vezes maior da floresta.

**Meio ambiente: o novo desafio do consumo** - Luciana Casemiro – O Globo – Defesa do Consumidor – 12/03/2008

Direitos básicos conquistados, o 17º ano de vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC), completado ontem, está sendo comemorado com campanhas e debates sobre consumo e meio ambiente.

Na pauta do dia de diferentes entidades, o uso racional de embalagens e sacolas plásticas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por exemplo, lançou esta semana a campanha “Consumo consciente de embalagens”, com a exposição “Boas práticas e inovações em embalagens”, em Brasília, ponto de partida de um trabalho de educação que se estenderá por todo o Brasil.

Na próxima segunda, dia 17, será a vez do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) discutir o tema “Sacolas plásticas: a vilã da história?”, em seminário no Rio de Janeiro. O evento, aberto ao público e gratuito, reunirá especialistas de diversos setores, entre fabricantes de embalagens plásticas, representantes de donas de casa e recicladores, que vão discutir o uso das sacolas, a reciclagem e até a proposta de banimento desse tipo de embalagem do varejo. Inscrições podem ser feitas pelo e-mail [eventos@inmetro.gov.br](mailto:eventos@inmetro.gov.br).

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a organização não-governamental Vitae Civilis, também em comemoração à semana do consumidor, uniram-se na campanha “Mude o consumo para não mudar o clima”. A proposta é informar o consumidor sobre o quanto seu consumo pode afetar o planeta, sugerir alternativas para mudança de hábitos cotidianos e ainda cobrar de empresas e autoridades ações efetivas para abrandar as mudanças climáticas.

Mudança de hábito no centro do debate Luiz Fernando Merico, diretor de Economia e Meio Ambiente do MMA, diz que o trabalho será desenvolvido a partir dos três Rs: reduzir, reutilizar e reciclar. — No Brasil, 80% das embalagens são utilizadas apenas uma vez. O descarte é muito grande. Em relação às sacolas plásticas, por exemplo, são consumidas 35 mil por minuto, dois milhões por hora. As embalagens são importantes, mas é possível reduzir o consumo significativamente com o uso consciente.

Para formar e informar o consumidor, o Ministério do Meio Ambiente lançou um hot site ([www.mma.gov.br/consumosustentavel](http://www.mma.gov.br/consumosustentavel)) em que ensina cinco passos básicos: 1) evitar embalagens desnecessárias (como a sacola plástica para levar o pão, já em saco de papel); 2) dar preferência à embalagem retornável ou com refil; 3) usar sacolas retornáveis; 4) reutilizar as embalagens sempre que possível; e 5) encaminhar as embalagens sem utilidade à reciclagem.

— Ao fazer uma escolha consciente o consumidor influencia o processo produtivo, obriga às empresas a oferecerem opções sustentáveis.

Não somos contra o plástico, mas contra o consumo exacerbado — destaca Merico.

Discutir os hábitos de consumo também é o objetivo principal do evento do Inmetro, diz Luiz Carlos Monteiro, diretor da Divisão de Qualidade do Instituto: — O principal quando se fala em consumo ecologicamente responsável é levar o consumidor a pensar sobre o que pode fazer para não ampliar os danos ao meio ambiente. No caso do nosso debate, como reduzir o consumo de sacolas plásticas.

O uso correto, ou seja, aproveitando toda a capacidade das sacolas, diz Paulo Dacolina, superintendente do Instituto Nacional do Plástico (INP), que participará da mesa de debate do Inmetro, já seria suficiente para reduzir em cerca de 30% o consumo. Desde dezembro de 2006, o instituto trabalha com os 12 maiores fabricantes, num programa de

auto-regulamentação, para melhorar a resistência das sacolas. A esse programa se juntam três grandes redes de varejo — Pão de Açúcar, Wal-Mart e Carrefour — que, com a garantia de sacolas mais resistentes, vão trabalhar em parceria com o INP na conscientização de embaladores e consumidores para o uso de menos sacolas para transporte.

— Fizemos uma pesquisa de observação em 400 ações de compras. Constatamos que em 13% das compras são usadas, ao menos, duas sacolas por carregamento. O mais grave é que em 61% menos de metade da capacidade da sacola é aproveitada. Com uma sacola mais resistente e a educação de todos podemos reduzir em 37% a utilização de sacolas — avalia Dacolina.

Supermercado aposta em reciclagem Gerente de Sustentabilidade no Consumo do grupo Pão de Açúcar, Beatriz Queiroz, diz que há sete anos o grupo desenvolve atividades ligadas à preservação do meio ambiente. A última novidade, lançada há cerca de uma semana, é o “caixa verde”, que prevê o descarte de embalagens desnecessárias, já para a reciclagem, ainda no caixa do supermercado: — A mudança de hábito depende do bombardeio das informações. É preciso que o consumidor compre a idéia. Desde 2005, temos sacolas retornáveis, com preços a partir de R\$ 3,99, em parceria com a ONG SOS Mata Atlântica.

As vendas eram medíocres. De junho a dezembro do ano passado, no entanto, elas se multiplicaram por dez. E, em janeiro, já vendemos o dobro do que em dezembro. O caixa verde é mais uma alternativa que pretende fazer o consumidor pensar.

Martha Pontes está entre o ainda pequeno grupo de consumidores que usa bolsas retornáveis em vez de sacolas plásticas.

— Tenho várias, pois às vezes saio e faço compras não planejadas e levo outra. Acho que deveria ter um incentivo maior para o uso das sacolas retornáveis inclusive para a população de renda mais baixa.

Para o professor do Programa de Engenharia Química da Coppe, da UFRJ, José Carlos Pinto, o foco das discussões sobre as embalagens plásticas está equivocado: — O plástico não é o vilão da história.

Justamente por não se degradar, não polui quimicamente a água, por exemplo. É preciso que haja uma política pública que trate de seu descarte e da sua reciclagem. Afinal, o plástico tem essa possibilidade de ser usado, reutilizado, reciclado e reciclado novamente.

**China terá pasta de meio ambiente** - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – O Mundo – 12/03/2008

PEQUIM. O Partido Comunista da China encaminhou ontem aos quase três mil deputados do Congresso Nacional do Povo (CNP) o projeto de reforma do Conselho de Estado — órgão Executivo do governo — que vai criar cinco superministérios, aglutinando Escritórios e Departamentos voltados para os mesmos setores, com o objetivo de dar mais agilidade às decisões administrativas.

A novidade é a criação do Ministério da Proteção Ambiental, movimento importante num momento em que a China é alvo de críticas por seu padrão de desenvolvimento econômico destruidor do meio ambiente.

Até agora, a questão ambiental era tarefa da Administração Estatal de Proteção Ambiental, agência desprestigiada num país onde a prioridade é crescer e combater a pobreza.

Serão criados ainda o Ministério da Indústria e Informação, o Ministério dos Recursos Humanos e Previdência, o Ministério dos Transportes, além do novíssimo Ministério da Casa Própria e Construção UrbanaRural. O número de ministérios cai de 28 para 27, mas não está clara ainda qual será a nova estrutura de governo, ou seja, quais as administrações e escritórios que passam a se incorporar aos novos ministérios.

— A estrutura atual de governo não é racional e há muita dispersão no processo decisório, de um lado, e muita concentração em algumas instituições, de outro — disse o conselheiro de Estado Hua Jianmin.

Outra importante medida é a transferência da Administração Estatal de Alimentos e Remédios, entidade que se reportava diretamente ao premier Wen Jiabao, para o corpo do Ministério da Saúde, que assim ganha mais influência num momento em que a China é acusada de não fiscalizar alimentos e remédios que exporta para o mundo.

— O governo chinês está tentando dar mais agilidade e eficiência à máquina estatal, hoje muito pesada por causa de vários níveis de decisão espalhados por dezenas de departamentos que chegam a ser conflitantes.

A mudança deve ser penosa, mas vai acabar acontecendo porque o processo é uma bandeira do presidente Hu Jintao, ou seja, é uma decisão de cima para baixo — diz o professor Joseph Cheng, da cadeira de ciências políticas da City University of Hong Kong.

O Conselho de Estado da China, chefiado pelo primeiro-ministro, tem hoje 28 ministérios e comissões com status de ministérios, 25 administrações e escritórios que se reportam diretamente ao chefe do governo, 14 instituições de pesquisa com autonomia própria, além de 11 escritórios de alto nível que se reportam diretamente aos ministros de suas áreas.

Cada ministério e departamento, por sua vez, tem um sem-número de vice-ministros, vicediretores e vice-presidentes que compõem a elite do funcionalismo público chinês.

## **China polui mais – O Globo – Ciência – 12/03/2008**

Emissões de CO2 ultrapassarão reduções de Kioto em dois anos

Dentro de dois anos, as emissões de gases do efeito estufa da China ultrapassarão, por uma larga margem, as reduções conseguidas por todos os países que assinaram o Acordo de Kioto. Usando dados fornecidos pelo governo chinês, pesquisadores da Universidade da Califórnia calcularam que até 2010 as emissões do país serão de pelo menos 600 milhões de toneladas de carbono sobre os níveis de 2000. Mas esse valor pode até dobrar, de acordo com o estudo.

Mesmo os números mínimos projetados pelos computadores são cinco vezes maiores do que os 115 milhões de toneladas em reduções que a Agência de Energia americana estima que serão atingidos pelos países signatários do Acordo de Kioto até 2010.

— O crescimento das taxas de emissões supera as nossas piores expectativas — diz Maximilian Auffhammer, da Universidade da Califórnia, um dos autores do estudo. —

Isso significa que o objetivo de conseguir uma estabilização das emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera será mais difícil do que o imaginado.

Governo cria o Ministério do Meio Ambiente

Para obter um panorama detalhado das emissões de CO<sub>2</sub> na China, os cientistas trabalharam com números sobre a poluição fornecidos pelas províncias do país até 2004. Estimativas anteriores foram baseadas em dados gerais. Isso explicaria as diferenças nos resultados de outros estudos.

Segundo os cientistas, os cálculos anteriores indicavam que o país registrará um aumento anual entre 2,5% e 5% nas emissões de CO<sub>2</sub>. No entanto, a análise realizada por Auffhammer e seus colegas indica que na realidade o ritmo de crescimento anual de emissões de CO<sub>2</sub> por parte da China é de pelo menos 11% no período citado.

Pelo Acordo de Kioto, a China é considerada um país em desenvolvimento e não tem metas obrigatórias de reduções, diferentemente das nações ricas, que tem cortes compulsórios por conta de anos de emissões acumuladas desde a Revolução Industrial.

Na Convenção do Clima das Nações Unidas, realizada em Bali, na Indonésia, em dezembro, a China foi pressionada a reduzir suas emissões e aceitou participar das negociações em torno do sucessor do Acordo de Kioto, que expira em 2012.

A divulgação do relatório se dá alguns dias depois de o fundista etíope Haile Gebrselassie, dono da melhor marca da história — 2h04m26s na maratona de Berlim, em 2007 — ter declarado que não vai competir na maratona nos Jogos Olímpicos de Pequim por causa da poluição no país.

— A poluição na China é uma ameaça à minha saúde — disse ele, que é asmático.

Em resposta a Gebrselassie, o governo chinês reafirmou que a competição vai ocorrer em boas condições climáticas. Para reforçar isso, as autoridades anunciaram ontem a criação de um Ministério do Meio Ambiente.

### **Para Marina, não é hora de discutir dados do Inpe – Valor Econômico – Brasil -**

12/03/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem, em Brasília, que não é momento de se discutir os dados sobre desmatamento na Amazônia apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "No meu entendimento, neste momento não temos que ficar contestando os dados do Inpe. Nós temos é que agir para que em 2008 nós também tenhamos uma queda no desmatamento."

A ministra afirmou desconhecer o levantamento que o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, diz ter, e que desmentiriam os dados do Inpe apresentados pelo governo federal.

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luiz Daldegon, informou ontem que o levantamento deve ser concluído esta semana para depois ser levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governador mato-grossense pretende pedir a revisão da lista que aponta 19 municípios do Estado como alguns dos principais responsáveis pelo avanço do desmatamento no país nos últimos meses de 2007. "O pior dos mundos seria ficarmos correndo atrás de verificar se o desmatamento está ou não acontecendo, em vez de tomar as medidas", disse Marina. Segundo ela, a discussão sobre se há ou não desmatamento em

uma determinada área faria com que em 2008 se chegasse à conclusão de que o desmatamento cresceu e nada foi feito.

Ela afirma ainda que os critérios para a inclusão dos municípios nessa lista dificilmente serão contestados. A ministra diz que o ideal é haver um movimento de mão dupla. "Todos somos favoráveis às medidas de combate ao desmatamento. E todos somos favoráveis às ações de desenvolvimento sustentável."

**Crescimento com igualdade** - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião - 12/03/2008

É momento de debater o Brasil rural e as possíveis formas de seu crescimento: com igualdade ou com desigualdade. São dois caminhos que agora parecem mais nítidos, afinal, já vivenciamos a concentração fundiária, a favelização rural e a ausência de políticas agrárias por muitos anos. Foi um lento processo de aprendizagem até começarmos a implantar políticas públicas que de fato mantivessem trabalhadores e trabalhadoras rurais com trabalho e renda no campo. E esse é um processo ainda em construção. A questão agrária e a pobreza no campo são discussões que remontam ao século 19. Jamais foram solucionadas porque jamais crescemos com igualdade. Os anos 70 são um modelo desse tipo de crescimento distorcido. Muitos de nós ainda jovens, outros sequer nascidos, todos experimentamos os efeitos do "milagre econômico". Embalados por esse jargão, em pleno período de ditadura militar, pensamos estar crescendo econômica e socialmente e, mesmo ali, jamais nos vimos crescendo iguais. Passamos a conviver com bolsões de pobreza nas grandes cidades e o avanço da violência urbana. Conhecemos o que era recessão, má qualidade de vida e os resultados da degradação ambiental. Do campo, milhares de famílias foram expulsas.

Algumas das feições rurais herdadas das décadas passadas, e que apesar dos esforços governamentais e da sociedade civil ainda vigoram, são os latifúndios improdutivos, o trabalho escravo e a devastação ambiental. São feições oriundas do crescimento desigual e, por isso, tão difíceis de se corrigir. Sofremos as consequências desastrosas da falta de política agrária e de política agrícola. E sofremos por longo tempo.

Foi apenas nos últimos anos, com o rearranjo das políticas urbanas e rurais, que começamos a romper com essa realidade. Aos poucos, nos vemos crescendo de forma diferente. Não extinguímos a miséria, mas estamos reduzindo as desigualdades na cidade e no campo. Não por acaso, 20 milhões de brasileiros deixaram de ocupar as classes D e E, passando a ter condições melhores de vida. No ano passado, o país alcançou uma geração recorde de 1,6 milhão de empregos.

E o campo mostrou sua faceta recompensadora a todos os que defendem políticas públicas específicas para o seu crescimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma a safra recorde de grãos em 2007, de 133 milhões de toneladas. Dados preliminares do censo agropecuário demonstram que o número de propriedades rurais cresceu, de 4,8 milhões para 5,2 milhões, ao mesmo tempo em que o tamanho médio delas diminuiu. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) atesta que a renda da agricultura familiar aumentou 7%. Esses números refletem políticas implementadas especialmente desde 2003. Estamos esboçando uma nova malha fundiária e ampliando a renda de quem precisa e produz.

Esses são os primeiros passos de uma caminhada que tem de ser feita com firmeza e rapidez. E, além disso, com muita persistência para que grandes extensões de terras

despovoadas passem a ser cenário do passado. Porque outra realidade é possível: a de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças em vida plena e comunitária no campo.

---

### **A agricultura familiar engloba pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e fazem o que preferem no seu chão**

---

E eles não precisam compor famílias que só cultivam pela subsistência. Seu horizonte hoje está amplificado com o crédito cada vez mais alto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que incentiva a produtividade, a mecanização e a comercialização dos alimentos; e do seguro agrícola, que propicia mais segurança contra intempéries climáticas e oscilações de preços. Essa é uma política que demoramos a construir. O Pronaf completa 12 anos em 2008, mas sua conformação mais inclusiva e diversificada para os trabalhadores rurais só ocorreu depois de muita lapidação. E o aprimoramento continua.

Com o advento do biodiesel e o potencial de integração da agricultura familiar na sua cadeia de produção, os agricultores encontram uma nova forma de ampliação da renda. O Selo Combustível Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem sido um instrumento decisivo nessa nova política de inclusão produtiva. Tudo isso sem esquecer a missão primordial da agricultura familiar: a produção de alimentos. A agricultura familiar começa a englobar pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e escolhem o que preferem fazer no seu chão. Agora, elas têm chão.

Hoje já conseguimos antever um outro tipo de crescimento no meio rural, mais igual e solidário: dispomos de um número maior de proprietários rurais, de produção diversificada de alimentos, de geração de mais trabalho e mais renda. Crescer com igualdade é o desafio contemporâneo do meio rural brasileiro. É apostar em gente trabalhando e agregando valor à produção, sendo assistida por técnicos que compartilham as inovações tecnológicas, tendo água encanada, saneamento e energia elétrica mesmo nos pontos mais longínquos. E vendo os filhos freqüentarem todos os dias a escola. Escola próxima, de preferência.

Por isso, o governo federal lançou no mês de fevereiro o programa Territórios da Cidadania, para que essa dinâmica econômica e social já constatada em alguns lugares seja disseminada pelo país. O programa tem um objetivo claro: superar as condições de pobreza que ainda persistem no meio rural. Queremos fazer o que o Estado brasileiro nunca foi capaz: garantir o acesso a direitos e a políticas públicas de infra-estrutura e desenvolvimento econômico lá nos territórios esquecidos, nos lugares mais pobres, onde moram e trabalham homens e mulheres que pelas mais diversas razões têm sido condenados à invisibilidade. Queremos restituir a milhares de brasileiros o direito de usufruir deste novo ciclo de crescimento e abrir para essas regiões novas possibilidades de desenvolvimento.

Poderíamos retroceder, deixar de destacar tantos recursos para a agricultura familiar, que responde por 60% de todos os alimentos que consumimos no Brasil, e para a reforma agrária massiva e de qualidade. Poderíamos voltar a concentrar a malha fundiária, sem nos preocupar com o escoamento da produção dos agricultores familiares e assentados, com o desmatamento ou a convivência racional com a Floresta Amazônica. Poderíamos crescer sem nos indagar se a água finalmente irrigará as pequenas comunidades rurais do Nordeste e sem concretizar o Projeto do Rio São Francisco de forma inclusiva. Depois de descobrir que é possível crescer sem sermos tão desiguais, será que temos esse direito?



**\*Guilherme Cassel, engenheiro civil, é Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.**

## **Do Bolsa Família à inclusão social – Ignacy Sachs – O Globo – Opinião – 13/03/2008**

O semanário britânico “The Economist”, de 9 de fevereiro, publicou um artigo altamente elogioso do Bolsa Família, apresentado como o maior programa no mundo de luta contra a pobreza, através da transferência da renda a onze milhões de famílias carentes, condicionada pela presença regular dos filhos na escola e pela participação nas campanhas de vacinação. Segundo uma funcionária do Banco Mundial trabalhando no Brasil, vários países se preparam para reproduzir esse esquema. Tanto mais que os recursos comprometidos são de ordem de apenas meio por cento do PIB.

Um estudo recente do Centro Internacional de Pobreza (uma parceria entre o Pnud e o Ipea) mostrou que o Bolsa Família contribuiu para uma queda no Brasil de três pontos no Índice de Gini — o indicador mais usado de disparidade de renda. Esse ritmo de queda é igual ou maior ao ritmo registrado em países como a Inglaterra e a França, quando esses países estavam instalando políticas de proteção social. Por positivos que sejam esses resultados, a mera transferência de renda não deixa de ser um projeto assistencial que deve ser reconduzido ano após ano. Daí a necessidade de pensar em saídas do Bolsa Família que permitam às famílias beneficiadas possam se emancipar desse programa ao encontrarem oportunidades de trabalho decente, geradores de uma renda suficiente para sair da pobreza. A saída do Bolsa Família passa por inclusão social pelo trabalho.

O programa Territórios da Cidadania constitui um passo importante nessa direção, marcando uma virada nas políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade.

Trata-se de um programa de desenvolvimento regional voltado às regiões mais pobres do Brasil, dispondo para o ano em curso de R\$ 11,3 bilhões para financiar 135 ações de 15 ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura. Foram identificados sessenta territórios que incluem 958 municípios com uma população total de 24 milhões de pessoas, e uma população rural de 7,8 milhões com um milhão de famílias de agricultores familiares, 320 mil famílias de assentados de reforma agrária, sendo que 2,3 milhões de famílias recebem atualmente o Bolsa Família. Os sessenta territórios compreendem 350 comunidades quilombolas e 149 terras indígenas, e se caracterizam por baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

Assim, o Territórios da Cidadania reflete a determinação do Estado desenvolvimentista de pôr em marcha a economia dos territórios mais atrasados, onde se concentram os bolsões de miséria mais recalcitrantes. Ao mesmo tempo, o programa se propõe a despertar todas as forças vivas da sociedade local através da criação de conselhos de desenvolvimento territorial, partindo da premissa de que o desenvolvimento há de ser pactuado entre todos os seus protagonistas — a sociedade, os empreendedores, as autoridades municipais, estaduais e federais.

Para tanto, a primeira tarefa deverá consistir na elaboração de forma participativa de um duplo diagnóstico: a lista das mazelas e dos obstáculos a serem superados e a identificação dos recursos naturais latentes, presentes em cada território, a serem combinados com a força de trabalho ociosa num amplo leque de projetos, os mais variados. As trajetórias de desenvolvimento socialmente incluídas e ambientalmente sustentáveis são plurais. Por sua escala e pelo volume dos recursos comprometidos, Territórios da Cidadania nasce como um programa pioneiro em nível mundial de planejamento participativo do desenvolvimento territorial, destinado a propulsar um novo ciclo de desenvolvimento rural com agricultores familiares como atores principais. A caminhada será difícil, mas o projeto é empolgante.

**BNDES irá auxiliar no fortalecimento de órgãos ambientais na Amazônia** – Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esteve reunida nesta terça-feira (11) com secretários e representantes de secretários de Meio Ambiente da região amazônica para detalhar as medidas de controle ao desmatamento e abrir as discussões sobre uma agenda de apoio financeiro para o fortalecimento da governança ambiental e florestal no bioma. "Também queremos identificar as atividades sustentáveis que podem ser alavancadas, bem como elaborar um plano de desenvolvimento para as comunidades que até agora viviam em torno da extração ilegal da madeira", explicou a ministra.

Na ocasião, o diretor de planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), João Carlos Ferraz, anunciou que a instituição irá desenhar programas de apoio à modernização das agências e órgãos ambientais da Amazônia de acordo com as especificidades de cada estado. "São projetos estruturantes" destacou. O perfil de cada iniciativa começará a ser definido em visitas aos estados, em março e abril.

A entrada dos bancos no combate ao desmatamento faz parte de uma série de ações que estão sendo implementadas para reduzir tendência de aumento do desmatamento na Amazônia. Também devem ser criados mecanismos de monitoramento do Protocolo Verde, do qual todos os bancos estatais são signatários, bem como reforçadas linhas de crédito para recuperação de áreas degradadas, georrefenciamento de imóveis rurais, atividades rurais sustentáveis, entre outras.

O MMA também trabalha para fortalecer os sistemas de informatização das secretarias, para que todos estejam funcionando em linguagem única antes do início da liberação de crédito da próxima safra, em julho. Ao final da reunião foi criado um comitê de articulação de ações de prevenção e controle dos desmatamentos, formado pelos secretários e MMA.

**Quem cuidará do primo pobre?** - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/03/2008

Chama a atenção uma informação da secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, de que ocorrem na Amazônia 59% das emissões brasileiras de gases em consequência de mudanças no uso da terra, desmatamentos e queimadas. Isso quer dizer que 41% ocorrem fora daquele bioma. E como quase já não há mais desflorestamentos na mata atlântica (da qual restam menos de 8% em fragmentos da área originária), conclui-se que a maior parte desses 41% ocorre no Cerrado, para o qual o governo federal prometeu ações só para "depois de 2010".

É grave, porque a situação do Cerrado já é mais do que preocupante. Segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), o desmatamento nesse bioma é da ordem de 1,1% do território (mais de 2 milhões de km<sup>2</sup>) ao ano - cerca de 22 mil km<sup>2</sup>, praticamente o dobro do desmatamento anual na Amazônia. Diz o ISPAN que o Cerrado já

perdeu a cobertura vegetal em mais de 50% de sua área. E que o avanço dessa perda se deve à agricultura e à pecuária (embora a produção de carvão vegetal para siderurgias de Minas Gerais tenha participação importante - 17,3 mil km<sup>2</sup> em matas nativas derrubadas entre 1997 e 2006, de acordo com o Observatório do Agronegócio, 26/11/2007).

Há alguma discrepância entre várias fontes quanto ao percentual do Cerrado já desmatado (há quem fale em 20% remanescentes). Mas não há dúvida de que apenas 1,4% do território está protegido em unidades de conservação, e em torno de 5,5% se incluídos reservas particulares e outros formatos. Diz a Embrapa Monitoramento por Satélite que restam menos de 5% do Cerrado em fragmentos capazes de sobreviver, com mais de 2 mil hectares contínuos (abaixo disso, cadeias genéticas, reprodutivas, etc., não conseguem manter-se).

Embora muita gente considere o Cerrado um bioma “inútil” e “feio”, trata-se de uma perda que não deveria acontecer. Essa “floresta de cabeça para baixo” - como a chamou o escritor goiano Carmo Bernardes (porque a maior parte da biomassa é subterrânea, raízes em busca de água em lençóis profundos) - detém cerca de um terço da rica biodiversidade brasileira. Já são mais de 10 mil espécies de plantas identificadas, das quais 4 mil endêmicas, só encontráveis no Cerrado.

Como se pode assistir passiva e tranqüilamente à perda de um patrimônio como esse? Mas é assim. Já foi contado aqui que, há uns 15 anos, uma presidente do Ibama, perguntada numa audiência pública sobre queimadas no Cerrado, respondeu: “Ainda bem que é no Cerrado. Seria muito pior se fosse na Amazônia.” Ela e muitos outros que não o declaram acham que a expansão da fronteira agropecuária no País deve ocorrer no Cerrado, para poupar a Amazônia. O próprio ministro da Agricultura disse isso recentemente. Sem falar que o PAC prevê para o Cerrado a implantação de mais 20 usinas hidrelétricas e oito termoelétricas, embora estudos acadêmicos digam que não precisamos ampliar a oferta de energia, podemos economizar até 30% do atual consumo, como já foi comentado neste espaço.

Não bastasse a perda da biodiversidade, o desmatamento no Cerrado pode ter sérias e indesejáveis conseqüências nos fluxos hidrológicos no País. Nasce no Cerrado 14% das águas que correm para as três maiores bacias nacionais (Amazonas, São Francisco, Paraná-Paraguai). E há indícios, que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais avalia, de que esse fluxo está diminuindo - como estaria decrescendo o volume de água armazenado nos lençóis e reservatórios subterrâneos (pode-se recordar aqui um exemplo em outro bioma: os córregos e rios formadores da Represa de Itupararanga, na região de Sorocaba, que em poucos anos perderam cerca de 50% de seus fluxos com o desmatamento; uma das causas está em que a vegetação removida deixou de colaborar na retenção de água no solo das margens).

Mais grave ainda, há mais de duas décadas a Embrapa Cerrados vem dizendo que é possível dobrar a produção agropecuária no Cerrado sem necessidade de desmatar um só hectare. Nada menos que 60% dos 61 milhões de hectares de pastagens no bioma estão degradados ou em processo de degradação. E o necessário rodízio com lavouras nessas áreas permitiria acrescentar 15 milhões de hectares aos 14 milhões hoje cultivados com

soja, milho e feijão (há mais 3,5 milhões de hectares com café, seringueiras, eucalipto e frutas, principalmente).

Como lembra Donald Sawyer, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, “o governo precisa se antecipar e direcionar a expansão da cana-de-açúcar (o maior problema para o Cerrado hoje) para áreas já alteradas, se quiser evitar perdas inadmissíveis para o bioma do Cerrado e impactos indesejáveis sobre os recursos hídricos e o clima”. Porque convém ainda enfatizar que o desmatamento provoca aumentos localizados na temperatura das áreas afetadas, com reflexos também na distribuição espacial e temporal das precipitações (que podem prejudicar a agricultura). E dezenas de usinas de álcool estão sendo dirigidas para Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Também poderia ter efeitos benéficos se se conseguisse tirar do papel, do terreno da ficção, as reservas legais de 20% da área obrigatórias por lei em cada propriedade. Na maior parte das áreas, elas nem sequer existem. São apenas registradas nos órgãos ambientais (que não verificam previamente nem fiscalizam depois), para que possam ser lavradas escrituras de compra e venda.

O Cerrado precisa, com urgência, deixar de ser o “primo pobre” e esquecido dos biomas brasileiros. De ser alternativa para o desmatamento na Amazônia. As perdas no Cerrado são graves, inclusive para o clima. E, afinal, como diz o poeta brasileiro Nicolas Behr, “nem tudo que é torto é errado”, basta ver “as pernas do Garrincha, as árvores do Cerrado”. \*Washington Novaes é jornalista - E-mail: [wlrnovaes@uol.com.br](mailto:wlrnovaes@uol.com.br)

### **Operação do Ibama apreende madeira ilegal em GO, RS e SP – Folha de São Paulo – Brasil – 14/03/2008**

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) apreendeu ontem 200 metros cúbicos de castanheira -árvore ameaçada de extinção- em Goiânia, outros 780 metros cúbicos de madeira comercializada sem licença, no Rio Grande do Sul, além de dois contêineres, no porto de Santos (SP).

Esses foram os primeiros resultados da operação "Guardiães da Amazônia", iniciada ontem com alvo em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. O primeiro balanço da operação será divulgado na segunda-feira, mas só em barreiras policiais em estradas, o saldo de apreensão de madeira ilegalmente comercializada é de 20 caminhões.

A iniciativa faz parte do combate ao desmatamento na Amazônia, que registrou ritmo acelerado no final do ano passado e no início deste ano. "A operação segue por tempo indeterminado e poderá embargar madeiras que apresentem mais de 10% de produto de origem ilegal", afirmou o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel.

**G-20 vai discutir criação de fundos para emergentes** - Leandro Modé – Estado de São Paulo – Vida & - 15/03/2008

A criação de fundos patrocinados por países desenvolvidos para financiar as nações emergentes no combate ao aquecimento global deve dominar as discussões na reunião do G-20 que ocorre neste fim de semana em Chiba, região metropolitana de Tóquio. O grupo é composto pelos 20 maiores emissores de gases causadores do efeito estufa, entre eles o Brasil.

Existem três propostas na mesa de negociação: dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e do Japão. Em setembro do ano passado, o presidente americano, George W. Bush, disse que seu país pode liberar até US\$ 2 bilhões nos próximos três anos para estimular a adoção de tecnologias voltadas à produção de energia limpa.

Em janeiro, o primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, anunciou um plano que prevê o desembolso de US\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos. A Grã-Bretanha prometeu destinar US\$ 1,6 bilhão.

“Obviamente, a iniciativa dos países desenvolvidos de ter fundos dirigidos ao combate das mudanças climáticas é interessante, mas é preciso definir a forma como vão operar”, disse ao Estado o embaixador extraordinário para Mudança do Clima, Sérgio Serra. Ele lidera a delegação brasileira, que conta com a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Telma Krug.

Até o momento, a idéia mais difundida é a que prevê que o Banco Mundial seja responsável pela gestão. Mas não há consenso. “O próprio banco tem dúvidas sobre como essa administração seria feita”, disse Serra.

Outra possibilidade é de que a gestão fique a cargo do Fundo Global para o Meio Ambiente, organização que apóia países em desenvolvimento em questões de meio ambiente.

**PRESSÃO** - Na média, os países signatários do Protocolo de Kyoto devem diminuir em cerca de 6% a emissão desses gases até 2012. Como pouco foi feito até agora - praticamente todos os países elevaram suas emissões de 2001 a 2007 -, governantes estão sendo pressionados a agir.

Atual presidente do G-8, o Japão tenta assumir uma posição de liderança. “Queremos mostrar que é possível crescer gastando menos energia”, disse Naoto Hisajima, diretor da divisão de Mudanças Climáticas do Japão.

O repórter viajou a convite do governo do Japão

**Justiça suspende licitação para aluguel de floresta pública** – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/03/2008

A Justiça Federal determinou ontem a suspensão da primeira licitação para o aluguel de uma floresta pública no Brasil. A decisão fez o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) paralisar o processo de concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, à exploração sustentável de madeira.

O SFB disse que recorrerá da decisão assim que for oficialmente notificado, na terça-feira que vem. Para o órgão, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, a concessão de florestas públicas é estratégica para empurrar a economia da Amazônia rumo a atividades que não derrubem a mata.

"É justamente neste momento que precisamos de alternativas econômicas funcionando e não temos alternativas", diz Tasso Azevedo, diretor do SFB. Ele se refere à ação emergencial do governo para conter o desmatamento, que voltou a subir no fim do ano passado após três anos de queda.

O governo avalia que, sem as concessões, será muito difícil tirar o setor madeireiro da ilegalidade em que ele se encontra hoje – e que resultou no conflito visto no mês passado em Tailândia, Pará, cidade que vive da exploração ilegal de madeira. O processo para conceder parte da Flona (Floresta Nacional) o Jamari à indústria madeireira seria o primeiro teste prático desse modelo de exploração, no qual o governo entra com a mata e recebe royalties pelo manejo florestal, que deve seguir critérios ambientais.

Oito empresas se inscreveram para disputar a concessão de 90 mil hectares da Flona.

**Congresso Nacional** - Os envelopes seriam abertos na semana que vem, mas o processo foi interrompido por decisão da desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal. Ela determinou que o processo seja suspenso até que o SFB obtenha autorização do Congresso para conceder a área. No entendimento de Almeida, as concessões florestais equivalem à concessão de terras públicas. E, para este caso, a Constituição determina que toda transferência de domínio acima de 2.500 hectares seja autorizada pelo parlamento.

O governo acha que não. Quando sancionou a Lei de Florestas Públicas, em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o artigo que fazia essa exigência. "Floresta pública é diferente de terra pública", diz Azevedo. "Nós não estamos concedendo a terra, mas sim o direito de manejar a floresta que está sobre aquela terra. O acesso à área continuará garantido a qualquer cidadão."

Segundo Azevedo, outros tipos de concessão em terra pública são feitos cotidianamente sem autorização do Congresso. "Teriam de fazer o mesmo com mineração, hidrelétricas e linhas de transmissão", afirma o diretor do serviço florestal. "Imagine se toda mineração em áreas maiores que 2.500 hectares tiver de passar pelo Congresso. O país pára."

## **Europa lançará plano contra crise do clima no fim do ano** - Folha de São Paulo – Ciência – 15/03/2008

Países da UE (União Européia) concordaram ontem em determinar o fim deste ano como prazo para lançar seu plano de corte de emissões de gases do efeito estufa. Os líderes do bloco se comprometeram a limitar os custos para indústrias que manifestaram preocupação, mas avaliaram que é vital manter uma frente unida antes de tentar persuadir grandes emissores de gases estufa, como China e Índia, a adotarem mais cortes. Mas ao mesmo tempo em que prometeram combater o aquecimento global, líderes europeus se disseram preocupação com o desaquecimento da economia, os preços altos do barril de petróleo, a valorização do euro e a inflação.

"Nos comprometemos a finalizar a negociação deste pacote [de medidas sobre gases-estufa] por volta do fim do ano, e ao fazê-lo teremos dado um grande passo à frente", afirmou o primeiro-ministro esloveno Janez Jansa, que coordenou um encontro de dois dias entre 27 representantes de países da UE.

Pela estimativa dos participantes do encontro, as determinações do plano europeu contra a crise do clima devem ganhar força de lei no começo do ano que vem. A meta prevista é atingir um corte de 20% das emissões até 2020, em comparação com os níveis de 1990. A UE promete aumentar a cota para 30% se outros países os acompanharem.

O documento emitido ontem, porém, carregava uma redação cautelosa com relação ao montante que deve ser investido no plano. O texto fala em "evitar custos excessivos para os países membros [do bloco]".

## **Nas pegadas dos crimes ambientais** – O Globo – Por dentro do Globo – 15/03/2008

Não são raras as notícias envolvendo ruidosas operações policiais contra crimes do meio ambiente, com grande número de prisões ou aplicações de multas milionárias a empresas poluidoras. O fato é noticiado e todos ficam satisfeitos. Mas o que acontece depois disso? É para responder a essa pergunta que O GLOBO começa a publicar amanhã uma série de reportagens sobre crimes ambientais. A idéia foi inspirada pelo aniversário de dez anos da lei 9.605/98, a Lei de Crimes Ambientais, conhecida também como Lei da Vida.

Para realizar a série, foi formada uma equipe multidisciplinar, com a repórter de polícia e Justiça ELENILCE BOTTARI, o setorista de meio ambiente TULIO BRANDÃO e os jornalistas especialistas em infra-estrutura PAULO MARQUEIRO e DANIEL ENGELBRECHT.

Era hora de ir a campo. Acompanhados pelos fotógrafos CUSTÓDIO COIMBRA e MARCOS TRISTÃO, com participações de CARLOS IVAN e GUSTAVO STEPHAN, os jornalistas viajaram para várias regiões do estado, como Sul Fluminense, Região Serrana e dos Lagos, com o objetivo de mostrar os crimes ambientais mais freqüentes.



Paralelamente, os repórteres se debruçaram sobre uma exaustiva pesquisa de crimes ambientais. No Tribunal de Justiça, foram pesquisadas cerca de 600 sentenças proferidas em todo o estado no ano passado. Na Justiça Federal, a análise envolveu aproximadamente 400 processos sobre crimes ambientais julgados nos últimos dez anos.

Nos órgãos ambientais, o trabalho consistiu em vasculhar os arquivos em busca de todas as multas aplicadas no período de uma década, durante a vigência da lei: nada menos que 7.432 no Instituto Estadual de Florestas e na Feema (IEF) e 7.097 no Ibama.

Com os trabalhos de pesquisa e campo feitos, passou-se a dar forma às reportagens. O projeto gráfico ficou a cargo do diagramador MARACA. Os infográficos foram assinados por FERNANDO ALVARUS. Mas, o que acontece com as pessoas presas e as empresas multadas nas grandes operações policiais? Leia a partir de amanhã no GLOBO.

### **Pará combaterá o desmatamento** – Estado de São Paulo – Nacional – 16/03/2008

Paragominas, no Pará, é o primeiro município da região amazônica a adotar ações concretas para monitoramento e controle dos desmatamentos. Incluído na lista dos 36 municípios prioritários para ações de controle dos desmatamentos, tanto pela média histórica dos últimos 20 anos como pelos índices dos últimos três anos. O município firmou um pacto com a Secretaria Estadual e Meio Ambiente do Pará, tendo como co-signatários o Ministério de Meio Ambiente, para elaborar um plano de prevenção e combate ao desmatamento que prevê: cadastro de propriedades, monitoramento do desmatamento e o zoneamento ecológico-econômico.

### **Proposta de lei da biodiversidade opõe cientistas e ministérios** - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/03/2008

Texto que corrigiria incoerências no processo de pesquisas revelou-se ‘Frankenstein’ que não agrada ninguém

Bandeiras brancas foram hasteadas, mas pesquisadores, ministérios e organizações não-governamentais continuam em pé de guerra quanto às regras de acesso aos recursos genéticos da biodiversidade brasileira. O tão aguardado anteprojeto de lei (APL), que deveria corrigir as incoerências da medida provisória que rege o tema desde 2001, foi apresentado pela Casa Civil para consulta pública no início de dezembro. O que poderia ser um presente de Natal, porém, se transformou em mais um tormento para os cientistas que se dedicam a estudar a biodiversidade nacional.

“É um texto da Idade da Pedra, que mostra o total despreparo técnico do governo para tratar desse assunto”, diz o zoólogo Hussam Zaher, especialista do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. “É uma lei totalmente embasada em exceções e expressões

dogmáticas, que, se aprovada, vai engessar completamente o estudo da biodiversidade no País.”

O texto, disponível para consulta no site da Casa Civil até o dia 13 de abril, antes de ser encaminhado ao Congresso, é rejeitado por completo por algumas lideranças científicas. A Sociedade Brasileira de Genética (SBG) classificou o projeto de “inaceitável”, assim como “qualquer tentativa de corrigi-lo”.

“O texto não tem salvação; tem de jogar fora e começar de novo”, diz a ecóloga Rosane Collevatti, da Universidade Católica de Brasília, que representa a SBG no grupo de trabalho que trata do assunto na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). “Não adianta mudar uma vírgula aqui ou um artigo ali. É um problema de fundo filosófico, segundo o qual o pesquisador é tratado no mesmo patamar de um criminoso ambiental qualquer.”

“Não dá para remendar, porque o projeto já é uma colcha de retalhos”, reforça a bióloga Rute Gonçalves Andrade, pesquisadora do Instituto Butantã e secretária da diretoria da SBPC. A sociedade também pede uma revisão profunda do projeto.

Segundo a SBPC, o projeto ignora muitas das recomendações feitas pelos cientistas ao longo dos últimos anos. “O princípio que orienta as recomendações da comunidade científica é discriminar integralmente a pesquisa científica. O projeto de lei apenas tangencialmente atende a essa reivindicação, de forma muito tímida”, afirma o grupo. Para os cientistas, a legislação vai contra o compromisso do Brasil de conhecer sua biodiversidade e agregar valor a ela.

**CRISE ANUNCIADA** - As pesquisas com fauna e flora do Brasil estão em crise profunda desde 2001, quando o governo federal baixou uma medida provisória (a MP 2.186) com o intuito de combater a biopirataria. O tiro saiu pela culatra, atingindo em cheio a pesquisa científica nacional. Da noite para o dia, nenhum cientista podia mais encostar numa folha ou numa formiga sem antes provar sua “inocência” e pedir autorização ao governo. Conseguir uma licença para pesquisas de campo transformou-se uma via-crúcis burocrática, que freqüentemente levava a lugar nenhum. Muitos estudos foram abandonados.

O próprio governo, desde então, tenta acabar com a MP e substituí-la por um projeto de lei amigável à ciência, mas sem sucesso. Os efeitos da medida provisória foram amenizados a conta-gotas, por meio de decretos e regulamentações, mas o projeto de lei que deveria resolver de vez a questão passou anos trancafiado na Casa Civil, amarrado em disputas ministeriais.

Quando o texto saiu, ninguém quis assinar embaixo. “É um Frankenstein”, resume o representante do Ministério da Agricultura no debate, Roberto Lorena. “Juntaram tudo e criaram uma espécie de monstro”, diz o assessor de políticas públicas da ONG Instituto Socioambiental (ISA), Henry Novion.

O projeto tenta regulamentar, em uma só tacada, vários temas complexos e não necessariamente relacionados: pesquisa científica básica (sem interesse comercial), bioprospecção (com interesse comercial), proteção dos conhecimentos tradicionais (como o uso de ervas medicinais indígenas) e repartição de benefícios pelo eventual uso comercial desse conhecimento.

Aí entram os interesses de vários ministérios, em especial os da Ciência e Tecnologia (MCT), Meio Ambiente (MMA) e Agricultura e Pecuária (Mapa). O MCT não quer o MMA dizendo a seus pesquisadores o que podem ou não fazer. O Mapa também não quer ninguém interferindo nos assuntos da agricultura. O MMA quer garantir a conservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, sem acorrentar a ciência, como faz a MP atual.

O texto apresentado pela Casa Civil tenta atender a todos os interesses, mas acaba não agradando ninguém. O projeto propõe a criação de uma série de cadastros, licenças e relatórios para monitorar e controlar as pesquisas com biodiversidade e as relações entre cientistas e povos tradicionais (veja quadro acima).

“Virou uma loucura por dados; querem cadastrar tudo”, revolta-se João Alves de Oliveira, chefe do Departamento de Vertebrados do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “É um monte de cadastro para nada, para gerenciar o vazio. Só querem informações para nos prejudicar.”

“Nenhum cientista se nega a prestar contas; já dedicamos 80% do nosso tempo a isso. Só queremos que essa regulamentação seja feita de forma racional”, afirma Rosane, da SBG. “O que estão pedindo é absurdo.”

O secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, reconhece que o texto manteve um viés controlador da pesquisa. E pede mudanças. “É preciso flexibilizar mais; queremos não só desonerar a pesquisa da biodiversidade, mas estimulá-la.”

A proposta do MMA, segundo ele, é separar completamente as atividades de bioprospecção das de pesquisa básica, que não precisaria de autorização para ser feita. A ideia é regular a pesquisa apenas a partir do momento em que ela chegar a um produto comercial de fato - o que é a exceção -, deixando as etapas iniciais livres de amarras burocráticas e contratos. Mas ninguém conseguiu produzir um texto nesse sentido, ainda.

“Realmente, o capítulo sobre coleta ficou muito ruim”, diz o ex-secretário-executivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) do MMA, Eduardo Vélez, que participou intensamente das discussões sobre a lei até o ano passado. “Não sei o que aconteceu, mas não era para sair assim.”

A Casa Civil informou que não daria entrevistas e que a reportagem deveria consultar cada ministério separadamente.

**Glossário** - Biodiversidade - São todas as espécies de animais, plantas e microrganismos que compõem a fauna e a flora nativas do Brasil

Recursos genéticos - Numa definição abrangente, são todas as moléculas que fazem parte do organismo, incluindo seu DNA, RNA, enzimas e outras proteínas

Bioprospecção - A busca de moléculas naturais que tenham alguma aplicação comercial, principalmente na indústria de fármacos, cosméticos e alimentos

Biopirataria - O roubo ou o uso não autorizado de um recurso genético da biodiversidade brasileira para fins comerciais

Conhecimento tradicional - É a “sabedoria” acumulada dos povos tradicionais (como indígenas e quilombolas) sobre o uso da biodiversidade. Por exemplo, o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais

Repartição de benefícios - Conceito segundo o qual os povos tradicionais devem receber parte dos benefícios (financeiros ou não) obtidos a partir do uso do seu conhecimento

Pesquisa básica - A produção de conhecimento científico sobre a biodiversidade, sem objetivos comerciais, como pesquisas sobre ecologia e identificação de espécies, que compõem o dia-a-dia da biologia e orientam as políticas de conservação

Coleta - A atividade básica de coletar animais e plantas na natureza para identificação e realização de pesquisas. É a prática mais primordial e rotineira do estudo da biodiversidade

O que a lei quer criar

Agrobiodiversidade - Um novo conceito que se refere apenas às espécies usadas na agricultura, que teriam tratamento diferenciado do resto da biodiversidade

CNACT - Cadastro Nacional de Controle de Atividades de Pesquisa Científica ou Tecnológica de Recursos Genéticos; administrado pelo MCT, para registrar todos os cientistas e atividades relacionados ao estudo da biodiversidade

CNGEN - Cadastro Nacional de Acesso aos Recursos Genéticos e ao Conhecimento Tradicional Associado; vinculado ao MMA, para o registro de atividades envolvendo o uso de recursos genéticos e/ou de conhecimento tradicional

CNAB - Cadastro Nacional de Agrobiodiversidade; gerenciado pelo Ministério da Agricultura, para o controle de atividades envolvendo recursos genéticos e uso de conhecimentos tradicionais relacionados à agrobiodiversidade

AgroBio - Órgão Gestor do Recurso Genético Proveniente da Agrobiodiversidade, que seria criado para gerenciar o CNAB e proteger os direitos dos agricultores

CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; imposto que incidiria sobre a exploração comercial de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, com alíquotas de 1% a 2%

FURB - Fundo de Repartição de Benefícios do Recurso Genético dos Conhecimentos Tradicionais Associados, um fundo vinculado ao MMA que receberia metade dos recursos arrecadados pela Cide para uso em políticas de conservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais

**Mecanismo de arrecadação também é polêmico** – Estado de São Paulo – Vida & - 16/03/2008

Imposto incidiria sobre produtos desenvolvidos a partir do conhecimento tradicional

Apesar dos problemas criados pelas normas de coleta científica, Eduardo Vélez acredita que outros dispositivos apresentados no anteprojeto de lei são satisfatórios, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos tradicionais e à repartição de benefícios.

“Esses são, de fato, os objetivos principais da lei”, afirma Vélez, que foi secretário-executivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) entre 2003 e 2007. “O texto, a princípio, nem precisaria tratar de coleta científica.”

Uma das novidades propostas pelo projeto é a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que incidiria sobre todos os produtos desenvolvidos a partir de conhecimentos tradicionais ou de recursos genéticos da biodiversidade brasileira.

O dinheiro arrecadado por essa Cide, então, seria dividido entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para fomentar novas pesquisas, e um novo Fundo de Repartição de Benefícios do Recurso Genético e dos Conhecimentos Tradicionais Associados (Furb), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Os recursos do Furb, por sua vez, seriam aplicados meio a meio em programas de conservação da biodiversidade e proteção dos conhecimentos de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e caiçaras.

Dessa forma, aponta Vélez, todos os cientistas e comunidades tradicionais serão beneficiados por uma descoberta, mesmo que não tenham contribuído diretamente para ela. “Na minha opinião, é um mecanismo excelente”, defende Vélez. “Esse é o filé da lei, que resolve de maneira efetiva como se deve fazer a repartição de benefícios no Brasil.”

O Ministério da Agricultura discorda. “Nós abominamos essa Cide”, afirma Roberto Lorena, secretário da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura. “A lei deveria incentivar a pesquisa e não taxá-la. O Brasil já não conhece a sua biodiversidade; se tivermos de pagar imposto para conhecê-la, aí é que vamos continuar no escuro mesmo.”

Para Henry Novion, do ISA, o projeto não foi suficientemente discutido com a sociedade, muito menos com os povos tradicionais. “Não adianta simplesmente jogar o texto na internet. As populações que vivem no meio da floresta nunca terão acesso a isso”, disse. “A impressão é que eles querem jogar essa batata quente para o Congresso e o Congresso que se vire com ela. Mas o risco de um projeto complicado como esse ficar eternamente tramitando é enorme.”

No conjunto, diz Novion, o APL é um avanço. “Mas, quando entra nos detalhes, está cheio de furos, erros e duplicação de competências. Não é, nem de longe, um projeto de lei aceitável.”

O secretário do MMA, João Paulo Capobianco, garante que a consulta pública “é para valer” e que todas as sugestões serão consideradas. “Em vez de manter as negociações dentro do governo, decidimos que seria melhor colocar algo na mesa e abrir a discussão para a sociedade”, explicou.

## **ATRÁS DAS GRADES, SÓ OS ANIMAIS** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marquiere e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 16/03/2008

É a Lei da Vida: dos 200 pássaros apreendidos por policiais do Batalhão Florestal numa feira de Duque de Caxias, em 15 de julho do ano passado, metade morreu antes de chegar ao Zôo de Niterói. Os outros — tiés-sangue, curios, coleiros, canários e sabiás — tiveram como destino o cativeiro, de onde em geral não saem mais. Seus algozes mereceram melhor sorte. Dos dez detidos, somente dois, Neilton Nunes e Edenis Trajano, se apresentaram à Justiça e, para escapar do processo, aceitaram prestar serviços comunitários durante seis meses na Delegacia da Mulher em Caxias.

Sancionada em 12 de fevereiro de 1998 e em vigor desde 30 de março daquele ano, a Lei de Crimes Ambientais — batizada de Lei da Vida — chega ao seu décimo aniversário sem alarde. Sua aplicação está longe dos princípios de prevenção e educação apregoados à época, como revela levantamento do GLOBO com base em sentenças das justiças estadual e federal. Os descaminhos da lei são tema de uma série de reportagens que começa hoje e vai até o dia 23. Pelos registros da Vara de Execuções Penais (VEP), não há hoje no estado condenado preso exclusivamente por crime ambiental.

Os casos existentes são de réus que cometeram crime ambiental, mas cumprem pena por delitos mais graves, como tráfico de drogas, assalto, adulteração de combustível e formação de quadrilha.

A maior parte dos processos abertos com base na Lei de Crimes Ambientais se refere a delitos contra a fauna, o que não significa que eles são os mais freqüentes ou mais

graves. Muitas agressões ao meio ambiente, como poluição de praias, rios e lagoas, frequentemente passam ao largo dos tribunais.

Uma análise das ações que tiveram como base a Lei da Vida mostra que elas quase sempre são extintas em primeira instância. Das 630 sentenças proferidas em 2007 na Justiça estadual, 58% foram homologações de transações penais (em geral, prestação de serviços à comunidade, pagamento de cestas básicas ou multa para evitar o prosseguimento da ação). Foi o que aconteceu com Edson Luiz Bruno Matela. Por infringir o artigo 29 da lei (vender ou ter em cativeiro animais silvestres), em 27 de fevereiro do ano passado ele fez um acordo com o juiz do Juizado Especial Criminal de Campo Grande, comprometendo-se a doar três grades, no valor de R\$ 360, para proteger as plantas do fórum local.

Outro indicativo de impunidade é o percentual de prescrições: 20,5% do total, ou uma a cada cinco ações.

Além disso, 13,3% dos processos foram extintos e 2,4% dos réus, absolvidos. As condenações — sempre a penas alternativas (como prestação de serviços comunitários) — representaram apenas 1,3%. Somente uma pessoa foi condenada à prisão, mas não por conta da Lei da Vida. Já havia contra ela mandado de prisão por assalto.

— A lei não pegou. Chamamos isso de anomia — diz o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Carlos Murta Ribeiro.

Na Justiça Federal, das 395 sentenças nos últimos dez anos com base na Lei de Crimes Ambientais, apenas 20% resultaram em condenações a penas alternativas. Nos demais casos, os réus se livraram da Justiça por transação penal (25%), suspensões (20,8%), prescrições (14%) e absolvições (10%). Houve apenas duas condenações à prisão, uma em regime aberto e outra em semi-aberto.

Nenhum condenado ficou preso.

### **Só 10% dos bichos voltam à natureza**

Para as vítimas dos crimes, a história é diferente. Há 18 anos, oito macacos-prego foram condenados a viver atrás das grades depois de serem retirados das mãos de traficantes de animais. Sem condições de voltar ao seu habitat, foram adotados pelo Zôo de Niterói. Os criminosos jamais foram punidos.

— Por motivos como incapacidade física, tempo de cativeiro, falta de habitat ou procedência desconhecida, 90% dos animais apreendidos não podem retornar à natureza — atesta Daniel Marchesi Neves, analista ambiental do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas-RJ), do Ibama, em Seropédica.

Num viveiro do Cetas, uma aracacandé que já perdeu parte da plumagem também não tem chances de ser solta. Quando foi apreendida pela polícia, em setembro de 2007, estava desnutrida e com ferimentos pelo corpo. Veterinários descobriram que a ave não suportou o cativeiro e desenvolveu um problema que a levou à automutilação.

Hoje é tratada com medicamentos e vive isolada.

— Apesar de alguns avanços, em grande parte a lei não atendeu aos objetivos. Primeiro, sofreu com muitos vetos. Depois, enfrentou a fragilidade de órgãos e da polícia para reunir provas. Há muitas janelas abertas para se burlar a lei, que hoje não desestimula os criminosos.

Ela precisa ser revista e atualizada — diz o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc.

Professora da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) e especialista em direito ambiental, a desembargadora aposentada Maria Collares prega penas mais severas para os crimes ambientais: — Eu sempre digo: a condescendência é mãe da reincidência.

Já o desembargador Murta Ribeiro defende a aplicação de penas alternativas para os chamados crimes de menor potencial ofensivo: — Às vezes, a prisão não é a única solução. Cometer um crime ambiental e conviver com assassinos e estupradores não é interessante.

É melhor obrigá-lo (o criminoso) a fazer serviço de jardinagem ou a pagar indenização ao estado ou à sociedade.

Pelo menos nas operações de combate ao crime ambiental, as penas alternativas não são bichopapão para os infratores. O GLOBO acompanhou, no dia 23 de fevereiro, uma blitz da Delegacia de Meio Ambiente na feira de Honório Gurgel, onde nove pessoas foram detidas por venda de animais silvestres. Passados sete dias, os repórteres voltaram ao local. Na mesma banca e com outros pássaros, estavam alguns dos detidos da semana anterior. Livres.

**DANOS NÃO SÃO REPARADOS** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marquiere e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 16/03/2008

Não fosse pelo barco, a imagem poderia ser confundida com a de uma terra árida. Mas o chão repleto de rachaduras em que os pescadores pisam, na maré baixa, é o fundo da Baía de Sepetiba. Ou o que restou dela, depois de décadas de maus-tratos. O mar da região, que já foi rico em pescado, transformou-se num laboratório de crimes ambientais. Alguns resultaram em ações, tanto criminais quanto cíveis, mas a conta da reparação dos danos ficou para a natureza.

Prejudicados por uma dragagem feita pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, entre 1998 e 2004, para construção de um canal de acesso ao Porto de Sepetiba, pescadores assistem ao mar virar sertão. Enquanto isso, a empresa recorre à Justiça para não pagar a indenização de R\$ 1,5 bilhão determinada pelo juiz Fábio Tenenblat, da 6ª Vara Federal, como compensação pelos danos ambientais. Procurada pelo GLOBO, a Companhia Docas não retornou as ligações.

— Ficou tão difícil pescar que muitos estão desistindo e indo procurar bicos para ganhar a vida. Por causa do assoreamento, em vários trechos os barcos já não passam — diz o presidente da Colônia de Pesca de Sepetiba, Adilson Alves.

A castigada Baía de Sepetiba já foi cenário de um dos maiores crimes ambientais do estado.

Em 1996, antes da entrada em vigor da Lei de Crimes Ambientais, o rompimento de um dique da Companhia Ingá Mercantil despejou no mar 50 milhões de litros de água contaminada por metais pesados.

#### **Penas ajudam entidades sociais**

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, o processo só pode ser extinto depois da reparação do dano ou da comprovação de que é impossível fazê-lo. A lei estabelece ainda que a prestação de serviços comunitários seja feita em parques, jardins públicos ou unidades de conservação. No entanto, a análise de 262 sentenças proferidas ano passado nas varas criminais e de juizado especial criminal (Jecrim) do estado revela que apenas 17 (6,5%) beneficiavam o meio ambiente.



Na maioria dos casos, cestas básicas, multas e trabalhos comunitários estavam voltados para instituições sociais.

Em dezembro de 2006, Adilson Gonçalves teve de pagar uma cesta básica de R\$ 200, dividida em quatro parcelas de R\$ 50, para a Casa de Nossa Senhora do Desterro e de Santo Antônio, em Campo Grande. Era a punição por ter sido flagrado vendendo animais silvestres.

— As penas são muito pequenas e há uma falta de especialização do Judiciário. Se o juiz não tiver uma consciência ambiental, o crime se resolve com uma cesta básica, que não tem nenhuma conexão com a reparação do dano — afirma a promotora Rosani Cunha, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Meio Ambiente.

Flagrado em Mangaratiba ano passado com 483 peças de palmito, Nilson de Souza Lima teve a pena de um ano de detenção, mais multa, convertida para prestação de serviço à comunidade.

Uma entrevista marcada para o dia 24 de março decidirá como será o trabalho comunitário, mas o Centro de Penas e Medidas Alternativas de Itaguaí, responsável pela execução das sentenças da região, já adiantou que ele deverá ser realizado numa das instituições sociais cadastradas.

— Mais de 90% dos artigos ou são alcançados por transação penal ou pela suspensão do processo. Isso significa que ninguém é julgado.

Em termos criminais, não há repressão aos danos ambientais.

A Lei de Crimes Ambientais descrimina o dano ambiental — afirma Ricardo Zouein, promotor de Justiça e especialista no tema.

Para a desembargadora Maria Collares, professora da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), um dos problemas que a Justiça enfrenta é a falta de esclarecimento sobre direito ambiental: — Durante uma palestra para 24 juízes recém-nomeados, eu perguntei: vocês tiveram direito ambiental na faculdade? Nenhum deles teve.

Na Justiça Federal, de 395 sentenças analisadas pelo GLOBO, 101 foram transações penais propostas pelo Ministério Público Federal. Destas, metade tinha relação com o meio ambiente (como o pagamento de multa para o Fundo Nacional de Meio Ambiente ou a prestação de serviços comunitários em parques e unidades de conservação). Das 79 condenações a penas alternativas (como prestação de serviços ou multa), 80% eram voltadas para instituições sociais.

#### **Cesta básica livra caçador**

Sérgio Feliciano dos Santos foi preso em flagrante, em março de 2007, quando caçava pacas, armado com uma garrucha, na Reserva Biológica União, unidade de conservação federal em Casimiro de Abreu. Passou dez dias no xadrez da Polícia Federal, em Macaé. Em dezembro, fez uma transação penal e aceitou prestar serviço comunitário, por um ano, num abrigo para idosos em Casimiro.

— Eu sabia que era crime, mas não pensava que era tão grave. Já vi muita gente fazer a mesma coisa, assinar um papel e pagar uma cesta básica.

A prisão foi a pior coisa da minha vida. Fui tratado como um criminoso. Caçador não é bandido — alega Sérgio.

## CRIMES JÁ FORAM INAFIANÇÁVEIS O Globo – Rio – 16/03/2008

Lei atual abrandou penas relativas à fauna e tornou mais duras as da flora

A legislação ambiental já foi mais feroz com os caçadores.

Em fevereiro de 1988, a Lei 7.653 alterou o Artigo 34 do Código de Caça, tornando inafiançáveis os crimes contra a fauna. A mudança causou polêmica. Em forma de piada, dizia-se que era preferível matar o guarda do Ibama ao passarinho. Dez anos depois, quando entrou em vigor a Lei 9.605/98, os delitos contra a fauna deixaram de ser inafiançáveis.

— Os crimes contra a fauna eram inafiançáveis na delegacia, mas sempre foram suscetíveis de liberdade provisória concedida pelo juiz. Criou-se uma falsa idéia na opinião pública de que aprisionar um animal era pior que matar um homem — diz o promotor Ricardo Zouein.

— Na lei atual, quase todos os crimes contra a fauna foram reunidos num só artigo, com pena máxima de um ano de prisão, inclusive para tráfico internacional de animais silvestres. É uma aberração do legislador.

Com a nova lei, boa parte das penas foi reduzida e os delitos passaram a ser julgados nos Juizados Especiais Criminais, através da Lei 9.099/95, que prevê uma série de benefícios ao infrator, como transação penal e suspensão do processo.

O autor de um crime pode fazer acordos na Justiça durante o andamento do processo, comprometendo-se a prestar serviços comunitários ou a pagar cestas básicas, escapando de uma possível condenação.

### **Penas ficam mais brandas**

Professor de direito penal da Uerj e procurador da República, Artur Gueiros diz que as mudanças na legislação ambiental fizeram parte do movimento despenalizador que floresceu no direito brasileiro: — Esse movimento considera que as penas alternativas trazem mais benefícios sociais do que as de prisão. Para alguns tipos de crime, é solução adequada; mas para outros, não.

Um dos delitos cuja punição, segundo Gueiros, tornou-se equivocadamente mais branda foi o de comércio ilegal de animais.

A pena, que era de dois a cinco anos de reclusão no Código de Caça, foi reduzida, na Lei 9.605/98, para seis meses a um ano de detenção, mais multa.

A polêmica sobre o rigor da legislação avançou até 2003, quando tramitou no Congresso Nacional o projeto de lei 347/2003, que pretendia alterar a parte da Lei de Crimes Ambientais referente aos delitos contra a fauna, tornando-os mais específicos e rigorosos.

Pela proposta, o Artigo 29 (matar, perseguir, caçar ou apanhar espécimes da fauna silvestre sem licença) seria desdobrado em três, passando a prever penas mais duras para o comércio ilegal de animais silvestres.

O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), que integrou a CPI do tráfico de animais silvestres, foi favorável às mudanças, por reconhecer que a lei atual precisa de ajustes: — A nossa idéia era corrigir as distorções — diz Gabeira.

— É importante fazer a distinção entre o tráfico e a venda de um animal para sobrevivência. Esse ponto tem de ser mudado.

Se as penas dos crimes contra a fauna ficaram mais brandas, por outro lado os delitos contra a flora passaram a ser combatidos com mais rigor. O desmatamento ilegal e o comércio de madeira sem licença, que eram considerados contravenção, viraram crime.

— A Lei de Crimes Ambientais desprotegeu equivocadamente a fauna e chegou tarde para proteger a flora — critica o promotor Zouein. — Uma lei que não manda ninguém para a cadeia não é digna do nome.

Professora da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e especialista em direito ambiental, a desembargadora aposentada Maria Collares sustenta que alguns crimes contra o meio ambiente deveriam ser inafiançáveis: — Para mim, a poluição da água de forma consciente, por exemplo, tem de ser inafiançável, porque põe em risco todos os seres humanos. Se o elo da corrente se parte, toda a cadeia fica comprometida.

### **'Post-mortem' da Conferência de Bali** - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/03/2008

Avaliar eventos históricos logo após a sua ocorrência apresenta grandes riscos, ou exagerar sua importância ou não reconhecê-la. Nada melhor para ilustrar esses riscos do que a resposta que Mao Tsé-tung deu a Henry Kissinger, secretário de Estado do presidente Richard Nixon, por ocasião de sua histórica visita a Beijing na década de 1970. Quando perguntado a respeito de sua opinião sobre o impacto da Revolução Francesa, de 1789, no mundo, a resposta de Mao Tsé-tung, apoiado em 4 mil anos de História, foi a de que para os chineses ainda era cedo para avaliar esses impactos.

Por essa razão, avaliar os resultados da Conferência de Bali - que em dezembro de 2007 reuniu todos os países signatários da Convenção do Clima firmada no Rio de Janeiro em 1992 - tem grandes riscos.

Essa reunião era particularmente importante porque marcou os 15 anos da Conferência do Rio e 10 anos do Protocolo de Kyoto, que é o único instrumento efetivo em vigor para reduzir as emissões dos gases que estão provocando o aquecimento global e as mudanças climáticas. Esse protocolo, adotado em 1997, se encerra em 2012, havendo, portanto, pouco tempo para adotar um substituto ou prorrogá-lo, considerando a lentidão das negociações internacionais, que envolvem mais de 180 países.

Bali produziu um resultado positivo, que foi o compromisso dos países em desenvolvimento de negociar medidas nacionais voluntárias que levem a reduções “mensuráveis, relatáveis e verificáveis” das suas emissões. Não é pouca coisa, considerando que o Protocolo de Kyoto isentou os países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões, tendo em vista que poderia comprometer o seu desenvolvimento econômico - e essa foi a razão usada pelos Estados Unidos para não ratificá-lo.

Esse compromisso levou os Estados Unidos a permanecerem à mesa das negociações e, no fundo, abriu um caminho para uma saída honrosa para o seu próximo presidente, que poderá agora aderir ao novo acordo geral para reduções que deverá vigorar após 2012, quando se encerra o Protocolo de Kyoto. Sem ele, provavelmente, os Estados Unidos abandonariam as negociações e a Conferência de Bali fracassaria completamente.

O trabalho a ser feito daqui para a frente é o de definir as “metas nacionais” de cada país, que poderão ser diferentes em cada um deles. Nesse sentido, a Conferência de Bali foi mais flexível e criativa do que a Conferência de Kyoto, que adotou um processo muito simplificado de exigir que todos os países industrializados reduzissem suas emissões em pelo menos 5% em relação (portanto, abaixo) ao nível de 1990, até 2012. Em retrospecto, pode-se dizer que essa decisão foi política, feita sem fundamento técnico suficiente e até ingênua. Cada país tem peculiaridades que lhes permitem fazer mais ou menos, e a impressão que se tem é que a redução de 5% para todos (com algumas exceções) foi adotada para atender às pressões dos ambientalistas, sem um compromisso sério de cumpri-la, como de fato aconteceu na maioria dos países. Os que não pudessem fazê-lo poderiam “trocar emissões”, uma vez que é mais fácil fazer reduções em alguns países do que em outros. A União Européia tem usado esse processo entre seus membros.

Além disso foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a um país industrializado se beneficiar de investimentos feitos em países em desenvolvimento que redundem em reduções das emissões. Esse mecanismo leva também à transferência de tecnologia. Os resultados até agora têm sido modestos em termos de reduções de emissões.

O Protocolo de Kyoto, na realidade, foi uma tentativa de criar uma “governança internacional” para a redução das emissões, a exemplo do que foi feito - com sucesso - no Protocolo de Montreal para reduzir e até eliminar o uso de gases que destroem a camada de ozônio, que nos protege da radiação solar.

Essa tentativa não teve muito sucesso devido à oposição dos Estados Unidos, que se têm recusado a aceitar regras de “governança internacional” em geral e têm argumentado que cabe a cada país fazer a sua parte - estratégia esta que fracassou, não só porque suas emissões aumentaram muito desde 1997, como também aumentaram as da China, que são hoje comparáveis às dos Estados Unidos.

Após a Conferência de Bali, o jogo recomeçou com regras melhores. Cada país terá de dizer o que pretende fazer, apresentar uma proposta preliminar até dezembro deste ano de 2008 e uma proposta formal a ser negociada e adotada até dezembro de 2009, quando ocorrerá a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, em Copenhague (Dinamarca).

Os co-presidentes do grupo de trabalho que conduzirá as negociações até 2009 já foram escolhidos e o diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado é um deles - o outro é o ex-secretário da Convenção do Clima Michael Zammit Cutajar, de Malta.

Não ficou claro o que esperar dessa negociação, mas a experiência mostra que sem a adoção de um teto para as emissões e um calendário para atingir esse teto - isto é, metas para a redução das emissões - não haverá a possibilidade de troca de emissões, o que levaria a resultados desapontadores.

Abre-se, portanto, uma oportunidade para a apresentação em cada país de idéias criativas que levem à redução das emissões e acabem com as desculpas usadas até agora

pelos Estados Unidos e pelos principais países em desenvolvimento (China, Índia, Brasil, México, África do Sul), que até agora se refugiaram no argumento de que “eu não faço porque você não faz”.

O Brasil, como co-presidente do grupo de negociações, tem agora não só a responsabilidade, mas também a grande oportunidade de apresentar propostas viáveis e criativas, e se espera que o governo federal se mova rapidamente nesse sentido. *\*José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo*

**Grupos europeus investem em energias renováveis no Brasil-** Andrea Vialli e Marianna Aragão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008

Desde janeiro, País vive 'boom' de negócios que envolvem pequenas hidrelétricas, biomassa e parques eólicos

O potencial brasileiro de geração de energia a partir de fontes renováveis está na mira de grandes grupos europeus, que estão intensificando os investimentos nessa área. De janeiro para cá, o País vem passando por um boom de negócios com esse perfil, envolvendo grupos como os franceses Areva e Velcan Energia, o português EDP e o espanhol Fortuny.

Petróleo caro, aquecimento global e abundância de recursos naturais no Brasil, como água, sol e ventos explicam o interesse dos grupos europeus. Além disso, as metas europeias para redução dos gases de efeito estufa se tornaram mais rígidas, e um dos meios para buscar a redução da poluição é aplicar em projetos de energias limpas, com potencial para gerar créditos de carbono que podem ser negociados no mercado internacional. Até 2020, os países da União Europeia tem que reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 20%.

'Aos olhos dos europeus, o Brasil é um dos melhores ambientes para se investir em energias limpas, por causa da abundância de recursos naturais e também por possuir domínio tecnológico na geração hídrica e a partir de biomassa', explica Marco Fujihara, diretor do Instituto Totum, consultoria especializada em sustentabilidade.

O negócio mais recente nessa área foi anunciado há três semanas pela Energias do Brasil, holding da gigante portuguesa Energias de Portugal (EDP). O grupo decidiu criar uma unidade de negócios para produção de energia renovável na América do Sul, o que inclui construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas de biomassa e parques eólicos.'A criação da Enernova demonstra a nossa confiança no potencial desse segmento no Brasil', diz o diretor-presidente da Energias do Brasil, António Pita de Abreu. O objetivo nada modesto da Enernova é chegar a uma capacidade de geração de 1.000 megawatts (MW) até 2012, somente em PCHs.

**POTENCIAL** - A atenção dos investidores europeus em terras brasileiras se justifica. Segundo estimativas do governo federal, o País dispõe de 5 mil MW em projetos e inventários de PCHs, 8 mil MW em fontes provenientes do bagaço de cana-de-açúcar e biogás e outros 143 mil MW em eólica.

As PCHs, segundo o professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, Roberto Schaeffer, são a jóia da coroa para essas empresas. O potencial do País para gerar energia por meio delas chega a 10 gigawatts (GW). Outra vantagem é que as pequenas usinas enfrentam menos entraves burocráticos para saírem do papel. Por isso, demoram menos para começar a produzir - cerca de dois anos.

A francesa Velcan desembarcou no Brasil em janeiro com os olhos voltados para esse potencial. A companhia de energia anunciou investimentos de R\$ 800 milhões no Brasil, em projetos de PCHs que devem totalizar 200 MW até 2011. A primeira usina, em Rodeio Bonito (SC), entra em operação no início de 2009. Outros três projetos em Minas Gerais estão confirmados. A meta é chegar a 400 MW em 2013.

'Foi uma escolha natural', diz o vice-presidente da empresa, Jean-Luc Rivoire. Segundo ele, a existência de dados sobre o potencial de suas reservas naturais e a estabilidade da economia colocaram o Brasil como opção mais rentável - até mesmo em comparação com outros países emergentes, como a Índia. A expectativa da empresa é de que os investimentos tragam retorno de 13%. A Velcan, assim como a portuguesa EDP, também pretende vender os créditos de carbono obtidos com projetos brasileiros lá fora. 'Essa possibilidade foi uma razão a mais para entrar no País.'

Gigante da tecnologia nuclear, o grupo francês Areva segue esse caminho e criou a divisão Areva Bioenergia para centralizar os negócios na área de energia limpa. Em janeiro, concluiu a compra de 70% da Koblitz, tradicional empresa brasileira de projetos de geração de energia a partir de PCHs e biomassa, especialmente em usinas de açúcar e álcool.

O valor do negócio não foi revelado, mas deu origem à subsidiária brasileira da Areva Bioenergia, e já dá à nova empresa uma importante fatia de projetos que já estão inscritos no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que prevê a contratação de 3,3 mil megawatts (MW) de energia.

A Koblitz será responsável por 41% das PCHs e 59% das usinas de biomassa previstas no programa do governo federal. E novas aquisições devem vir na seqüência. Executivos do grupo francês não param de vir ao Brasil tratar da nova empresa. No mês passado o vice-presidente executivo da unidade de energias renováveis do grupo, Bertrand Durrande, passou três dias em reuniões fechadas na sede da Koblitz, em Recife.

Outro investimento anunciado no início de fevereiro foi a parceria do grupo espanhol Fortuny com o governo do Rio Grande do Sul, para a construção de três parques eólicos no Estado. Os projetos devem somar quase 200 MW e consumir US\$ 500 milhões. 'A UE possui mercados muito saturados e o Brasil se encaixa perfeitamente dentro de nossa aposta nos mercados emergentes', diz diretor de energias renováveis Fernando Tamayo. O grupo também analisa a criação de dois parques eólicos no Ceará e Rio Grande do Norte.

**De multinacionais a fazendeiros, todos querem** - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 17/03/2008

Os investimentos europeus estão fazendo com que alguns mitos sobre as energias alternativas sejam derrubados. Um deles é a da inviabilidade financeira desse tipo de empreendimento. 'Hoje todos querem investir em energias renováveis, desde o pequeno fazendeiro que quer construir uma PCH em sua propriedade até as multinacionais do setor de energia', diz Mateus Aranha Andrade, superintendente da Delta Energia, comercializadora de energia para o consumidor final.

A energia gerada a partir de parques eólicos, biomassa e PCHs ainda é mais cara - em torno de R\$ 140 o MWh -, em comparação à energia produzida em grandes hidrelétricas, cotada a R\$ 80 em média. Alguns incentivos a tornam competitiva. Hoje os chamados clientes especiais, cujo consumo mensal é da ordem de 500 KW, têm direito a descontos de 50% a 100% na tarifa de transporte da energia, quando compram de fontes alternativas.

**Nordeste terá o maior parque eólico do País** - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008

Em dois anos, serão investidos R\$ 10 bilhões em projetos no Ceará e Rio Grande do Norte

'Fervilhante' é o adjetivo escolhido pelo presidente da Agência de Desenvolvimento do Ceará, Antonio Balhmann, para retratar o ambiente e o volume de projetos de investidores brasileiros e estrangeiros interessados e aptos a produzirem energia eólica no Nordeste.

Entenda-se por Nordeste, neste caso, especialmente o Ceará e o Rio Grande do Norte, identificados como donos das melhores e maiores jazidas da região. Nestes dois Estados, são aguardados investimentos privados de pelo menos uma dezena de bilhões de reais nos próximos dois anos.

Detentor de metade do potencial de jazidas de vento do País, o Nordeste já se estrutura no suporte à geração de energia eólica: duas fábricas de torres de energia eólica e uma fábrica de aerogeradores estão em implantação nos Estados de Pernambuco e Ceará.

De concreto, hoje, o Rio Grande do Norte tem legalizados 200 Megawatts(MW)/hora - 49,3 MW em operação no Parque Eólico Rio do Fogo, do grupo Iberdrola, e 151 MW a serem implantados em Guamaré pelo grupo mineiro NEO até 2009. O Ceará tem 17,4 MW em operação no litoral da região metropolitana e projetos aprovados de 500 MW para serem implantados neste ano.

Esses números, que fazem parte dos contratos estabelecidos pelo Programa de Incentivos a Fontes Alternativas (Proinfa) criado em 2002, podem crescer com a relação de outros leilões pelo governo federal. A última estimativa do potencial no território nacional é de 143 mil MW, dos quais 75 mil MW no Nordeste. Destes, 25 mil MW no Ceará. 'Somente o Ceará tem potencial equivalente a duas Itaipus', compara Antonio Balhmann.

O Rio Grande do Norte, com potencial ainda superior ao vizinho, enumera projetos prontos de geração de energia eólica de 800 MW, o que representa investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões. A informação subestima a realidade, admite o secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, Marcelo Rosado.

**PROJETOS PRONTOS** - Nesse rol, por exemplo, não estão incluídos os projetos prontos da Eólica Tecnologia, empresa nacional que vai investir R\$ 5 bilhões na região (1.000 MW, sendo 700 no Rio Grande do Norte). A mesma empresa investe, neste ano, R\$ 110 milhões em projetos de 25 MW em Gravatá, no agreste pernambucano, a 100 quilômetros do Recife (PE).

Na definição do secretário extraordinário de energia do Rio Grande do Norte, Tibúrcio Batista, projetos prontos são aqueles em que a empresa investidora instalou equipamento de medição de vento, verificou condições, entabulou negociações com proprietários de terra, estabeleceu o número de torres a serem construídas, previu conexão elétrica e licença ambiental.

Um projeto pronto pode ser instalado e começar a gerar energia em um prazo de até dois anos. Os considerados 'consistentes' têm por trás um levantamento de campo e de investigação de 5 a 7 anos.

**TODOS OS DIAS SÃO DO CAÇADOR** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 17/03/2008

A cada 12 minutos, um animal silvestre é retirado das matas para ser vendido em feiras livres do estado

O canto de curió, trinca-ferros, coleiros e canários foi abafado, de repente, por gritos de “polícia!”, “polícia!”.

Na manhã de 23 de fevereiro, 25 agentes da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente prenderam nove pessoas e apreenderam 200 pássaros na feira de Honório Gurgel, no subúrbio do Rio.

— Isso está parecendo a Polinter — disse um policial, referindo-se a um alçapão superlotado com dez coleiros.

A cada 12 minutos, um animal silvestre é retirado das matas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste ou Sudeste para ser revendido nas feiras do Rio ou exportado com notas fiscais frias. O tráfico de animais silvestres é tema da segunda reportagem da série “A impunidade é verde”, sobre os dez anos da Lei de Crimes Ambientais. Para cada ave apreendida, estima-se que dez morram no caminho.



Levantamento feito pelo GLOBO com dados da Delegacia de Meio Ambiente, do Batalhão Florestal e do Ibama mostra que, nos últimos cinco anos, pelo menos 22.540 animais foram apreendidos em feiras, criadouros ilegais e cativeiros particulares.

Essas apreensões se refletem nos tribunais. Quase 60% das sentenças da Justiça estadual no ano passado com base na Lei de Crimes Ambientais diziam respeito a delitos contra a fauna, especialmente caça (18%), venda (22%) e maus-tratos (14%).

Outros números confirmam a tese do Ibama e da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas) de que o Rio é a capital do tráfico de animais. Com cerca de cem feiras, o estado movimenta o maior mercado interno do país.

Segundo a Delegacia de Meio Ambiente, apenas 40 dessas feiras oferecem cerca de oito mil aves por semana, incluindo espécies ameaçadas de extinção que depois serão revendidas no mercado formal por até R\$ 50 mil.

Em 2007, o Zoológico de Niterói, um dos únicos do país que trabalham especificamente com recuperação da fauna silvestre, recebeu 875 animais levados pela polícia e pelo Ibama.

Desse total, 860 eram pássaros.

A maior parte das apreensões é resultado de operações policiais que, muitas vezes, enxugam gelo. Na blitz do dia 23, em Honório Gurgel, foi detido Eduardo Alves da Silva, que já tinha sido flagrado no mesmo delito no ano passado.

— Se não trabalhar, vou morrer de fome. A maior parte da minha família atua nesse ramo. É melhor vender passarinho que roubar — alegou ele.

#### **Dos presos, 30% são reincidentes**

Em 2007, Eduardo se livrou do processo pagando cesta básica de R\$ 130 e prestando um mês de serviço comunitário numa creche. Agora, diz que precisa mudar. Gato escaldado, sabe até o tipo de punição que o aguarda: — Tenho que deixar essa vida.

Não dá para ficar pagando cesta básica o tempo todo.

Eduardo e os outros oito presos foram levados para a delegacia e liberados duas horas depois. Os pássaros seguiram para o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), do Ibama.

Para algumas aves, o salvo-conduto chegou tarde demais. Algumas morreram dentro dos alçapões, na própria feira. Outras 20, a caminho do Cetas.

Uma semana depois, vendedores de pássaros estavam de volta à feira de Honório. Outra blitz, desta vez do Batalhão Florestal, prendeu duas pessoas e apreendeu cerca de 200 aves.

— Pelo menos 30% das pessoas que nós prendemos nessas feiras são reincidentes — atesta o tenente

Érico Santos Cardoso, do Batalhão Florestal.

O delegado Luiz Marcelo Xavier, titular da Delegacia de Meio Ambiente, defende o endurecimento da lei para os traficantes de animais. Dados da Renctas mostram que o tráfico é o terceiro mais rentável do mundo, atrás apenas da venda de drogas e armas.

— A Lei de Crimes Ambientais não prevê o tráfico. Põe na mesma situação aquela senhora que cria um pássaro em cativeiro e o traficante. É necessário agravar a pena nos casos de tráfico, deixando cestas básicas e serviços comunitários para os pequenos infratores — afirma Luiz Marcelo.

Em 27 de fevereiro, policiais do Batalhão Florestal acabaram com um encontro de passarinhos num clube em São Gonçalo. Havia cerca de 80 pessoas no lugar, mas apenas cinco foram presas. Ao perceberem os PMs, os que não tinham licença do Ibama

abandonaram suas gaiolas, onde estavam pássaros, como o trinca-ferro, que chegam a ser vendidos por R\$ 10 mil. Um passarinho eliminou a prova matando o próprio coleiro. Os presos foram levados para a 74aDP (Neves) e liberados horas depois.

Já os policiais que fizeram a ocorrência deixaram a delegacia somente às 3h.

## **RIO TEM 39 MIL CRIADORES – O Globo – Rio – 17/03/2008**

Delegado de Meio Ambiente diz que leis contraditórias dificultam fiscalização de venda de animais Um criadouro clandestino com 318 xanxões (ou pixoxós), espécie ameaçada de extinção, foi estourado pela polícia, no último dia 4, em Nilópolis, na Baixada Fluminense.

O dono das aves, Everton dos Reis Santana, disse que havia comprado os pássaros por R\$ 8 cada, na feira de Honório Gurgel, e pretendia revendê-los por R\$ 10 no mesmo local. Na delegacia, assinou um termo comprometendo-se a comparecer a uma audiência no Juizado Especial Criminal e foi embora. Os pássaros foram levados para o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), do Ibama, em Seropédica.

Como todo mercado clandestino, não há como precisar quantos criadouros ilegais existem no Rio, mas o Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas do Ibama dá conta do tamanho do problema: o Rio tem hoje 39 mil criadores registrados. Um mercado difícil de se fiscalizar, regido por leis que parecem contraditórias.

Se o artigo 29 da Lei 9.605/98 desestimula a guarda de animais silvestres em cativeiro com penas para quem não tem autorização legal, as normas do Ibama abrem o leque da comercialização, já garantida pela Lei 5.197 de 1967, que estabelece que caberá ao poder público incentivar a construção de criadouros para fins econômicos e industriais.

— Para se abrir um criadouro, basta ter um CPF. O mercado legal de animais silvestres acaba estimulando e agregando valores ao tráfico.

O xanxão, por exemplo, chega a custar R\$ 500 no mercado legal de pets — diz o delegado Luiz Marcelo Xavier, titular da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente.

Durante a operação Pássaro Livre, realizada em março do ano passado, 12 pessoas foram presas e cerca de mil animais silvestres, apreendidos.

A quadrilha trazia os animais de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco para o Rio e os vendia como se fossem legais, com notas fiscais falsas de criadouros.

— Os animais mais raros e em melhor estado eram esquentados através da apresentação de notas frias e acabavam sendo revendidos por um preço bem superior, chegando a 1.000%.

Já os mais fracos abasteciam feiras clandestinas — explicou o delegado.

Em conversas telefônicas interceptadas na operação, os acusados negociavam notas fiscais frias de criadouros e anilhas (anéis invioláveis, distribuídos pelo Ibama, com o objetivo de provar a legalidade de pássaros nascidos em cativeiro). Os réus conseguiram habeas corpus no Tribunal de Justiça.

Uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, de 6 de novembro de 2007, propõe a criação de uma lista, que será escolhida pelo Ibama, autorizando a criação de animais silvestres como bichos de estimação.

Esta listagem, depois de pronta, será levada a consulta pública. Uma pesquisa do Ibama de São Paulo, porém, mostrou que 83% dos técnicos de fauna do instituto são contra a medida.

— Cabe aos técnicos do Ibama definir de forma criteriosa se haverá espécies e quais seriam passíveis de serem criadas como animais de estimação — afirma Rodrigo de Carvalho, biólogo da fiscalização no Rio, que é contra o cativo.

— Escravidão neste país já foi cultural e, no entanto, a sociedade evoluiu — afirma Rodrigo.

**Nos EUA, novo governo deve rever política ambiental** - Alan Murray, The Wall Street Journal – Valor Econômico – Internacional - 17/03/2008

As cassandras do aquecimento global acusam o presidente americano, George W. Bush, de fazer um governo baseado na fé e não na ciência. Mas, ao abraçar a luta contra o aquecimento global, o sucessor de Bush é quem terá de ter o maior lampejo de fé.

Todos os três candidatos viáveis à Presidência dos Estados Unidos - os senadores John McCain, Hillary Clinton e Barack Obama - endossaram um sistema de limite e troca de emissões de carbono.

Isso não é só uma reviravolta em relação à política do governo atual; é também o início da maior iniciativa de regulamentação a ser adotada em décadas pelos EUA.

A idéia é a resposta a fortes dados científicos que mostram que as emissões de dióxido de carbono contribuem para o aquecimento da Terra. No entanto, não há ciência que possa prever com exatidão quanta dor vai ser causada na economia como resultado das propostas dos candidatos. Análise publicada na sexta-feira pelo governo americano conclui que as emissões de carbono podem ser reduzidas sem afetar significativamente o crescimento econômico do país ao longo das próximas duas décadas, mas não sem causar fortes altas no preço da energia elétrica e da gasolina.

Os três presidenciáveis prometem reduzir as emissões a um determinado nível. Qualquer um que queira emitir mais do que tal nível teria de comprar permissão de poluição de outro que emita menos. O número total de permissões diminuiria ao longo do tempo. Tanto Hillary Clinton quanto Barack Obama afirmaram que vão cortar as emissões em 80% até o ano 2050. O senador McCain tem um alvo um pouco menor, de 65%.

Se essas metas podem ser atingidas sem luxações econômicas horrorosas é questão de conjectura.

Na semana passada, na conferência Eco:nomics, do "Wall Street Journal", o otimismo era grande. A maioria dos empresários e analistas de política econômica, reunidos durante dois dias em Santa Bárbara, na Califórnia, acreditava que novas tecnologias podem tornar essa tarefa relativamente indolor. Setenta e cinco por cento dos participantes disseram que as metas dos candidatos são "viáveis"; apenas 25% disseram que não.

O consenso era que o sistema de "limites e comércio" traria inovações, no que John Doerr, investidor de capital de risco do Vale do Silício, considerou "a maior oportunidade econômica do século 21".

Os otimistas podem estar certos. Mas é prudente considerar a possibilidade de eles estarem errados.

Vamos falar claro: um sistema de limite e comércio é de fato apenas um imposto, de tamanho indeterminado, com um nome diferente. Na verdade, ele taxa os emissores de carbono na medida em que for necessário para alcançar a meta de emissões.

Hillary e Obama rejeitaram pedidos de empresas de energia e de outros setores para "alocar" os direitos iniciais de poluir com base no nível atual de emissão da empresa. Em vez disso, eles querem leiloar todos os direitos de poluição e fazer com que os piores poluidores paguem muito mais só para continuarem funcionando. O republicano McCain não é tão claro sobre esse ponto.

O diretor-presidente da Duke Energy, James Rogers, que foi um dos primeiros no seu setor a apoiar leis de limites e comércio, reclamou que, para uma empresa movida a carvão, como a dele, o leilão seria o equivalente a começar num jogo de pôquer onde quem perde vai tirando a roupa.

No fim, é claro, o consumidor vai pagar essa conta, já que as empresas repassam os custos. O resultado pode ser mais uma carga pesada em cima de quem já sente a dor de salários estagnados e do aumento do petróleo.

Por enquanto, essa dor pode parecer muito hipotética para a maioria dos eleitores. Eles estão dispostos a aplaudir os candidatos que levem o aquecimento global a sério. Ao mesmo tempo, os candidatos querem usar os bilhões de dólares que esperam arrecadar com o leilão de permissões para financiar, hipoteticamente, outras custosas propostas de campanha.

É um truque limpo, mas provavelmente não prudente. Todo dinheiro obtido com o leilão de direitos de emissão tem de ser investido em soluções do problema de energia, para estimular a pesquisa básica e diminuir as conseqüências de desemprego e prejuízo aos consumidores.

Existe alternativa para o que os candidatos estão propondo? Se você acredita que o futuro da Terra está seriamente em perigo, provavelmente não. Com certeza o status quo não é muito satisfatório, já que as emissões de dióxido de carbono continuam crescendo em níveis surpreendentes.

Na conferência, o diretor-presidente da General Electric, Jeff Immelt, disse que a atual política do governo americano, com subsídios sem foco e políticas estaduais e federal contraditórias, é um "certo tipo de inferno". Outros participantes compartilharam esse sentimento dele.

Mas agora, com um possível limite para as emissões, provavelmente será a hora de cada um ser mais honesto sobre seus custos e riscos para a economia. Jason Grumet, conselheiro de Obama, chegou mais perto disso quando disse aos participantes: "Isso vai exigir um tipo de compromisso social que não vemos neste país desde a Segunda Guerra Mundial."

## **Amazônia se divide entre a BR e a ferrovia** - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 17/03/2008

O destino de uma estrada de 885 quilômetros é o mais novo debate amazônico. No mapa, a BR-319 liga Manaus, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia - mas na prática só leva de uma capital à outra quem é muito aventureiro ou muito teimoso. A maior parte da rodovia já foi vencida pelos buracos e pela floresta. O último ônibus entre as duas pontas passou em 1988. Para reverter o quadro, há dois anos o Ministério dos Transportes investe na solução tradicional e se empenha em pavimentar o trajeto. Mas nos últimos meses é um plano B, impulsionado pelo governo do Estado do Amazonas, que começa a ganhar força - trocar piche por trilhos e instalar uma ferrovia no coração da floresta. Quem defende a alternativa diz que ela cumpre a mesma função, tem a desvantagem de ser inicialmente mais cara, mas exercerá um impacto ambiental indiscutivelmente menor.

Construída pelo governo militar em 1973, em tempos em que o mote para a porção norte do País era "integrar para não entregar", a BR-319 é uma linha que atravessa o Estado mais preservado da federação, com menos de 4% de área desmatada. São 859 km no Amazonas e 26 km em Rondônia, num trecho asfaltado próximo a Porto Velho e já bastante utilizado.

De manutenção cara, a BR-319 virou um bicho híbrido. Tem as pontas próximas às capitais em melhor estado, mas o trecho central, com mais de 400 km no meio da floresta, praticamente abandonado. Em 2006, no pico da seca, uma equipe de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, levou quatro dias para percorrer os 600 quilômetros entre Humaitá e Manaus. Transitando com veículo de tração nas quatro rodas, atolaram cinco vezes. "Muita gente quer a estrada", reconhece Virgílio Viana, o primeiro secretário de Meio Ambiente do Estado, função que ocupou por cinco anos. "No Amazonas existe um sentimento muito forte de se estar isolado do mundo", diz Viana, desde a semana passada secretário-executivo da Fundação Amazônia Sustentável.

O efeito benéfico deste isolamento foi preservar a Amazônia no Amazonas. "É como se a floresta tivesse uma proteção passiva, que é a sua falta de acesso", registra o cartógrafo Britaldo Soares Filho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "É importante frisar a cadeia de efeitos diretos que uma estrada causa. Só de falar em asfalto já se produz uma corrida ao ouro de quem quer se apossar de glebas que irão valorizar." Segundo estudo pilotado por ele, 53 mil km<sup>2</sup> serão desmatados no Amazonas até 2050 se a BR-319 não for pavimentada e muitas áreas de proteção ambiental forem criadas; com a pavimentação (e igual número de unidades de conservação), o desmatamento seria de 168 mil km<sup>2</sup> no período. Isto representa a emissão de 600 milhões de toneladas de carbono no primeiro caso, e 2,1 bilhões de toneladas no segundo.

Entre o melhor e o pior cenário, o estrago também é três vezes maior na estimativa de emissão de CO<sub>2</sub>. No caso de estrada sem pavimentação e protegida por várias unidades de conservação, o desmatamento até 2050 produziria uma emissão de 1,8 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. Ela chega a 5,7 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> com a estrada asfaltada, calcula Soares Filho. Para se ter um paralelo, as cem indústrias mais poluidoras de São Paulo emitirão cerca de 1,6 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> no mesmo período, mantido o padrão atual.

A discussão sobre pavimentar ou não a BR-119 foi um impasse duro dentro do governo Lula. Para o ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, que já foi prefeito de Manaus, asfaltar a estrada é parte de sua agenda política. Na visão dos técnicos de sua

pastas, como a estrada já existia, a decisão de pavimentá-la não exigia licenciamento ambiental. "Não é usual que numa estrada já construída se faça EIA-RIMA", diz Paulo Sérgio Passos, secretário-executivo do Ministério dos Transportes. No entender dos técnicos do Ministério do Meio Ambiente, a estrada existia mas não era transitável e sua pavimentação mudaria, e muito, o quadro.

O embate, em fase pré-PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, durou mais de um ano. Só abrandou no final de 2006, na reunião ministerial que definiu os planos de infra-estrutura do governo. O presidente Lula arbitrou: na ponta de cima (nos arredores de Manaus) e na de baixo (proximidades de Porto Velho) a estrada existe, é utilizada e ali as eventuais obras teriam licenciamento simplificado. Mas o miolo abandonado da BR-319, que corta a floresta virgem, deveria ser tratado como obra nova. O Ministério contratou então o EIA-RIMA junto à Universidade Federal do Amazonas. "Esperamos que o estudo esteja concluído em 30 de abril para entrega ao Ibama", diz Passos.

O licenciamento foi fatiado e o Ministério dos Transportes posicionou suas máquinas. O PAC prevê R\$ 700 milhões. Há três batalhões do Exército mobilizados para o asfaltamento e vários projetos de pontes - uma delas sobre o rio Madeira, próxima a Porto Velho, terá edital até maio. No horizonte de Passos, a pavimentação da BR-319 "é obra grande, com trabalho para mais de três anos."

Diante dos tratores em campo, o Ministério do Meio Ambiente, o MMA, tratou de criar uma área de interdição. "Não existia nenhum mosaico de unidades de conservação que impedisse o desastre ambiental que uma estrada destas faria", diz Paulo Adario, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace. O primeiro movimento foi criar uma ALAP, ou Área sob Limitação Administrativa Provisória. Durante sete meses, num polígono de mais de 15 milhões de hectares, ficaram proibidos o corte raso da floresta e a autorização de qualquer atividade que provocasse algum impacto ambiental negativo. Foram feitas consultas públicas à população e ouvidos órgãos municipais, estaduais, pesquisadores e ONGs. Deste esforço saiu o desenho de nove unidades de conservação federais e estaduais entre parques, florestas nacionais e reservas extrativistas. Serão 7,4 milhões de hectares de áreas de conservação - o que significa 1,5 vezes o tamanho do Distrito Federal. "Será o maior complexo de unidades de conservação já criado", diz Mauro Oliveira Pires, diretor da secretaria-executiva do Ministério do Meio Ambiente. Os processos aguardam o OK da Casa Civil para serem encaminhados à Presidência da República. Na expectativa de Pires, é "questão de semanas" para que as áreas saiam do papel.

As novas unidades de conservação foram planejadas, diz ele, ao redor de áreas de maior conflito potencial - no sul do Amazonas, onde a exploração predatória está chegando, ou no lado esquerdo da estrada. "Esta é uma das regiões mais belas do país e onde uma estratégia adequada pode realmente fazer diferença", acredita. As ameaças de desmatamento estão todas ali, do lado sul e leste do Estado do Amazonas, nas fronteiras com Mato Grosso, Rondônia e Pará.

Em paralelo a estes movimentos, outro processo começa a ganhar fôlego nas esferas estaduais do Amazonas - o estudo de uma ferrovia sobreposta ao traçado original da BR-319. A idéia é evitar o fenômeno "espinha de peixe", efeito de desmatamento comum à abertura de estradas na Amazônia. Os tratores constroem o eixo central e deste saem várias outras pequenas estradas, delas outras menores e assim repetidamente. "Este é um processo muito difícil de conter" teme o engenheiro florestal Mariano Colini Cenamo, secretário-executivo do Idesam, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do

Amazonas. "O risco é muito grande, tanto para a floresta como para Manaus, com aumento da violência também", prossegue. "Hoje Manaus não tem roubo de carro e um dos motivos é que não há por onde escoar", exemplifica.

O pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), critica o caminho usual de obras de infra-estrutura na Amazônia: "Antes vem a obra, só depois vem a governança", diz. "Pavimentar uma estrada onde não há presença do Estado, de Saúde, de Justiça ao longo do eixo é um modelo que resulta em conflito e desmatamento", avalia.

Desde fins de 2007, debates sobre os efeitos da pavimentação da rodovia e da ferrovia ocorrem em Porto Velho, Humaitá e Manaus. Alguns foram patrocinados pela fundação norte-americana Moore, que tem financiado projetos na região. Na quarta-feira, dia 19, no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ocorrerá o evento "Ferrovia x BR-319: um debate necessário e urgente para o Amazonas". Na pauta, a viabilidade econômica da ferrovia e os impactos sociais e ambientais de estradas de ferro e de asfalto na Amazônia. O encontro é patrocinado por entidades como o Idesam, o INPA e a SDS, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. "Simplesmente bloquear a proposta de pavimentação da BR-319 encontraria uma resistência muito grande", conta Cenamo. "A idéia era ampliar o debate de forma harmoniosa."

Uma empresa de consultoria de Brasília, a CP Empreendimentos, foi contratada pela SDS e pela Fundação Moore para elaborar um pré-estudo da viabilidade econômica da ferrovia. Pelo trabalho, a ferrovia não substituiria totalmente a BR-319. A rodovia persistiria de Porto Velho a Humaitá, um trecho que está em boas condições, mas os 700 km até Manaus seriam percorridos em trilhos. No primeiro ano de funcionamento, a estrada de ferro poderia levar 10 milhões de toneladas de grãos produzidas no Mato Grosso e em Rondônia - hoje a produção ali é de 30 milhões de toneladas/ano. Cesar Cascão, sócio da CP, diz que atualmente menos de 3 milhões de toneladas/ano saem pelo rio Madeira e o restante chega ao sul do País pelo porto de Paranaguá. "A ferrovia é competitiva e seu impacto ambiental é infinitamente menor que o da rodovia."

Os estudos sobre a ferrovia não foram formalmente apresentados ao governo em Brasília. "Somos parceiros do governo federal, não estamos nos rebelando", avisa Nadia Cristina Ferreira, secretária interina da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável (SDS). "Só estamos verificando opções, sendo que uma não invalida a outra. Mas entendemos que cabe ao Estado aprofundar a discussão e ver o que pode ser economicamente viável e de menor impacto social e ambiental", diz. "Uma ação de precaução é importante."

Virgílio Viana levou os estudos da ferrovia a Luciano Coutinho, presidente do BNDES, no final de 2007. Segundo ele, o investimento necessário para colocar trilhos na floresta seria de R\$ 1,9 bilhão. A empreitada teria um trunfo especial. Se a emissão de CO2 associada à rodovia está estimada em 950 milhões de toneladas, e se o projeto da estrada de ferro fosse inserido no mercado voluntário de carbono, a opção poderia ser também um bom negócio, nas suas contas. A tonelada de carbono está cotada hoje a US\$ 3,70 e a escolha pela ferrovia e não pela rodovia poderia chegar a US\$ 3,6 bilhões em créditos. "É uma solução que nos parece óbvia, de evitar uma nova Balbina e ainda sair ganhando", diz, fazendo referência à hidrelétrica do Amazonas que ele chama de "a maior tragédia ambiental do século passado no Estado".

Há quem defenda, ainda, uma terceira via para o transporte local. "Claro que a ferrovia é muito melhor que a estrada, em termos socioambientais, mas o melhor mesmo seria a cabotagem", opina o pesquisador Philip Fearnside, do INPA. Ele cita os atrativos do Estado do Amazonas e de sua capital: é o mais rico da região, com quatro vezes a renda per capita do Maranhão e o dobro da do Pará. A indústria em Manaus gera emprego e renda, e não tem perfil muito poluente. A ferrovia, lembra, não teria tanto impacto no trajeto, mas traria um contingente expressivo de gente para Manaus que as frentes de trabalho não conseguiriam absorver. "Manaus só é protegida porque é difícil chegar até aqui", reforça, temendo que um processo desordenado de ocupação repita o que ocorreu no centro do Pará, uma região campeã nas taxas de desmatamento. Fearnside defende mais estudos para fortalecer o transporte por navios na região.

"Existe uma pressão populacional represada em Porto Velho", concorda Mario Menezes, diretor-adjunto da Amigos da Terra-Amazônia Brasileira. "Na hora em que se abrir a estrada, uma frente enorme de pessoas irá alcançar áreas que hoje não são acessíveis. É só olhar para Rondônia e entender o processo que virá em seguida", teme. "O que chama a atenção é que enquanto o Amazonas fala em ferrovia, a reconstrução da rodovia está em curso. É crucial parar este processo enquanto não se tem claro qual é a melhor opção."

Na região, aponta Menezes, há quatro caminhos que merecem mais discussão: a reconstrução da BR-319, a própria utilização da hidrovia do rio Madeira, a ferrovia e a opção multi-modal - o transporte seria feito por rio de Manaus a Santarém e depois pela BR-163 até Cuiabá. "Se o fluxo ocorrer pela BR-163, a BR 319 não tem razão de existir", imagina. "A estrada, a pior alternativa do ponto de vista socioambiental, está sendo discutida apenas pelo seu viés político."

Adário, do Greenpeace, vive em Manaus e lembra que asfaltar a BR-319 é "sonho antigo de muita gente" por ali. "É verdade que numa estrada passa madeireiro e grileiro, mas também passa remédio e professora primária", diz. "O problema é que uma estrada pavimentada tem impacto gigantesco enquanto uma ferrovia só produz desmatamento onde o trem pára. Atende necessidades de transporte de pessoas e carga e é infinitamente melhor ambientalmente." Ele alfineta: "Esta história de mover máquinas sem antes ter unidades de conservação é irresponsável. É uma ação que vai contra o próprio plano do governo federal de combate ao desmatamento."

**Em defesa dos territórios da cidadania** - Ladislau Dowbor – Agência Carta Maior – 18/03/2008

Política que favorece os pobres sempre renderá votos, pois os pobres são pobres, mas não burros. E são muitos, efeito indiscutível de séculos de políticas elitistas. Ao tentar bloquear um programa que abre portas para um processo modernizador inclusivo, a oposição a Lula dá um tiro no pé

Às vezes a gente precisa desabafar um pouco. Escutando entrevistas na CBN, ouvi um desabafo indignado (no sentido parlamentar da palavra), de um deputado dizendo-se escandalizado com o programa Territórios da Cidadania. Como é dinheiro para as regiões



mais pobres do país, evidentemente trata-se de uma medida eleitoreira, de uma autêntica compra de votos, raciocina ele. Há quem queira declarar o programa inconstitucional.

A armadilha que prende os pobres é impressionante. Eles votam. E como são muitos, o que se fizer em favor de seus direitos rende votos. Logo, raciocinam alguns, qualquer medida que favoreça os pobres constitui demagogia, autêntica compra de votos. Ah, se os pobres não pudessem votar... Considerando que a desigualdade é de longe o principal problema do país, tentar travar políticas que a reduzam não é oposição, é sabotagem.

O programa Territórios da Cidadania destina 9,3 bilhões de reais (valor próximo do valor do Bolsa-Família) a 958 municípios situados nas regiões mais pobres do país. Vem sendo preparado desde o início da primeira gestão de Lula, através de identificação de territórios a serem privilegiados, no quadro de uma metodologia desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A seleção envolveu critérios como baixo IDH, e agrupou os territórios segundo o sentimento de identidade efetivamente existente nas comunidades interessadas. Assim uma bacia hidrográfica pode, por exemplo, constituir um “território” mais significativo do que um município isolado. Isto favorece a apropriação organizada dos aportes pelas comunidades. Foram alguns anos de trabalho.

Paralelamente, e mais modestamente, desenvolveu-se uma pesquisa nacional, coordenada por Paulo Vannuchi, Pedro Paulo Martone Branco, Márcio Pochmann, Juarez de Paula, Silvio Caccia Bava e eu mesmo. Agentes econômicos e sociais locais (pequenas empresas, ONGs, sindicatos, gerentes de banco, prefeitos, pesquisadores) foram consultados, para identificar medidas capazes de gerar um ambiente de dinamização do desenvolvimento local. Partindo da diferenciação de Milton Santos entre o circuito superior e o inferior da economia, fomos perguntar ao andar de baixo o que seria bom para ele se apropriar do seu próprio desenvolvimento. Dezenas de organizações como o Sebrae, Cepam, Ibam, Instituto Pólis etc. participaram.

O programa prevê apoio tecnológico e institucional; sistemas de informação e comunicação; geração de emprego e renda; programas ambientais. O que falta ao pobre não é iniciativa, é oportunidade

O resultado foram 89 propostas descritas num documento-síntese, entregue ao presidente Lula e amplamente divulgado, nos principais foros de discussão sobre o desenvolvimento local. O documento, com o título “Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local” está disponível, entre outros, no meu site (em formatos doc ou pdf. A linha geral do documento reflete a demanda: no plano local, além do apoio financeiro, são necessários apoio tecnológico, apoio institucional, sistemas locais de informação e de comunicação, programas de capacitação, programas de geração de emprego e renda e programas ambientais. Em outros termos, necessitamos de um programa integrado de apoio. O que falta ao pobre não é iniciativa, é oportunidade, e isto se organiza. Aliás, a pesquisa nos familiarizou com a riqueza de sistemas de apoio ao pequeno produtor e ao desenvolvimento local que existe em outros países. O MDA também participou do projeto.

É fácil dizer que se trata da compra de votos. O programa tem prioridades, em particular o saneamento básico. E a aplicação passa pela constituição de conselhos locais destinados a gerir os recursos. É um eterno problema: os municípios têm capacidade de geri-los? Trabalho há anos com o desenvolvimento local — e com pessoas e instituições que compreenderam que a pobreza não é apenas um problema de distribuição, mas sobretudo um problema mais amplo de inclusão produtiva. Já parei de me colocar a questão filosófica do ovo e da galinha. Se não houver recursos, ninguém aprenderá a administrá-los. Isto vale inclusive para as bobagens que escrevem os que se opõem ao Bolsa-Família, dilema semelhante, mas que remonta aos peixes: na realidade, ninguém aprende a pescar com a barriga vazia.

O importante é fazer os recursos chegarem. E igualmente importante, assegurar que junto com eles, cheguem políticas mais amplas de apoio. Lembro-me de ter feito muitas vezes, em outros tempos, sugestões em Brasília, para que fossem destinados recursos à base da pirâmide social, pois não só com soja e automóvel se faz desenvolvimento. Eram rechaçadas com um argumento definitivo: "eles não sabem administrar, vai haver corrupção". Eu ficava comovido com as preocupações de Brasília em impedir a corrupção dos pobres.

A oposição ao programa Territórios da Cidadania é uma besteira monumental. A pressão não deveria buscar o travamento do programa, como estão tentando pessoas que têm uma visão curiosa do que é ser “democrata”. Mas, ao contrário, a ampliação do mesmo — para assegurar que haja apoio institucional, capacitação, informação e outras medidas que permitam que o processo seja apropriado de maneira criativa em cada localidade. Esta apropriação, ou empoderamento como tem sido chamado, é essencial. Trata-se de uma mudança de cultura política, da compreensão de que o desenvolvimento não se espera, se faz.

As ONGs são fundamentais para a apropriação das políticas pelos interessados. Também aqui, ouvem-se vozes indignadas: não estaria muito melhor gerido o recurso na mão de uma empreiteira?

Aprendemos penosamente, nas últimas décadas, que sem recursos não se faz nada; mas também que programas de pára-quebras, respondendo apenas à lógica da oferta e não da demanda, são insuficientes. As organizações da sociedade civil têm sido fundamentais nesta apropriação das políticas pelos próprios interessados, como se vê, por exemplo, no sucesso do programa de cisternas da ASA ou da Pastoral da Criança. Naturalmente, também aqui ouvem-se vozes indignadas (sempre no sentido parlamentar) querendo uma CPI correspondente para investigar ONGs: não estaria muito melhor gerido o recurso na mão de uma empreiteira?

É um jogo de faz-de-conta. Fiz avaliações de políticas deste tipo para numerosos países, a serviços das Nações Unidas. Aprendi a separar as contas do faz-de-conta. Não faço a minha avaliação pelo volume de discursos parlamentares, e sim por conversas com o primeiro e segundo escalão técnico, que são os que dirigem os projetos, que carregam o piano, com pouco tempo para discursos. Tiram frequentemente leite de pedra, pois a máquina administrativa herdada não foi feita para ter agilidade na prestação de serviços, e

sim para administrar privilégios. Raramente aparece na imprensa a avaliação concreta dos projetos e programas. As indignações parlamentares são muito mais coloridas, e fazer contas é mais complicado.

Por outro lado, dei-me ao trabalho de ler a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada há poucos meses. No conjunto, os resultados são extremamente, e inegavelmente, positivos. Positivos num mar de atraso; atraso que nos reduziu à situação da nação considerada modelo de desigualdade, padrão a ser evitado (avoid Brazilianization, comenta-se nos organismos internacionais). O balanço simplificado dos números pode ser num artigo anterior para *Le Monde Diplomatique Brasil*. Apresentar resultados positivos, segundo uma minha aluna, é suspeito: eu devo ser amigo do Lula. O argumento é curioso: apresentar números negativos é mais objetivo?

Aliás, permitam-me deixar aflorar o economista que sou: se fizermos um zoom e olharmos a grande imagem, o fato de termos 100 milhões de pessoas que mal participam da nossa economia – mais certo seria dizer que em torno dela gravitam – aponta claramente para os rumos de desenvolvimento: dinheiro no andar de baixo não é aplicado em mecanismos financeiros nem em viagens internacionais. Transforma-se em demanda de bens simples e úteis, o que estimula o mercado interno, o que por sua vez gera pequenos negócios e intensifica os grandes, promovendo emprego e gerando mais demanda. Este círculo virtuoso já começou. Pequeno, incipiente, mas já começou. Vale a pena preservá-lo, ampliá-lo. E se der certo, será bom para todos.

Política que favorece os pobres sempre renderá votos, pois os pobres são pobres, mas não burros. E são muitos, efeito indiscutível de séculos de política de direita. Uma oposição que queira travar estas políticas acaba dando um tiro no próprio pé. O país está maduro para um processo modernizador inclusivo. Tentar impedi-lo para quê? Oposição é ótimo: pressionem para que se faça mais. \* *Artigo publicado originalmente no Le Monde Diplomatique Brasil.*

### **Exportação ilegal de madeira continua, afirma Greenpeace – Folha de São Paulo – Ciência – 18/03/2008**

Cinco ativistas da ONG Greenpeace se acorrentaram ontem a um navio num porto da França. A ação tem por objetivo evitar o desembarque de madeira supostamente ilegal da Amazônia.

Segundo o Greenpeace, o navio Galina 3 está trazendo madeira de pelo menos cinco empresas da região de Santarém, no Pará, que "estão sendo processadas por crimes ambientais". Os ativistas interceptaram o barco a 4 km do porto de Caen. Segundo Marcelo Marquesini, da campanha Amazônia do Greenpeace, a ação tem o objetivo de mostrar que o "descontrole continua" na exploração madeireira da região amazônica.

Apesar de o governo ter feito diversas operações de combate à extração ilegal e criado uma guia eletrônica de transporte de produtos florestais (o DOF), o sistema já está sendo burlado, afirma. "O governo instalou o DOF, mas não instrumentou a fiscalização de campo", disse Marquesini. Assim, mesmo que as empresas sejam obrigadas a se cadastrarem no sistema do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para emitir guias de transporte de madeira, estas não são verificadas em campo.

O Coordenador Geral de Autorização de Uso da Flora e Florestas do Ibama, José Humberto Chaves, diz que o DOF aumentou a legalidade na indústria. Ele diz, no entanto, que a fiscalização em campo ainda é limitada em Estados como Mato Grosso, Pará e Maranhão. Esses Estados possuem um sistema próprio de controle eletrônico de produtos florestais que ainda não está totalmente integrado com o do Ibama.

**O MAU EXEMPLO VEM DE CIMA** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marquiere e Tulio Brandão – O Globo – 18/03/2008

União, estado e municípios, que têm o poder de fiscalizar, são réus em ações por crime ambiental movidas pelo MP

Uma década não foi suficiente para que União, estado e municípios fizessem o dever de casa. Apesar de terem o dever de garantir o respeito à legislação ambiental, eles são réus recorrentes tanto na Justiça federal quanto na estadual.

Segundo um levantamento feito pelo Ministério Público Federal, a União é recordista, figurando em sete ações civis públicas e quatro populares, seguida da prefeitura do Rio, que acumula cinco ações civis públicas e uma popular. A prefeitura figura também em cerca de mil investigações sobre crime ambiental, de um total de duas mil, feitas pelo Ministério Público estadual.

Até órgãos de fiscalização não fogem à regra: o Ibama responde a três ações civis públicas e a Feema, a duas ações civis públicas e uma popular.

#### **Projeto do estado desmatou área**

Apesar dessa enxurrada de ações cíveis, casos envolvendo o poder público raramente chegam à esfera criminal. É o que acontece com delitos ambientais do dia-a-dia, como lançamento de esgoto em rios, praias e lagoas; destruição de áreas verdes por ocupações irregulares; poluição do ar e contaminação do meio ambiente por lixões. Apenas 3,2% dos processos julgados ano passado na Justiça estadual, com base na Lei de Crimes Ambientais, estavam relacionados ao artigo 54 (causar poluição). Esses delitos que estão à vista de todos, embora muitas vezes não sejam punidos, são tema da terceira reportagem da série "A impunidade é verde".

Alardeado pelo estado como o maior projeto habitacional da América Latina, o conjunto Nova Sepetiba II, planejado para 5.837 famílias, transformou-se num exemplo. A não ser seguido.

Para construir as casas em Sepetiba, a Companhia estadual de Habitação (Cehab) desmatou, em 2002, uma área de Mata Atlântica onde viviam espécies em extinção, além de ter aterrado brejos e uma nascente.

O fato levou dez funcionários da Feema, além da construtora Delta S/A, a serem denunciados por crime ambiental.

A Justiça, no entanto, rejeitou a denúncia. Na esfera cível, a promotora Rosani Cunha, da 2ª Promotoria de Meio Ambiente da capital, ingressou com uma ação civil pública, conseguindo a paralisação das obras.

Em novembro de 2004, a ação foi convertida num termo de ajustamento de conduta (TAC), no qual o estado reconhecia os danos e se comprometia a repará-los.

Mas, passados mais de três anos, uma das poucas obrigações cumpridas foi a criação da Área de Proteção Ambiental de Nova Sepetiba II. As 250 casas construídas em 2002 estão até hoje fechadas.

— Infelizmente, o estado deixou de cumprir uma série de pontos do acordo, como elaborar um plano diretor para a APA, reflorestar a área desmatada e recuperar os brejais — comenta Rosani.

Em Petrópolis, a prefeitura foi notificada pelo Ibama a interromper os investimentos no bairro Maria de Lima. A comunidade, localizada em Zona de Conservação da Vida Silvestre dentro da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis —onde qualquer construção é proibida —, cresceu fortemente depois de receber infraestrutura, como energia elétrica e orelhões. O Ibama intimou as cerca de 300 famílias a deixarem o local.

O mesmo Ibama que intima é réu, junto com a Serla, numa ação civil pública movida pelos ministérios públicos Federal e Estadual, em 2005. A ação pede a remoção de oito barragens construídas ao longo do Rio Tinguá, nas imediações da Reserva Biológica do Tinguá.

Episódios ocorridos há mais de dez anos, antes da Lei de Crimes Ambientais, ainda não tiveram solução.

Como o vazamento de 370 metros cúbicos de esgoto na Praia do Vidigal, em frente ao Hotel Sheraton, em 1997. Depois de uma investigação, o MP moveu uma ação civil pública contra a Cedae por danos ambientais, pedindo R\$ 1 milhão em indenização.

Um laudo da Feema, anexado ao processo, sustentava que a mancha no mar havia se estendido de São Conrado ao Leblon, afetando a qualidade da água. Condenada em abril de 1999, a Cedae recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF), alegando que “poucas horas após o rompimento da tubulação, as águas da Praia do Vidigal haviam voltado à sua normalidade”.

O recurso perambulou durante sete anos pelo TRF até que, em setembro do ano passado, foi julgado. No acórdão, os desembargadores reduziram a indenização a ser paga pela Cedae para R\$ 50 mil.

Mas, devido a um novo recurso, o processo ainda não foi encerrado e nem o valor pago ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Mas, por que União, estados, municípios e empresas públicas de modo geral raramente são punidos criminalmente? Artur Gueiros, professor de direito penal da Uerj e procurador da República, diz que no direito brasileiro não é possível processar criminalmente o estado porque, segundo ele, não haveria eficácia na aplicação das penas.

— Existem mecanismos que atendem melhor à finalidade de atribuir responsabilidade ao estado pelo dano ambiental, como as ações civis públicas.

Outra possibilidade é processar criminalmente a pessoa do administrador, como o prefeito ou o governador.

No entanto, raramente gestores públicos são processados por crimes ambientais.

Uma exceção ocorreu no caso de uma dragagem feita pela Companhia Docas do Rio de Janeiro na Baía de Sepetiba, que causou sérios danos ao meio ambiente. O ex-diretor da Feema que emitiu a licença para a obra, contrariando pareceres técnicos, foi denunciado, mas absolvido.

## **A PREFEITURA NO BANCO DOS RÉUS – O Globo – Rio – 18/03/2008**

Município é investigado por falhar na contenção da expansão das favelas. As falhas na contenção do crescimento de favelas têm levado a prefeitura do Rio ao banco dos réus. O município figura em nada menos que metade das duas mil investigações em curso nas quatro promotorias de Meio Ambiente do Ministério Público estadual na capital. Na maioria das vezes, por omissão na fiscalização.

O MP acusa o prefeito Cesar Maia de recusar-se a firmar acordos, o que, quase sempre, leva o caso para a Justiça.

Um exemplo é a expansão da favela do Morro da Babilônia, no Leme, que atingiu uma área de proteção ambiental. Em 2006, o MP tentou negociar com a prefeitura a demolição de 30 casas que estavam em construção.

Segundo o promotor Carlos Frederico Saturnino, da 1ª Promotoria de Meio Ambiente, o acordo foi vetado pelo prefeito.

— Chamamos vários secretários municipais para conversar e eles reconheceram a necessidade de partir o quanto antes para as demolições, antes que as casas fossem habitadas.

Mas, em cima da hora, Cesar Maia não autorizou o acordo — afirma Saturnino.

Para Cesar Maia, no entanto, o que há é uma tentativa de invasão do MP na competência exclusiva do Executivo: — Nossa Procuradoria Geral tem um parecer de que os TACs invadem a competência do Executivo.

O MP é fiscal supremo das leis, mas os atos administrativos são de competência do Executivo. Sempre que o MP entender que a prefeitura não se ajusta em sua interpretação, deve ir ao TJ (Tribunal de Justiça) e este decidir. A instância final é o Judiciário. Não é nem o MP, nem o Executivo. Assim funciona o estado de direito.

Em agosto de 2006, o MP estadual obteve uma liminar da juíza Jacqueline Lima Montenegro, da 6ª Vara de Fazenda Pública, determinando a remoção das casas construídas irregularmente na Babilônia e o reflorestamento da área. A prefeitura alegou que precisava mapear os imóveis e não fez as demolições no prazo. Um ano e sete meses depois, as casas — que à época estavam em construção — encontram-se ocupadas.

## **Fase de arrancada do Territórios da Cidadania é marcada por intensa participação popular – Sítio Eletrônico do INCRA – 18/03/2008**

A fase de arrancada do Programa Territórios da Cidadania será concluída nesta quarta-feira (19) em São Gabriel da Cachoeira, área de forte concentração de etnias indígenas no Amazonas. Este será o 60º e último lançamento territorial do programa do Governo Federal, que congrega 135 ações de 19 Ministérios para o combate à pobreza rural. Nos 59 lançamentos já ocorridos, foram registrados 9.001 participantes, o que, segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, supera muito as expectativas iniciais.

“Houve uma receptividade muito grande. A população e os representantes locais valorizaram muito o programa pelas seguintes razões: houve grande identificação entre a vontade dos Colegiados Territoriais já existentes nesses lugares de uma ação integradora do Governo Federal e a forte decisão de governo de implantação do programa, além do efeito demonstrativo importante, quando 19 ministros assinaram o Decreto no Palácio do Planalto, de fazer um programa que supere a histórica setorialização de políticas públicas”, destaca Oliveira.

O lançamento nacional do programa ocorreu em 25 de fevereiro, em Brasília, e contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, nos lançamentos territoriais, participaram 1.165 representantes de prefeituras. Foram eventos massivos, como enfatiza o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA. Entre todos os participantes dos lançamentos territoriais, 75% eram integrantes da sociedade civil.

Conforme Oliveira, todos os eventos já realizados definiram agendas até 30 de abril para discussão da matriz de ações do Governo Federal (lançada no portal [www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)), das ações aplicáveis a cada um dos 60 territórios e da renovação do Colegiado Territorial, o que é avaliado por ele como extremamente positivo.

**Evento em São Gabriel da Cachoeira** - O secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA participará, juntamente com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Freitas de Meira, do lançamento em São Gabriel da Cachoeira. O evento começa nesta quarta e se encerra quinta-feira na Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, na BR-210, km 3, s/nº, conhecida como a Estrada do Aeroporto. Também estarão presentes o delegado federal do MDA/AM, Lúcio Carril, e a superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/AM), Maria do Socorro Marques Feitosa.

O Alto Rio Negro é formado pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A região ocupa uma área de 295,9 mil quilômetros quadrados e receberá investimentos de R\$ 22,4 milhões para aplicação nos três eixos do programa: apoio às atividades produtivas, cidadania e acesso a direitos e qualificação da infra-estrutura.

O território tem uma população de 64,7 mil habitantes, dos quais 40,1 mil (62,06%) vivem na zona rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na região há 2,5 mil agricultores familiares, 37 famílias assentadas, 1,3 mil famílias de pescadores e 11 terras indígenas.

“Nunca vimos uma ação de governo tão preocupada com a inclusão social e a cidadania. Teremos muito cuidado com a formulação de propostas para que o desenvolvimento chegue aqui de forma correta. Esta discussão democrática é muito importante, especialmente para o nosso setor primário, para pessoas que vivem aqui do extrativismo e da agricultura de subsistência”, pondera o prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Jucelino Gonçalves, descendente de indígenas da tribo Baré.

Ele antecipa que um dos focos de debates será o fortalecimento da Educação Indígena Diferenciada, ação já desenvolvida pelo município de São Gabriel da Cachoeira, que visa a evitar a propagação do êxodo rural.

**Três territórios no Amazonas** - O Território do Alto Rio Negro é um dos três do Amazonas contemplados pelo programa. Já foram implantados o Território Entorno de Manaus (reunindo sete municípios e com investimentos na ordem de R\$ 445,2 milhões) e o do do Baixo Amazonas (com sete municípios e investimentos de R\$ 93,4 milhões). Os três territórios, juntos, totalizam R\$ 561,1 milhões em investimentos.

“Nossa expectativa é muito positiva por haver essa aglutinação de Ministérios no programa, um verdadeiro ajuri (termo indígena que significa uma conjunção de forças num só objetivo). Esta é uma ação de governo muito participativa e vem a reforçar a organização e a valorização social”, comenta o diretor da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, Paulo Nascimento.

Os Territórios da Cidadania envolve ações conjuntas dos Ministérios e parcerias com os governos estaduais e municipais, além da participação da sociedade civil. O recurso liberado para o programa este ano é de R\$ 11,3 bilhões. Os 60 territórios iniciais foram definidos por apresentar o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo econômico, concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, além de pessoas atendidas pelo Bolsa Família. Há pelo menos um Território da Cidadania em cada unidade da federação.

Com o Territórios da Cidadania, serão ampliadas as ações de assistência técnica e infra-estrutura de assentamentos rurais, para agricultores familiares e pescadores, além de programas como o de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.



**Justiça suspende licitação para exploração de Jamari** - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 19/03/2008

Primeiro processo de concessão de uma floresta pública à exploração privada realizado pelo governo em acordo com a Lei de Gestão de Florestas é interrompido. O Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União já se mobilizam para recorrer.

RIO DE JANEIRO – O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) receberam na terça-feira (18) uma notificação da Justiça Federal determinando a imediata suspensão do processo de licitação para a concessão da Floresta Nacional do Jamari (Rondônia) à exploração privada. Com edital de licitação lançado há quatro meses, a concessão de Jamari foi a primeira oferecida pelo governo federal em acordo com o estabelecido pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada há dois anos pelo Congresso Nacional.

A decisão pela suspensão partiu da desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ela determinou que o processo de licitação seja interrompido até que o Congresso Nacional emita uma autorização prévia para a concessão florestal. A desembargadora baseia sua decisão na interpretação de que a concessão florestal se equipara à concessão de terras públicas, que, por sua vez, segundo o artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal, deve contar com aprovação prévia do Congresso Nacional quando envolver áreas superiores a 2,5 mil hectares.

O governo discorda dessa interpretação, e o MMA já trabalha em conjunto com a Advocacia-Geral da União para avaliar a melhor forma de recorrer da decisão judicial. O principal argumento desse recurso será a própria Lei de Gestão de Florestas Públicas, que estabelece todas as condições para a licitação com fins de concessão florestal, mas não prevê que o processo tenha de ser submetido à aprovação prévia do Congresso Nacional.

A lei sancionada em 2006, segundo o governo, também estabelece que a concessão florestal é semelhante às concessões e outorgas relacionadas à mineração e ao aproveitamento de recursos hídricos, “todos entendidos como recursos naturais, mas nenhum deles tratando de concessão sobre dominialidade da terra”.

Outro argumento a ser utilizado pelo governo é que, mesmo não sendo obrigado por lei, o SFB apresenta regularmente à Câmara dos Deputados e ao Senado o Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, contribuindo, segundo o MMA, “para que aquela casa possa cumprir seu papel de fiscalização”.

O SFB havia prometido divulgar o resultado da licitação para a exploração da Floresta Nacional de Jamari até o final de janeiro, mas não cumpriu o prazo inicialmente estipulado. Catorze empresas, a maioria madeireiras, apresentaram 19 propostas de gestão e exploração das três unidades de manejo em que a floresta foi dividida para concessão. A área total da floresta é de 222 mil hectares, mas somente 96 mil hectares foram incluídos na licitação. Cada unidade terá, respectivamente, 46 mil, 33 mil e 17 mil hectares, mas uma mesma empresa ou grupo de empresas somente poderá adquirir uma das unidades.

**Quarenta anos de concessão** - O período de concessão será de 40 anos, não prorrogáveis, ao longo dos quais as empresas concessionárias se comprometem a conservar a floresta e somente extrair dela seus produtos \_ árvores, raízes, resinas, sementes, cascas de árvore, óleos, etc. \_ de forma ambientalmente sustentável, com técnicas de manejo fiscalizadas pelo governo.

De acordo com o estabelecido pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, as empresas que vencerem a licitação para explorar Jamari terão também que se comprometer a não intervir nas atividades extrativistas das populações que tradicionalmente habitam a floresta, como é o caso das comunidades extrativistas que vivem da coleta do açaí na região.

A lei determina ainda que, além dos critérios econômicos, as empresas vencedoras da licitação sejam escolhidas a partir de critérios socioambientais, que terão maior peso na pontuação que os primeiros. Os critérios socioambientais são divididos em quatro temas: maior benefício social, menor impacto ambiental, maior eficiência e maior agregação de valor local.

**Construções 'verdes' criam novo mercado para fornecedores** - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/03/2008

Fabricantes de materiais de construção se adaptam à nova demanda

O movimento das construções “verdes” está contribuindo para desenvolver um mercado de materiais de construção ecologicamente corretos. Tintas à base de água e plástico reciclado, tubos para instalações hidráulicas feitos com PET, lâmpadas econômicas, sistemas para tratamento do esgoto doméstico e equipamentos residenciais para geração de energia eólica são alguns dos produtos já encontrados no mercado.

Atualmente, há no País 47 empreendimentos em etapa de certificação para obter o selo Leed (sigla em inglês para Liderança em Energia e Design Ambiental), dado a construções que seguem princípios de sustentabilidade. “Há um ano, não chegavam a uma dezena. Isso fez com que os fornecedores de materiais para construção começassem a se adaptar a essa nova demanda”, diz Nelson Kawakami, diretor-executivo do Green Building Council Brasil, subsidiária brasileira da entidade que fornece os parâmetros para construção sustentável, com sede nos EUA.

Os grandes fabricantes de tintas e vernizes, por exemplo, estão gradativamente substituindo algumas matérias-primas de origem petroquímica na composição de seus produtos. A Tintas Coral, marca do grupo holandês Akzo Nobel, lançou em 2003 os primeiros produtos com solventes à base de água, em substituição aos solventes derivados do petróleo. Com os novos solventes, os produtos emitem menos compostos orgânicos voláteis, responsáveis pelo forte odor da tinta e que podem causar problemas respiratórios.

“As vendas dessas linhas de produtos crescem em torno de 60% ao ano. É uma tendência sem volta”, diz Mateo Lazzarin, gerente do laboratório de desenvolvimento da Coral.

Os fabricantes de tintas também estão substituindo as resinas petroquímicas pelo PET de garrafas recicladas. A Suvinil começou esse processo em 2000. Em 2006, a empresa também trocou os solventes petroquímicos pelos à base de água. “Queremos estar preparados para o aumento da demanda por produtos mais amigáveis ao meio ambiente”, diz Mirian Zanchetta, gerente de propaganda e promoção da Suvinil.

Outro segmento que cresce com a construção sustentável é o de iluminação. A Philips Light, divisão de iluminação do grupo holandês, registra crescimento de 30% nas vendas de lâmpadas econômicas nos últimos cinco anos no Brasil. Mas, apesar do crescimento, ainda há uma barreira cultural a ser superada, diz Yoon Young King, vice-presidente da Philips Light Brasil. “A lâmpada incandescente ainda é mais vendida por conta do seu preço baixo, em torno de R\$ 2, apesar da curta vida útil”, diz. Embora custem mais, em torno de R\$ 10, as lâmpadas fluorescentes têm uma vida útil cerca de oito vezes maior, e consomem até 80% menos.

Alguns empreendimentos também apostam em energias renováveis na busca pelo selo verde. A Altercoop, empresa paulistana que comercializa equipamentos domésticos para geração de energia eólica, foi criada para atender a comunidades isoladas da rede elétrica convencional, mas viu o perfil dos clientes mudar completamente. “Hoje, meus principais clientes são grandes empresas, que estão construindo prédios nos moldes da construção sustentável”, diz o engenheiro Ronaldo Alves, fundador da Altercoop.

### **Queimadas destruíram 29km<sup>2</sup> no estado – O Globo – Capa – 19/03/2008**

Nos últimos dois anos, o Estado do Rio teve destruída por queimadas uma área de 29,2 quilômetros quadrados — o equivalente a 24 Parques do Flamengo — de unidades de conservação estaduais e federais. Mas atear fogo à mata representou menos de 1% dos processos do ano passado, com base na Lei de Crimes Ambientais. **Página 14 e editorial “Cipoal burocrático”**

### **Cipoal burocrático – O Globo – Opinião – 19/03/2008**

A defesa e a preservação do meio ambiente são hoje uma preocupação mundial, e o Brasil, dono de vastos recursos naturais, procura também avançar nessa área. Uma boa parte da população se conscientizou da necessidade de agir para proteger fauna, flora, rios e outros bens da natureza.

Movimentos foram criados, até na política, e órgãos federais, estaduais e municipais, além do Ministério Público, se mobilizaram.

Há dez anos, foi aprovada a Lei Contra Crimes Ambientais, dando respaldo jurídico às ações de preservação e prevendo punições para os infratores. Mas as reportagens que O GLOBO vem publicando desde domingo mostram uma série de distorções.

Os repórteres constataram que, na prática, existe enorme dificuldade para que os transgressores sejam punidos. A ponto de não haver hoje, no país, ninguém preso exclusivamente por crime ambiental.

Por incrível que pareça, vários órgãos encarregados de reprimir a degradação do meio ambiente são réus em processos que, no mais das vezes, não dão em nada.

Um dos especialistas ouvidos opinou que “há muitas janelas abertas para se burlar a lei, que hoje não desestimula o criminoso”. O presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador José Carlos Murta Ribeiro, foi sucinto: — A lei não pegou — disse.

Esse é um aspecto preocupante e responsável, em parte, por ser o Rio hoje considerado a capital brasileira do tráfico de animais silvestres, muitos ameaçados de extinção.

Esse tráfico é o terceiro mais rentável do mundo, atrás apenas do de drogas e do de armas.

Outro aspecto preocupante é que a burocracia encarregada de fiscalizar e aplicar a legislação se mostra muito mais disposta a mirar em alvos grandes e imóveis — as empresas — do que em resolver questões mais complexas.

Empresários têm se defrontado com um cipoal burocrático de exigências ambientais que muitas vezes oneram e atrasam projetos, quando não os inviabilizam de vez.

É óbvio que a atividade empresarial tem de se adaptar às questões de preservação da natureza, evitando agravar a poluição e o aquecimento global. Mas as exigências devem ser razoáveis, sob pena de inviabilizarem os investimentos e a criação de novos empregos.

Como em outras atividades, na defesa do meio ambiente parece haver interferência demais do Estado onde ela não é necessária e perigosa ausência do poder público em áreas em que a destruição da natureza chega a níveis catastróficos

## **QUEIMADAS SE ALASTRAM LONGE DA JUSTIÇA - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 19/03/2008**

Um alpinista habitué do Parque da Tijuca viu a cena: garotos que acampavam no alto da Pedra da Gávea decidiram atear fogo ao mato seco, só por diversão.

Em minutos, o barato deles custou caro à floresta. As chamas consumiram boa parte da vegetação rara do topo do maciço, num dos piores incêndios na unidade ano passado. Os vândalos escaparam ilesos e impunes, assim como quase todos os responsáveis pelos incêndios no Estado do Rio. Atear fogo a mata ou floresta representou menos de 1% do total de processos julgados ano passado na Justiça estadual com base na Lei de Crimes Ambientais.

Longe da Justiça, as queimadas se alastram. Nos últimos dois anos, só nas unidades de conservação estaduais e federais, o fogo atingiu uma área de 29,2 quilômetros quadrados, o equivalente a 24 Parques do Flamengo ou ao município de Nilópolis.

O presidente do IEF, André Ilha, admite o avanço das queimadas. Para ele, o incêndio é quase sempre criminoso.

— Não existe combustão espontânea de mata. Isso é um mito.

O maior incêndio em unidades estaduais ano passado, que consumiu 1,1 milhão de metros quadrados do Parque da Concórdia, partiu de uma fazenda.

Peguei as duas piores ondas de incêndio da década, em 2002 e 2007, quando houve uma combinação de estiagem longa com temperaturas elevadas.

### **Seca pode não ser determinante**

A seca é certamente um dos principais fatores na propagação de incêndios, mas não o determinante. Numa comparação entre focos de incêndio identificados por satélite e a precipitação observada no estado pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (Cptec/Inpe), se observa que em 2001, um dos anos mais secos da década, houve 307 pontos de incêndio no estado. Em 2003, mesmo com mais chuva, o número de focos subiu para 313.

Para o coordenador do grupo de estudo de Queimadas do Cptec/Inpe, Alberto Setzer, o maior problema não é a seca, e sim o poder público: — Do ponto de vista técnico (monitoramento e prevenção), tudo está feito. O que falta é postura das autoridades, que deveriam aplicar a lei. Todas as queimadas são criminosas, causadas pelo homem.

Quem sofre com isso é o coordenador do Prev-Fogo, Flávio Luiz, há 11 anos no grupo que, durante a seca, se dedica a combater os incêndios nas importantes unidades de conservação federais do estado.

Ele diz que é difícil identificar responsáveis, diante das dificuldades técnicas da perícia: — A lei não adianta. Não temos acesso ao infrator, salvo nas atividades agrícolas, onde é possível identificar o proprietário.

Nas áreas urbanas, os infratores mais comuns são o baloeiro e o vândalo. Nas outras regiões, o fogo vem da terra queimada por agricultores, de fogueiras de caçadores e andarilhos e até do motorista de caminhão, que incendeia o mato para enxergar melhor a estrada.

O Artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais (provocar incêndio em mata ou floresta) prevê pena de dois a quatro anos de reclusão e multa. Se o crime for culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano e multa.

Por imperícia, negligência, imprudência ou dolo, ocorrem incêndios como o que devastou 600 hectares de vegetação — parte dela endêmica (só existente naquele local) — do Parque Nacional do Itatiaia.

Numa das poucas vezes que o culpado foi encontrado e o caso chegou à Justiça estadual, a denúncia partiu de um particular prejudicado e a pena foi irrisória. Em julho de 2006, Manoel Jorge Rodrigues Ferreira, morador de um sítio em Sumidouro, na Região Serrana, ateou fogo à pastagem. As chamas atingiram o sítio vizinho, do advogado Paulo Kastrup Netto, destruindo 5 mil metros quadrados de mata nativa. O advogado denunciou o fato ao Ministério Público, que ajuizou uma ação contra Ferreira.

Kastrup lembra das dificuldades que teve com o processo: — Para conseguir que um técnico do Instituto de Criminalística Carlos Éboli fosse até o sítio elaborar o laudo, foi preciso esperar dois meses.

Quando ele chegou lá, a máquina fotográfica deu defeito.

Ao fim, acusado e MP chegaram a um acordo. Ferreira comprometeu-se a pagar dez cestas básicas, no valor de R\$ 50 cada, e livrou-se de uma possível condenação. A área atingida não foi reflorestada.

Nas cada vez mais escassas matas urbanas — quase todas protegidas por lei — o problema maior vem do céu, como aconteceu na noite de 4 de janeiro deste ano. Leitores

ligaram para O GLOBO informando que um balão caíra na encosta do Morro Dona Marta, no entorno do Parque da Tijuca. Pouco depois, as ligações denunciavam o incêndio, que consumiu cerca de 20 mil metros quadrados de vegetação — até hoje não recuperada.

### **Lei não intimida os baloeiros**

A cultura de balões não se curvou à letra de Lei de Crimes Ambientais. Um indicativo disso é que, nos últimos três anos, o número de apreensões feitas pelo Batalhão Florestal aumentou dez vezes.

A última delas aconteceu na manhã de 17 de fevereiro, num descampado em Campo Grande, Zona Oeste, onde um festival de balões reuniu cerca de duas mil pessoas. Cinco delas foram presas, mas negaram participação no crime.

Foram apreendidos 42 balões, alguns com até 30 metros de altura — o correspondente a um edifício de dez andares — além de 35 bandeiras e 15 botijões de gás com maçaricos.

Os cinco presos pagaram fiança de R\$ 1.900 e foram liberados no mesmo dia. O Artigo 42 prevê pena de detenção de um a três anos para quem fabrica, transporta ou solta balões.

— O jeito é pagar dez cestas básicas. Melhor do que ficar preso — disse Fernando Conforti da Fonseca, um dos presos.

Segundo o tenente Érico Cardoso, que chefiava a operação, as pessoas sempre dizem que estavam apenas observando.

— Só fui preso porque sou safenado e não pude correr. Tinha mais de duas mil pessoas. Todo mundo deu no pé e eu fiquei — disse o vendedor José Carlos da Silva, morador de Realengo.

Os festivais de balões acontecem o ano inteiro, em lugares que mudam constantemente.

Apesar de o número de apreensões de balões pelo Batalhão Florestal ter aumentado nos últimos três anos, os processos com base no Artigo 42 ainda são raros. Eles representaram apenas 0,4% do total de sentenças dadas ano passado na Justiça estadual com base na Lei de Crimes Ambientais.

O estado pretende reagir ao avanço das queimadas. O IEF formulou um plano de combate a incêndios florestais que prevê a criação de um comitê de gestão integrada, com participação do órgão estadual, do Ibama e do Corpo de Bombeiros.

Unidades de conservação estaduais e federais seriam interligadas por um sistema de rádio transmissor. Em cada área, haveria uma estação de monitoramento de temperatura, umidade relativa do ar e intensidade de ventos, que determinaria os riscos de incêndio (baixo, médio ou alto). André Ilha garantiu que o sistema será implantado ainda este ano.

**Rio ganha uma central de regeneração de gases CFCs - Carlos Albuquerque – O( Globo – Ciência – 19/03/2008**

Vilões da história de destruição da camada de ozônio, que funciona como uma espécie de escudo, protegendo a Terra da incidência de radiações solares, que podem causar doenças como câncer e catarata, os gases clorofluorcarbonetos (CFCs) vão ganhar uma chance de se recuperar perante a sociedade. Já está em funcionamento no Rio a primeira central do estado de regeneração desses gases, presentes em eletrodomésticos como geladeiras e aparelhos de ar-condicionado.

Com a ajuda de equipamentos especiais e técnicos treinados, eles serão extraídos de produtos defeituosos ou abandonados, tratados e recolocados no mercado.

— A importância da criação desse centro de regeneração é enorme — garante Rui de Góes, diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). — Signatário do Protocolo de Montreal, que determina a redução no uso de CFCs, o Brasil não produz mais produtos com esses gases desde 2007, com exceção das bombas para asmáticos. Para manter os ótimos níveis de redução que alcançamos, montamos um enorme esquema de recolhimento, regeneração e reutilização desses produtos.

**Projeto tem participação do MMA e da ONU**

O Centro de Regeneração de Gases Refrigerantes funciona, desde a última sexta-feira, dentro da Refrigeração Sudeste, empresa de serviços de manutenção que foi escolhida, através de licitação executada pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como parte do Plano Nacional de Eliminação de CFCs, que é desenvolvido pelo MMA. No local, foram instaladas duas máquinas regeneradoras, além de equipamentos de limpeza e um laboratório.

— A idéia é capturar esse produto antes que ele seja abandonado, correndo o risco de despejar gases prejudiciais à camada de ozônio — conta Paulo Caiado, diretor comercial da Refrigeração Sudeste.

— Temos pessoal e equipamentos para dar a esse produto as características de um novo, puro e não mais prejudicial à natureza.

O Plano Nacional de Eliminação de CFCs foi criado em 2002. De lá para cá, já foram treinados 17 mil técnicos para trabalhar na manutenção dos equipamentos. Além da central do Rio, existem mais duas em funcionamento em São Paulo, desde 2006.

— Esperamos atingir a marca de 26 mil técnicos formados daqui a um ano e meio — conta Rui de Góes. — Graças a todo esse processo, o gás deixa de ir para a atmosfera e vai para a regeneração.

O Protocolo de Montreal foi assinado em setembro de 1987 por 191 países, entre eles, o Brasil. Graças à redução global de 95% no uso desses gases, ele é considerado um dos mais bem-sucedidos acordos do mundo, sendo considerado um bom exemplo para o sucessor do Protocolo de Kioto, que regula as emissões de gases do efeito estufa, que causam o aquecimento global, e expira em 2012.

— Em tese, os dois protocolos têm algumas semelhanças, mas a complexidade do Protocolo de Kioto é muito maior — explica Rui de Góes. — Uma redução como a obtida com o Protocolo de Montreal e os CFCs seria impossível, mas sem dúvida temos que lutar por patamares mais baixos nas emissões de CO<sub>2</sub>.

## **Operação Arco de Fogo aplica R\$ 9 milhões em multas – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008**

O governo do Pará divulgou ontem um balanço da Operação Arco de Fogo, de combate ao corte ilegal de madeira, iniciada em 26 de fevereiro na cidade de Tailândia, a 250 quilômetros da capital, Belém.

Foram aplicadas multas que totalizam R\$ 9 milhões e localizados 16,4 mil m<sup>3</sup> de madeira apreendida sem documentação de origem. Também foram destruídos 814 fornos que produziam carvão ilegalmente e aplicadas multas que somam R\$ 814 mil (R\$ 1 mil por forno irregular). Até segunda-feira, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) retirou 14,8 mil m<sup>3</sup> de madeira dos pátios de serrarias. Após processo administrativo, a madeira será leiloadada.

**PRISÃO** - Um grupo especializado no contrabando de madeira foi preso ontem pela Polícia Federal de Mato Grosso do Sul. A quadrilha, integrada também por policiais militares, atuava na região sul do Estado com 11 membros. Nove foram presos. Outros dois policiais militares, residentes em Naviraí, estão foragidos. Segundo o delegado da Polícia Federal de Dourados, Bráulio César Galonni, os policiais facilitavam o trânsito dos caminhões carregados de madeira e de cigarros contrabandeados. **\*JOÃO NAVES, ESPECIAL PARA O ESTADO**

## **Água virtual das commodities, o trunfo estratégico brasileiro - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 20/03/2008**

Em um cenário de guerras e disputas por recursos hídricos, o Brasil, que detém 12% da água potável do mundo, pode assumir um papel estratégico, segundo especialistas ouvidos pelo Estado. Isso deve ocorrer basicamente pela relação entre água e agricultura.

Num futuro de escassez de água e de alimentos, como o previsto pelos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) no ano passado, aproveitar essa vantagem comparativa passa pela capacidade de o País manter e ampliar a produção e exportação de alimentos. “E de cobrar pela água virtual contida nesses produtos”, diz o economista Gilberto Dupas, presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Os números publicados no alto das páginas deste caderno ilustram essa questão. Para produzir 1 quilo de soja são necessários cerca de 1.500 litros de água, 1 kg de cana para a produção de etanol consome 600 l.

“Hoje as commodities são as maiores sugadoras de água doce do mundo”, afirma Dupas. “Elas arrancam a água dos países pobres e levam para os ricos sem que isso seja contado no preço. O Brasil precisa se articular com outros países produtores para decidir



como vai cobrar por isso. É de se esperar que no futuro o processo seja semelhante ao que ocorre com as reservas de petróleo e seja incluído nas commodities o preço da escassez futura de água.”

Mas, antes disso, diz Dupas, o País precisa zelar pela conservação dessa água. Contaminação dos mananciais, desperdício (hoje ocorre em média perda de 45% na distribuição de água nas capitais brasileiras) e consumo excessivo são algumas ameaças. Isso sem contar o desmatamento da Amazônia, que pode afetar as chuvas no Sudeste.

“O Brasil, excetuando partes do Nordeste, é abundante em todo o ciclo da água: na atmosfera, nas águas superficiais e nas subterrâneas. Mas precisa saber aproveitar essas vantagens como recurso estratégico”, concorda o hidrólogo José Galizia Tundisi, do Instituto Internacional de Ecologia. “Para assegurar a produção agrícola, e evidentemente o abastecimento público, é preciso manter água de boa qualidade. E aí caímos na falta de tratamento de esgoto. Isso deteriora a qualidade da água, diminui a reserva e aumenta os custos de tratamento.”

“Para se manter em vantagem, o Brasil tem de cuidar do desperdício, aproveitar a água das chuvas e remanejar a agricultura para locais com dotação hídrica, em uma espécie de política de zoneamento ecológico”, diz Ignacy Sachs, economista polonês (ou “ecosocioeconomista”, como ele é chamado) radicado na França. Ele propõe uma “revolução azul”, com incentivo à aquíicultura. “Em relação aos recursos da água, ainda vivemos como caçadores-coletores, sem muita estratégia e de forma insustentável. Fizemos no passado um salto fundamental com a agricultura, mas engatinhamos na criação dos recursos aquáticos. Áreas como a Amazônia têm vocação para a aquíicultura, e os peixes podem com o tempo substituir a carne, já que a pecuária extensiva tende a causar cada vez mais problemas.”

### **Uma ferrovia para proteger a Amazônia – O Globo – Capa – 20/03/2008**

Ambientalistas defenderam a construção de uma ferrovia no Amazonas, em lugar da reconstrução da BR-319, uma obra do PAC. Para os especialistas, a rodovia vai aumentar o desmatamento.

Página 3

**Ambientalistas pedem ferrovia e não rodovia na Amazônia** - Héliida Tavares - O Globo  
– 20/03/2008

MANAUS. A reconstrução da BR-319 (Manaus-Porto Velho) pode provocar o desmatamento de mais de cinco milhões de hectares de floresta na Amazônia até 2050. O alerta foi feito ontem por ambientalistas, durante o seminário “Ferrovia X BR-319: um debate necessário e urgente para o Amazonas”, realizado por ONGs, com o apoio do governo do Estado do Amazonas, em Manaus.

Ambientalistas são contrários à reconstrução da BR-319, prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e defendem a construção de uma ferrovia entre duas cidades amazonenses: Careiro Castanho (a 80 quilômetros de Manaus) e Humaitá (a cem quilômetros de Porto Velho).

Segundo o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, a ferrovia conteria em 80% o desmatamento previsto para a reconstrução da BR-319.

O evento para discutir a ferrovia reuniu religiosos, estudantes, pesquisadores, representantes do Ministério do Meio Ambiente e órgãos do estado.

O representante da ONG Preserve a Amazônia, Marcos Mariani, disse que a entidade começou um movimento a favor de ferrovias na região: “Vá de Trem! Preserve a Amazônia”. A ONG estuda a possibilidade de pedir, na Justiça, a paralisação das obras, como será feito na BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

Mariani ressaltou que estudos e estatísticas sobre o desmatamento apontam que mais de 80% da área desmatada na Amazônia, que abrange os estados de Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso, estão a até 50 km das rodovias.

Para ele, as estradas favorecem o desmatamento, e os estudos ambientais para licenciamento de rodovias não atendem à legislação brasileira.

— Há pressão política por parte de empreiteiras que atuam nessas obras — afirmou Mariani.

A BR-319 foi construída na década de 70, mas, já nos anos 80, se encontrava praticamente intrafegável devido aos maus tratos do tempo e à falta de manutenção. Essa situação se estende até os dias de hoje. O projeto da BR-319 está paralisado e aguarda o relatório de impacto ambiental para o licenciamento de alguns trechos.

De acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip Fearnside, o desmatamento de mais de 5 milhões de hectares até 2050, com a reconstrução da BR-319, vai ser responsável pela emissão de cerca de 950 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosférica. Um dos trunfos na proposta da ferrovia é que ela poderia evitar quase a totalidade dessas emissões. Os custos de reconstrução da BR-319 estão estimados em R\$ 675 milhões. De acordo com estudo encomendado por órgãos ambientais do Amazonas, para construir a ferrovia, seria necessário investimento de quase R\$ 2 bilhões.

**Ação do Ibama desmonta serrarias no Pará** - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/03/2008

BELÉM. O Ibama iniciou ontem uma inédita ação de desmonte de serrarias flagradas com madeira sem procedência sustentável no município de Tailândia, a 235 quilômetros de Belém. A ação faz parte da operação Arco de Fogo, de combate ao desmatamento.

A primeira madeireira desmontada pelo Ibama, com o apoio de fiscais da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema), foi a Santo André, que funcionava em plena zona urbana de Tailândia sem licença ambiental, e não tinha comprovação sobre a origem da madeira apreendida em seus pátios, inclusive centenas de toras descobertas e enterradas em montanhas de serragem.

Todo o maquinário da serraria foi levado para um depósito da Sema. A idéia da fiscalização do Ibama, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, é passar o trator por cima das instalações da serraria.

— O impacto significativo da operação vai além da multa. O Ibama paralisa a atividade madeireira ilegal e a PF responsabiliza criminalmente os responsáveis — observa o coordenador do Ibama, Bruno Versiani.

A operação Arco de Fogo, com a participação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, já contabiliza um total de R\$ 9 milhões em multas, aplicadas por um volume de 16,4 mil metros cúbicos de madeira apreendida sem documento legal de origem.

**Acorda, Brasil!** – Arthur Virgílio – O Globo – Opinião – 20/03/2008

A Amazônia voltou ao centro do debate internacional após a divulgação dos recentes relatórios do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em visível contraste com um Brasil que insiste em ignorar sua região mais estratégica, nevrálgica, promissora e vulnerável.

Tudo isso ao mesmo tempo, compondo paradoxo que não será compreendido por quem mantenha visão provinciana sobre a questão.

Vejo três pontos a serem postos, imediatamente, na tão necessária discussão: a) os desmatamentos, na região, representam preocupante fator de emissão de CO<sub>2</sub>, embora, estatisticamente, signifiquem, ainda, causa secundária para o problema mundial, pois respondem por cerca de 3% das emissões globais atuais de gases-estufa; b) a Floresta Amazônica desempenha, porém, papel de sumidouro de CO<sub>2</sub>, de responsabilidade de outros países, e na mitigação da ameaça climática, conforme assinalam respeitáveis pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Inpa; c) a Amazônia apresenta vulnerabilidades sensíveis, diante das mudanças climáticas que se estão processando em ritmo preocupante, havendo previsões de aumento de temperatura superior a cinco graus.

Isso é mais do que a média prevista para o Brasil como um todo, encerrando enorme possibilidade de prejuízos para a biodiversidade, para o regime de chuvas e para os 25 milhões de vidas que povoam a região.

Está mais do que na hora, então, de enérgica tomada de consciência interna e de vigorosa ação diplomática. A questão amazônica já ultrapassou os limites do debate de política ambiental para se localizar no centro da política econômica, das relações entre os povos e do futuro da Humanidade.

É intolerável que os principais líderes políticos do país conheçam a Amazônia pelos perfunctórios briefings de assessores que vão buscar informações no Google.

É inaceitável que o governo não fique coeso em torno de uma só visão sobre o tema.

É irresponsabilidade demasiada.

É mistura de baile da Ilha Fiscal com má-fé diante da História.

Se não administrarmos a região com responsabilidade máxima, estaremos dando pretexto até a intervenções militares internacionais. Algo como metade do atual território brasileiro virando Protetorado, supostamente, dirigido pelas Nações Unidas.

O Brasil desconhece a Amazônia legal, que reúne, toda ela, não mais que 3.400 doutores e PhDs, enquanto a USP, sozinha, conta com mais de cinco mil membros nesse nível de preparo. E soberania nacional, hoje, é, sobretudo, conhecimento! O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Inpa e o Museu Goeldi, aquele sediado em Manaus e este em Belém, dispõem de dotações orçamentárias risíveis diante do desafio que está à nossa frente.

Um navio alemão pode chegar ao Rio Solimões, encher seus porões de água e levá-la para metucioso estudo em laboratórios de primeira linha. Ou um americano pode passar três dias num hotel de selva sem tirar o casaco e levá-lo para possível exame de fungos, em seu país.

Absurdos? Pode ser. Mas o fato é que não temos como impedir uma coisa assim e não dispomos de laboratórios suficientemente equipados para estudar o que é nosso.

Soberania nacional é também ocupação civil das fronteiras e dispositivos militares eficazes. No Sudeste, que não faz fronteira com país nenhum, há mais soldados que no Comando Militar da Amazônia, que tem a seu encargo vastas fronteiras pelas quais se desenvolvem ações das Farc, de Chávez e quejandos.

Finalmente, para quem gosta e para quem não gosta: 98% da cobertura florestal da Amazônia estão de pé no Amazonas, diferentemente de estados vizinhos, graças aos incentivos fiscais, que, sustentando o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, aliviam a pressão sobre a floresta

**O CRIME DOS 6 SALÁRIOS-MÍNIMOS** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 20/03/2008

Na madrugada de 18 de janeiro de 2000, o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo de um duto da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) transformou a Baía de Guanabara num mar espesso e morto. Em poucas horas, praias, manguezais e a fauna da região sucumbiram à contaminação.

Aves agonizaram na areia, pescadores perderam o sustento. Oito anos depois, o castigo para o maior dano à baía desde que a Lei de Crimes Ambientais entrou em vigor, em 1998, foi o pagamento de seis salários-mínimos (R\$ 240 à época), pelo operador do duto, José Hermes do Valle Lima, em troca da suspensão condicional de seu processo penal. O valor foi destinado à Pastoral do Menor de São João de Meriti: — Paguei do meu bolso, cumpri a minha parte. Isso trouxe uma série de problemas para a minha vida.

Aconteceu comigo o que poderia acontecer com qualquer um.

A ação criminal foi proposta pelo Ministério Público federal também contra outros nove funcionários, incluindo o então presidente da companhia, Henri Philippe Reichstul, e a própria Petrobras. Reichstul e a empresa foram excluídos do processo.

Os demais réus — diretores, superintendentes, coordenadores e outros funcionários que estavam de alguma forma ligados ao caso — ainda figuram na ação.

O processo, que tem mais de 5.450 páginas, corre ainda em primeira instância, na fase de alegações finais. No último movimento, advogados dos réus pediram que fossem oficiadas pessoas jurídicas na Inglaterra, Noruega, França e Estados Unidos para a obtenção de dados como “os maiores acidentes da indústria petrolífera a partir de 1995”. O juiz Márcio Solter negou o pedido — que atrasaria ainda mais o processo — por considerá-lo impertinente. Apesar do esforço do magistrado para dar andamento ao julgamento, especialistas dizem que a ação criminal já está ameaçada pela prescrição.

**Empresa diz que agiu rapidamente**

Os réus foram indiciados por provocar a morte de espécies da fauna aquática da baía (artigo 33), causar dano direto ou indireto a unidade de conservação (artigo 40), causar poluição que resulte em danos à saúde, impedindo o uso público das praias (artigo 54) e fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença (artigo 60). A pena mais alta é de cinco anos de reclusão para os artigos 40 e 54, incisos IV e V.

— Pelos antecedentes e circunstâncias, dificilmente os réus serão condenados a uma pena superior a quatro anos.

Acontecendo isso, a prescrição ocorre em oito anos de processo.

Como é mais ou menos esse o tempo já decorrido desde início do processo, há grande chances de ocorrer a prescrição.

Seria a coroação da impunidade ambiental — diz o advogado Rogério Zouein, especialista em direito ambiental.

A assessoria de comunicação da Petrobras informou, por e-mail, que independentemente da apuração de responsabilidades pelo acidente, a empresa tomou imediatamente as medidas para evitar ou minimizar os danos ambientais. Segundo a estatal, o vazamento de óleo na baía “representou um divisor de águas em sua atuação no que se refere ao meio ambiente”, levando a investimentos para tornar seus processos mais eficientes e seguros.

Se a maioria dos réus ainda não sentiu os efeitos da lei, moradores e pescadores ainda enxergam os fantasmas do desastre ambiental. Dona de uma casa em frente a um

mangue ressecado no fundo da baía, em Magé, Maria Helena Augustinho, de 57 anos, só usa a água de seu poço artesiano — a região não tem água encanada — para lavar a casa e molhar as plantas. Repórteres do GLOBO, em visita ao local, perguntaram o motivo: — É que tem óleo, moço. A água desse poço sempre foi cheia de óleo. Quando a gente tomava banho, saía com um cheiro forte. Tomei medo. Agora, construímos uma cisterna que pega a água da chuva. Essa sim é a água de Deus.

Procurada pelo GLOBO, a Feema garantiu que fará análises no local para determinar a origem do óleo.

Apesar de a casa estar às margens de um manguezal afetado pelo acidente, ainda não há como relacionar o poço contaminado ao vazamento de 2000. A Petrobras garante que nenhum estudo feito após o acidente indicou contaminação do lençol de água nesta região.

“A empresa financiou um projeto de monitoramento executado e fiscalizado pela Feema no sentido de identificar possíveis focos de contaminação e nenhum foi encontrado”.

Outros moradores reclamam de possíveis efeitos do acidente ambiental. A enfermeira Fernanda Lima, de 25 anos, olha para o mangue devastado com descrença.

— As árvores secaram desde o vazamento do óleo. Não cresceram mais. Antes, o manguezal era vivo.

Nas águas da Baía, está sendo lançado o movimento “Pescadores sem mar”, em protesto contra a escassez de peixes desde o vazamento. Marcos da Silva, de 44 anos, é um dos órfãos dos cardumes da Praia de Ipiranga, em Magé.

— Trabalhava como pescador, hoje sou pedreiro. Com esse fundo cheio de óleo, é muito difícil. Quem ficou na pesca tem outra fonte de renda. Só da pesca na baía é difícil viver — disse Marcos, diante do desolador cenário de uma baía completamente degradada.

### **Sebrae aportará R\$ 60 milhões nos Territórios – Sítio Eletrônico do MDA – 20/03/2008**

O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é parceiro do Governo Federal no programa Territórios da Cidadania. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu nesta quarta-feira (19), em Brasília, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, para discutir a atuação do órgão no programa. O Sebrae irá aportar inicialmente R\$ 60 milhões através de editais de projeto e irá realizar, junto com os demais ministérios envolvidos na ação, um acompanhamento dos projetos nos territórios.

Para o ministro Cassel, o Sebrae é um parceiro “de primeira ordem para o MDA. Quando se fala em combate à pobreza rural, é preciso pensar um projeto que gere emprego e renda. E isso o Sebrae está agregando ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo governo no Territórios da Cidadania”, disse. O presidente do Sebrae destacou a importância do programa para reduzir a pobreza no meio rural. “Por isto, queremos incentivar e fomentar a geração de emprego e renda nos locais onde estão localizados os Territórios da Cidadania, através do apoio a projetos”, ressaltou Okamoto.

O edital de apoio a projetos pretende selecionar idéias que tenham caráter inovador e irá apoiar técnica e financeiramente projetos em cada um dos territórios. Serão considerados projetos que atentem para a criação de novos negócios de micro e pequeno portes, aumento da renda dos empreendedores atendidos e aumento do número de empregos.

**Programas chegarão de forma integrada** - O programa, lançado em fevereiro pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, irá levar os 60 territórios do País com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo econômico os principais programas do Governo Federal de forma integrada. Ao todo, são 135 ações de 19 ministérios para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, que beneficiará mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais. O investimento para 2008 é de R\$ 11,3 bilhões.

Serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infra-estrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e construção de cisternas.

#### **Vale omite seus crimes contra o meio ambiente** – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2008

Matéria publicada há um ano pela revista Piauí fala sobre as dezenas de infrações ambientais cometidas pela Vale. A maior parte das multas auferidas contra a empresa, referem-se a sua atuação no estado do Pará. O texto aponta que dentre as infrações cometidas estão o uso de carvão proveniente de floresta nativa, incêndios em áreas de preservação ambiental, destruição de florestas permanentes e manutenção de serviços potencialmente poluidores. Atividades ligadas a sua malha férrea também já apresentaram graves irregularidades. A companhia acumula até hoje multas não pagas mas se utiliza de subterfúgios para não ter de assumir a culpa dos crimes cometidos.

Leia, a seguir a matéria na íntegra, publicada em março de 2007

#### **A VALE É VERDE?** *Por Luiz Maklouf Carvalho*

Em maio fará dez anos que a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada. No mês seguinte, ela completa seu sexagésimo-quinto aniversário. Segunda maior mineradora do mundo (a maior é a anglo-australiana bhp Billiton), a empresa anunciou que gastará até o fim do ano mais de 400 milhões de reais na preservação do meio ambiente. É quatro vezes mais do que desembolsou em 2004 em projetos ecológicos. O investimento reforça sua imagem de companhia “verde”, estratégia importante para ganhar pontos num mercado internacional cada vez mais sensível às questões ambientais.

Paradoxalmente, a Vale é também a mineradora campeã em multas do Ibama, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Desde a privatização, levou 56 autos de infração, no

valor de 37 milhões de reais. A mineradora não reconhece a maioria deles. Defende-se com recursos ao órgão e a outras instâncias do Ministério do Meio Ambiente. No ano passado, as multas chegaram a 2,9 milhões de reais. Apenas 217 mil foram pagos.

“A Vale deveria ser a nossa melhor parceira, mas ela nos trata na base do chute”, diz o engenheiro florestal Edivaldo Pereira da Silva, gerente executivo do Ibama em Marabá, no Pará, estado onde se concentra o grosso das multas. A companhia tem uma avaliação oposta. “Nossa parceria institucional com o Ibama é excelente”, garante o economista Maurício José Lima Reis, diretor de gestão ambiental da Vale. “Isso não significa que não haja acidentes.”

Nos escalões superiores do Ibama, a avaliação da Vale, ainda que negativa, não é tão crítica. O diretor de licenciamento ambiental, Luiz Felipe Kunz Jr., confirma que a empresa desrespeita com frequência a legislação, mas frisa que esse comportamento não destoa do de outras grandes mineradoras. E ressalva que nunca houve interrupção do diálogo entre a companhia e o Instituto — apesar da repetitiva seqüência de autuações e recursos.

No ano passado, o Ibama multou a Vale catorze vezes, acusando-a de consumo de carvão proveniente de floresta nativa, de provocar incêndios em áreas de preservação ambiental, de destruir florestas permanentes e de manter em funcionamento serviços potencialmente poluidores. O auto de infração mais salgado — de 2 milhões de reais — foi lavrado em julho, por operação irregular e de risco nos postos de combustível das minas de ferro de Carajás, no município de Parauapebas.

As notas técnicas e os relatórios de vistoria do Ibama relacionam quinze infrações em meia dúzia de postos. Os problemas vão de rompimento de bacias de contenção a vazamentos contínuos em válvulas e tubos. Como se trata de postos nas imediações de linhas férreas de trânsito intenso, as infrações foram consideradas particularmente perigosas, pois as faíscas, conforme diz um relatório, aumentavam “o risco de incêndio/explosão”. Os postos têm outras deficiências: fissuras em pisos, infiltração em muretas, falta de manutenção nas linhas, juntas e registros das bombas, indícios de contaminação e até “insuficiência de materiais de combate a incêndio, como extintores”.

Além da multa de 2 milhões de reais (da qual está apelando), a Vale sofreu uma punição inédita em Carajás: o embargo do posto de abastecimento do pátio de manobras dos trens. Durante os últimos sete dias de julho passado, ele foi simplesmente proibido de funcionar. Se a sanção fosse contra o setor aéreo, durante uma semana nenhum avião programado para Guarulhos poderia abastecer nas bombas disponíveis no aeroporto.

Suspensão o embargo, houve nova fiscalização no mês seguinte, agosto. A nota técnica resultante concluiu que, “diante do quadro alarmante” e do “perigo iminente de incêndio/explosão”, o embargo deveria voltar. Não voltou porque a direção do Ibama não quis. Só em outubro, depois que a Vale tomou providências, outra nota técnica suspendeu formalmente a proibição.

“O certo, em termos de segurança, era ter feito outro embargo e aplicado outra multa — agora seria de 50 milhões de reais —, mas o pessoal de Brasília fez uma avaliação diferente”, diz o engenheiro Pereira da Silva, o homem do Ibama em Marabá. Ele acha que “a Vale do Rio Doce, arrogante como ela só, ignora o Ibama” da região. A maior prova, segundo ele, é a reação da Companhia à multa da mina do Sossego, em Canaã dos Carajás.

Trata-se de uma multa, até hoje não paga, de 2 milhões de reais, aplicada em maio de 2004 por causa de danos na Floresta Nacional de Carajás, onde a empresa lançou rejeitos que deveriam ter sido confinados a lagos artificiais. Maurício Reis, diretor da Vale, admite



que “aconteceu realmente um acidente na operação inicial e a Vale imediatamente acatou a multa”. Acatou, mas não pagou. Nem os 2 milhões, nem o que foi acertado, na Justiça Federal, para a conversão dessa dívida: a construção de dois centros de triagem de animais silvestres que seriam operados pelo Ibama. Reis atribui o não-pagamento “à burocracia do Ibama”.

O Instituto discorda. De acordo com o diretor Luiz Felipe Kunz Jr., para quitar o que deve, a Vale teria simplesmente de assinar um termo de conversão da multa. “Mas com isso eles se tornariam réus confessos em relação ao dano causado, o que não é bom para a imagem de uma empresa preocupada com o meio ambiente.” Maurício Reis afirma que a empresa cometeu “uma besteira” na mina do Sossego. E se diz tão interessado quanto o Ibama em resolver logo a pendência: “Mas entra a vírgula daqui, a vírgula dali, o advogado de lá, o advogado de cá e não se consegue fazer a coisa”.

Em dezembro, o Ibama mandou um ofício à Vale informando que a inscreveria no Cadim, o cadastro dos créditos não quitados, e partiria para a execução fiscal. Deu quinze dias para a empresa se pronunciar. O prazo venceu em 14 de janeiro. A Vale respondeu uma semana depois. Disse que tem interesse em pagar a multa, mas solicitou que o Ibama agendasse mais uma reunião.

Por conta da mesma multa, a empresa responde ainda a duas ações públicas do Ministério Público Federal: uma civil, na qual se pede uma indenização de 10 milhões de reais, e outra criminal, já aceita pelo juiz destacado para o caso.

As protelações continuadas se explicam pela lentidão geológica da Justiça. No caso de multas ambientais superiores a 50 mil reais, a legislação prevê recurso a quatro instâncias administrativas: ao superintendente do órgão que multou, ao presidente do Ibama, ao ministro do Meio Ambiente e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Sem contar que, depois de tudo isso, a empresa ainda poderá apelar a todas as instâncias judiciárias. A possibilidade de tantos recursos, como diz Kunz, faz com que “as empresas demorem muito a sentir no bolso a responsabilidade pelo dano causado”.

A estratégia ambígua da Vale de investir no meio ambiente e paralelamente recorrer das multas não é uma invenção da administração privada. A maior das estatais, a Petrobras, também é uma das maiores infratoras das leis ambientais do país. Além do mais, desde a privatização o investimento da empresa na área se multiplicou, assim como a cobrança dos órgãos ambientais. Entre 1979 e 1989, por exemplo, no período anterior à privatização, a Mineração Rio do Norte, ligada à Vale, provocou um dos maiores desastres ambientais da Amazônia: despejou 24 milhões de toneladas de rejeitos da lavagem de bauxita no lago Batata, no Pará. Não houve multa, nem ação do Ministério Público.

**Vale omite seus crimes contra o meio ambiente** – Luiz Marklouf Carvalho – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2008

Matéria publicada há um ano pela revista Piauí fala sobre as dezenas de infrações ambientais cometidas pela Vale. A maior parte das multas autuadas contra a empresa, referem-se a sua atuação no estado do Pará. O texto aponta que dentre as infrações cometidas estão o uso de carvão proveniente de floresta nativa, incêndios em áreas de preservação ambiental, destruição de florestas permanentes e manutenção de serviços potencialmente poluidores. Atividades ligadas a sua malha férrea também já apresentaram

graves irregularidades. A companhia acumula até hoje multas não pagas mas se utiliza de subterfúgios para não ter de assumir a culpa dos crimes cometidos.

Leia, a seguir a matéria na íntegra, publicada em março de 2007

### **A VALE É VERDE?** *Por Luiz Maklouf Carvalho*

Em maio fará dez anos que a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada. No mês seguinte, ela completa seu sexagésimo-quinto aniversário. Segunda maior mineradora do mundo (a maior é a anglo-australiana bhp Billiton), a empresa anunciou que gastará até o fim do ano mais de 400 milhões de reais na preservação do meio ambiente. É quatro vezes mais do que desembolsou em 2004 em projetos ecológicos. O investimento reforça sua imagem de companhia “verde”, estratégia importante para ganhar pontos num mercado internacional cada vez mais sensível às questões ambientais.

Paradoxalmente, a Vale é também a mineradora campeã em multas do Ibama, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Desde a privatização, levou 56 autos de infração, no valor de 37 milhões de reais. A mineradora não reconhece a maioria deles. Defende-se com recursos ao órgão e a outras instâncias do Ministério do Meio Ambiente. No ano passado, as multas chegaram a 2,9 milhões de reais. Apenas 217 mil foram pagos. “A Vale deveria ser a nossa melhor parceira, mas ela nos trata na base do chute”, diz o engenheiro florestal Edivaldo Pereira da Silva, gerente executivo do Ibama em Marabá, no Pará, estado onde se concentra o grosso das multas. A companhia tem uma avaliação oposta. “Nossa parceria institucional com o Ibama é excelente”, garante o economista Maurício José Lima Reis, diretor de gestão ambiental da Vale. “Isso não significa que não haja acidentes.”

Nos escalões superiores do Ibama, a avaliação da Vale, ainda que negativa, não é tão crítica. O diretor de licenciamento ambiental, Luiz Felipe Kunz Jr., confirma que a empresa desrespeita com frequência a legislação, mas frisa que esse comportamento não destoa do de outras grandes mineradoras. E ressalva que nunca houve interrupção do diálogo entre a companhia e o Instituto — apesar da repetitiva seqüência de autuações e recursos.

No ano passado, o Ibama multou a Vale catorze vezes, acusando-a de consumo de carvão proveniente de floresta nativa, de provocar incêndios em áreas de preservação ambiental, de destruir florestas permanentes e de manter em funcionamento serviços potencialmente poluidores. O auto de infração mais salgado — de 2 milhões de reais — foi lavrado em julho, por operação irregular e de risco nos postos de combustível das minas de ferro de Carajás, no município de Parauapebas.

As notas técnicas e os relatórios de vistoria do Ibama relacionam quinze infrações em meia dúzia de postos. Os problemas vão de rompimento de bacias de contenção a vazamentos contínuos em válvulas e tubos. Como se trata de postos nas imediações de linhas férreas de trânsito intenso, as infrações foram consideradas particularmente perigosas, pois as faíscas, conforme diz um relatório, aumentavam “o risco de incêndio/explosão”. Os postos têm outras deficiências: fissuras em pisos, infiltração em muretas, falta de manutenção nas linhas, juntas e registros das bombas, indícios de contaminação e até “insuficiência de materiais de combate a incêndio, como extintores”.

Além da multa de 2 milhões de reais (da qual está apelando), a Vale sofreu uma punição inédita em Carajás: o embargo do posto de abastecimento do pátio de manobras dos trens. Durante os últimos sete dias de julho passado, ele foi simplesmente proibido de funcionar. Se a sanção fosse contra o setor aéreo, durante uma semana nenhum avião programado para Guarulhos poderia abastecer nas bombas disponíveis no aeroporto.

Suspenso o embargo, houve nova fiscalização no mês seguinte, agosto. A nota técnica resultante concluiu que, “diante do quadro alarmante” e do “perigo iminente de incêndio/explosão”, o embargo deveria voltar. Não voltou porque a direção do Ibama não quis. Só em outubro, depois que a Vale tomou providências, outra nota técnica suspendeu formalmente a proibição.

“O certo, em termos de segurança, era ter feito outro embargo e aplicado outra multa — agora seria de 50 milhões de reais —, mas o pessoal de Brasília fez uma avaliação diferente”, diz o engenheiro Pereira da Silva, o homem do Ibama em Marabá. Ele acha que “a Vale do Rio Doce, arrogante como ela só, ignora o Ibama” da região. A maior prova, segundo ele, é a reação da Companhia à multa da mina do Sossego, em Canaã dos Carajás.

Trata-se de uma multa, até hoje não paga, de 2 milhões de reais, aplicada em maio de 2004 por causa de danos na Floresta Nacional de Carajás, onde a empresa lançou rejeitos que deveriam ter sido confinados a lagos artificiais. Maurício Reis, diretor da Vale, admite que “aconteceu realmente um acidente na operação inicial e a Vale imediatamente acatou a multa”. Acatou, mas não pagou. Nem os 2 milhões, nem o que foi acertado, na Justiça Federal, para a conversão dessa dívida: a construção de dois centros de triagem de animais silvestres que seriam operados pelo Ibama. Reis atribui o não-pagamento “à burocracia do Ibama”. O Instituto discorda. De acordo com o diretor Luiz Felipe Kunz Jr., para quitar o que deve, a Vale teria simplesmente de assinar um termo de conversão da multa. “Mas com isso eles se tornariam réus confessos em relação ao dano causado, o que não é bom para a imagem de uma empresa preocupada com o meio ambiente.” Maurício Reis afirma que a empresa cometeu “uma besteira” na mina do Sossego. E se diz tão interessado quanto o Ibama em resolver logo a pendência: “Mas entra a vírgula daqui, a vírgula dali, o advogado de lá, o advogado de cá e não se consegue fazer a coisa”.

Em dezembro, o Ibama mandou um ofício à Vale informando que a inscreveria no Cadim, o cadastro dos créditos não quitados, e partiria para a execução fiscal. Deu quinze dias para a empresa se pronunciar. O prazo venceu em 14 de janeiro. A Vale respondeu uma semana depois. Disse que tem interesse em pagar a multa, mas solicitou que o Ibama agendasse mais uma reunião.

Por conta da mesma multa, a empresa responde ainda a duas ações públicas do Ministério Público Federal: uma civil, na qual se pede uma indenização de 10 milhões de reais, e outra criminal, já aceita pelo juiz destacado para o caso.

As protelações continuadas se explicam pela lentidão geológica da Justiça. No caso de multas ambientais superiores a 50 mil reais, a legislação prevê recurso a quatro instâncias administrativas: ao superintendente do órgão que multou, ao presidente do Ibama, ao ministro do Meio Ambiente e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Sem contar que, depois de tudo isso, a empresa ainda poderá apelar a todas as instâncias judiciárias. A possibilidade de tantos recursos, como diz Kunz, faz com que “as empresas demorem muito a sentir no bolso a responsabilidade pelo dano causado”.

A estratégia ambígua da Vale de investir no meio ambiente e paralelamente recorrer das multas não é uma invenção da administração privada. A maior das estatais, a Petrobras, também é uma das maiores infratoras das leis ambientais do país. Além do mais, desde a privatização o investimento da empresa na área se multiplicou, assim como a cobrança dos órgãos ambientais. Entre 1979 e 1989, por exemplo, no período anterior à privatização, a Mineração Rio do Norte, ligada à Vale, provocou um dos maiores desastres ambientais da Amazônia: despejou 24 milhões de toneladas de rejeitos da lavagem de bauxita no lago Batata, no Pará. Não houve multa, nem ação do Ministério Público.

## **Territórios da Cidadania no território da discórdia** - Arilson Favareto – Valor Econômico – Opinião - 20/03/2008

Depois do Bolsa Família e do Programa de Aceleração do Crescimento, é a vez de um novo programa do governo federal despertar polêmicas e polarizações absurdas, o Territórios da Cidadania. Discórdias cuja expressão mais visível foi a recente troca de farpas entre os presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal. Em resumo, o novo programa prevê investimentos na casa dos 11 bilhões de reais, através de 16 ministérios, materializados em um pacote de 127 ações. Tudo isso com o objetivo de reduzir a pobreza nas regiões interioranas do Brasil. Para uns, trata-se de uma inovação nunca antes vista na história desse país. Para outros, mais uma manobra visando apenas angariar votos em ano eleitoral.

Esse clima de derby futebolístico não é como a jabuticaba, um privilégio brasileiro. Também na França ou nos EUA é comum que os formadores de opinião dividam-se em querelas absurdas, que costumam mais esconder do que iluminar as contradições que são inerentes a qualquer política pública. Para fugir das simplificações é preciso evitar o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamava de amnésia da gênese, e lembrar porque a idéia de território alcança o repertório dos planejadores de políticas.

Como mostra o excelente livro de Rogério Hasbaert - "O Mito da desterritorialização" (Ed. Bertrand Brasil, 2005) - a idéia de território é muito antiga, e já era usada na botânica e na biologia, quase dois séculos atrás. Ela é posteriormente incorporada às ciências humanas através da Geografia. E alcança finalmente o terreno do planejamento e das políticas públicas no último quarto do século passado. Um marco fundamental dessa transição foi o estudo de Arnaldo Bagnasco - *Tre Italie, la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Ali, ele demonstrava que as regiões que conseguiam vencer os efeitos negativos da reestruturação industrial não eram, nem o sul do país, de base agrícola, nem tampouco o norte fortemente industrializado, e sim a região que ficaria internacionalmente conhecida como Terceira Itália. E isso não era obra de qualquer política pública ou programa governamental, e sim de uma forma de articulação muito peculiar que tinha dois pilares fundamentais: a diversificação da estrutura produtiva local, sem um privilégio nítido a um dos setores econômicos isoladamente (agricultura, indústria ou serviços), e uma desconcentração dessa mesma base produtiva, o que a tornava mais flexível a adaptações necessárias às mudanças exteriores. Daí a ênfase no conjunto do território, e não em um setor ou segmento social, como a unidade a ser tomada em conta no planejamento do desenvolvimento.

Ora, direis, o Brasil não é a Itália. É verdade. Por isso organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, ou importantes projetos de pesquisa como o Dora Project (sigla em inglês para "Projeto Dinâmicas das Áreas Rurais"), procuraram entender quais eram as razões que respondiam pelo dinamismo de regiões interioranas em países europeus, mas também naqueles situados na esfera transitória, entre os mais pobres e os mais ricos do mundo. Atualmente, o Rimisp - Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural, está iniciando a segunda fase de um amplo estudo especificamente voltado aos países da América Latina. Algo, portanto, mais próximo da realidade brasileira.

---

**Dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica deve ser superada para incorporação da abordagem territorial**

---

Três são as principais conclusões a que já se chegou até o momento. Primeiro, corroborando Bagnasco, desconcentração e diversificação importam. As regiões que dependem excessivamente da agricultura sofrem mais com a queda nos empregos derivada da crescente mecanização das lavouras, ou com a perda de importância relativa das rendas agrícolas. Segundo, é preciso que se promovam inovações nas formas de articulação externa desses territórios, de maneira a captar rendas dos centros mais dinâmicos, e que essas rendas sejam reinvestidas no território, substituindo as importações que eles realizam. Isso permite diminuir a dependência econômica e a fragilidade de sua base produtiva. Terceiro, isso não acontece ao acaso. É necessário promover a organização do conjunto das forças sociais locais, e não somente dos mais pobres, em torno de um projeto de futuro que seja capaz de alavancar as duas proposições anteriores, superando no médio prazo a necessidade de pesados e eternos investimentos governamentais.

As políticas públicas deveriam servir para facilitar que estas três lições fossem apreendidas pelas regiões interioranas; e que, por aí, elas pudessem encontrar de maneira mais rápida o caminho da dinamização econômica com redução da pobreza e das desigualdades sociais. Mas no Brasil isso vem ocorrendo de maneira muito lenta e incompleta. Houve um início com as avaliações do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no final da década passada, e o reconhecimento de que políticas setoriais não são o bastante para promover o desenvolvimento dessas regiões. Logo depois, avançou-se um pouco mais com a criação de uma secretaria com esse fim, mas que ficou confinada a um ministério setorial e periférico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E agora, mais um tímido passo é dado com a perspectiva de integração de ações interministeriais. Porém, os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos. Não mais que isso.

Sob esse prisma, vê-se que o programa Territórios da Cidadania é mais uma inovação parcial. Para uma incorporação a contento da chamada abordagem territorial, tal como ensina a experiência internacional, seria preciso no mínimo superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica. Obras de infra-estrutura e políticas sociais ou focalizadas são condições básicas, mas estão longe de ser o bastante para isso. Como explicar, por exemplo, a ausência, no âmbito do programa, dos ministérios do Turismo, da Indústria e Comércio ou da Ciência e Tecnologia? Seria possível promover o desenvolvimento regional sem ações que estão na alçada destes ministérios?

O erro dos críticos mais ácidos do Territórios da Cidadania é não reconhecer que a integração de políticas é um dos princípios mais elementares do planejamento governamental. Algo que evita a pulverização de esforços e que já deveria ocorrer há muito tempo. O erro dos entusiastas é achar que o programa representa uma inovação sem precedentes e consistente o bastante para aquilo a que se propõe. Enquanto isso, o mais importante dilema permanece sem solução e, pior, sem portadores sociais capazes de equacioná-lo: como não confinar as regiões interioranas ao eterno delivery de políticas públicas? Este é, ou deveria ser ao menos, o verdadeiro pomo da discórdia.

**Arilson Favareto é sociólogo e professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Autor do livro "Paradigmas do desenvolvimento rural em questão", (Ed.Iglu/Fapesp).**

**Até o fim do ano, clima a passo lento** - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2008

Que vai acontecer em Bangcoc a partir do dia 31, em mais uma etapa de negociações da Convenção do Clima? Dificilmente haverá decisões substanciais, por dois motivos: 1) O prazo de negociação para um novo acordo, a vigorar em 2013, após o Protocolo de Kyoto, vai até o fim deste ano - e os governos não costumam fazer antes da última hora as necessárias concessões; e 2) qualquer avanço dependerá fundamentalmente da posição dos EUA - e esta inevitavelmente estará condicionada pela do presidente a ser eleito no fim do ano.

O atual governo dos EUA é, no mínimo, contraditório. Ao mesmo tempo que insiste na possibilidade de reduzir com novas tecnologias as emissões norte-americanas de gases que intensificam o efeito estufa, toma decisões na direção oposta. Um balanço divulgado há poucos dias pela Casa Branca afirma que até 2022 os carros norte-americanos terão de conseguir trafegar 35 milhas (56 quilômetros) com um galão (3,755 litros) de combustível; lâmpadas incandescentes serão banidas até 2014; o governo federal reduzirá seu consumo de energia em 30% até 2015; todos os edifícios federais deixarão de responder por emissões de carbono até 2030; o país até 2022 produzirá 36 bilhões de galões de combustível renovável (6,4 bilhões em 2007); está aplicando US\$ 12 bilhões em energias alternativas, o que levou a eólica a responder por 20% da nova energia no país no ano passado e a solar a dobrar sua produção em sete anos; está investindo US\$ 1,2 bilhão em pesquisas com o hidrogênio combustível. Mas na tecnologia em que mais pareciam apostar, há uma contradição: o governo não mais investirá no maior projeto de seqüestro e sepultamento de carbono, em Mattoon, Illinois, no qual investiria US\$ 1,3 bilhão. Esse recuo parece estar sendo acompanhado na área privada, pois uma das maiores empresas petrolíferas cancelou seu projeto de sepultar carbono no Mar do Norte (New Scientist, 9/2). Mas os setores envolvidos em negociações internacionais entendem que as oscilações estão mais relacionadas com os altíssimos custos dessa tecnologia, embora também haja incertezas científicas.

Quando as negociações da convenção chegarem ao momento decisivo, em dezembro, já terá sido eleito o novo presidente norte-americano. Que fará ele? John McCain tem prometido implementar um sistema de comércio de emissões capaz de, até 2050, reduzir as de dióxido de carbono nos EUA em até 60% (sobre os níveis de 1990) - mas não compareceu à votação de um projeto que exigiria 15% de energias renováveis até 2020, e a proposta foi derrotada por um voto. Na campanha, tem sido mais moderado do que era nesse tema, ao que parece para não perder votos dos conservadores. Tanto Hillary Clinton como Barack Obama têm dito achar possível reduzir emissões em 80% até 2050. Ambos os postulantes pelo Partido Democrata dizem que em dez anos destinarão US\$ 150 bilhões a tecnologias limpas, dobrarão os investimentos em pesquisas, comprometem-se a ter 25% de energias renováveis em 2025, a exigir mais eficiência e menos emissões dos veículos.

A Europa continua à frente, mais assustada, talvez, com alguns fenômenos climáticos e com a advertências de um relatório da União Européia (UE) de que vão intensificar-se as migrações para seu território de pessoas expulsas da África e do Oriente

Médio pelas secas e inundações. Seja como for, a UE tentará adiantar as negociações até Bangcoc. Em sua última reunião, este mês, a proposta central foi de, até 2020, reduzir as emissões em 20% sobre os níveis de 1990, com metas obrigatórias, chegar a 20% de energias renováveis nas matrizes energéticas e 10% de biocombustíveis no consumo total de veículos. A UE quer também reduzir a ênfase no comércio de emissões entre países e no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Enquanto as decisões não vêm, alguns fazem contas. O renomado Lester Brown acha que com US\$ 190 milhões ao ano - um terço do gasto militar anual dos EUA, pouco mais de 15% do gasto mundial nessa área - seria possível trabalhar em projetos e tecnologias que reduzam as emissões de carbono em 80% até 2020. Mas quem pagará? E se ninguém pagar, Brasil, China, Índia e Rússia, juntos, até 2030 emitirão mais que o conjunto de países industrializados.

A ênfase dos chamados países emergentes, inclusive do Brasil, tem-se centrado exatamente neste ponto: o que se entende por transferência de tecnologia para mitigar mudanças climáticas, de que tanto se fala? Quem concederá financiamentos para ações concretas nessa área e a que custo? Na última reunião de 20 países no Japão, a Agência Internacional de Energia fez uma apresentação sobre as tecnologias disponíveis para conter as emissões em 450 partes por milhão (estamos com 379) até 2050. Ou em 550 partes, o que se considera mais provável. E o problema esbarra aí: quem pagará?

Já há, entretanto, mudanças na discussão, por causa da premência do tempo disponível. E também uma pressão para que as discussões não se limitem ao que fazer depois de 2012, quando se encerra o prazo do Protocolo de Kyoto. É preciso definir o que fazer já.

O Brasil pretende lançar uma consulta pública sobre a política nacional para mudanças do clima, que está sendo discutida por uma comissão interministerial e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Não se espera que o documento defina metas para redução de emissões. Mas não é impossível que elas venham no plano nacional - embora ainda haja oposição em algumas áreas.

Esse é o quadro de dúvidas, incertezas, esperanças. Nele, os mais assustados avançam por onde podem. Vinte cidades francesas, por exemplo, adotaram veículos puxados por cavalos na coleta de lixo, na limpeza pública e no transporte escolar. Não falta quem diga que o cocô dos cavalos emite mais gases do que se economiza com os combustíveis. Mas eles não se importam. Seguem em frente.

**Washington Novaes é jornalista**

E-mail: [wlrnovaes@uol.com.br](mailto:wlrnovaes@uol.com.br)

**O mundo inveja nossas florestas** - Luiz Cornacchioni – Folha de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2008

De acordo com estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite sobre a evolução das florestas mundiais constata-se que mais de 75% das florestas primárias já desapareceram e, com exceção de parte das Américas, fica evidente que todos os outros continentes desmataram, e muito. Dos 64 milhões de km<sup>2</sup> de florestas existentes antes da expansão demográfica e tecnológica dos humanos, restam menos de 15,5 milhões km<sup>2</sup>, cerca de 24%.

Há cerca de 8 mil anos, o Brasil possuía 9,8% das florestas mundiais. Hoje, o nosso país detém 28,3%. O estudo indica que, apesar do desmatamento dos últimos 30 anos, o Brasil é um dos países que mais mantiveram sua cobertura florestal. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%; a Ásia, 5,6%; a América Central, 9,7%; e a Europa - o pior caso do mundo -, apenas 0,3%. Com invejáveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande autoridade para tratar desse tema ante as críticas dos campeões do desmatamento mundial. Há que ter também responsabilidade para reavivar, por meio de políticas e práticas duradouras, a eficácia das medidas históricas de gestão e exploração que garantiram a manutenção das florestas primárias brasileiras.

Para que o Brasil mantenha essa liderança e ainda melhore esse indicador, as florestas devem ser mantidas, e para isso elas são chamadas pela legislação brasileira de Unidades de Conservação, fazendo parte do sistema brasileiro de proteção ao meio ambiente e controladas pelo órgão federal Ibama. Entre os principais objetivos buscados por essa política estão:

a contribuição para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

a proteção das espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

a recuperação ou restauro de ecossistemas degradados; e

a valorização, econômica e social, da diversidade biológica.

Embasado na maioria desses objetivos há o Projeto Corredores da Mata Atlântica que tem como princípio recuperar e religar os fragmentos de floresta a fim de evitar a perda de riquezas naturais insubstituíveis. A melhor descrição para esse projeto seria uma “colcha de retalhos de áreas ambientalmente sustentáveis que integra parques, reservas públicas ou privadas, terras indígenas, áreas de cultivo e pastagem, centros urbanos e atividades industriais”.

Outro programa a ser destacado é o Programa de Restauração de Matas Naturais, que envolve os biomas mata atlântica e cerrado e tem como objetivos: restaurar o



ecossistema original, promover o fluxo gênico, promover harmonia do mosaico eucalipto e áreas naturais, além de estabelecer corredores ecológicos.

Tendo esses objetivos atingidos esses programas comemoram seu sucesso. Porém outro benefício não menos importante é conquistado com o enriquecimento desses biomas. Trata-se da remoção do gás carbônico da atmosfera terrestre pelo processo da fotossíntese das espécies vegetais, evitando, assim, a degradação da camada de ozônio e, conseqüentemente, o aquecimento global.

Sendo assim, as empresas deveriam se comprometer não só a reduzir a emissão de gases poluentes, como também a preservar áreas florestais degradadas como uma forma de “compensar” a poluição lançada na atmosfera. Neste sentido, há um grupo de empresas de diversos continentes (The Forest Dialogue) que tem por objetivo construir uma visão comum entre o setor produtivo e os ambientalistas para a promoção de ações efetivas em prol da conservação da biodiversidade associadas às operações de produção florestal.

Portanto, discutir florestas e desmatamento aqui no Brasil é tema da maior importância, uma vez que gera reflexos para todos os negócios e para todas as pessoas, pode gerar expressiva contribuição em termos financeiros em total sintonia com os mais rígidos princípios de sustentabilidade e tem a capacidade de contribuir para uma melhora da qualidade do ar que respiramos. O Brasil deve reafirmar sua posição diferenciada e única no mundo pela quantidade e pela diversidade de sua mata nativa e não deve permitir que desmatamentos inseqüentes e vinculados com uma visão de curto prazo sigam ocorrendo.

**\*Luiz Cornacchioni, engenheiro florestal, especialista em manejo, é gerente de Comunicação Corporativa da Suzano Papel e Celulose - Rogério L. F. Werneck, excepcionalmente, não escreve seu artigo hoje**

**PF acha madeira escondida em milharal no Pará** - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 21/03/2008

BELÉM (PA). A Polícia Federal descobriu centenas de toras de madeira nobre enterradas sob uma plantação de milho às margens da rodovia PA-150, em Tailândia, município do nordeste paraense, a 235 quilômetros de Belém, por onde começou a operação Arco de Fogo. Os agentes da PF e os fiscais do Ibama encontraram uma grande clareira em meio à gigantesca plantação de milho. Ao escavarem o solo da parte desmatada do milharal, encontraram toras de maçaranduba, ipê e angelim, entre outras madeiras nobres, supostamente enterradas por madeireiros da região.

— Ações como essa, de enterrar madeira no milharal para tentar enganar a fiscalização, não vão nos intimidar — afirmou o delegado Raimundo Freitas, da PF.

Com o apoio de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, a PF está escavando o milharal em busca das toras escondidas pelos madeireiros. Semana passada,

fiscais do Ibama e da secretaria haviam descoberto centenas de toras enterradas em montanhas de serragem no pátio da serraria Santo André, interditada e desmontada pelo Ibama por atuar sem licença ambiental e sem comprovar a origem da madeira estocada.

Em 20 dias, os homens do Ibama, da PF e da Força Nacional de Segurança já inspecionaram 40 estabelecimentos, entre madeireiras, carvoarias e propriedades de pessoas físicas. Desses, 39 foram multados e 23 tiveram suas empresas embargadas por problemas na documentação ou por não comprovar a origem de estoques de madeira e carvão vegetal. Foram apreendidos 16,4 mil metros cúbicos de madeira, mais de mil metros de carvão produzido sem licença ambiental e 23 motosserras.

**Siderúrgicas do PA usaram madeira ilegal** – Fábio Guibu e Mtheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008

**Órgãos ambientais vêem irregularidades em quantidade de carvão vegetal declarada por quatro grandes companhias - Volume de carvão vegetal informado é incompatível com o que seria necessário para produzir ferro-gusa declarado, afirma Ibama**

Grandes siderúrgicas do Pará foram um dos destinos do carvão produzido com madeira extraída ilegalmente na Amazônia, de acordo com autuações feitas a partir de 2005.

É o que afirmam o Ibama, a Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e o Ministério Público Federal, com base em números obtidos pelos órgãos ambientais sobre o uso de carvão no pólo siderúrgico de Marabá (836 km de Belém).

Em ações movidas desde setembro de 2007 contra quatro empresas instaladas na cidade, o Ibama apontou que o volume de carvão vegetal declarado pelas companhias era incompatível com a demanda energética necessária para produzir a quantidade de ferro-gusa (liga metálica usada na produção de aço) informada por elas.

Nas contas do órgão ambiental, a cada tonelada de ferro são consumidos cerca de dois metros cúbicos de carvão vegetal.

A Cosipar (Companhia Siderúrgica do Pará), por exemplo, informou que, entre 2000 e fevereiro de 2007, produziu 2,2 milhões de toneladas de ferro-gusa e declarou ter usado 1,7 milhão de metros cúbicos de carvão. Segundo o Ibama, para tal quantidade de ferro seriam necessários 4,4 milhões de metros cúbicos de carvão.

O Ibama diz ter constatado "incompatibilidades" também em outras três empresas de Marabá: Simara Marabá, Siderúrgica Ibérica e Usimar.

A Cosipar foi embargada em 2007 após o Ibama constatar que a empresa operava sem licença ambiental. A companhia, que em seguida voltou a operar, diz que o governo estadual demorou a liberar o documento.

Para suspender as ações, além de pagar uma multa de R\$ 65 milhões, a Cosipar assinou, em janeiro, um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) aceitando plantar mudas de espécies nativas em uma área de 32 mil hectares.

Para o procurador Marco Mazzoni, do Ministério Público Federal em Marabá, há na região um problema "interligado, como uma bola de neve".

"As siderúrgicas demandam muita energia. A fonte é o carvão, que produz desmatamento e cuja atividade, muitas vezes, é vinculada a trabalho escravo." Mazzoni afirma que não há investigação por parte da Procuradoria que mostre que as siderúrgicas utilizam madeira extraída ilegalmente de locais como Tailândia (PA), onde forças federais foram deslocadas para trabalhar na apreensão de madeiras junto aos fiscais de órgãos ambientais.

Segundo a prefeitura, desde que o município foi fundado, em 10 de maio de 1988, ele perdeu 70% de sua cobertura vegetal -o que leva a crer que a madeira apreendida na cidade tenha origem em outros locais.

Existem hoje 17 procedimentos investigativos abertos pelo Ministério Público Federal no Pará para apurar o possível envolvimento de siderúrgicas em crimes ambientais e de submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Segundo o superintendente do Ibama no Pará, Aníbal Picanço, desde o ano passado a fiscalização feita pelo órgão e pela Sema passou a ser mais rigorosa com as siderúrgicas. Para poder operar, as empresas hoje devem declarar a quantidade de carvão vegetal que utilizarão a cada mês.

Juntas, dez siderúrgicas de Marabá declararam à Sema, em janeiro, que possuíam 211.170 metros cúbicos de carvão. Informaram que a origem seriam empresas do Maranhão e de Pernambuco, que, segundo a Sema, estão suspensas. "Ou as siderúrgicas se enquadram ou fecham", diz Picanço.

### **Sindicato diz que siderúrgica não desmatou – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008**

O Sindiferpa (Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará) afirmou que o aumento das áreas devastadas no Estado apontado pelo governo federal não tem relação com as siderúrgicas.

Segundo o sindicato, a produção de ferro no Estado caiu no período em que foi constatado o aumento da devastação. Os números, porém, não foram informados. O sindicato argumenta que a base energética do pólo de Marabá é composta basicamente de carvão vegetal oriundo de resíduos de serrarias instaladas na região, resíduos de projetos de manejo florestal sustentado e de eucalipto das florestas plantadas, além de carvão feito da casca do coco de babaçu. "As dez siderúrgicas do pólo de Marabá já possuem mais de 60 mil hectares de reflorestamento. A meta é em 2015 ultrapassar 200 mil hectares plantados", diz o sindicato. A Cosipar afirma que chegou a recorrer das decisões do Ibama por contestar os cálculos feitos pelo órgão sobre a demanda energética da empresa.

"Desde 2003, usamos outras alternativas além do carvão vegetal, como a biomassa e o carvão obtido em nossas próprias reservas. Para ter certeza de que compramos carvão com origem legal, hoje só temos pessoas jurídicas como fornecedoras. Antes tínhamos 143 fornecedoras e hoje temos 28, o que torna mais fácil o controle."

A empresa diz esperar que, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta com o Ibama para plantar árvores nativas em 32 mil hectares, seja retomado o fornecimento de minério de ferro pela Vale, suspenso desde outubro de 2007, com o argumento de que a Cosipar não se adequava às leis ambientais.

### **Assentamento do Incra é origem de parte da madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008**

Parte da madeira ilegal extraída no Pará tem origem em assentamentos rurais criados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nos últimos três anos. A afirmação é do Ministério Público Federal no Estado, que aponta que, em pelo menos 25 municípios do oeste do Pará, há 107 assentamentos irregulares. Segundo o órgão, a área destinada pelo Incra em Santarém a projetos sem licença ambiental é de cerca de 56 mil km<sup>2</sup> -maior que o Estado do Rio.

A suspeita é que muitos desses projetos foram criados por interesses de madeireiras. As denúncias feitas pela Procuradoria levaram a Justiça Federal a determinar, em fevereiro, o bloqueio dos bens e a quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos de nove pessoas acusadas de responsabilidade no caso, entre elas o ex-superintendente do Incra em Santarém, Pedro de Santana. A Justiça determinou ainda a suspensão dos R\$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos. As investigações apontam que esses projetos de reforma agrária se localizam em áreas de mata virgem. O Incra disse, por meio de sua assessoria, que não iria se pronunciar.

**Sem-tora desmatam áreas no Pará a serviço de madeireira, diz secretaria** – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008

A extração ilegal de madeira no Pará e a omissão do poder público em relação à atividade nos últimos anos possibilitaram o surgimento de grupos de posseiros, conhecidos como sem-tora, especializados em invadir terras e desmatar a serviço de madeireiras no Estado.

Os sem-tora, assim chamados porque nunca ficam com a madeira extraída, se passam por membros de movimentos de trabalhadores rurais sem terra e invadem áreas de florestas intactas com o objetivo de fornecer matéria-prima para as madeireiras. Estas, segundo a Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), financiam a estrutura da ação - fornecendo equipamentos como motosserras e caminhões.

Após devastar a área, muitas vezes os sem-tora atuam como grileiros, vendendo as terras degradadas pela ação.

"Há casos em que eles invadem territórios com até 300 homens. São desempregados pagos pelas madeireiras e que contam com logística cara", diz o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega.

Em Tailândia (218 km de Belém), onde, em fevereiro, houve conflito entre população e fiscais de órgãos ambientais por causa da apreensão de madeira, uma área está invadida por sem-tora desde janeiro de 2007. A propriedade, de 2.500 hectares, pertence a Armando Zurita Leão, professor da UFPA (Universidade Federal do Pará). Ele diz ter sido expulso da área e que um empregado foi ameaçado e teve a casa incendiada por invasores. "Tínhamos uma área nativa com mais de 10 mil árvores. Nunca derrubamos nada. Eles chegaram e começaram a devastar", disse o proprietário.

Já no município de Breu Branco (376 km ao sul de Belém), sem-tora promoveram dez invasões à fazenda Reflorestamento Água Azul 2, da empresa Globe Metais. A área possui 11,2 mil hectares - a última invasão, que contou com cerca de 50 pessoas, terminou no final de 2007.

Durante as invasões, a empresa afirma ter registrado 70 boletins de ocorrência, que resultaram em três inquéritos policiais.

De acordo com a Globe, cerca de 30 mil metros cúbicos de madeira em tora foram cortados ilegalmente no local, dos quais 20 mil foram roubados em 40 dias - o que encheria 40 caminhões de toras por dia.

Segundo o subcomandante da PM em Tailândia, Robson Martins de Oliveira, ações de sem-tora se tornaram comuns por conta da degradação das áreas florestais no Estado. "Muitos desses invasores se tornam grileiros. É difícil identificá-los e reprimir as ações, porque estão em áreas grandes, dispersos e misturados com outros movimentos", afirmou. **(FG E MP)**

**Tailândia perde milhares de postos de trabalho** - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 22/03/2008

BELÉM. O Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Ministério do Trabalho e do Emprego, já registrou 4.400 pedidos de seguredesemprego no município de Tailândia, no nordeste do Pará, a 235 quilômetros da capital. A cidade é palco, há mais de 20 dias, da operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, de combate aos desmatamentos na Amazônia.

O Sine confirma a situação de caos social em Tailândia, onde pelo menos oito mil pessoas perderam seus empregos — incluindo os informais — na indústria madeireira e nas carvoarias por causa da operação do Ibama, Polícia Federal, Secretaria de Meio Ambiente e Força Nacional de Segurança.

Apenas de empregos formais, com carteira de trabalho assinada, Tailândia pode perder em apenas dois meses mais de 5 mil postos de trabalho.

Para tentar amenizar o problema, o prefeito de Tailândia, Paulo Jasper, o Macarrão, criou frentes de emergência no município contratando 600 desempregados pelas madeiras e carvoarias, pagando um salário mínimo mensal, para trabalhar na limpeza da cidade e no combate à dengue.

Para empregar o maior número possível de trabalhadores desempregados, o prefeito Paulo Jasper determinou que a cada 30 dias um novo grupo de 600 pessoas seja contratado, revezando-se com outro grupo de 600 pessoas, 30 dias depois.

O objetivo é que 1.800 pessoas ganhem um salário mínimo de R\$ 415, sem descontos.

**A propina que move areais** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 22/03/2008

Uma investigação da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente revelou a rotina criminosa de uma das atividades mais lesivas à natureza quando não são respeitados os limites de sua exploração. Ela envolveu 17 areais da Reta do Piranema, nos municípios de Seropédica e Itaguaí, na Bacia do Guandu, que abastece 80% do Grande Rio. Em todos os casos, peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) e da Feema constataram contaminação do lençol freático por óleo mineral e esgoto não tratado.

Em pelo menos um dos casos, o do Areal Gilpatric, o crime extrapolou a esfera ambiental.

A anotação “prefeitura 500”, registrada na contabilidade da empresa, chamou a atenção do delegado Luiz Marcelo Xavier, titular da Delegacia de Meio Ambiente. Em seu depoimento, Reginaldo Lúcio Gonzales, administrador e filho de um dos proprietários do areal, disse que “face aos entraves burocráticos de emissão de documentação por parte da prefeitura de Seropédica, alguns funcionários solicitaram tal quantia para acelerar o procedimento de emissão da documentação”.

— Há pelo menos um caso confesso de corrupção. Agora vamos apurar quem seriam os fiscais envolvidos — afirma o delegado Luiz Marcelo.

Todas as empresas estão respondendo por crimes previstos nos artigos 54 (causar poluição que possa resultar em danos à saúde) e 55 (executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem licença) da Lei de Crimes Ambientais.

— Um dos problemas é que os laudos são complexos e demorados, contribuindo para a prescrição do crime — sustenta Luiz Marcelo.

Entre os processos sobre extração ilegal de recursos minerais julgados ano passado, na Justiça Estadual, 18% tiveram como desfecho a prescrição.

### **TACs não são cumpridos**

Em seu relatório, Luiz Marcelo denuncia ainda a manipulação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) pelos acusados: “Os areais vêm funcionando de forma criminosa, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e não cumprindo os Termos de Ajustamento de Conduta, que, ao que tudo indica, servem somente para, seguidamente, dar falsa legalidade à atividade de extração mineral”, assinala um trecho do relatório.

Os laudos revelaram que a exploração provocou a formação de lagos artificiais, com exposição do lençol freático, corte indevido do terreno com inclinação acima do permitido (a lei estabelece 45 graus, mas havia cortes de até 90 graus) e supressão de vegetação, com conseqüente assoreamento.

— Esses areais ilegais afetam diretamente o sistema Guandu — diz a presidente da Superintendência

Estadual de Rios e Lagoas (Serla), Marilene Ramos. — Eles provocam aumento da turbidez da água e assoreamento. Além disso, os infratores fazem o jateamento das margens, o que causa desbarrancamento e altera o perfil dos rios.

A Constituição federal estabelece que os recursos minerais são bens da União e que é dever de todas as esferas protegê-los.

Apesar de ser a dona da atividade, a União foi ignorada por pelo menos dez areais, cujas licenças do Departamento Nacional de Produção Mineral estavam vencidas. Duas das 17 empresas investigadas não tinham sequer licença de operação.

Cerca de dez por cento de todos os processos julgados ano passado na Justiça estadual, com base na Lei de Crimes Ambientais, foram motivados por extração ilegal de recursos minerais, sendo o quarto crime mais freqüente no estado, depois dos delitos contra a fauna.

A pena prevista é de seis meses a um ano de detenção e multa.

Mas, em muitos casos, os processos são extintos mediante acordo na Justiça. Foi o que aconteceu, em janeiro de 2006, com o caminhoneiro José Miguel Tisse de Souza, acusado de extração ilegal de recursos minerais em Campos, no Norte Fluminense. Ele se livrou do processo comprometendo-se a confeccionar 600 cartilhas educativas.

No dia 5 de março, a Delegacia de Meio Ambiente interditou novamente os 17 areais sob investigação em Seropédica e Itaguaí. Eles só poderão voltar a funcionar quando apresentarem à Justiça um plano de recuperação dos danos causados ao meio ambiente. Durante a blitz, cerca de 30 pessoas foram indiciadas por poluição e extração ilegal de areia.

Na última quarta-feira, proprietários e funcionários dos areais fizeram um protesto contra a interdição. A manifestação seguiu a mesma linha de desrespeito à lei. Eles despejaram seis toneladas de areia na ponte sobre o Rio Guandu e na Reta do Piranema, que liga Seropédica a Itaguaí, bloqueando as vias. A confusão deu um nó no trânsito, provocando engarrafamento de cinco quilômetros nos dois sentidos da BR-465 (antiga Rio-São Paulo). A prefeitura de Seropédica teve de usar três escavadeiras para limpar as pistas.

**A fantasia das multas ambientais** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marquiere e Tulio Brandão – O Globo – O RIO – 23/03/2008

Notícia de jornal em 2 de abril de 2003: por lançar 1,2 bilhão de litros de resíduos tóxicos nos rios Pomba e Paraíba do Sul, deixando cerca de 500 mil pessoas sem água, a Indústria de Papel Cataguazes foi multada pelo Ibama em R\$ 50 milhões, máximo previsto na Lei de Crimes Ambientais. Notícia de jornal hoje, passados cinco anos: a multa ainda não foi paga.

O caso Cataguazes expõe a fantasia das infrações ambientais.

Um levantamento inédito feito pelo GLOBO revela que, nos dez anos da lei, menos de 1% do valor total de multas administrativas aplicadas pelos órgãos ambientais estaduais foi pago. Mesmo quando elas caem na dívida ativa, com cobrança judicial, o percentual se mantém baixo: 12%. No Ibama, a situação é parecida: a União recebeu, desde 1998, apenas 10% das multas emitidas no período. O percentual inclui os R\$ 35 milhões pagos pela Petrobras devido ao vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000 — a única infração neste valor quitada sem recurso na história do órgão.

Sem esse pagamento, a fatia paga cairia para 2,5%.

O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, já imaginava encontrar o valor ínfimo — a Feema e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) só conseguiram arrecadar R\$ 1,8 milhão dos R\$ 197 milhões cobrados:

— É um horror. O estado multa, mas, se ninguém pagar, nada acontece. O infrator tem muitos recursos e a Procuradoria sofre para agilizar ações.

Muitas vezes as constatações do técnico eram malfeitas, às vezes até com dolo. O cara fazia de um jeito que provocava a anulação da multa.

No Ibama, o superintendente regional Rogério Rocco surpreendeu-se com a estatística: de um total R\$ 438 milhões, foram arrecadados apenas R\$ 46 milhões.

Uma das causas para o problema, para ele, são os erros técnicos no momento da autuação da infração. No caso Cataguazes, o primeiro órgão a emitir a multa de R\$ 50 milhões foi o Batalhão Florestal.

— Só pode haver autuação para esse crime com um laudo técnico. Os policiais autuaram sem o documento.

A multa teve que ser reaplicada três anos mais tarde — explica.

A inadimplência é ainda mais alta porque, muitas vezes, há indícios de uso da multa como moeda de troca. Em 2004, um funcionário da prefeitura de Angra multou em apenas R\$ 47 Antonio Moira, proprietário de um conjunto de nove casas, na Ilha do Algodão, que avançava sobre a areia da praia, o costão rochoso e a Mata Atlântica. Um técnico do Ibama — preso mais tarde na Operação Cartas Marcadas — aplicou nova multa de R\$ 30 mil.

Dias depois, anulou-a sob o argumento de que já existia a da prefeitura. O novo chefe do Ibama na região, José Augusto Morelli, prometeu emitir multa de R\$ 1 milhão. O órgão também pretende pedir a demolição das casas.

As agressões, às vezes, demoram para virar multa. Em Búzios, o proprietário de uma casa na Praia da Ferradura cortou o costão rochoso, colocou um tapete de grama e instalou um pequeno guindaste para içar barcos, além de uma escadinha de alumínio à beiramar.

A Feema prometeu autuar o infrator nesta semana.

A prescrição é outra aliada da inadimplência. O Ibama reconhece a existência de multas administrativas aplicadas há mais de dez anos que ainda estão sendo analisadas.



Segundo o advogado Rogério Zouein, especialista em direito ambiental, um processo administrativo prescreve em três anos, sem movimento, ou em cinco anos sem um primeiro julgamento: — Com a morosidade dos órgãos sucateados, as multas não assustam ninguém. A punição dos poluidores, sobretudo os grandes, é uma farsa.

#### **Depois da multa, barco é liberado**

Na Costa Verde, região que concentra o maior número de multas relacionadas à pesca (30), fiscais do Ibama autuaram três barcos atuneiros, em fevereiro, na Baía da Ilha Grande.

Cada um dos três proprietários foi multado em R\$ 150 mil por pescar sardinhas em período de defeso, em lugar proibido e de tamanho inferior ao permitido.

As toneladas de sardinhas, que estavam em porões alagados, tiveram que ser devolvidas ao mar. Os agentes emitiram ordens de apreensão para os barcos mas, por falta de lugar para guardá-los, os mantiveram sob a guarda de seus donos — algo como deixar a raposa dentro do galinheiro.

— A rigor, os barcos não deveriam ser usados, mas não temos como controlá-los — admite Morelli.

**Dano ambiental** - Antonio P. Mendonça – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/03/2008

No mundo moderno, um dos maiores riscos que ameaçam a atividade empresarial é o dano ambiental. O prejuízo causado ao meio ambiente por ação ou omissão de responsabilidade de uma determinada empresa.

Para dar uma vaga dimensão da ordem de grandeza atingida por este tipo de dano, uma das maiores indenizações de seguros jamais pagas na história é a relacionada com os danos ambientais causados pelo naufrágio do navio Exxon Valdez, alguns anos atrás na costa do Alasca.

Até agora já foram pagos perto de US\$ 20 bilhões e o assunto ainda não está encerrado. Se a usina nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética, fosse segurada, ou a União Soviética viesse a se responsabilizar pelos danos decorrentes do vazamento de radiação, as indenizações teriam ultrapassado em muito a casa dos US\$ 100 bilhões. O acidente em Bhopal, na Índia, onde um tipo de gás altamente tóxico vazou das instalações de uma empresa norte-americana, matando milhares de pessoas e animais, além de atingir quase US\$ 300 milhões em indenizações, praticamente decretou o fim da companhia, engolida por uma concorrente pouco tempo depois, em função da percepção do mercado de que a apólice de responsabilidade civil havia sido mal contratada.

Estes três exemplos são um pequeno retrato do complexo universo das relações legais decorrentes de danos ambientais causados por empresas em geral. De se notar que o acidente do Alasca causou apenas danos ao meio ambiente e à flora e fauna da região, não havendo vítimas humanas.

Com base na experiência internacional, o Brasil trata do assunto em várias regulamentações, dos mais diversos níveis, que vão da imposição de multas e penalidades aos causadores deste tipo de dano até a obrigatoriedade da contratação de apólices de seguros. Exemplo típico é a norma que impõe a obrigatoriedade da contratação de seguro específico para o transporte de cargas perigosas. Por conta dela, é o proprietário da carga quem deve contratar o seguro.

Para quem acha que estes eventos são ficção, ou só acontecem com os outros, vale lembrar o acidente com um caminhão que transportava um gás inofensivo, mas com forte cheiro, usado justamente para alertar sobre vazamentos de gases tóxicos inodoros. O ar de São Paulo ficou praticamente irrespirável em várias regiões da cidade. E se em vez de um gás inofensivo o caminhão transportasse um produto equivalente ao de Bhopal? Para a configuração de um sinistro que cause danos ao meio ambiente não é necessária a morte de nenhuma pessoa. Que o diga a ruptura, e o vazamento de seu conteúdo para as águas de um rio próximo, de um reservatório de uma fábrica em Minas Gerais, há um ano e pouco.

Os danos ao meio ambiente podem acontecer de duas formas distintas. A primeira e a mais visível é o acidente súbito e imprevisto, no qual uma determinada quantidade de produto poluente atinge o meio ambiente. São eventos decorrentes de explosões de tanques, rupturas de barragens, acidentes com caminhões, embarcações ou aeronaves, etc. A segunda pode ser mais cruel. É o vazamento contínuo e gradual que, ao longo do tempo, por passar despercebido, pode causar danos incalculáveis.

O Brasil já identificou uma série de áreas onde a poluição gradual contaminou o solo com produtos tóxicos com imenso potencial de causar danos ao ser humano. O Estado de São Paulo, por sua condição de pólo industrial, abriga várias delas, tanto na capital, como no interior.

As apólices de responsabilidade civil estabelecimentos industriais e/ou comerciais, também chamadas de seguros de responsabilidade civil operações, cobrem os danos decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista causados ao meio ambiente em função da existência ou funcionamento da empresa. Todavia, elas excluem expressamente os danos decorrentes de poluição gradual, do vazamento lento e contínuo de substância tóxica no meio ambiente. Para estes riscos é necessária a contratação de uma apólice específica. *\*Antonio Pentead Mendonça é advogado e consultor, professor do Curso de Especialização em Seguros da FIA/FEA-USP e comentarista da Rádio Eldorado. E-mail: advocacia@penteadomendonca.com.br*

**O Lado B de Búzios** - Daniel Engelbrecht, Elenilce Bottari, Paulo Marqueiro e Tulio Brandão – O Globo – Rio – 24/03/2008

Poderia ser o “B” de Búzios, de balneário ou o BB de sua musa, Brigitte Bardot. Mas, hoje, a letra serve para representar o lado obscuro da cidade, que se mostra em línguas de esgoto nas praias, desmatamento da valiosa vegetação, construções irregulares e um assustador lixão com a presença de menores. O avanço do

progresso, aliado à insuficiente atuação do poder público, transformou o município num cenário perfeito para a impunidade ambiental.

No auge do verão, as praias dos Ossos e de Geribá — duas pérolas da cidade — estavam manchadas por línguas negras que saíam da rede de água da chuva. Dos canos, jorrava esgoto.

Segundo o Ministério Público estadual, o problema é provocado por ligações clandestinas nas galerias pluviais. A prefeitura realizou obras que não surtiram efeito no local.

— Isso piora ano a ano. Chega a formar uma piscina de esgoto.

O estranho é que todos sabem, mas ninguém faz nada — diz a moradora de Geribá Ângela Albrecht. O MP entrou com ação civil pública contra a prefeitura para exigir a fiscalização das ligações clandestinas.

Para o secretário municipal de Governo, Nani Mancini, o problema ocorre em Geribá por causa dos condomínios — que a prefeitura deveria fiscalizar. Nos Ossos, Mancini atribui a língua negra à elevatória de esgoto — administrada pela concessionária Prolagos — que parou de funcionar depois das chuvas. Mas, diz ele, a empresa já providenciou o reparo.

Mês passado, a poluição atormentava Valdair Isidro, supervisor da Pousada Corsário Búzios, em frente aos Ossos, e que não lança esgoto no mar: — O café da manhã é na piscina, perto da praia. Imagine comer e sentir esse cheiro.

Ninguém saiu da pousada por isso, mas já deixou de entrar.

A poluição tem um custo alto para o hotel.

A vegetação, rara estepe arbórea aberta com mais de 20 espécies de orquídeas endêmicas (só encontradas na área) e um cacto único no mundo, conhecido como cabeça-branca (*Pilosocereus ulei*), vem sendo dizimada.

A construção civil tem desrespeitado recorrentemente os limites ambientais. O agente regional da Feema Carlos Alberto Muniz reconhece o problema, diante de clarão aberto na mata de um morro no Caminho da Ferradurinha: — Já notifiquei o proprietário.

Onde a gente enxerga vegetação, o construtor vê apenas mato. A cidade tem um alto índice de ilegalidade.

Estamos lutando contra isso.

O impulso da indústria imobiliária é tão agressivo que avança até sobre o costão rochoso. Na Praia da

Ferradura, há pelo menos sete casas construídas sobre a pedra, num flagrante crime ambiental. De barco, o presidente da colônia de pescadores de Búzios, Amarildo de Sá Silva, o Chita, aponta uma pousada, que fechou uma servidão usada há décadas por pescadores: — O MP determinou que o acesso fosse liberado, mas é uma dificuldade passar.

A mesma pousada construiu sobre o costão e instalou uma escada de alumínio à beira d'água.

O empresário Néelson Eduardo Xavier, dono do empreendimento, foi multado ano passado em R\$ 100 mil pela Feema: — O laudo constatou que há, no máximo, 40cm de construção sobre o costão rochoso.

É muito pouco, algo desprezível — argumentou Nelson.

Apesar de toda a pressão sobre o meio ambiente, foi a única multa aplicada em 2007 pelo órgão estadual.

Muniz justificou: — Entrei ano passado, tive de reestruturar todo o escritório.

Na verdade, fizemos sete autos de constatação em 2007, só não tivemos tempo de enviar todos para a Ceca (Comissão Estadual de Controle Ambiental, que emite a multa).

Muniz corre atrás do tempo perdido. Semanas atrás, conseguiu derrubar uma casa em construção no topo do Morro do Pai Vitória, perto da Praia Rasa. Conseguiu autorização para demolição, pediu que o secretário do Ambiente, Carlos Minc, participasse da operação e botou a obra abaixo, com a sensação de dever cumprido.

Mas, durante visitas ao local, foi intimidado por um homem que dizia estar armado.

Decidiu, diante da iminência de contrariar interesses de poderosos e de ver a cidade se transformar num faroeste, tirar a família de Búzios.

#### **Do desmatamento ao uso sustentável** - Antônio Márcio Buainaim e Bastiaan P. Reydon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008

O debate sobre o desmatamento da Amazônia e as intervenções do Estado tem sido marcado pelo voluntarismo e visões ideológicas que turvam uma realidade por si só demasiadamente complexa. Não parece haver dúvida sobre a aceleração recente do desmatamento e sobre a necessidade de pelo menos reduzir o ritmo enquanto se criam alternativas de desenvolvimento para a região.

O atual processo de desmatamento da Amazônia não é novo e reproduz, em escala ampliada, a tradicional forma de expansão da fronteira agrícola: ocupação de terras virgens (privadas ou públicas), extração de parte da madeira de lei, desmatamento, criação bovina e agricultura. Inútil tentar criminalizar uma ou outra categoria: do processo participam grandes e pequenos produtores, ricos e pobres, pecuaristas, madeireiros, agricultores e mineradores apoiados pela ação e omissão do Estado e instituições em geral. As atividades que acionam o desmatamento têm raízes locais e nacionais, são relevantes para a economia regional e cumprem múltiplos papéis, da sobrevivência física de milhares de pessoas à geração de renda e legitimação da ocupação de terras com potencial de valorização.

Trata-se, no momento, de um movimento que se auto-reproduz: a simples expectativa de que a fronteira continuará se expandindo é suficiente para estimular a ocupação de novas terras, que se valorizam à medida que vão sendo apropriadas privadamente e incorporadas à produção. Paradoxalmente, o desmatamento, que desvaloriza o patrimônio natural, é instrumento de apropriação privada de bem público e de valorização imediata do preço da terra: trata-se, portanto, de um bom negócio ocupar terras quase sem custo, desmatá-las e repassá-las adiante após alguns anos de “uso” para legitimar a posse. Há que se ter em conta que a especulação com terras é intrínseca às economias de

mercado e é inversamente proporcional à capacidade do Estado de regular os mercados. Como no Brasil a pressão para a ocupação de terras é grande e a capacidade de regulação é mínima, prevalece o incentivo da especulação.

O desmatamento que ocorre prioritariamente em terras devolutas ou públicas só poderá ser coibido quando o Estado assumir, de fato, o papel de regulador da propriedade instituído pela Lei de Terras de 1850 e nunca cumprido. Esta regulação requer o cadastramento de todas as terras, indispensável para viabilizar o apossamento das terras devolutas e para controlar o uso das terras públicas e privadas. Sem cadastro continuará valendo a lei do faroeste, e quem tem a posse física da área tem o “direito” de usufruto e de venda.

Para as terras privadas se têm privilegiado as políticas de comando e controle, isto é, proibições e limitações que demandam fiscalização que o Estado não logra exercer. O Código Florestal de 1965 estabeleceu a obrigatoriedade de manter 50% da área das propriedades na Amazônia na forma de florestas naturais. Em 2001 essa reserva legal foi elevada para 80%, aumentando o custo privado de manter a floresta sem nenhum incentivo, a não ser a ameaça de punição. Como sem o cadastramento, estrutura e instrumentos legais adequados é impossível fiscalizar e fazer valer a legislação vigente, a nova regra só faz estimular o desmatamento para criar o fato consumado e a corrupção. O desafio é superar as políticas de comando e controle e encontrar mecanismos que gerem ganhos para o meio ambiente e para os proprietários (win-win), reduzindo o peso de proibições que não são passíveis de serem cumpridas.

A principal demanda dos proprietários de terras é o estabelecimento de regras claras e estáveis para reserva legal, sejam 50% ou 80%, associadas à possibilidade de flexibilizar a localização das reservas dentro de um território delimitado. Neste caso, um proprietário poderia adquirir uma área de reserva fora de sua propriedade, o que poderia criar valor econômico para a “produção” de florestas. Isso poderia ser utilizado como mecanismo de financiamento e preservação das reservas públicas (parques, Resex e outros): os proprietários poderiam “adquirir” lotes nas reservas e considerá-los como parte de sua reserva legal.

Desenvolvimento exige comando e controle críveis e, principalmente, incentivos. A Amazônia não pode ser tratada como santuário, e um certo grau de desmatamento é inevitável. O alarmante hoje não é o desmatamento, mas a fragilidade do Estado para lidar com o tema.

*\*Antônio Márcio Buainain (buainain@eco.unicamp.br ) e Bastiaan Reydon (basrey@eco.unicamp.br), professores do Instituto de Economia da Unicamp, são pesquisadores do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA-Unicamp)*

**Empresas superestimam captura de CO<sub>2</sub>, diz estudo** – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2008

**Cálculo sugere que é preciso plantar o dobro de árvores por tonelada de carbono - Conta foi feita para espécies da mata atlântica e pode ajudar a subsidiar projetos de neutralização, que não têm metodologia comum**

Novos dados de campo contabilizados por uma equipe do IF (Instituto Florestal) de São Paulo lançam mais peso sobre a desequilibrada balança dos processos de neutralização de carbono. O novo estudo diz que, para seqüestrar uma tonelada de carbono da atmosfera num prazo de 20 anos na mata atlântica, são necessárias 9,7 árvores em média - 137% mais que o que é comumente usado pelas empresas que já prestam esse serviço no Brasil.

"É fundamental olhar para o tipo de espécie utilizada [nesses plantios]", afirma à Folha o engenheiro florestal Antônio Carlos Galvão de Melo, da Floresta Estadual de Assis, no interior paulista. O projeto de pesquisa faz parte das atividades do Programa de Recuperação de Matas Ciliares da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e conta com a participação da Universidade Federal do Paraná.

Há três tipos de árvores que podem ser usadas na neutralização: as espécies de crescimento lento (como a peroba, a aroeira ou o pau-marfim), de crescimento médio (como a canafístula) e as de crescimento rápido, ou pioneiras (como o angico ou o peito-de-pombo).

Pelos cálculos de Melo, a diferença de absorção de carbono entre esses três grupos é muito grande. Essa divergência está na base da diversidade de valores vista hoje no mercado de neutralização de carbono: por falta de uma metodologia unificada, ela tende a ser ignorada pelas empresas que prestam esse tipo de serviço.

Dependendo da empresa que faz o projeto, o número de árvores para fixar uma tonelada de carbono varia de 1,6 (Brasil Flora) a 6,2 (conforme a conta da Iniciativa Verde).

Num hipotético plantio para neutralizar 100 toneladas de carbono em 20 anos, feito apenas com espécies rápidas, seriam necessárias 311 árvores pelas contas do IF, ou 3.450 plantas de crescimento médio.

No caso das lentas, o projeto de neutralização precisaria plantar e cuidar durante duas décadas de 9.700 mudas.

Outro problema é saber quanto uma árvore (seja qual for o seu tipo) efetivamente contém de carbono. "Os consultores dos projetos de neutralização costumam trabalhar com um teor de carbono equivalente a 50% da biomassa das árvores", explica Melo. O trabalho do IF agora detectou que essa quantidade, segundo um teor médio, é de 41%.

**Medidas** - Para chegar aos números finais de absorção de carbono, foram abatidas 120 árvores, com idades entre 5 e 36 anos e diâmetro do tronco entre 5 e 57 cm. Todos os

espécimes foram retirados de áreas de reflorestamento heterogêneas, localizadas no médio vale do Paranapanema, em São Paulo.

Toda a biomassa e o carbono das folhas, dos ramos, dos troncos e também das quase sempre esquecidas raízes das plantas foram contabilizados.

O objetivo do grupo de pesquisa, com essa medição, é montar equações que vão permitir quantificar o carbono fixado em qualquer árvore utilizando apenas três variáveis: o diâmetro do tronco, a altura e também a idade da planta.

**Base científica** - A ONG SOS Mata Atlântica, que faz projetos de neutralização de carbono para terceiros, desde o ano passado também está preocupada com a metodologia de suas ações. Por isso, depois de calcular a necessidade de 1,7 árvore por tonelada (relação usada nos primeiros trabalhos), a ONG hoje usa 3,3 árvores como base.

"Nós estamos nos baseando em estudos feitos pela Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz)", diz Aduino Basílio, diretor de Capacitação de Recursos da ONG.

A pesquisa, de acordo com Basílio, avaliou o comportamento de 50 espécies, metade de ritmo mais lento e metade de crescimento mais rápido. "Acaba sendo uma média, e nós trabalhamos com um intervalo de 20 anos", diz.

De acordo com Melo, do IF, os resultados obtidos no vale do Paranapanema permitem que seja possível estimar o ritmo de fixação de carbono e, a partir disso, qual será o prazo para que determinada meta de neutralização seja obtida. "É muito estranho que um evento ou empreendimento que emitiu gases-estufa em poucos dias ou meses tenha como objetivo neutralizar as emissões em 20 anos só." (**EDUARDO GERAQUE**)

**Acordo do clima japão quer 2005 como ano de referência no pós-kyoto** – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2008

O Japão defendeu ontem que 2005 seja o ano de referência no próximo acordo global para reduzir emissões dos gases-estufa. Hoje, as metas de cada país no Protocolo de Kyoto - vigente até 2012- são medidas em relação à quantidade de CO2 que este emitia em 1990. O vice-ministro da Economia Takao Kitabata disse que mover a data seria "justo" com o Japão, que investira em eficiência energética na década de 1980.

## **CANCELADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/03/2008**

**Brasília – (25.3.2008)** – Foi cancelada, nesta terça-feira (25), a audiência pública conjunta que seria realizada no Senado Federal, amanhã (26), pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes e do Meio Ambiente, Marina Silva participariam da audiência. *(Da redação)*

## **Crimes da Monsanto são revelados em livro – Carta Capital – Veiculado pelo Sítio Eletrônico do MST – 25/03/2008**

A Monsanto produz 90% dos transgênicos plantados no mundo e é líder no mercado de sementes. Tal hegemonia coloca a multinacional norte-americana no centro do debate sobre os benefícios e os riscos do uso de grãos geneticamente modificados. Para os defensores da manipulação dos genes, a Monsanto representa o futuro promissor da "revolução verde". Para ecologistas e movimentos sociais ligados a pequenos agricultores, a empresa é a encarnação do mal.

Esse último grupo acaba de ganhar um reforço a seus argumentos. Resultados de um trabalho de três anos de investigação da jornalista francesa Marie-Monique Robin, o livro *Le Monde Selon Monsanto* (O Mundo Segundo a Monsanto) e o documentário homônimo são um libelo contra os produtos e o lobby da multinacional.

O trabalho cataloga ações da Monsanto para divulgar estudos científicos duvidosos de apoio às suas pesquisas e produtos, a exemplo do que fez por muitos anos a indústria do tabaco, relaciona a expansão dos grãos da empresa com suicídios de agricultores na Índia, rememora casos de contaminação pelo produto químico PCB e detalha as relações políticas da companhia que permitiram a liberação do plantio de transgênicos nos Estados Unidos. Em 2007, havia mais de 100 milhões de hectares plantados com sementes geneticamente modificadas, metade nos EUA e o restante em países emergentes como a Argentina, a China e o Brasil.

Marie-Monique Robin, renomada jornalista investigativa com 25 anos de experiência, traz depoimentos inéditos de cientistas, políticos e advogados. A obra esmiúça as relações políticas da multinacional com o governo democrata de Bill Clinton (1993-2001), e com o gabinete do ex-premier britânico Tony Blair. Entre as fontes estão ex-integrantes da Food and Drug Administration (FDA), a agência responsável pela liberação de alimentos e medicamentos nos EUA.

A repórter, filha de agricultores, viajou à Grã-Bretanha, Índia, México, Paraguai, Vietnã, Noruega e Itália para fazer as entrevistas. Antes, fez um profundo levantamento na internet e baseou sua investigação em documentos on-line para evitar possíveis processos movidos pela Monsanto. A empresa não deu entrevista à jornalista, mas, há poucas semanas, durante uma apresentação em Paris de outro documentário de Robin, uma funcionária da multinacional apareceu e avisou que a companhia seguia seus passos. Detalhe: a sede da Monsanto fica em Lyon, distante 465 quilômetros da capital francesa



Procurada por CartaCapital, a Monsanto recusou-se a comentar as acusações no livro. Uma assessora sugeriu uma visita ao site da Associação Francesa de Informação Científica, onde há artigos de cientistas com críticas ao livro de Robin. A revista, devidamente autorizada pelo autor, reproduz na página 11 trechos do artigo de um desses cientistas, Marcel Kuntz, diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica de Grenoble.

Não é de hoje, mostra o livro, que herbicidas da Monsanto causam problemas ambientais e sociais. Robin narra a história de um processo movido por moradores da pequena Anniston, no Sul dos EUA, contra a multinacional, dona de uma fábrica de PCB fechada em 1971. Conhecida no Brasil como Ascarel, a substância tóxica era usada na fabricação de transformadores e entrava na composição da tinta usada na pintura dos cascos das embarcações. Aqui foi proibida em 1981.

A Monsanto, relata a repórter, sabia dos efeitos perversos do produto desde 1937. Mas manteve a fábrica em funcionamento por mais 34 anos. Em 2002, após sete anos de briga, os moradores de Anniston ganharam uma indenização de 700 milhões de dólares. Na cidade, com menos de 20 mil habitantes, foram registrados 450 casos de crianças com uma doença motora cerebral, além de dezenas de mortes provocadas pela contaminação com o PCB. Há 42 anos, a própria Monsanto realizou um estudo com a água de Anniston: os peixes morreram em três minutos cuspidando sangue.

Robin alerta que os tentáculos da Monsanto atingem até a Casa Branca. A influência remonta aos tempos da Segunda Guerra Mundial e ao período da chamada Guerra Fria. Donald Rumsfeld, ex-secretário de Defesa do governo Bush júnior, dirigiu a divisão farmacêutica da companhia. A multinacional manteve ainda uma parceria com os militares. Em 1942, o diretor Charles Thomas e a empresa ingressaram no Projeto Manhattan, que resultou na produção da bomba atômica. O executivo encerrou a carreira na presidência da Monsanto (1951-1960).

Na Guerra do Vietnã (1959-1975), a empresa fornecia o agente laranja, cujos efeitos duram até hoje. A jornalista visitou o Museu dos Horrores da Dioxina, em Ho Chi Minh (antiga Saigon), onde se podem ver os efeitos do produto sobre fetos e recém-nascidos.

Alan Gibson, vice-presidente da associação dos veteranos norte-americanos da Guerra do Vietnã, falou à autora dos efeitos do agente laranja: "Um dia, estava lavando os pés e um pedaço de osso ficou na minha mão".

Boa parte do trabalho de Robin é dedicada a narrar as pressões sofridas por pesquisadores e funcionários de órgãos públicos que decidiram denunciar os efeitos dos produtos da empresa. É o exemplo de Cate Jenkis, química da EPA, a agência ambiental dos Estados Unidos.

Em 1990, Jenkis fez um relatório sobre os efeitos da dioxina, o que lhe valeu a transferência para um posto burocrático. Graças à denúncia da pesquisadora, a lei americana mudou e passou a conceder auxílio a ex-combatentes do Vietnã. Após longa batalha judicial, Jenkis foi reintegrada ao antigo posto.

Há também o relato de Richard Burroughs, funcionário da FDA encarregado de avaliar o hormônio de crescimento bovino da Monsanto. Burroughs diz ter comprovado os efeitos nocivos do hormônio para a saúde de homens e animais e constatou que, com o gado debilitado, os pecuaristas usavam altas doses de antibióticos. Resultado: o leite acabava contaminado. Burroughs, conta a jornalista, foi demitido. Mas um estudo recente revela que a taxa de câncer no seio entre as norte-americanas com mais de 50 anos cresceu 55,3% entre 1994, ano do lançamento do hormônio nos Estados Unidos, e 2002.

Segundo Robin, a liberação das sementes transgênicas nos Estados Unidos foi resultado do forte lobby da empresa na Casa Branca, principalmente durante o governo Clinton. Uma das "coincidências": quem elaborou, na FDA, a regulamentação dos grãos geneticamente modificados foi Michael Taylor, que nos anos 90 fora um dos vice-presidentes da Monsanto..

A repórter se detém sobre o "princípio da equivalência em substância", conceito fundamental para regulamentação dos transgênicos em todo o mundo. A fórmula estabelece que os componentes dos alimentos de uma planta transgênica serão os mesmos ou similares aos encontrados nos alimentos "convencionais".

Robin encontrou-se com Dan Glickman, que foi secretário de Estado da Agricultura do governo Clinton, responsável pela autorização dos transgênicos nos EUA. Glickman confessou, em 2006, ter mudado de posição e admitiu ter sido pressionado após sugerir que as companhias realizassem testes suplementares sobre os transgênicos. As críticas vieram dos colegas da área de comércio exterior.

Houve pressões, segundo o livro, também no Reino Unido. O cientista Arpad Pusztai, funcionário do Instituto Rowett, um dos mais renomados da Grã-Bretanha, teria sido punido após divulgar resultados controversos sobre alimentos transgênicos. Em 1998, Pusztai deu uma entrevista à rede de tevê BBC. Perguntado se comeria batatas transgênicas, disparou: "Não. Como um cientista que trabalha ativamente neste setor, considero que não é justo tomar os cidadãos britânicos por cobaias". Após a entrevista, o contrato de Pusztai foi suspenso, sua equipe dissolvida, os documentos e computadores confiscados. Pusztai também foi proibido de falar com a imprensa. No artigo reproduzido à página 11, Kuntz afirma que o cientista perdeu o emprego por não apresentar resultados consistentes que embasassem as declarações à imprensa.

Pusztai afirma que só compreendeu a situação, em 1999, ao saber que assessores do governo britânico haviam ligado para a direção do instituto no dia da sua demissão. Em 2003, Robert Orsko, ex-integrante do Instituto Rowett, teria confirmado que a "Monsanto tinha ligado para Bill Clinton, que, em seguida, ligou para Tony Blair". E assim o cientista perdeu o emprego.

Nas viagens por países emergentes, Robin colheu histórias de falta de controle no plantio de transgênicos e prejuízos a pequenos agricultores. No México, na Argentina e no Brasil, plantações de soja e milho convencionais acabaram contaminadas por transgênicos, o que forçou, como no caso brasileiro, a liberação do uso das sementes da Monsanto (que fatura com os royalties).

De acordo com a jornalista, o uso da soja Roundup Ready (RR), muito utilizada no Brasil e na Argentina, acrescenta outro ganho à Monsanto, ao provocar o aumento do uso do herbicida Roundup. Na era pré-RR, a Argentina consumia 1 milhão de litros de glifosato, volume que saltou para 150 milhões em 2005. De lá para cá, a empresa suprimiu os descontos na comercialização do pesticida, aumentando seus lucros.

Um dos ícones do drama social dos transgênicos, diz o livro, é a Índia. Entre junho de 2005 (data da introdução do algodão transgênico Bt no estado indiano de Maharashtra) e dezembro de 2006, 1.280 agricultores se mataram. Um suicídio a cada oito horas. A maioria por não conseguir bancar os custos com o plantio de grãos geneticamente modificados.

Robin relata a tragédia desses agricultores, que, durante séculos, semearam seus campos e agora se vêm às voltas com a compra de sementes, adubos e pesticidas, num círculo vicioso que termina em muitos casos na ingestão de um frasco de Roundup.

A jornalista descreve ainda o que diz ser o poder da Monsanto sobre a mídia internacional. Cita, entre outros, os casos dos jornalistas norte-americanos Jane Akre e Steve Wilson, duramente sancionados por terem realizado, em 1996, um documentário sobre o hormônio do crescimento. No país da democracia, a dupla se transformou em símbolo da censura.

Os cientistas, conta o livro, são frequentemente "cooptados" pela gigante norte-americana. Entre os "vendidos" está o renomado cancerologista Richard Doll, reconhecido por trabalhos que auxiliaram no combate à indústria do tabaco. Doll faleceu em 2005. No ano seguinte, o jornal britânico The Guardian revelou que durante 20 anos o pesquisador trabalhou para a Monsanto. Sua tarefa, com remuneração diária de 1,5 mil dólares, era a de redigir artigos provando que o meio ambiente tem uma função limitada na progressão das doenças. Foi um intenso arquiteto do "mundo mágico" da Monsanto.

#### **Ações de sustentabilidade têm resultados modestos - Nilson Brandão Junior – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/03/2008**

O Brasil está mais avançado do que outros grandes países emergentes, como Índia e China, em ações ligadas ao desenvolvimento sustentável. Mas, a despeito dos esforços, os resultados concretos ainda são modestos. A análise foi feita pela gerente da área de economias emergentes da consultoria SustainAbility, Jodie Thorpe, que participa hoje, no Rio, de um evento sobre o assunto. Ela também alerta que, de forma geral, ações pouco consistentes de sustentabilidade no mundo podem vir a ser afetadas pela crise econômica internacional.

“O Brasil está na frente. Há alguns bons exemplos no País de ações que até se destacam globalmente. Algumas empresas fazem um excelente trabalho. Mas ainda se vê que a grande maioria das companhias discute esse assunto, faz relatórios, se interessa, cria departamentos, mas suas ações ainda não tiveram impacto efetivo”, diz. O evento Sustentável 2008, promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), reunirá especialistas e executivos de grupos que investem nessa área.

Na avaliação do presidente do CEBDS, Fernando Almeida, as empresas já estão fazendo bastante, mas “todo esse investimento ainda não foi suficiente para mudar a tendência”. Ele pondera que, na prática, o assunto está difundido apenas numa “certa elite” empresarial, de especialistas ou grupos ligados ao assunto. O próprio tema da sustentabilidade parece difícil de se explicar, porque envolve uma série de conhecimentos e áreas dentro das empresas.

“É sinônimo de sobrevivência. É quando você consegue ter as três dimensões de um negócio, a econômica, social e ambiental, unidas e sem atropelo de uma pela outra. Hoje, a dimensão econômica atropela as demais”, diz Almeida. Jodie comenta também que ações rotuladas como sustentáveis tendem a ser afetadas pela crise global. “Acredito que, com a alarmante crise econômica nos EUA e na Europa, veremos algumas coisas que são

apresentadas como ‘sustentabilidade’ caírem por terra. Mas as iniciativas que são realmente estratégicas irão sobreviver à crise.”

Jodie argumenta que a nova concepção já ganha espaço em países emergentes. “Empresas foram capazes de assimilar tendências globais, desde a crescente escassez de água, petróleo e outros recursos naturais até as necessidades particulares de diferentes segmentos da população, e foram capazes de criar processos e produtos inovadores como resultado”, diz ela. No Brasil, ela cita iniciativas do ABN Real, Natura e Amanco, dentre outras.

O Real criou, por exemplo, um espaço para compartilhar experiências com parceiros e o público externo, uma espécie de fórum para a troca de conhecimentos sobre o assunto. A Amanco adaptou sistemas de irrigação para pequenos produtores rurais. No caso da Aracruz Celulose, um dos objetivos traçados no plano de sustentabilidade é conservar a biodiversidade nos 154 mil hectares de reservas nativas da empresa, assim como a ampliação dessas áreas. Além disso, a empresa definiu a “busca por uma solução estável e juridicamente segura para a disputa de terras com as comunidades indígenas do Espírito Santo”, o que acabou sendo alcançado, segundo a empresa, com a assinatura de um acordo em dezembro de 2007.

#### **MP altera legislação fundiária na Amazônia** – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

Assinada ontem pelo presidente Lula, a décima medida provisória deste ano amplia de 500 hectares para até 1.500 hectares as propriedades fundiárias na Amazônia Legal passíveis de regularização sem a necessidade de licitação. A dispensa abrange áreas de até 15 módulos fiscais. De acordo com o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Roberto Kiel, a MP poderá legalizar cerca de 90% dos posseiros da região.

#### **Madeiras foram multadas em R\$ 23 milhões, diz Ibama** – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) informou ontem que aplicou R\$ 23 milhões em multas a madeiras de Tailândia (218 km de Belém) desde o início da Operação Arco de Fogo, em fevereiro. Segundo o órgão, nenhum outro município recebeu um valor tão alto de multas neste ano. A equipe já apreendeu cerca de 23 mil metros cúbicos de madeira, que serão levados a Belém e leiloados.

Foram destruídos mais de 1.170 fornos de carvão durante as ações. Ainda segundo o órgão, foram lavrados cem autos de infração, 52 termos de embargo, 74 termos de apreensão e depósito nos estabelecimentos onde foram encontradas irregularidades.

O Ibama informou ainda que vistoriou ao menos 53 estabelecimentos, entre madeiras, carvoarias e casas. Todos foram multados por alguma irregularidade. Ontem, ninguém atendeu o telefone na sede do Sindimata (Sindicato das Indústrias Madeiras de Tailândia) para comentar as ações do Ibama.

#### **Justiça suspende concessão de floresta – Sítio Eletrônico do MST – 26/03/2008**

A Justiça Federal suspendeu na última semana o processo de concessão florestal da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. A desembargadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, responsável pela suspensão, Selene de Almeida, alegou que a legislação brasileira considera a área da floresta como terra pública.

Assim, qualquer decisão referente a ela deveria passar pela avaliação do Congresso Nacional. A floresta possui cerca de 220 mil hectares e seria a primeira a ser explorada de acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada pelo Congresso Nacional em 2006. Esta lei não prevê a submissão das concessões ao Congresso Nacional. Mas, para o professor do mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, Elder de Paula, a decisão da desembargadora é legítima. Para ele, a lei aprovada em 2006 foi uma forma do governo “reduzir os entraves burocráticos e ceder as terras para exploração das madeiras”.

Porém, o professor considera que a apreciação da concessão pelo Congresso não mudará muita coisa. Ele aponta que a Lei de Gestão foi aprovada em tempo recorde em 2006, demonstrando o interesse político em manter a exploração que já ocorre na região. Aproximadamente 14 empresas, muitas delas madeiras, apresentaram propostas de gestão e exploração da Floresta do Jamari. O Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União, avaliam alternativas para recorrer da decisão judicial.

#### **BNDES se compromete a criar “cláusula socioambiental” – Agencia Carta Maior – Maurício Thuswohl - 27/03/2008**

RIO DE JANEIRO – Uma manifestação com cerca de 300 trabalhadores rurais e militantes dos movimentos sociais fluminense, mineiro e capixaba ocupou na quarta-feira (26) a entrada da sede do BNDES no Rio de Janeiro para protestar contra a política de financiamento do banco. Representantes de organizações como o MST, a Contag, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, entre outras, divulgaram durante a manifestação uma carta aberta ao BNDES, na qual criticam a concessão de dinheiro público para financiar as monoculturas da soja, da cana e do eucalipto que “contribuem para a destruição da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia”.

Uma comissão com oito representantes dos movimentos sociais foi recebida pelo diretor de Inclusão Social do BNDES, Elvio Gaspar, e pelo superintendente de Responsabilidade Social e Ambiental do banco, Ricardo Henriques. Após ouvir de seus interlocutores que diversas empresas financiadas pelo banco contribuem para a exclusão social e para a degradação do meio ambiente, os dirigentes do BNDES se comprometeram

a trabalhar para a criação de uma “cláusula socioambiental” que esteja presente em todos os contratos firmados. Essa cláusula seria feita nos moldes da Cláusula Social, criada pelo banco no ano passado para impedir o financiamento a empresas envolvidas em denúncias de racismo, preconceito de gênero, trabalho escravo e trabalho infantil.

A direção do banco se comprometeu a criar um grupo de trabalho para elaborar a “cláusula socioambiental” ainda este ano. A promessa agradou aos movimentos: “Avançamos na discussão sobre a criação de um mecanismo que impeça o financiamento a projetos ou empresas que agredam o meio ambiente. A cláusula socioambiental deverá ser usada tanto previamente quanto durante a execução dos contratos, que poderão ser interrompidos”, afirma Sérgio Ricardo de Lima, que é dirigente da Rede Alerta Contra o Deserto Verde no Rio e integrou a comissão recebida pela direção do BNDES.

Outro ponto levado ao conhecimento do BNDES foi o repúdio dos movimentos sociais ao eventual financiamento de R\$ 1 bilhão à empresa Aracruz Celulose para que esta se instale no Rio de Janeiro. A direção do banco, no entanto, afirmou que até agora nenhum pedido de financiamento feito pela Aracruz chegou ao conhecimento do Conselho de Crédito do banco: “Nós procuramos mostrar ao BNDES que, se financiar a Aracruz e os conhecidos danos sociais e ambientais trazidos pela empresa, o banco viverá uma profunda contradição entre a política socioambiental divulgada publicamente e sua prática”, conta Sérgio Ricardo.

A mobilização contra a Aracruz chegará também à Justiça. Nos próximos dias, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pela Contag, com o apoio das demais organizações, será protocolada no Tribunal Regional Federal (TRF) para tentar anular a lei, aprovada em junho do ano passado pelos deputados do Rio de Janeiro, que criou regras para facilitar a introdução da silvicultura nas regiões Norte e Noroeste do estado.

Uma nova reunião entre os representantes dos movimentos sociais e a direção do BNDES foi marcada para o dia 4 de abril. Até lá, o banco pretende consolidar algumas propostas para a construção de uma agenda de financiamento para pequenos projetos ligados à agricultura familiar, além de avançar na discussão sobre a criação da “cláusula socioambiental”.

A abertura do diálogo com o banco foi comemorada pelos movimentos: “Percebe-se uma mudança na cultura do BNDES, fato que já possibilitou a criação da Cláusula Social no ano passado. Não se muda a posição de um gigante de uma hora pra outra, mas o canal de diálogo está aberto. Nesse sentido, o resultado da manifestação foi muito positivo”, avalia Sérgio Ricardo.

**Veja as reivindicações feitas pelos movimentos sociais na carta aberta enviada ao BNDES:**

- A abertura de linha permanente de investimento do BNDES em agricultura familiar com cronograma definido, para financiamento e apoio a projetos e políticas públicas, tais como:

- Construção de agroindústrias de pequeno e médio porte sob gestão dos assentamentos e agricultores familiares organizados em associações e cooperativas de produção;

- Investimentos em pesquisa e tecnologia na área de agroecologia; e fortalecimento da assistência técnica rural de caráter público;

- Implantação de programas de fomento ao ensino rural e estruturação de escolas agrícolas agroecológicas nos principais municípios predominantemente agrícolas.

- Apoio ao cooperativismo agrícola e a implantação de empreendimentos cooperados.

- Desenvolvimento de programas de recuperação das áreas degradadas e das matas ciliares (principalmente aquelas degradadas por projetos industriais financiados pelo próprio BNDES);

- Investimentos em infra-estrutura para a produção agrícola de gêneros alimentícios saudáveis;

- Apoio à construção de micro-usinas para produção de agrocombustíveis a partir do óleo vegetal, dentro da diversidade da produção, visando à soberania energética para os agricultores;

- Financiamento de projetos e programas destinados à reconversão das terras indígenas que foram retomadas por decisão da Justiça Federal da Aracruz Celulose, em Aracruz (ES) com base em sistemas produtivos agroflorestais, do cooperativismo e da Economia Solidária;

- Realização de Auditorias socioambientais independentes (a serem realizadas por universidades e centros de pesquisa públicos, etc) em todos os empreendimentos financiados pelo BNDES, com garantia de ampla divulgação destes estudos e compromisso de reparação dos impactos provocados, bem como seu envio para tomada de providências por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (Procuradoria Geral da República);

- Exige-se que o BNDES se comprometa a realizar audiências públicas com a população dos territórios e nos municípios e regiões onde se prevê a implantação de grandes projetos privados financiados ou em via de financiamento pelo Banco.

**Floresta será mantida em troca de serviços ambientais** – Folha de São Paulo – Ciência – 28/03/2008

Um acordo entre o governo da Guiana e um fundo de capitais britânico permitirá, pela primeira vez, o pagamento pelos serviços ambientais de uma floresta em pé na Amazônia. Uma área de 405 mil hectares será mantida como uma provedora de serviços vitais, como regulação de chuvas, armazenagem de carbono e regulação do clima. O acordo foi anunciado ontem em Nova York e pode abrir o caminho para que mercados financeiros desempenhem um papel-chave na proteção das florestas tropicais do mundo. A iniciativa segue a oferta extraordinária da Guiana, feita no ano passado, de entregar todas as suas florestas a um organismo internacional em troca de auxílio financeiro ao desenvolvimento. A Guiana tem hoje 80% de suas florestas preservadas.

Hylton Murray-Philipson, diretor da empresa Canopy Capital, que fechou o acordo com a reserva de Iwokrama ("refúgio", na língua macuxi), afirmou: "Como é possível que os serviços do Google valham bilhões e os das florestas tropicais do mundo não valham nada?"

O ano passado foi crucial para as florestas tropicais, porque o mundo reconheceu que o desmatamento é a segunda maior causa de emissões de gases de efeito estufa. A Conferência do Clima de Bali concordou em incluir o desmatamento evitado como medida de mitigação do aquecimento global. "À medida que os níveis de dióxido de carbono na atmosfera crescem, as emissões passam a ter um custo cada vez mais alto e a conservação passará a ter valor real. A comunidade de investidores está começando a acordar para isso", disse Murray-Philipson.

**Presidente Lula ressalta desenvolvimento regional** – Sítio Eletrônico do MDA – 28/03/2008

A política de desenvolvimento regional desencadeada especialmente após o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, foi exaltada nesta sexta-feira (28) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao sertão alagoano. O presidente participou da solenidade de assinatura do protocolo de cooperação federativa do programa, etapa considerada decisiva para a arrancada do Territórios da Cidadania nos âmbitos estadual e municipal, além do federal.

A cerimônia ocorreu na praça central de Delmiro Gouveia e contou com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, dos ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, e da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, do governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, de prefeitos, deputados e senadores, entre eles Renan Calheiros, representando a bancada de Alagoas do Congresso Nacional, o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Orlando Cezar da Costa Castro, e do Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira.



“Precisamos cuidar de todos os brasileiros com igualdade de condições, seja do Amapá ao Rio Grande do Sul, seja de Minas Gerais a Alagoas. E o Territórios da Cidadania representa R\$ 418 milhões em Alagoas, para que a gente possa investir na agricultura familiar, na pesca, nas comunidades indígenas e quilombolas, na cidadania”, enfatizou o presidente Lula, depois de receber um presente típico da região, um chapéu de cangaceiro (o homem do campo no Sertão).

**Milhares de famílias beneficiadas** - Nos três Territórios da Cidadania que estão sendo implementados em Alagoas – Alto Sertão (na região de Delmiro Gouveia), Litoral Norte (na região de Maragogi) e Agreste (na região de Arapiraca) – há 856.322 habitantes. Deles, 421.547 habitam a zona rural. São, ao todo, 68.279 agricultores familiares, 4.371 famílias assentadas da reforma agrária, 2.491 pescadores, seis comunidades quilombolas e sete terras indígenas.

“O Territórios da Cidadania é uma escolha do presidente de destinar recursos públicos a quem mais precisa. E já está chegando aqui, no sertão. Com isto, a gente quer de uma vez por todas superar a pauta de violência e conflito agrário, quer entrar na pauta de desenvolvimento regional, geração de trabalho e renda”, destacou o ministro Cassel.

Em seu pronunciamento, o ministro também ressaltou os esforços do Governo Federal na renegociação das dívidas agrícolas. A proposta de renegociação já foi entregue ao Congresso Nacional na última terça-feira (25).

**Cooperação federativa** - O protocolo de cooperação federativa do Programa Territórios da Cidadania foi assinado pela ministra Dilma Rousseff, pelo governador Teotonio Vilela Filho, e pelos prefeitos: José Cazuzza Ferreira de Oliveira (do município de Delmiro Gouveia, representando o Território do Alto Sertão), Amaro Jorge (de Jacuípe, no Território do Litoral Norte) e José Teixeira de Oliveira (de Estrela de Alagoas, no Território do Agreste alagoano). Na cerimônia, foi implantado o Comitê Estadual de Articulação do Territórios da Cidadania.

“Agora temos o governo comprometido com a nossa realidade. É fundamental para a nossa proposta local de desenvolvimento essa questão dos Territórios da Cidadania. Nós queremos transformar Delmiro, nós queremos transformar a região”, reforçou o prefeito Cazuzza.

Também participaram da cerimônia a delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sandra Lira, e o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Gilberto Coutinho, representantes de movimentos sociais, representantes quilombolas e de comunidades indígenas.

José Correia, representante da sociedade civil no Programa Territórios da Cidadania, agradeceu pela proposta de inclusão das populações de locais com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico, afirmando: “Queremos que esta terra sirva afinal para matar a fome e a sede de nosso povo e não para virar uma monocultura”.

**Canal do Sertão** - Além do protocolo de cooperação federativa do Territórios da Cidadania, foram assinadas ordens de serviço de esgotamento sanitário, pelo ministro Geddel, pelo governador e pelo presidente da Codevasf, beneficiando os seguintes municípios: Batalha, Cacimbinhas, Canapi, Igreja Nova, Olho D'Água do Casado e Santana do Ipanema. A reitora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Ana Deyse Resende Dórea, e o professor Edvaldo Francisco do Nascimento entregaram placas de agradecimento ao presidente Lula pela instalação de um campus universitário em Delmiro Gouveia, que contará com recursos do Governo Federal.

Pela manhã, acompanhado pelos ministros, o presidente ainda visitou em Paulo Afonso, na Bahia, as obras do Canal do Sertão. Toda a região, de divisa entre Alagoas, Bahia e Pernambuco, deverá ser beneficiada pela revitalização da Bacia do Rio São Francisco

#### **BNDES garante a criação de cláusulas sócio-ambientais – Sítio Eletrônico do MST – 28/03/2008**

Na quarta-feira, dia 26/3, centenas de trabalhadores rurais e representantes de movimentos sociais protestaram na sede do BNDES contra os privilégios cedidos ao agronegócio. Estiveram presentes integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde Fluminense e de diversos Movimentos Sociais de Luta pela Reforma Agrária, como MST, Fetag, MTL e Contag, além de movimentos Quilombolas e Indígenas.

Os movimentos protestavam contra a ordem de prioridades nos financiamentos do BNDES, que vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado. O dinheiro público, por meio do BNDES, está bancando financiamentos bilionários para implementação de monoculturas predatórias de eucalipto e cana de açúcar.

Depois de manifestantes serem agredidos pela Polícia Militar, a comissão do ato conseguiu ser recebida pela direção do BNDES e garantir a criação de cláusulas sócio-ambientais para os financiamentos do banco, a não liberação de um bilhão de reais para Aracruz Celulose e a criação de um grupo de trabalho de agricultura ambiental e meio ambiente.

Os manifestantes só foram recebidos às 13h30, depois de mais de três horas em frente ao banco, pelo diretor da área social, Elvio Gaspar, e o de administração, Maurício Lemos, ambos do Conselho de Crédito (onde se define a política de financiamento), além de Ricardo Henrique, chefe de gabinete da presidência do BNDES. A comissão do movimento, com representação do MST, Contag, Fetag, Fetaeng, MTL, Rede Alerta, grupo de quilombolas e de caciques, apresentou a pauta de reivindicações. Fizeram questão de enfatizar que o banco é co-responsável, inclusive criminalmente, por tudo aquilo que financia. A favelização das cidades, subemprego, rede de prostituição, desmatamento, poluição e destruição ambiental causados por empreendimentos apoiados financeiramente pela instituição, também são de responsabilidade dela.

## **Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro? - Philippe Bonnal – Agencia Carta Maior – 31/03/2008**

É certamente a primeira vez na história rural brasileira que o Estado implementa um dispositivo tão importante visando a integração dos produtores mais pobres e a redução das diferenças sociais e produtivas no campo.

No dia 25 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa cerimônia solene no Palácio do Planalto, deu início ao Programa dos Territórios da Cidadania. O lançamento foi acompanhado pela criação quase simultânea de 60 territórios distribuídos por todo o país. Este acontecimento marcou de maneira eloqüente a determinação do governo federal de dar um forte impulso à estratégia do desenvolvimento territorial, criada em 2004 mediante a instalação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT-MDA) e a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), inscrito no plano plurianual 2004-2007.

O lançamento do novo programa constitui uma etapa suplementar na intenção de combinar crescimento econômico e reequilíbrio social e territorial, o que aos poucos vem moldando um novo paradigma do desenvolvimento que atrai cada vez mais a curiosidade de outros países.

O que é o Programa dos Territórios da Cidadania? Sua arquitetura, tal como foi apresentada no dia do lançamento, impressiona pela magnitude dos recursos alocados e pela importância das entidades administrativas participantes. Dotado de um orçamento de R\$ 11,3 bilhões, o programa pretende atingir aproximadamente mil municípios em 2008, ou seja, uma população de 2 milhões de famílias rurais, e mobilizar a competência de 19 ministérios. Para 2009, há a previsão de incrementar o número de territórios para 120, quando todos os territórios do atual PDSTR serão incorporados ao novo programa. Foram definidas 135 ações públicas, nas áreas econômica, social e de infra-estrutura.

A área econômica acentua o apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias (assistência técnica, crédito agrícola), à comercialização dos produtos agropecuários (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou mediante ações de apoio ao cooperativismo, às unidades de comercialização e à agroindústria), à produção de biodiesel (assistência técnica, capacitação, pesquisa e desenvolvimento, organização da produção, gestão do selo social) e à regularização fundiária (identificação e delimitação de terras em quilombolas, reassentamento de famílias de áreas indígenas).

Na área social, as ações concentram-se nos temas educação (ativação dos programas Proinfo, Brasil Alfabetizado e Saberes da Terra, construção de escolas), saúde (farmácias populares, atendimento reforçado às famílias), cultura (pontos de culturas, Programa Arca das Letras) e documentação das mulheres e dos trabalhadores rurais. No que diz respeito à infra-estrutura a lista também é longa: abastecimento d'água, construção de habitação em assentamentos e de estradas, elaboração de planos de desenvolvimento sustentável em assentamentos, realização de trabalho de topografia, extensão do licenciamento ambiental e, ainda, generalização da eletrificação rural.

Do ponto de vista institucional, o programa consagra um fortalecimento significativo do MDA, cujo orçamento aumentou mais de 1 bilhão de reais, encarregado da articulação entre todos os atores institucionais, assim como da coordenação geral do programa. O ministério liderará o Comitê Gestor Nacional composto pelas diferentes entidades governamentais participantes do programa; ao nível estadual, as delegacias do MDA terão as responsabilidades de coordenar os Comitês Gestores Estaduais compostos pelos representantes dos órgãos federais e dos colegiados territoriais.

Paradoxalmente, o Programa Territórios da Cidadania representa a continuidade e, ao mesmo tempo, a ruptura com respeito às políticas anteriores. Continuidade, pois dá seqüência às ações iniciadas durante o segundo mandato de FHC, cristalizadas em grandes programas sociais durante o primeiro governo de Lula (Fome Zero, Pronaf, Reforma Agrária etc.), completados, durante esse último período, por programas inovadores (Luz para Todos, Programa Um Milhão de Cisternas). Mas, de uma maneira mais direta, os Territórios da Cidadania se inscrevem como herança direta do PDSTR.

De fato, ao retomar os chamados territórios rurais, selecionados a partir de critérios de ruralidade e de densidade demográfica, recupera simultaneamente o mesmo público-alvo composto pelos agricultores e pescadores familiares, assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas e comunidades indígenas. Dessa forma, o Programa Territórios da Cidadania se apresenta como o fortalecimento dos territórios de identidade do PDSTR.

A ruptura, a nosso ver, estaria representada por diversas inflexões importantes. Em primeiro lugar, destaca-se o realismo com que foi encarada a nova estratégia de combate à pobreza rural. Muito se falou sobre a pouca eficiência do PDSTR com respeito a este objetivo, seja pela sua diluição no contexto de um objetivo mais geral de desenvolvimento de territórios de identidade, seja pelos poucos recursos financeiros e humanos disponibilizados. Com este novo programa, o combate à pobreza rural converteu-se no principal objetivo de ação, dando lugar a uma série de opções metodológicas precisas, começando pelo critério de seleção (situações com menor IDH).

O incremento significativo de verba e pessoal também contribuiu para essa mudança de postura. Não se trata somente de redistribuir os recursos precedentes, mas, de ampliar e concentrar o financiamento para situações geográficas e humanas de maior necessidade, como também de multiplicar e combinar as políticas sociais e as competências técnicas de diferentes ministérios.

Uma segunda ruptura com o PDSTR é a mudança do paradigma implícito que sustenta cada programa. O anterior se fundamentava na idéia de território de identidade, que supõe a existência de um corpo de normas (simbólicas ou não) específicas da sociedade local. Sendo assim, o programa objetivava ajudar a coletividade local na definição e implementação de ações coerentes com as normas aí estabelecidas, respondendo a objetivos compartilhados. Nesta lógica, o papel do Estado se limitava (ou devia se limitar) a uma função de arbitragem e de apoio, mediante a alocação de recursos e a prestação de serviços, notadamente na capacitação nas áreas da gestão técnica e administrativa de projetos coletivos. Obviamente, os Territórios da Cidadania possuem outra função.

Trata-se, para o Estado, de concentrar seus esforços em áreas marcadas por uma situação de pobreza rural aguda, para induzir um processo de desenvolvimento econômico e social acelerado. Sendo assim, a estratégia corresponde a um processo de territorialização das políticas públicas, que por sua vez remete a dois fenômenos bem diferentes: a desconcentração da ação pública e a descentralização do processo de governança. O primeiro corresponde à preocupação do poder público de adaptar a sua política à realidade local para atender melhor as necessidades dos cidadãos.

Em outras palavras, trata-se de estabelecer delegacias territoriais para agilizarem as políticas públicas federais e facilitarem a sua implementação. A coordenação territorial dos grandes programas federais (Bolsa Família, Pronaf, Luz para Todos etc.) responde evidentemente a esta preocupação. A função da descentralização é diferente, uma vez que ela objetiva compartilhar o processo de decisão, notadamente no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, entre o poder público central, os estaduais e municipais e os atores territoriais privados e civis.

Implementar uma descentralização implica necessariamente interferir na estrutura da repartição do poder, o que evidentemente não é uma operação anódina. A substituição do Pronaf Infra-estrutura em 2004, que era administrado pelas prefeituras municipais, pelo PDSTR, administrado pelos fóruns de desenvolvimento territorial, mostrou as tensões criadas pela emergência de uma nova forma de descentralização. Já o Programa Territórios da Cidadania envolve de maneira simultânea os processos de desconcentração e de descentralização da ação pública. O primeiro é materializado pelo poder dado às delegações estaduais do MDA na administração dessas áreas, ao passo que o segundo é evidenciado pela dupla vontade do governo federal de associar os poderes estaduais e municipais ao gerenciamento do programa e delegar parte do poder decisório a entidades da sociedade civil, no quadro do conselho de desenvolvimento territorial.

Um outro elemento de ruptura com o quadro anterior, talvez ainda mais significativo que o precedente, é o esforço notável a cargo dos gestores para introduzir um dispositivo de coordenação das políticas públicas rurais no nível local. De certo modo, esta preocupação de integração vai de encontro à estratégia de fragmentação das políticas públicas, inscrita no processo de reforma do Estado, que tomou força a partir do final dos anos 1980, não só no Brasil mas no mundo todo, sob a firme orientação de instituições internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou o Fundo Monetário Internacional.

De fato, essas instituições preconizavam que a segmentação das políticas públicas era a única via operacional para atingir objetivos precisos, limitando o papel do Estado e os custos da intervenção pública, naquilo que ficou conhecido como a focalização dos programas governamentais. Vale a pena lembrar que esta orientação rompeu com a prática das políticas integradas, em voga no período de crescimento econômico com base no modelo de substituição de importações e que procuravam atender todos os aspectos ligados a um determinado ramo de atividade.

Assim, a reintrodução da preocupação com a coerência entre as diferentes políticas públicas orientadas a uma base territorial não pode ser considerada apenas como um

fenômeno secundário. Ao contrário, pode estar anunciada aí uma evolução mais profunda do processo de elaboração das políticas públicas.

Finalmente, podemos até pensar que os Territórios da Cidadania poderiam romper com a forma histórica pela qual tem se dado a atuação do Estado no meio rural. Este processo, já experimentado com a implementação do Pronaf e demais programas de redução da pobreza no meio rural, poderia conhecer, através dessa intervenção territorializada, a expressão ampliada, já que é a primeira vez que se ataca com determinação o processo de marginalização da agricultura familiar. É certamente a primeira vez na história rural brasileira que o Estado implementa um dispositivo tão importante visando a integração dos produtores mais pobres e a redução das diferenças sociais e produtivas no campo.

Evidentemente é muito cedo para avaliarmos a profundidade da mudança do processo de desenvolvimento rural induzida pelo novo programa e sabermos se ele acarretará uma verdadeira revolução na maneira como o Estado enxerga a agricultura familiar, ou se trará apenas uma leve evolução destinada a corrigir os problemas sociais e econômicos mais flagrantes. Contudo, no momento de concluir este artigo cabe ressaltar, mais uma vez, a diferença existente entre as lógicas respectivas da territorialização da ação pública e de projetos coletivos territorializados. Consideramos que seria prejudicial para os produtores rurais e as comunidades rurais se o Programa Territórios da Cidadania se limitasse apenas ao primeiro aspecto.

*\*Philippe Bonnal é pesquisador do CIRAD e pesquisador-convidado do CPDA/UFRRJ e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).*

**Tailândia convive com desemprego e abandono após ação contra desmate** - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008

Com economia que dependia de atividade ilegal, cidade tem cerca de 12% da população desempregada

Nas ruas e vielas dos bairros mais pobres de Tailândia (235 km ao sul de Belém) as placas de “vende-se” aparecem com frequência. São resultado direto da crise que se instalou na cidade com a chegada da Operação Arco de Fogo, em que a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciaram, há um mês, o desmonte das ações ilegais de desmatamento e da venda dessa madeira.

Com a economia dependendo em mais de 70% da atividade ilegal, Tailândia tem hoje uma fila de desempregados de mais de 8 mil pessoas, a maioria irregular e sem benefícios. Representam 12,4% dos 64.281 moradores do município.

Mas, nas ruas da cidade, as queixas contra a operação não vêm somente de quem perdeu o emprego. “Era para ter começado há muito tempo atrás, ia ser muito melhor para nós”, defende Raimundo Silva, de 37 anos, ex-carregador de madeira em uma serraria, hoje desempregado e dono de uma casa de três cômodos que tenta vender por R\$ 5 mil, a metade do que diz valer.

Raimundo, que sustentava a mulher e três filhos com R\$ 500 que ganhava na serraria, não tinha carteira assinada, por isso ficou sem direito de receber o seguro-desemprego. Também não está incluído no Bolsa-Família. Diz estar sendo expulso, pela segunda vez, da cidade em que vive. “Vim de Dom Eliseu (PA) porque lá a madeira acabou e as madeiras mudaram. Aqui ia ser a mesma coisa. A madeira está acabando”, afirma.

A conta que se faz hoje em Tailândia é que o desmatamento descontrolado tirou 80% da madeira que existia na região. As maiores madeiras já estavam trazendo material de outros municípios. Os salários haviam diminuído, assim como o número de empregos. A operação federal só teria acelerado o processo.

Já a queixa de quem perdeu o emprego, mesmo que fosse precário, é não ter chegado com os policiais uma alternativa, seja ela a reforma agrária - complicada, numa área em que ninguém sabe quem é o dono real de mais da metade das terras -, instalação de empresas ou mais benefícios por meio do Bolsa-Família, já que o programa hoje atende menos de 30% das famílias pobres da cidade. Das mais de 30 pessoas desempregadas entrevistadas pelo Estado nenhuma está no programa.

**REGISTRO** - Até agora, o governo federal não mandou equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho ao município, apesar dos pedidos dos delegados da PF que coordenam a Arco de Fogo. A operação é a maior investida policial na Amazônia Legal destinada a reprimir o desmatamento, com previsão de durar mais de um ano. No período, os policiais devem passar pelos Estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão (oeste do Estado), Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, principalmente nos 36 municípios que mais desmataram em 2007.

Das 90 serrarias existentes em Tailândia, mais de 70% não assinam a carteira dos empregados. Muitas nem mesmo pagavam todos os salários devidos. “Ficaram com a minha carteira presa um ano. Entregaram agora que a empresa fechou, branquinha. Não pagaram a dispensa nem o mês que deviam”, diz Antônio Pereira da Silva, de 40 anos.

James Lima Oliveira, também um ex-funcionário sem carteira, reclama que agora querem usá-los contra a operação. “Agora só tem santo, mas era tudo na ilegalidade. A cidade não pode viver de serraria e carvoaria. Ou trabalha legal ou desmantela tudo de vez.”

**MUDANÇA** - Muitos madeireiros fecharam as portas e se mudaram para outras cidades, onde a madeira é abundante e a fiscalização não chegou. Mesmo quem está em Tailândia já mandou os empregados para casa. Na fila do seguro-desemprego, a lista de requisições é grande. São cerca de 5 mil que tiveram registro em carteira.

Daniel da Silva, de 31 anos, é um deles. A serraria Fênix, onde trabalha, foi uma das poucas da cidade que estavam regulares e autorizadas a continuar trabalhando. Mas o dono, Ernando Ferro, não consegue achar madeira legal para cortar e terá que parar. Deu aviso prévio aos funcionários. Na tarde de quarta-feira, Daniel ajudava a serrar as últimas toras em seu último dia de trabalho. “Vou pedir o seguro-desemprego e ver o que acontece. Se não melhorar, vou embora.”

Quem não tem o benefício se vira como pode, recebendo cestas básicas e donativos da prefeitura. Evandro França e sua mulher Elza têm uma banca de roupas na feira da cidade e uma lojinha em frente a sua casa, na Vila Macarrão. Evandro quer ir embora, já decidiu procurar emprego em outra cidade. “Ele não tem paciência. Eu vou ficar cuidando da loja. Uma hora as coisas melhoram”, diz Elza, cujo faturamento caiu pela metade desde o início da crise.

**HISTÓRICO** - Tailândia vivia de madeiras e carvoarias. A madeira criou na cidade, que começou como acampamento de colonos, uma falsa sensação de prosperidade. “Aqui circulava muito dinheiro”, dizem moradores. A atividade atraiu gente de todo o País. E junto também apareceu a violência. A cidade figura, segundo o Mapa da Violência 2006, como a sexta mais violenta do País. “Aqui se matava por qualquer coisa. Até dentro da igreja já entraram e roubaram”, conta Maria Sousa, dona, juntamente com o marido Ronaldo Oliveira, de um mercadinho. “Por isso essa operação é ruim, mas é boa. O dinheiro diminuiu, mas faz um mês que não morre ninguém de bala”, diz Ronaldo.

**Prefeito usa crise para emplacar sucessora** - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo  
– Vida & - 30/03/2008

Ele organizou frentes para ocupar desempregados das madeiras

Todos os dias, antes das 7 horas, 600 moradores de Tailândia (PA) encontram-se em frente à prefeitura, vestem camisetas laranja e cantam o hino nacional antes de sair para o trabalho. A cena de civismo programado foi idéia do prefeito do município, Paulo Jasper (PSDB), mais conhecido como Macarrão, que decidiu contratar desempregados pelo fechamento das madeiras para uma frente de emergência que varre e capina ruas, pinta calçadas e recolhe lixo.

Os 600 escolhidos para o trabalho também têm que ostentar a marca do prefeito em suas camisetas. Elas são de cor laranja, como a da sua campanha, com o símbolo de sua administração na frente e seu lema de campanha - “Trabalho e Cidadania - às costas.

As carroças de apoio às frentes, contratadas da Associação de Carroceiros de Tailândia - também pintadas de laranja -, trazem os símbolos do prefeito e a inscrição “apoio: Hígia Frota”. Ela é a secretária de Ação Social da cidade. Mais do que isso, é a mulher do prefeito Macarrão, que planeja vê-la candidata a qualquer cargo eletivo.



Em segundo mandato, ligado aos madeireiros da região, pouco habituado a passar muitos dias no seu próprio município, mas disposto a tentar eleger seu sucessor, Macarrão faz o que pode para transformar a crise em um momento político a seu favor. Uma das suas promessas de campanha foi a de que, enquanto fosse prefeito, não haveria fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Tailândia.

De fato, até agora Macarrão havia conseguido. Como se queixou um contador da cidade, Luiz Cláudio Bonneman, antes o Ibama avisava quando a fiscalização viria. “Essa agora veio sem dar oportunidade para ninguém. Antes o Ibama vinha aqui, conversava, explicava o que era preciso para regularizar. Só depois vinha a fiscalização”, diz. Agora, com esse apoio perdido, Macarrão tenta descobrir para onde ir.

No dia em que a Polícia Federal e o Ibama iniciaram a Operação Arco de Fogo, fazia quase 15 dias que o prefeito estava fora. Chegou três dias depois dos fiscais, trazendo políticos - deputados federais e estaduais - para falar em um palanque montado em frente a uma escola. Seu primeiro ato, organizado pela mulher Hígia, foi a distribuição de 3,5 mil cestas básicas. Compradas com recursos da prefeitura, foram distribuídas em frente a sua casa, uma enorme fazenda às margens da rodovia PA-150, a seis quilômetros do centro de Tailândia, com pista de pouso particular e um hangar com dois aviões.

**ESTADO DE EMERGÊNCIA** - Na última quarta-feira, Macarrão decretou estado de emergência em Tailândia. Passou quase toda a semana na capital, Belém, onde estaria negociando com o governo do Estado ações para tentar ajudar sua cidade. Procurado pela reportagem, o prefeito não quis falar. Sua chefe-de-gabinete, Maria de Jesus, informou que ele estava muito ocupado para atender ao telefone. Em seu nome, Maria de Jesus, mais conhecida como Preta, acusa o governo federal e a imprensa de fazer de Tailândia um bode expiatório.

De acordo com o Ministério Público do Pará, Macarrão não só sabia das irregularidades, como está sendo investigado. Numa apuração em andamento o MP investiga se o prefeito faria parte de um grupo acusado de criar de forma irregular seis projetos de manejo e licenciamento ambiental para lavar madeira ilegal. Nas terras onde os projetos estariam instalados não existe sequer uma árvore há mais de 15 anos. O grupo teria usado papéis para esquentar madeira ilegal.

O nome de Macarrão não aparece diretamente nos projetos. No entanto, dois deles estão em nome de um funcionário da prefeitura e sócio do prefeito em outras fazendas e um outro projeto em nome de um cunhado de Macarrão.

Os projetos foram aprovados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente na gestão de Raul Porto, preso em março do ano passado durante a Operação Ananias, da Polícia Federal. Porto é acusado de envolvimento em atividades ilegais de madeiras, o que ele nega. Os papéis da autorização dos projetos sumiram da secretaria.

**Valor de madeira apreendida pela PF passa de R\$ 10 milhões - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008**

Alguns madeireiros tentaram ocultar as toras ou até impedir transporte

Na manhã da última quarta-feira, o catarinense Ademir Wolf foi pego pela Polícia Federal com oito fornos de carvão ilegais atuando a todo vapor. Ao ouvir dos policiais que estava sendo autuado porque seus fornos eram irregulares, Wolf deu a resposta mais ouvida na região: “Aqui no Pará não tem como regularizar.”

Depois de 30 dias da Operação Arco de Fogo, em que a PF e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciaram o desmonte das ações ilegais de desmatamento e venda de madeira, o catarinense é a última ponta do círculo de ilegalidades que cerca Tailândia.

Até a última semana já haviam sido apreendidos 23 mil metros cúbicos de madeira cortada ilegalmente, a ponto de lotar o primeiro pátio em Marituba, nos arredores de Belém, usado como depósito. O valor total da madeira é estimado em quase R\$ 10 milhões.

As multas aplicadas pelo Ibama já chegam a R\$ 23 milhões. Foram mais de 50 madeiras e carvoarias multadas, 13 embargadas e outras quatro simplesmente desmontadas.

A operação, que reúne 300 homens do Ibama, PF e da Força Nacional de Segurança em Tailândia, já revelou fatos insólitos. O dono de uma das maiores serrarias da região, a HS, tentou esconder centenas de toras dentro de um milharal de 200 hectares. Desmascarado pelos policiais, quis impedir a entrada dos caminhões que retirariam as toras no dia seguinte. Teve que ser ameaçado de prisão para não atrapalhar mais.

Em outro caso, o madeireiro escondeu a madeira debaixo de uma montanha de serragem. Foi traído por uma ponta de tora que escapou da cobertura. Até mesmo dentro de uma lagoa a operação já encontrou madeira escondida. Algumas multas chegaram a R\$ 5 milhões.

A justificativa dos madeireiros ilegais da região é a mesma dada pelo catarinense Wolf: não conseguem legalizar seus projetos de manejo e por isso tudo estaria ilegal. “O governo não cumpre sua função de promover a legalidade e depois manda a fiscalização”, reclama João Medeiros, presidente do Sindimatas, o sindicato dos madeireiros de Tailândia. Não consta, no entanto, que a maioria das empresas de Tailândia tenha apresentado documentos de regularização. A maior parte nem mesmo pagava os empregados em dia ou assinava carteira.

**LARANJAS** - O fato é que a fiscalização chegou tarde. Quem trabalha na área reconhece que a madeira está acabando. Alcides de Souza, gerente de uma madeireira, mostra uma tora ainda fina que está prestes a ser transformada em tábuas. “Quando eu cheguei aqui, há 18 anos, uma árvore como essa nunca ia ser cortada. Agora já estão

tirando assim, antes mesmo de ficar adulta. Se a fiscalização não chegasse, não ia sobrar nada”, garante.

Com a chegada da operação, o que Tailândia está fazendo agora é exportar a devastação para outras regiões do Pará. Madeireiros já estão mudando para cidades mais ao sul, como Anapu e Senador Porfírio.

Apesar de terem o nome registrado e terem sido autuados, de acordo com a PF alguns usam tantos laranjas que eles têm dificuldade para descobrir os verdadeiros donos. A Arco de Fogo, no entanto, deve ir atrás desses madeireiros nômades. A intenção é que a operação corra Pará, outros Estados da região Norte e Mato Grosso até o final deste ano.

**Com nova MP, Incra mira área irregular** - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008

Medida facilita cadastro de terrenos de até 1.500 hectares na Amazônia

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou na terça-feira a Medida Provisória 422, que dispensa de licitação propriedades rurais na Amazônia de até 15 módulos, ou 1.500 hectares.

Até então, a regularização simplificada era feita para áreas de até 100 hectares e, a partir de 2004, de 500 hectares. Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Roberto Kiel, a intenção é desburocratizar o processo e acelerar a regularização fundiária na região, especialmente em áreas já modificadas pelo homem. Historicamente, o caos fundiário é um dos motores de ações ilegais na floresta.

“Com isso, trazemos o cara que estava irregular para a legalidade”, afirma Kiel. “A gente não está atrás da irregularidade e sim da ilegalidade.” Segundo ele, o instituto acreditava que a demanda por áreas de até 500 hectares era de 80% dos casos pendentes - a posteriori, quando partiram para audiências públicas, percebeu-se que o índice era menor, talvez entre 40% e 50%.

Pela MP 422, quem está irregular poderá comprar a área que ocupa pelo “preço justo”, diz o Incra, e em até seis anos (com um ano de carência). Se houver passivo ambiental - desmatamento em áreas de proteção permanente, como matas ciliares, e corte além dos 20% da área permitido por outra MP, a 1.511, de 1996 - o ocupante da área deverá acertar um termo de ajustamento de conduta com os órgãos ambientais.

Segundo o pesquisador do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Paulo Barreto, a nova medida abre um precedente perigoso para a região, pois legitima novamente a política do fato consumado. “A MP regulariza todo um passado irresponsável. No fundo, repete o padrão histórico de as pessoas ocuparem a região e depois a legislação se adequar a elas”, afirma.

Ele também vê com preocupação o prazo de pagamento, pois não acredita que o Incra tenha capacidade operacional para acompanhar todos os processos por tanto tempo. Em um estudo recém-concluído, Barreto mostra que 31% do território da Amazônia é supostamente privado sem validação de cadastro - o que, na prática, significa que ainda não se sabe a quem pertence e a que se presta. Um dos problemas apontados é a falta de estrutura do Incra. "Não há interesse público nenhum em dar cinco anos de prazo, quando cresce o risco de inadimplência e o custo administrativo."

**Com brasileiro à frente, mundo começa a negociar novo acordo contra emissões –**  
Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 31/03/2008

Começam hoje na Tailândia, com um brasileiro à frente, as negociações do novo acordo destinado a reduzir as emissões de gases-estufa, protegendo a Terra dos piores efeitos do aquecimento global.

Diplomatas de 190 países e da União Européia se reúnem em Bancoc durante esta semana para debater um plano de ação que conduza, em 2009, ao tratado climático que substituirá e ampliará as metas do Protocolo de Kyoto a partir de 2013 (Kyoto vence em 2012).

Esta é a primeira reunião da Convenção do Clima das Nações Unidas depois do ano passado, quando foi aprovado em Bali (Indonésia) um acordo histórico de lançar as negociações para o acordo pós-2012.

O chamado Mapa do Caminho de Bali, um rascunho de plano de ação, estabelece que países hoje desobrigados de cortar emissões, como os gigantes do Terceiro Mundo, devam adotar compromissos "mensuráveis, reportáveis e verificáveis" para agir no clima. Ele põe esses países e os EUA num "trilho" de negociação diferente do do Protocolo de Kyoto, mas obriga os Estados Unidos a adotar ações "equivalentes" às dos 37 países industrializados que continuam negociando metas mais ambiciosas sob o "trilho" do protocolo.

O Mapa do Caminho também estabelece os quatro eixos do novo acordo: metas globais para redução de emissões -o ponto mais controverso, que ficou de fora da decisão de Bali-, adaptação à mudança climática, financiamento aos países em desenvolvimento e transferência de tecnologia.

"Em Bancoc vamos estabelecer o programa de trabalho do novo processo, mas também começar imediatamente os debates em torno dos pontos identificados no plano de ação de Bali", disse à Folha o diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado.

**Quente ou frio** - Figueiredo é o presidente do grupo que negocia o acordo pós-2012. Da habilidade política do ministro do Itamaraty depende em parte o futuro próximo do processo.

Se ele se comportar apenas como manda o figurino, o encontro de Bancoc -e os que virão em seguida neste ano- definirá apenas cronogramas e outras questões burocráticas. Isso colocaria em risco toda a negociação, já que os temas que estão na mesa são complexos e os países campeões de emissões estão divididos sobre eles. Um impasse em 2008 pode atrasar o processo a ponto de impedir um acordo em 2009 -prazo crítico para que ele comece a vigorar em 2013.

O brasileiro, no entanto, tem pressa. Seu plano é começar desde já a rascunhar o texto do novo acordo, tratando primeiro dos temas menos polêmicos (transferência de tecnologia, adaptação e financiamento).

A principal dificuldade é a de sempre: como distribuir o sacrifício. A União Européia quer uma meta de corte de 25% a 40% das emissões até 2020 (em relação aos níveis de 1990). O Japão quer estabelecer metas não nacionais, mas por setor da economia. Os EUA, maiores emissores do mundo, resistem a metas nacionais obrigatórias enquanto China e Índia não as adotarem. Para o secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer, isso "não é realista". "A responsabilidade histórica pelo problema é das nações industriais", afirmou. *\*Com Associated Press*

#### **Amazônia azul** – Gustavo Paulo – O Globo – Economia – 31/03/2008

O fundo do mar brasileiro guarda um tesouro ainda incalculável, que não se resume a petróleo, gás ou algum galeão colonial afundado. Em uma área gigantesca do mar territorial e da plataforma continental, correspondente a cerca de 40% do território brasileiro, está enterrada uma extensa gama de minerais. Há pelo menos 17 variedades, entre ferro, níquel, carvão, estanho, ouro, diamante, calcário, areia, fósforo e cobre.

Governo e empresários estão abrindo os olhos para este potencial econômico, cujo conhecimento é apenas razoável. Além disso, para o Comando da Marinha, a exploração mineral em alto mar também responde a objetivos políticos e estratégicos.

Por isso, nos últimos anos, vários órgãos federais começaram a desenhar o mapa desse tesouro, para tentar mensurá-lo e estabelecer estratégias de exploração. Para designar essa área, a Marinha cunhou a expressão "Amazônia azul". Em 1997, foi lançado o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac), mas só em 2005 ele começou efetivamente a se desenvolver. O objetivo é retomar as pesquisas geológicas na plataforma continental, interrompidas nos anos 70. Seis navios da Marinha estão disponíveis para a exploração e devem ficar cerca de 245 dias no mar vasculhando solo e subsolo.

Um dos programas já implementados prevê a sondagem da existência de ouro na região da foz do Rio Gurupi, na divisa entre o Maranhão e o Pará, numa parceria entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Universidade Federal do Pará. O CPRM também está estudando a existência de diamantes no Sul da Bahia, próximo à foz do Rio Jequitinhonha.

Este ano estão previstas ainda sondagens no litoral da Região Sul, para identificação de fósforo e metais pesados, e no Espírito Santo.

— Nosso conhecimento atual sobre o mar é semelhante ao que tínhamos nos anos 70 em relação à Amazônia. Sabia-se do potencial da região, mas não havia conhecimento profundo. É isso que precisamos mudar — explica Kaiser Gonçalves de Souza, chefe da divisão de Geologia Marinha do CPRM.

#### **Na construção civil, cascalho do mar**

Mas não é preciso ir muito além das praias para começar a exploração. Já existem pesquisas apontando a viabilidade econômica de exploração de areia e cascalho em praticamente todo o litoral brasileiro, em distâncias que vão de algumas centenas de metros a dezenas de quilômetros.

Segundo os geólogos, esses materiais são úteis na reposição e contenção da costa brasileira, anulando os efeitos da erosão do mar. A areia e o cascalho também ajudariam na recuperação de praias e podem suprir a demanda da construção civil em cidades costeiras, reduzindo a retirada do fundo dos rios. Com o aquecimento da economia, a procura por areia para construção civil cresceu 10% em 2008.

O Brasil tem a maior plataforma de calcário marinho do planeta, entre o Rio Pará e Cabo Frio (RJ).

Formado por algas mortas há milhares de anos e conchas, esse calcário é considerado superior ao que é explorado em terra firme. O país ainda importa esse mineral, usado em fertilizantes agrícolas, implantes ósseos, indústrias de cosméticos e dietética, nutrição animal e tratamento da água de lagos. Nas últimas décadas foram feitos 150 pedidos para lavra subaquática de areia e calcário, mas até agora só um direito de lavra foi autorizado — no Espírito Santo.

Tanta demora para concessão deve-se às questões ambientais. Segundo fontes do setor, o fato de se tratar de algas, ainda que mortas, gerou uma interminável discussão ambiental entre os órgãos minerais e o Ibama, só resolvida no ano passado — concluiu-se que algas mortas e petrificadas não podem ser consideradas seres vivos e por isso podem ser exploradas. Para os empresários, questões como essa evidenciam que a falta de um marco regulatório para exploração no leito marinho não dá garantias para o negócio, cuja tecnologia ainda é cara e precisa ser importada.

Para Marcelo Tunes, diretor de Recursos Minerais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a nova fronteira é atraente, mas a lei não é clara: — O indivíduo entra com um pedido de licença e depois não sabe como proceder. A indústria tem interesse em explorar, mas quer garantias.

Um estudo encomendado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), da Presidência da República, levantou a importância dos minerais marítimos.

Na Região Sul, por exemplo, existem reservas de fosforita, rocha rica em fósforo. A exploração delas é tida como uma atividade urgente e de grande importância. O Brasil importa cerca de US\$ 1 bilhão de fosfato por ano para correção de solo agrícola e ração animal. O fósforo marinho é muito mais concentrado do que o explorado em terra firme.

#### **Petrobras já tem parte da tecnologia**

Atualmente, a tecnologia para exploração mineral em alto mar é toda estrangeira, mas o Brasil tem um trunfo: a técnica de exploração de petróleo e gás em águas profundas, desenvolvida pela Petrobras. Para Kaiser Souza, isso ajudará no futuro: — É um passo à frente, mas será preciso adaptá-la ao setor (de mineração marinha).

Das profundezas do mar pode-se extrair até carvão mineral, usado como energia para a indústria. Segundo a CPRM, as jazidas carboníferas de Santa Catarina podem se estender 70 quilômetros mar adentro, a 700 metros de profundidade. É uma boa notícia para

o setor energético. No Reino Unido já se explora carvão no mar, por meio de galerias abertas em terra que avançam até 30 quilômetros abaixo do leito marinho.

No Japão, o carvão é queimado no subsolo, gaseificado e transformado em energia.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



**actionaid**



Ministério da  
Desenvolvimento Agri

